

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA**  
**FACULDADE DE LETRAS**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGUÍSTICA**

**Lydsson Agostinho Gonçalves**

**A natureza formal da voz passiva analítica e sintética:**  
em busca de uma caracterização translinguística

Juiz de Fora

2025

**Lydsson Agostinho Gonçalves**

**A natureza formal da voz passiva analítica e sintética:**  
em busca de uma caracterização translinguística

Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal de Juiz de Fora como requisito parcial à obtenção do título de Doutor em Linguística. Área de concentração: Linguística e cognição.

Orientadora: Profa. Dra. Paula Roberta Gabbai Armelin

Juiz de Fora

2025

Gonçalves, Lydsson Agostinho.

A natureza formal da voz passiva analítica e sintética : em busca de uma caracterização translinguística / Lydsson Agostinho Gonçalves. -- 2025.

253 p. : il.

Orientadora: Paula Roberta Gabbai Armelin

Tese (doutorado) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Letras. Programa de Pós-Graduação em Linguística, 2025.

1. voz passiva. 2. participio. 3. Morfologia Distribuída. 4. categorias mistas. 5. sincretismo passivo. I. Armelin, Paula Roberta Gabbai, orient. II. Título.

**Lydsson Agostinho Gonçalves**

**A natureza formal da voz passiva analítica e sintética:** em busca de uma caracterização translinguística

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal de Juiz de Fora como requisito parcial à obtenção do título de doutora em linguística. Área de concentração: linguística.

Aprovada em 16 de junho de 2025.

**BANCA EXAMINADORA**

**Profª Drª Paula Roberta Gabbai Armelin - Orientadora**

Universidade Federal de Juiz de Fora

**Profª Drª Ana Paula Scher**

Universidade Federal de Juiz de Fora

**Profª Drª Janayna Maria da Rocha Carvalho**

Universidade Federal de Minas Gerais

**Prof. Dr. Marcus Vinicius da Silva Lunguinho**

Universidade de Brasília

**Prof. Dr. Alessandro Boechat de Medeiros**

Universidade Federal do Rio de Janeiro

Juiz de Fora, 15/05/2025.



Documento assinado eletronicamente por **Paula Roberta Gabbai Armelin, Professor(a)**, em 17/06/2025, às 11:26, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Alessandro Boechat de Medeiros, Usuário Externo**, em 18/06/2025, às 13:58, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Janayna Maria da Rocha Carvalho, Usuário Externo**, em 18/06/2025, às 17:14, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Lydsson Agostinho Gonçalves, Usuário Externo**, em 25/07/2025, às 11:55, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Marcus Vinicius da Silva Lunguinho, Usuário Externo**, em 25/07/2025, às 15:16, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Ana Paula Scher, Professor(a)**, em 12/08/2025, às 10:02, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no Portal do SEI-UJF ([www2.ujf.br/SEI](http://www2.ujf.br/SEI)) através do ícone Conferência de Documentos, informando o código verificador **2399698** e o código CRC **C9532B07**.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, à minha mãe, que sempre me incentivou e apoiou na busca pelo conhecimento. Só pude chegar até aqui graças à sua presença e ao seu esforço para ajudar em todos os momentos de necessidade. Esta vitória também é sua.

Agradeço à minha irmã, Mariella, e ao meu cunhado, Wesley, também pelo apoio constante. Igualmente, agradeço às minhas tias, Maria Tereza, Luzia e Aneliza, que são praticamente outras mães, sempre dispostas a oferecer ajuda, carinho, compreensão e o que mais de que eu pudesse precisar. Agradeço à minha avó, Marietta (*in memoriam*), que, ao longo dos seus 99 anos, sempre foi uma figura inspiradora pela sua energia, força e maturidade.

Agradeço ao meu companheiro, Cassiano, pela presença comigo em todos os momentos, pela compreensão e paciência nos períodos de dificuldade e pelo apoio incondicional a todas as minhas escolhas. Sou muito feliz por ter você comigo.

Agradeço às amigas e amigos de orientação, Dalila, Karol, Bianca, Livónia e João Victor, pelas conversas e trocas de ideias que sempre ajudaram a desenvolver novas visões, bem como pelos bons momentos juntos em todo o percurso.

Agradeço às minhas amigas que acompanharam de perto essa jornada, em especial à Bia, Letícia, Isadora e Bárbara, que me apoiaram nos momentos difíceis e tiveram toda a paciência do mundo quando eu estava estressado.

Agradeço à amiga de pesquisa, trabalho e vida, Maíra, por tantos momentos que nem é possível listar tudo. Espero que nossa parceria continue durando muito tempo! Agradeço também ao meu amigo e parceiro de trabalho, João Lucas, por toda a paciência e pela disponibilidade de sempre me auxiliar quando eu estava enrolado com alguma coisa. Você também foi fundamental para que eu conseguisse desenvolver o trabalho da melhor maneira possível.

Agradeço à minha orientadora, Paula, por ser simplesmente quem é. É difícil encontrar palavras para descrever o quanto admiro você, em todos os aspectos. De um lado, você é extremamente capacitada, profissional e responsável; de outro, compreensiva e companheira, realmente “vestindo a camisa” dos trabalhos dos orientandos. Eu realmente fui muito abençoado por ter você como orientadora.

Agradeço aos membros da banca, Janayna, Lunguinho, Alessandro e Ana Scher, por aceitarem o convite para fazerem parte desse momento tão importante, por disponibilizarem seu tempo e seu conhecimento para avaliar o trabalho e por contribuírem de maneira imprescindível para que ele alcance o melhor resultado possível. Em particular, agradeço à Janayna e

ao Lunguinho por terem participado também da banca de qualificação, que foi um momento crucial para o amadurecimento do trabalho.

Agradeço à UFJF e, mais especificamente, ao Programa de Pós-Graduação em Linguística por oferecerem a oportunidade de acesso a uma formação gratuita de qualidade, e à CAPES, pelo apoio com a bolsa concedida para a minha pesquisa. Agradeço também, mais diretamente, a todos os professores que fizeram parte da minha formação.

## RESUMO

Este estudo apresenta uma análise formal da voz passiva sob uma perspectiva translinguística, desenvolvida sob o modelo da Morfologia Distribuída (Halle; Marantz, 1993; Marantz, 1997). Especificamente, investigamos a passiva verbal ou eventiva (Kratzer, 2000; Embick, 2004a), que tem como características essenciais a supressão do argumento externo do verbo e a promoção do argumento interno a sujeito sintático. A passiva se realiza de duas maneiras distintas: a analítica, formada com o particípio do verbo principal e um verbo auxiliar; e a sintética, composta por apenas um verbo finito que inclui uma marcação morfológica específica. Na literatura, a maioria das análises de passiva busca derivar sua forma atribuindo as características dessa formação a algum elemento específico, como um núcleo funcional ou traço morfossintático. Esse tipo de abordagem tem capacidade limitada para explicar alguns fatores relevantes, como a natureza do particípio, com suas propriedades mistas entre verbal e adjetival, e o sincretismo recorrente entre passiva sintética, anticausativos, reflexivos e outros contextos. Nosso trabalho se insere nessa lacuna, tendo o objetivo de identificar qual é a natureza da passiva para derivar, a partir daí, suas propriedades. Com isso, almejamos contribuir para a construção de uma teoria mais geral e translinguística sobre as formações passivas. Propomos que as passivas são um epifenômeno, resultante de uma incongruência sintática: a presença de um verbo que exige um argumento externo e a ausência desse elemento. Partindo de Alexiadou, Anagnostopoulou e Schäfer (2006), defendemos que verbos que denotam eventos agentivos ou externamente causados requerem o núcleo *Voice* (Kratzer, 1996) para introduzir um argumento externo. Se não houver um elemento disponível para ocupar a posição de *spec. Voice*, a derivação não pode convergir, já que as necessidades sintáticas desse núcleo não são satisfeitas. Para que a derivação não seja perdida, a sintaxe emprega um de dois mecanismos. Um deles, que gera a passiva analítica, é a conversão da estrutura verbal em adjetival com o auxílio do particípio, uma categoria mista do tipo *Switch* (Panagiotidis, 2015). Particípios carregam um traço de categoria verbal não interpretável, o que permite que sejam concatenados à projeção estendida dos verbos, e um traço de categoria adjetival interpretável, que é tomado como seu rótulo, efetivamente alterando a categoria da formação. Os particípios são tratados como adjetivos pela sintaxe e denotam estado, uma informação prototipicamente carregada por essa categoria (Beedham, 1987; Abraham, 2006a). Como tal, eles não licenciam argumento externo, o que, na prática, bloqueia sua entrada. Sendo essa estrutura agora nominal, um verbo auxiliar é introduzido para retomar a construção verbal. O outro mecanismo de resgate da estrutura é a introdução de um argumento genérico, *default*, sem conteúdo semântico, apenas para atender às necessidades de

seleção de *Voice*. Esse elemento é uma anáfora, que, por depender de ligação para obter denotação, não afeta o sentido já construído, já que nessa posição alta, não poderá se ligar. Posteriormente, a anáfora se incorpora ao complexo verbal, tornando-se um clítico ou um afixo, o que produz a passiva sintética. Essas configurações sintáticas de base são as mesmas que dão origem aos contextos sincréticos.

**Palavras-chave:** Voz passiva. Passiva analítica. Passiva sintética. Morfologia Distribuída. Sincretismo.

## ABSTRACT

This study presents a formal analysis of the passive voice under a crosslinguistic perspective, developed under the framework of Distributed Morphology (Halle; Marantz, 1993; Marantz, 1997). Specifically, we investigate the verbal or eventive passive (Kratzer, 2000; Embick, 2004a), which has as its essential properties the suppression of the external argument of the verb and the promotion of the internal one to syntactic subject. It realizes in two different ways: the analytical passive, which is formed with the participle of the main verb and an auxiliary verb; and the synthetic passive, composed of a single finite verb which includes a specific morphological marking. In literature, most of the analyses of passives aim to derive its form, attributing the properties of such formation to some specific element, such as a functional head or morphosyntactic feature. This tends to limit their ability to explain some relevant factors, such as the nature of the participle, with its mixed verbal and adjectival properties, as well as the recurring syncretism found between the synthetic passive, anticausatives, reflexives and other contexts. Our study fills this gap, with the goal of identifying what is the nature of the passive in order to derive its properties from it. With that, we aim to contribute to the building of a more general and crosslinguistic theory on passive formations. We propose that passives are in fact an epiphenomenon, which results from a syntactic mismatch: the presence of a verb which requires an external argument and the absence of such element. Following Alexiadou, Anagnostopoulou & Schäfer (2006), we argue that verbs which denote agentive or externally caused events require the Voice head (Kratzer, 1996) to introduce an external argument. If there is no element available to occupy the position of spec. Voice, the derivation will not converge, since the syntactic needs of this head will not be met. In order for the derivation not to be lost, syntax employs one of two mechanisms. One of them is the conversion of the verbal structure into a nominal one, which is done with the help of the participle, a mixed category of the Switch type (Panagiotidis, 2015). Participles carry a non-interpretable verbal category feature, which allows them to be merged into the verb's extended projection, and also an interpretable adjectival category feature, which is taken as its label, effectively altering the formation's category. Participles are treated as adjectives by syntax and denote a state, an information prototypically expressed by that category (Beedham, 1987; Abraham, 2006a). As such, they do not license an external argument, which, in practice, blocks its entrance. As this structure is now nominal, an auxiliary verb is introduced in order to resume the verbal formation. The other rescue mechanism is the introduction of a generic, default argument, with no semantic content, just to fulfill the selection needs of Voice. Such element is an anaphor, which, since it depends on binding

to find its denotation, does not affect the already built meaning, because in that high position, it cannot be bound. The anaphor later incorporates into the verbal complex, becoming a clitic or an affix, which produces the synthetic passive. These base syntactic configurations are the same that give rise to the syncretic contexts.

**Keywords:** Passive voice. Analytical passives. Synthetic passives. Distributed Morphology. Syncretism.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

|   |    |
|---|----|
| Figura 1 – Estrutura da gramática na Morfologia Distribuída .....                           | 20 |
| Quadro 1 – Disponibilidade e comportamento da passiva analítica translinguisticamente ..... | 43 |
| Quadro 2 – Disponibilidade e comportamento da passiva sintética translinguisticamente ..... | 52 |
| Quadro 3 – Disponibilidade e comportamento do SPR translinguisticamente .....               | 59 |
| Quadro 4 – Comparativo do comportamento das línguas com relação às passivas .....           | 67 |

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

|      |  |
|------|--|
| 1P   | primeira pessoa  |
| 3P   | terceira pessoa  |
| ACC  | acusativo  |
| ADV  | advérbio   |
| AE   | argumento externo  |
| AG   | agente   |
| AI   | argumento interno  |
| AP   | <i>adjective phrase</i> (“sintagma adjetival”)                                   |
| Asp  | aspecto  |
| BPS  | <i>bare phrase structure</i> (“estrutura de sintagma nu”)                        |
| DAT  | dativo   |
| DET  | determinante   |
| DP   | <i>determiner phrase</i> (“sintagma determinante”)                               |
| EPP  | <i>extended projection principle</i> (“princípio da projeção estendida”)         |
| FEM  | feminino   |
| IV   | Item de Vocabulário  |
| LF   | <i>logical form</i> (“forma lógica”)   |
| MASC | masculino  |
| MD   | Morfologia Distribuída   |
| NOM  | nominativo   |
| NP   | <i>noun phrase</i> (“sintagma nominal”)  |
| NT   | neutro   |
| OD   | objeto direto  |
| OI   | objeto indireto  |
| PART | particípio   |
| Pass | passivo  |
| PAST | passado  |
| Perf | perfeito   |
| PIC  | <i>phase impenetrability condition</i> (“condição de impenetrabilidade de fase”) |
| PF   | <i>phonological form</i> (“forma fonológica”)                                    |
| PL   | plural   |
| PP   | <i>prepositional phrase</i> (“sintagma preposicional”)                           |

|               |  |
|---------------|--|
| PREP          | preposição                                   |
| SING          | singular                                     |
| SPR           | sincretismo passivo-reflexivo                |
| T             | <i>tense</i> (“tempo”)                       |
| <i>u</i>      | <i>unvalued</i> (“não valorado”)             |
| <i>unint.</i> | <i>uninterpretable</i> (“não interpretável”) |
| VT            | vogal temática                               |

## SUMÁRIO

|              |  |            |
|--------------|--|------------|
| <b>1</b>     | <b>INTRODUÇÃO</b> .....  | <b>15</b>  |
| 1.1          | OBJETIVOS DO TRABALHO .....  | 18         |
| 1.2          | MODELO TEÓRICO: MORFOLOGIA DISTRIBUÍDA .....   | 19         |
| 1.3          | A PROPOSTA DESTA TESE: PASSIVAS COMO EPIFENÔMENOS .....                              | 23         |
| <b>2</b>     | <b>APRESENTAÇÃO DO FENÔMENO: A VOZ PASSIVA</b> .....                                 | <b>28</b>  |
| 2.1          | A VOZ PASSIVA: CARACTERIZAÇÃO GERAL .....  | 29         |
| 2.2          | A PASSIVA ANALÍTICA .....  | 34         |
| 2.3          | A PASSIVA SINTÉTICA .....  | 44         |
| 2.4          | A PASSIVA E SEUS SINCRETISMOS .....  | 53         |
| <b>2.4.1</b> | <b>As passivas adjetivais</b> .....  | <b>53</b>  |
| <b>2.4.2</b> | <b>O sincretismo passivo-reflexivo</b> .....   | <b>58</b>  |
| 2.5          | SÍNTESE DO CAPÍTULO .....  | 64         |
| <b>3</b>     | <b>REVISÃO DA LITERATURA</b> .....   | <b>68</b>  |
| 3.1          | NÚCLEO PASSIVO .....   | 69         |
| 3.2          | TIPOLOGIA DE <i>VOICE</i> .....  | 80         |
| 3.3          | PROPOSTAS ARGUMENTAIS .....  | 93         |
| 3.4          | PASSIVA COMO ASPECTO .....   | 99         |
| 3.5          | SÍNTESE DO CAPÍTULO .....  | 110        |
| <b>4</b>     | <b>ANÁLISE</b> .....   | <b>113</b> |
| 4.1          | UMA NOVA VISÃO SOBRE PASSIVAS .....  | 114        |
| <b>4.1.1</b> | <b>Passivas como epifenômenos</b> .....  | <b>114</b> |
| <b>4.1.2</b> | <b>Os mecanismos da passiva: conversão categorial e inserção argumental</b> .....    | <b>119</b> |
| 4.2          | PRESSUPOSTOS BÁSICOS PARA A DERIVAÇÃO .....  | 121        |
| <b>4.2.1</b> | <b>Mecanismos de concordância, ligação e valoração de caso</b> .....                 | <b>121</b> |
| <b>4.2.2</b> | <b>Considerações sobre fase</b> .....  | <b>128</b> |
| <b>4.2.3</b> | <b>A voz ativa</b> .....   | <b>131</b> |
| 4.3          | DERIVANDO A PASSIVA ANALÍTICA .....  | 134        |
| <b>4.3.1</b> | <b>A natureza do participio e sua função nas passivas</b> .....                      | <b>135</b> |
| <b>4.3.2</b> | <b>Formalizando o estatuto categorial misto do participio: o <i>Switch</i></b> ..... | <b>142</b> |
| <b>4.3.3</b> | <b>Proposta de derivação da passiva analítica</b> .....                              | <b>149</b> |
| 4.4          | DERIVANDO A PASSIVA SINTÉTICA .....  | 160        |
| <b>4.4.1</b> | <b>A natureza do marcador sintético: anáforas e pronomes</b> .....                   | <b>161</b> |

|       |   |     |
|-------|---|-----|
| 4.4.2 | <b>Proposta de derivação da passiva sintética</b> .....       | 163 |
| 4.5   | SÍNTESE DO CAPÍTULO .....                                     | 173 |
| 5     | <b>DESDOBRAMENTOS DA PROPOSTA</b> .....                       | 176 |
| 5.1   | O AGENTE DA PASSIVA .....                                     | 176 |
| 5.2   | PASSIVAS NÃO CANÔNICAS .....                                  | 190 |
| 5.2.1 | <b>Verbos inergativos</b> .....                               | 191 |
| 5.2.2 | <b>Verbos inacusativos</b> .....                              | 198 |
| 5.2.3 | <b>Verbos de sentimento</b> .....                             | 201 |
| 5.2.4 | <b>Passivas com objeto indireto promovido a sujeito</b> ..... | 206 |
| 5.3   | SÍNTESE DO CAPÍTULO .....                                     | 212 |
| 6     | <b>PASSIVAS ADJETIVAIS E SINCRETISMOS</b> .....               | 214 |
| 6.1   | PASSIVA ADJETIVAL .....                                       | 215 |
| 6.2   | O SPR .....   | 220 |
| 6.2.1 | <b>Verbos reflexivos</b> .....                                | 221 |
| 6.2.2 | <b>Anticausativos</b> .....                                   | 224 |
| 6.2.3 | <b>O domínio médio</b> .....                                  | 231 |
| 6.3   | SÍNTESE DO CAPÍTULO .....                                     | 238 |
| 7     | <b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....                             | 240 |
|       | <b>REFERÊNCIAS</b> .....                                      | 244 |

## 1 INTRODUÇÃO

Esta tese investiga a voz passiva, particularmente o subconjunto das chamadas passivas verbais ou eventivas (Kratzer, 2000; Embick, 2004a), com o intuito de desenvolver uma proposta de derivação capaz de integrar suas diferentes possibilidades de realização. Esse tipo de estrutura faz parte de um fenômeno maior conhecido como “voz”, também chamado de “diátese”, que se refere ao “padrão de mapeamento de argumentos semânticos em funções sintáticas”<sup>1</sup> (Kulikov, 2011, p. 370). A passiva é apenas uma das diversas vozes existentes translinguisticamente, dentre as quais estão também a ativa e a média, por exemplo. De maneira geral, considera-se que a voz ativa e a passiva representam mapeamentos argumentais diametralmente opostos, sendo a ativa entendida como a voz “padrão”, como se observa na definição de Shibatani (1988, p. 3):

Voz deve ser entendido como um mecanismo que seleciona um constituinte sintático proeminente – o sujeito – a partir das funções semânticas subjacentes (caso ou papéis temáticos) de uma oração. A maioria das línguas oferece uma estratégia de voz básica. Em línguas acusativas, a estratégia básica é selecionar um agente como sujeito, e a voz ativa se refere à forma resultante dessa escolha de agente como sujeito. A voz ativa constitui a voz não marcada nas línguas acusativas. Um grande número de línguas acusativas oferece uma voz marcada, que nega o papel de sujeito ao agente. Em muitas línguas – mas de modo algum em todas – um paciente assume a função de sujeito nessa voz não marcada. Essa voz marcada, que contrasta com a voz básica, ativa, em termos de tratamento do agente, é a voz passiva. Em termos formais, então, na forma ativa prototípica, um agente ocupa a função de sujeito, e na passiva prototípica, um paciente funciona como sujeito<sup>2</sup> [...].

Exemplos da voz ativa e da voz passiva em português são encontrados em (1), a seguir:

---

<sup>1</sup> No original: “a pattern of mapping of semantic arguments onto syntactic function.” Esta e as demais traduções cujo texto original é oferecido em nota neste trabalho são do autor.

<sup>2</sup> “Voice is to be understood as a mechanism that selects a grammatically prominent syntactic constituent – subject – from the underlying semantic functions (case or thematic roles) of a clause. A majority of languages provide a basic voice strategy. In accusative languages, the basic strategy is to select an agent as a subject, and the active voice refers to the form resulting from this choice of agent as a subject. The active voice in accusative languages constitutes the unmarked voice. A large number of accusative languages provide a marked voice, which denies the agent the subject role. In many, but by no means all, languages a patient assumes the subject role in this marked voice. This marked voice, which contrasts with the basic, active voice in terms of the treatment of the agent is the passive voice. Formally speaking then, in the prototypical active form an agent is in the subject role, and in the prototypical passive form a patient functions as a subject [...].”

## (1) Voz ativa e passiva em português

- |                                    |           |
|------------------------------------|-----------|
| a. O João chutou a bola.           | (ativa)   |
| b. A bola foi chutada (pelo João). | (passiva) |

As duas sentenças em (1) denotam o mesmo significado geral: houve um evento de “chutar”, o agente dessa ação é “o João” e o paciente é “a bola”. Porém, as funções gramaticais do agente e do paciente diferem: em (1a), o agente é o sujeito da oração, e o paciente é o objeto; já em (1b), o sujeito é o paciente, e o agente deixa de ser obrigatório, sendo projetado opcionalmente com o auxílio de uma preposição.

Pode-se observar, pelos exemplos em (1), que a forma verbal da voz passiva é mais complexa que a da voz ativa – um verbo auxiliar e um particípio, em oposição a apenas uma forma verbal finita –, o que vai ao encontro da ideia de que ela é o membro marcado do par. Isso não ocorre apenas no português; as línguas românicas e as germânicas, de maneira geral, possuem a mesma distribuição de vozes que o português, bem como a mesma alternância entre forma verbal única e par auxiliar e particípio.

Essa não é, no entanto, a única realização possível para a passiva. Há um segundo padrão encontrado translinguisticamente, em que a passiva é realizada com apenas uma forma verbal, como a voz ativa, mas com uma marcação morfológica adicional. Esse tipo de passiva é chamado de “passiva sintética”, enquanto a versão vista anteriormente é conhecida como “passiva perifrástica” ou “passiva analítica”. Em português, a passiva sintética também está disponível. O exemplo em (2) a apresenta em paralelo com a passiva analítica:

## (2) Passiva analítica e passiva sintética em português

- |                                    |                     |
|------------------------------------|---------------------|
| a. A bola foi chutada (pelo João). | (passiva analítica) |
| b. Chutou-se a bola (*pelo João).  | (passiva sintética) |

Os dados em (2) podem ser tomados como sinônimos, e também é possível notar que (2b) possui as mesmas características gerais de (2a), quais sejam: o paciente desempenha a função de sujeito sintático, enquanto o agente perde sua função prototípica. A forma verbal em (2b), todavia, é bastante distinta da em (2a), assemelhando-se mais à da voz ativa, vista em (1a), exceto pelo clítico “se”, que marca a passiva sintética em português. O marcador da voz passiva varia de língua para língua, mas sempre se encaixa em uma de duas possibilidades: ou é um pronome que corresponde ao reflexivo da língua (como em português e várias outras línguas

românicas) ou é um afixo (como em latim e na maioria das línguas eslavas) – por vezes também correspondente ao reflexivo, quando a língua o marca afixalmente (como é o caso do grego).

Como os dados do português demonstram, as duas passivas podem coexistir na mesma língua; também é possível que a língua possua apenas uma delas, de um ou outro tipo. Outros aspectos que variam de língua para língua são a compatibilidade com o agente da passiva e o tipo de distribuição quando ambas as passivas estão disponíveis na mesma língua. Por exemplo, (2b) nos revela que o agente da passiva não é compatível com a passiva sintética em português, mas isso não se mantém em outras línguas, como latim e grego. Aliás, o agente da passiva também já foi compatível com o português, em outras fases do desenvolvimento da língua, o que é apontado tanto por gramáticos tradicionais (Bechara, 2009; Cunha; Cintra, 2017) quanto pela literatura (Lazzarini-Cyrino, 2015). Quanto à distribuição, as passivas podem ser condicionadas por algum fator gramatical – como em latim, em que a escolha por uma ou outra depende do aspecto – ou podem apresentar uma distribuição mais livre – como em português, em que a princípio ambas podem ser usadas nos mesmos contextos.

Esta breve introdução, que, muito longe de exaurir o tema, apenas toca em alguns pontos de destaque das passivas, já permite constatar que há uma grande complexidade nesse fenômeno. Não por acaso, as alternâncias de voz, em particular entre a voz ativa e a passiva, são historicamente um tema de grande interesse nos estudos linguísticos. De fato, como aponta Shibatani (1988, p. 1), “Zellig Harris desenvolveu o conceito de transformação como uma resposta ao desejo de capturar as relações entre tipos de sentença como o par ativa-passiva”<sup>3</sup>, e “o par ativa-passiva foi uma peça central da gramática gerativa transformacional de Chomsky”<sup>4</sup> (p. 1). Esse interesse se manteve ao longo do desenvolvimento da teoria gerativa e continua presente em sua versão mais atual, o Programa Minimalista (Chomsky, 1993, 1995), assim como em modelos teóricos alinhados a ele, como a Morfologia Distribuída (Halle; Marantz, 1993; Marantz, 1997).

Nosso trabalho se insere nos esforços por um entendimento mais completo da natureza das construções passivas. Embora haja uma diversidade de análises disponíveis atualmente na literatura, ainda há lacunas importantes de serem exploradas, particularmente com relação à identidade da passiva em si. A maioria das investigações se concentra em derivar a forma dessas construções, mas sem uma preocupação maior com o que de fato define uma passiva. Assim, por vezes se recorre a mecanismos sintáticos (Kalluli, 2006), traços formais (Embick, 2000) ou

---

<sup>3</sup> “Zellig Harris developed the concept of the transformation as a response to the desire to capture the relationships between sentence types such as the active-passive pair.”

<sup>4</sup> “The active-passive pair was a centerpiece of Chomsky's transformational generative grammar.”

núcleos funcionais (Collins, 2005) específicos para derivá-la, o que limita o alcance e o poder explicativo das propostas, já que esses dispositivos geralmente não refletem o funcionamento do sistema linguístico, mas sim as necessidades daquelas propostas em específico.

A partir dessa e de outras observações, tomamos a Morfologia Distribuída, ou apenas MD, como abordagem teórica e buscamos desenvolver um entendimento da passiva que nos permita derivar suas propriedades de maneira que sejam decorrentes da sua identidade. Consideramos que a MD é o modelo adequado para conduzir essa investigação porque ela oferece ferramentas que nos permitem investigar de maneira refinada a constituição interna de qualquer formação linguística hierarquicamente complexa. A MD recusa uma divisão entre a formação de palavras e sentenças, e com isso abre possibilidades de investigação conjunta de fenômenos que parecem transitar entre esses dois domínios. A passiva é um deles, pois envolve mudanças na morfologia do verbo desencadeadas pela estrutura sintática de maneira mais ampla.

Com nossa investigação, desenvolvemos a hipótese de que a passiva é, na verdade, não uma operação ou função em si mesma, mas um epifenômeno, oriundo de uma configuração sintática específica de núcleos sintáticos e traços formais. Para apresentar devidamente essa ideia e as razões que nos fizeram chegar a ela, este capítulo introdutório se divide agora em três seções. Na seção 1.1, delimitamos os objetivos da pesquisa; depois disso, em 1.2, apresentamos os preceitos gerais da MD, essenciais para a implementação da análise; finalmente, em 1.3, apresentamos ao leitor a proposta mais geral, que será desenvolvida ao longo dos próximos capítulos.

## 1.1 OBJETIVOS DO TRABALHO

Considerando as propriedades empíricas observadas nas passivas e a maneira como a literatura vem tratando o tema, esta pesquisa tem o intuito de oferecer uma caracterização mais detalhada desse fenômeno, construindo uma abordagem teórica mais abrangente e explicativa para essas formações. Para tanto, o objetivo geral e seus desdobramentos específicos são sistematizados a seguir:

### **Objetivo geral:**

- (i) Identificar a natureza do fenômeno conhecido como “passiva”, isto é, explorar qual é a configuração sintática subjacente a essas formações, para fornecer uma

análise formal de cunho abrangente, capaz de se aplicar às passivas de modo geral, e não apenas a realizações específicas e/ou de línguas específicas.

**Objetivos específicos:**

- (i) identificar e mapear quais mecanismos formais são responsáveis por gerar as diferentes realizações da passiva, quais sejam, a passiva sintética e a passiva analítica;
- (ii) propor uma derivação formal cuja base seja aplicável a ambos os tipos de passiva, a partir de um conjunto definido de ferramentas teóricas já independentemente motivadas na literatura;
- (iii) identificar e formalizar a natureza do particípio presente nas passivas analíticas, de modo a explicar por que esse elemento, que faz parte de uma formação verbal, apresenta um comportamento misto, com propriedades adjetivais;
- (iv) identificar e formalizar a natureza do marcador das passivas sintéticas, constantemente debatida na literatura, que se divide entre considerá-lo a realização de um núcleo funcional ou de um argumento verbal;
- (v) averiguar qual é a relação entre as passivas e outras formações que compartilham material com elas, como as chamadas passivas adjetivais e os sincretismos da passiva sintética (os domínios anticausativo, reflexivo e médio);

Alcançar esses objetivos nos permitirá obter um entendimento maior das passivas, o que aponta para a relevância da pesquisa na busca de uma cobertura empírica translinguisticamente abrangente e de uma análise teórica explicativamente adequada.

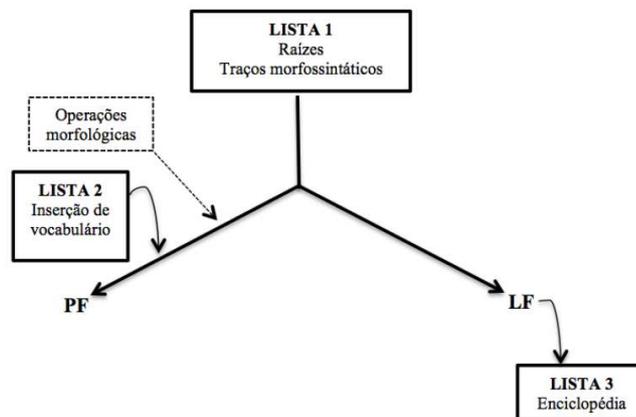
## 2.2 MODELO TEÓRICO: MORFOLOGIA DISTRIBUÍDA

A MD é um modelo teórico de análise linguística situado na vertente não lexicalista das abordagens gerativistas, cujas propostas iniciais se originam em Halle e Marantz (1993) e Marantz (1997). Seu ponto central é uma visão sintática para a formação de palavras: o modelo considera que há apenas um componente gerativo na gramática, a sintaxe. Assim, todo elemento linguístico complexo, incluindo palavras, sintagmas ou sentenças, é construído sintaticamente, sob a aplicação dos mesmos mecanismos.

Essa é uma visão contrária às vertentes lexicalistas do gerativismo, que, em linhas gerais, assumem uma divisão entre a formação de palavras, atribuída ao componente lexical, e a formação de sentenças, atribuída ao componente sintático. A MD, por sua vez, ao rejeitar essa divisão, desenvolve a visão de que o léxico seria um componente que apenas armazena os primitivos da gramática. Em função disso, propriedades anteriormente associadas ao léxico são distribuídas ao longo de toda a derivação, sendo acessadas apenas no momento em que se fazem necessárias.

Tendo uma base gerativista, a MD se alinha aos mesmos preceitos gerais dessa abordagem, com a derivação de uma expressão linguística seguindo os seguintes passos: (i) um componente pré-sintático – aqui não mais o léxico, mas sim o que o modelo chama de Lista 1 – fornece elementos para a atuação da sintaxe; (ii) a sintaxe manipula esses elementos, basicamente via *merge*; (iii) a estrutura construída pela sintaxe sofre *spell-out*, sendo enviada para os componentes de interface, PF (*phonological form* / “forma fonológica”) e LF (*logical form* / “forma lógica”). Além desses passos gerais, a MD introduz alguns conceitos que a diferenciam dos outros modelos, os quais exploraremos brevemente. Para tanto, seu modelo de gramática é representado na Figura 1, a seguir.

Figura 1 – Estrutura da gramática na Morfologia Distribuída



Fonte: Bassani e Minussi (2015, p. 140).

A chamada Lista 1 é essencialmente o que restou na MD da concepção de léxico. Por isso, essa lista também é chamada de “Léxico Estrito”. Esse componente contém basicamente os primitivos para a derivação sintática: raízes e traços morfossintáticos. É através da manipulação desses elementos que a sintaxe atua para construir estruturas complexas. Uma característica importante do modelo é o entendimento de que raízes são acategoriais. Assim, a definição da categoria das formações linguísticas se dá na sintaxe, via a concatenação de raízes e

categorizadores. Os categorizadores, representados pela inicial da categoria a que se referem, como *v* (verbos), *n* (nomes) e *a* (adjetivos), são elementos funcionais compostos por feixes de traços que, ao serem concatenados a uma raiz, fornecem uma categoria à estrutura. Além dos categorizadores, os traços morfossintáticos presentes na Lista 1 codificam informações lógicas com as quais a sintaxe trabalha, como tempo, número e pessoa gramatical.

Já a Lista 2, também chamada de “Vocabulário”, armazena os expoentes fonológicos disponíveis para determinada língua, juntamente com os seus contextos de inserção. Dessa forma, o modelo da MD adota a ideia de inserção tardia da fonologia. Isso significa que a sintaxe atua sobre nós terminais abstratos<sup>5</sup>, que só recebem conteúdo fonológico pós-sintaticamente, depois do *spell-out*, no ramo de PF. Esse processo é conhecido como Inserção de Vocabulário, e os expoentes armazenados na Lista 2 são, então, chamados de Itens de Vocabulário (IVs). A Inserção de Vocabulário é regulada por competição entre os IVs, na qual ganha aquele cujas instruções de inserção contiverem o maior número de traços morfossintáticos correspondente aos nós terminais da sintaxe. Halle e Marantz (1994) sintetizam assim o processo:

Para um Item de Vocabulário ser inserido em um nó terminal, os traços identificadores do Item de Vocabulário devem ser um subconjunto dos traços do nó terminal. A inserção não pode acontecer se o Item contiver traços identificadores que não aparecem no nó. O Item não precisa conter todos os traços especificados no nó; na verdade, os Itens de Vocabulário tipicamente são subespecificados com relação aos traços dos nós nos quais são inseridos. Por isso, não é incomum que vários Itens de Vocabulário estejam disponíveis para inserção em um mesmo nó terminal. O Item de Vocabulário mais altamente especificado cujos traços identificadores sejam um subconjunto dos traços do nó terminal vence a competição e é inserido<sup>6</sup> (Halle; Marantz, 1994, p. 276).

O sistema que regula a inserção é conhecido como Princípio do Subconjunto (Halle, 1997), já que o IV pode conter todos os traços requeridos pela sintaxe ou apenas uma parte deles, isto é, um subconjunto. Deve-se ressaltar que o IV escolhido sempre será aquele mais

---

<sup>5</sup> Enquanto a inserção tardia é aceita amplamente para itens funcionais, há questionamentos na literatura quanto à sua aplicabilidade às raízes. Essa questão, contudo, não é relevante para a proposta que desenvolvemos, que é compatível com diferentes visões sobre esse elemento. Para mais sobre esse debate, cf. Minussi (2022).

<sup>6</sup> “In order for a Vocabulary Item to be inserted in a terminal node, the identifying features of the Vocabulary Item must be a subset of the features at the terminal node. Insertion may not take place if the Item has identifying features that do not appear at the node. The Item need not match every feature specified in the node; rather Vocabulary Items are characteristically underspecified with respect to the features of the nodes into which they are inserted. It is therefore not uncommon for several Vocabulary Items to be available for insertion into a given terminal node. The most highly specified Vocabulary Item whose identifying features are a subset of the features of the terminal node wins the competition and is inserted.”

especificado em relação aos traços do nó sintático. Assim, um item subespecificado não será escolhido se houver um IV totalmente especificado disponível na Lista 2. Além disso, na comparação entre IVs subespecificados, o que contiver mais traços compatíveis com a sintaxe vencerá a competição. Finalmente, um IV que possua traços que não estão presentes no nó sintático não poderá ser inserido. A subespecificação é uma importante ferramenta no modelo para lidar, por exemplo, com o fenômeno do sincretismo, uma vez que ela permite que um mesmo IV atenda a mais de uma configuração sintática.

A Lista 3, por fim, também chamada de “Enciclopédia”, armazena a semântica “de mundo”, isto é, aquela que não é derivada das relações sintáticas. Como apontam Armelin e Nóbrega (2022, p. 156),

[...] alguns aspectos da interpretação das expressões linguísticas não podem ser derivados da constituição de traços formais da estrutura sintática, como a distinção entre dois substantivos animados como *gato* e *cachorro*, por exemplo. Tais informações arbitrárias e irrelevantes para o sistema computacional são localizadas, no modelo da Morfologia Distribuída, na Lista 3 ou Enciclopédia. Em linhas gerais, as entradas enciclopédicas estão associadas a raízes específicas inseridas em contextos hierárquicos sintaticamente construídos, de modo que a Lista 3 atribui significado conceitual a uma porção de estrutura sintática.

A Lista 3 é, portanto, um repositório de toda a semântica não derivável sintaticamente. Na maior parte dos casos, isso se refere, como mencionado pelos autores, aos significados das raízes em contexto sintáticos específicos, mas não apenas. Há nas línguas certos sentidos que não estão associados a uma única raiz ou palavra, mas a unidades maiores, como as expressões idiomáticas.

Além dessas três listas, o modelo também se caracteriza por incluir, no ramo de PF, um componente responsável por operações morfológicas. Essas operações são, em suma, pequenos ajustes promovidos na estrutura sintática após o *spell-out*, geralmente para atender a condições de boa formação particulares das línguas. A razão para postular a existência dessas operações é empírica, já que não raro é possível observar *mismatches* entre a constituição sintática de um elemento e sua realização fonológica. Nesse sentido, como apontam Embick e Noyer (2001, p. 558),

nem todos os morfemas relevantes para a pronúncia estão presentes na sintaxe antes do Spell-Out e da Morfologia. Em outras palavras, nem todos os constituintes das palavras são entidades sintáticas; muitos não são e são apenas morfológicos (Harris, 1991; Noyer, 1997). Certas posições estruturais dentro das palavras e talvez dos sintagmas são inseridas na Morfologia, sujeitas a várias

condições. Por exemplo, muitas línguas exigem que as bases nominais e adjetivais sejam aumentadas por morfemas de caso que não são, eles mesmos, projeções sintáticas. Esses morfemas devem ser adicionados pós-sintaticamente, durante a Morfologia [...]<sup>7</sup>.

Como a argumentação de Embick e Noyer (2001) demonstra, as operações do componente morfológico afetam apenas a forma das palavras. Tais operações ocorrem após o *spell-out* e, por isso, a sintaxe é cega em relação a elas. Da mesma maneira, LF não pode acessar o que ocorre nesse componente, logo o que ocorre na morfologia não desencadeia consequências interpretativas. É importante ressaltar, ainda, que a atuação das operações morfológicas é bastante restrita, aplicável apenas em contextos específicos e bem-delimitados<sup>8</sup>.

A partir dessa apresentação panorâmica do modelo da MD, avançamos, na próxima seção, para uma exposição da proposta geral defendida nesta tese.

### 1.3 A PROPOSTA DESTA TESE: PASSIVAS COMO EPIFENÔMENOS

As análises de passivas, de maneira geral, se concentram na ideia de que existem núcleos funcionais e traços específicos para a geração desse tipo de estrutura. Por exemplo, Adger (2003) e Bruening (2014) propõem a existência de um núcleo funcional passivizador, que chamam de Pass. Em Embick (2000), há a proposta de que um traço morfossintático [pass] desencadeia os efeitos que caracterizam as passivas. Já em Alexiadou (2013) e Alexiadou, Anagnostopoulou e Schäfer (2015), vê-se a ideia de que o núcleo *Voice*, introdutor do argumento externo (Kratzer, 1996), pode ter um sabor passivo, sendo, então, o responsável por essa construção. As implementações variam em suas especificidades, mas essa concepção de que existem elementos na sintaxe que têm a função de formar as passivas é dominante na literatura.

Nosso trabalho se afasta dessa visão, porque, na nossa perspectiva, um núcleo funcional ou um traço de passiva (ou outro mecanismo semelhante) parece pouco motivado, uma vez que nem a função, nem o sentido da passiva puderam ser pacificamente definidos na literatura – o que, por conseguinte, torna difícil formalizar o que exatamente tal núcleo ou traço faz. Há uma

---

<sup>7</sup> “not all morphemes relevant to pronunciation are present in syntax prior to Spell-Out and Morphology. In other words, not all word constituents are syntactic entities; many are not and are purely morphological (Harris 1991, Noyer 1997). Certain structural positions within words and perhaps phrases are inserted in Morphology subject to various conditions. For example, many languages require noun and adjective stems to be augmented by case morphemes that are not themselves syntactic projections. These morphemes must be added postsyntactically during Morphology [...].”

<sup>8</sup> A adição de morfemas mencionada pelos autores é apenas uma de diversas operações possíveis. Para uma descrição detalhada dessas e outras operações, cf. Scher (2022).

visão recorrente, não apenas na literatura de base gerativa, mas de maneira geral, de que a passiva é uma espécie de mecanismo de foco, que coloca o objeto em evidência no lugar do sujeito (Haspelmath, 1990; Andersen, 1994; entre outros). Contudo, como aponta Abraham (2006a), há línguas em que a passiva não acarreta qualquer efeito de focalização. Ademais, diferentemente do que as definições mais tradicionais postulam, podem-se formar passivas não apenas de verbos transitivos, mas também de inergativos e, em certos casos, até mesmo de inacusativos. Sendo assim, parece difícil definir a passiva em função do objeto verbal.

Quanto ao sentido, é comum que se fale em “sentido passivo” ou “sentido não ativo” nas caracterizações do fenômeno (cf. Alexiadou, 2013; 2014). Mas isso também é questionado na literatura. Como discutido no início do capítulo, uma sentença na voz passiva carrega essencialmente a mesma informação que sua contraparte ativa, mas em outra configuração sintática. Inclusive, várias definições formais da voz passiva colocam esta como uma das suas características centrais. Um exemplo é a de Farrel (2005, p. 66), segundo a qual a passiva “funciona como uma alternativa sistemática a um tipo de oração transitiva mais básica”<sup>9</sup>. Sendo assim, o sentido da passiva (e possivelmente até sua função) poderia ser considerado o mesmo da ativa, o que tornaria inadequado falar em um sentido passivo<sup>10</sup>.

Outro elemento relevante nessa discussão é o fato de que as passivas comumente compartilham material com alguma outra formação, isto é, elas são sincréticas. As passivas analíticas possuem uma contraparte nas chamadas passivas adjetivais, enquanto as sintéticas dividem material com uma série relativamente estável de contextos translinguisticamente, que inclui anticausativos, voz média e reflexivos (Lazzarini-Cyrino, 2015). Essa relativa sistematicidade sugere que há um mecanismo formal em comum nessas construções, bem como algum grau de sobreposição em seus elementos constituintes, para que possa ocorrer uma perda de oposição. Quando se leva isso em consideração, torna-se ainda mais difícil definir a passiva em termos de um sentido ou uma função específicos, já que é preciso também considerar o que isso acarreta para seus pares.

Nessa linha de raciocínio, alguns autores (Lazzarini-Cyrino, 2015; Gonçalves, 2021; entre outros) vêm buscando maneiras de derivar a passiva sem um núcleo ou traço específico, mas sim concentrando sua investigação nas propriedades observáveis do fenômeno. A proposta que apresentamos nesta tese se enquadra nesse tipo de abordagem. Partindo de questionamentos

---

<sup>9</sup> “[...] functions as a systematic alternative to some more basic transitive clause type.”

<sup>10</sup> Isso não significa, naturalmente, dizer que elas são absolutamente idênticas, já que há diferenças com relação a, por exemplo, frequência de uso e implicações pragmáticas, como nível de formalidade e/ou adequação a determinadas situações comunicativas. Entretanto, esse tipo de distinção se encontra em outro domínio, não na sua constituição sintática.

como os relacionados à forma e ao sentido da passiva e aos seus sincretismos, desenvolvemos um sistema que pode derivar a passiva com base nas suas propriedades e na maneira como elas interagem com o ambiente sintático ao seu redor. Com isso, chegamos à conclusão de que elas não se originam em núcleos ou traços específicos, mas sim são epifenômenos, ou seja, apenas a forma final de algo desencadeado em um certo contexto sintático<sup>11</sup>.

Mais especificamente, propomos que a composição sintática que gera a passiva é uma incongruência: uma construção verbal que requer um argumento externo, mas na qual esse argumento não está presente. Assim, defendemos que não é o argumento interno o elemento essencial para a passiva, mas sim o externo – ou, mais especificamente, a sua ausência. Existem verbos que podem ser formados na ausência do argumento externo sem que isso cause, no entanto, problemas para estrutura sintática, como os inacusativos, que denotam ações que não são desencadeadas por um agente ou uma causa externa, como “crescer”. Esses eventos são considerados naturais ou espontâneos, sem agentividade ou volição. Por outro lado, há eventos que só podem ocorrer se houver um desencadeador externo à ação, como “matar”. Nesse caso, necessariamente alguém ou algo realizou a ação. De maneira geral, na nossa visão, o que gera a passiva é a omissão do agente nesse tipo de verbo.

Seguindo a abordagem de Alexiadou, Anagnostopoulou e Schäfer (2006), consideramos que os verbos que formam passivas são, de maneira geral, aqueles construídos a partir de raízes agentivas ou externamente causadas. Devido à natureza da raiz, esses verbos requerem um argumento externo. Em nossa análise, isso significa que o núcleo *Voice* é projetado obrigatoriamente neles, já que é o responsável por introduzir esse argumento. Se a sintaxe se depara com uma estrutura em que há o núcleo *Voice*, mas não há nenhum elemento disponível para ocupar sua posição de especificador, a derivação não poderia convergir, já que as necessidades de seleção de *Voice* ficariam sem ser atendidas. Diante dessa situação, propomos que a sintaxe se vale de mecanismos de reparo, para “salvar” a derivação. Na nossa proposta, existem, então, dois recursos capazes de realizar esse objetivo, cada um dos quais resultará em um tipo de passiva, a analítica ou a sintética.

---

<sup>11</sup> Cabe aqui uma elucidação quanto ao termo “epifenômeno”, pois ele pode ser ambíguo no contexto dos estudos em que nosso trabalho se insere. Em um modelo gerativista contemporâneo, em que as estruturas são geradas a partir da organização de núcleos na sintaxe, é possível argumentar que tudo é um epifenômeno. Estamos empregando o termo, no entanto, em favor de uma análise que não apresenta núcleos, traços ou dispositivos formais específicos para a passivização. Poderíamos considerar as passivas um “fenômeno” propriamente em uma proposta como a de Embick (2004a), em que sua formação é resultado da presença de um traço específico, [pass], na sintaxe. Em nossa análise, por outro lado, por não haver um dispositivo específico ao qual a forma passiva está associada, pode-se dizer que se trata de um “epifenômeno”: é o conjunto das circunstâncias que leva à sua realização.

A primeira possibilidade é fazer com que a presença do desencadeador do evento deixe de ser necessária. Isso pode ser feito via conversão da categoria da estrutura para alguma que não exija o argumento externo, como os adjetivos. Propomos que os participípios são capazes de fazer isso, pois se configuram como uma categoria mista nos moldes de Panagiotidis (2015), ou seja, como um *Switch*. Eles carregam um traço não interpretável da categoria verbal e, por isso, podem se concatenar a uma sequência de projeções iniciada com um verbo; mas são tratados pela sintaxe como adjetivos, pois carregam também um traço interpretável da categoria adjetival, que define seu rótulo. Por isso, ao se concatenarem, os participípios efetivamente promovem uma mudança de categoria. Assim, os participípios denotam uma semântica de estado (2006a), que é uma espécie de propriedade, se comportando como adjetivos, prototipicamente a categoria que veicula esse tipo de semântica. Quando um verbo, que denota um evento, se une a um núcleo participial, a leitura que se forma é a de um estado (ainda que resultante de um evento prévio). Propomos que essa semântica dispensa o argumento externo, pois estados não são agentivos ou causativos. Isso, por sua vez, se reflete na propriedade de os adjetivos não licenciarem argumento externo. Como tal, na prática, a entrada do participípio bloqueia a entrada do argumento externo. Como agora o que se tem é um adjetivo, um verbo auxiliar é projetado para fazer a estrutura retornar ao domínio verbal. Em linhas gerais, a inserção do participípio e as consequências resultantes disso geram a passiva analítica.

A segunda possibilidade que a sintaxe encontra diante da presença de *Voice* e da ausência do argumento externo é introduzir um argumento genérico para ocupar a posição de especificador de *Voice*. Assim, seus requerimentos sintáticos serão atendidos e a derivação poderá convergir. Para que essa operação não desencadeie alterações no sentido construído até então, ele precisa ser semanticamente vácuo. Defendemos, diante disso, que o que é inserido nessa posição é uma anáfora, no sentido de Heinat (2005; 2006), uma peça cujo significado é definido contextualmente, via ligação. Como a posição de especificador de *Voice* é alta, ela não poderá se ligar e a anáfora ficará sem sua referência. Assim, atende-se à requisição de *Voice* sem mudança de significado. Esse elemento posteriormente se incorpora ao verbo, tornando-se um clítico ou afixo, ou seja, a marca que identifica a passiva sintética<sup>12</sup>.

Essa é a proposta geral desta tese, que, a partir de uma base comum, pode derivar os dois tipos de passiva. A partir de características específicas das línguas, como padrões de concordância ou de atribuição de caso, esse sistema também pode capturar as variações nas

---

<sup>12</sup> Isso se aplica tanto às passivas marcadas com clíticos quanto às marcadas com afixos, que defendemos possuir a mesma estrutura sintática. Exploraremos o que causa as diferenças de realização, bem como a própria motivação para a incorporação da anáfora, no capítulo 4.

realizações translinguísticas dessas construções. Além disso, nossa análise tem o potencial de ser estendida para os domínios sincréticos, de modo a identificar por que eles se assemelham e como diferem das passivas. Explorando essas questões detalhadamente ao longo da tese, esperamos, ao final do trabalho, fornecer um quadro de análise que seja capaz de contemplar as passivas de maneira ampla, unificando-as sob uma mesma lógica geral.

Para tanto, este trabalho se divide em sete capítulos, a começar por esta introdução, que constitui o capítulo 1. A parte inicial da tese tem um caráter mais teórico, com foco em caracterizar o fenômeno e explorar suas características gerais. Assim, fazemos, no capítulo 2, uma descrição do objeto de pesquisa, apresentando as propriedades gerais dos dois tipos de passivas, bem como suas principais variações translinguísticas, além de discutirmos contextos com os quais elas compartilham material. Em seguida, no capítulo 3, nos voltamos a uma revisão da literatura dedicada à análise das passivas. Nele, discutimos os aspectos teóricos de algumas propostas e as analisamos também em relação às características do fenômeno que foram levantadas anteriormente. No capítulo 4, apresentamos, então, nossa proposta de análise. Inicialmente, introduzimos os mecanismos teóricos necessários para a sua implementação e, em seguida, fazemos uso do que foi discutido nos capítulos anteriores para estabelecer uma derivação que contemple as características das passivas e evite as limitações identificadas em trabalhos prévios.

Os capítulos seguintes tomam a discussão empreendida até então, baseada em uma visão mais generalizante da passiva, como ponto de partida para um olhar mais aplicado, explorando estruturas específicas. O capítulo 5 é dedicado a analisar os desdobramentos imediatos da proposta apresentada. Verificamos como o agente da passiva se integra ao sistema construído e como esse sistema lida com formações menos canônicas, como as passivas de verbos intransitivos e de verbos de sentimento. O capítulo 6 continua esse esforço, mas agora com foco em formações que não são propriamente passivas, mas compartilham material com elas, quais sejam, as passivas analíticas e os contextos do SPR. Por fim, o capítulo 7 encerra o trabalho com nossas considerações finais.

## 2 APRESENTAÇÃO DO FENÔMENO: A VOZ PASSIVA

Este capítulo se dedica a descrever o fenômeno da voz passiva – mais especificamente, o tipo de construção passiva que definimos como escopo do nosso trabalho: as passivas verbais (ou eventivas). Como a proposta desta tese é desenvolver uma análise para o fenômeno de maneira geral, nosso foco neste momento serão as características principais da passiva, que se mantêm relativamente estáveis de língua para língua. Pontos de variabilidade serão abordados na medida que for possível encontrar algum tipo de previsibilidade neles, para que a discussão não se torne mais ampla do que o permitido pelo escopo da seção<sup>13</sup>.

Considerando nosso intuito de desenvolver uma proposta com potencial para aplicação translinguística, recorreremos a dados de diversas línguas em nosso esforço descritivo neste capítulo. Ainda assim, dado que a língua de trabalho é o português, nossas reflexões muitas vezes partirão desse idioma, bem como diversos dos nossos exemplos. As outras línguas que compõem o escopo da investigação são majoritariamente de base indo-europeia (em especial as de base românica, germânica e eslava), devido a uma disponibilidade maior de dados, mas fazemos referência a outras línguas quando possível.

Para explorar devidamente o tema, que é bastante amplo e complexo, o capítulo se divide em seções. Na seção 2.1, começamos com uma caracterização mais geral da passiva, tendo como foco identificar como vem sendo definida por diversos autores, bem como quais propriedades podem ser consideradas as prototípicas do fenômeno. Veremos, entre outras questões, que a passiva pode se realizar de duas maneiras, a analítica e a sintética, e por isso o próximo passo será explorar cada uma delas individualmente. Assim, na seção 2.2, nos aprofundamos na investigação da passiva analítica, verificando como ela varia de língua para língua em relação a uma série de fatores, como escolha do auxiliar, compatibilidade com o agente da passiva e sensibilidade a informações estruturais como o aspecto. Na seção 2.3, fazemos o mesmo com a passiva sintética, detalhando questões similares e explorando também as diferenças entre aquelas que são marcadas por sufixos e as que são marcadas por clíticos. Na seção 2.4, são discutidas algumas construções que compartilham material com as passivas: as chamadas passivas adjetivais e os sincretismos da passiva sintética, que compreendem os anticausativos, a voz média e os verbos reflexivos. O intuito é identificar até que ponto essas formações se assemelham e se distinguem das passivas, para que nossa análise possa levar em conta os aspectos

---

<sup>13</sup> Particularidades que escapam a esses padrões mais gerais serão abordadas no nosso capítulo 5, quando exploraremos os desdobramentos da proposta de base.

relevantes. Na seção 2.5, fazemos uma síntese das informações discutidas para encerrar o capítulo.

## 2.1 A VOZ PASSIVA: CARACTERIZAÇÃO GERAL

As estruturas conhecidas como passivas fazem parte de um fenômeno linguístico maior, a voz ou diátese. Originando-se na tradição gramatical grega, o termo *diáthesis* (διάθεσις) pode ser traduzido como “disposição” e era originalmente usado para descrever o comportamento verbal em relação ao seu sujeito (O’Rorke, 2016). Os gramáticos gregos, de maneira geral, consideravam haver três diáteses: *energetiké* (ἐνεργητική), *pathetiké* (πάθητική) e *mése* (μέση). A primeira, que pode ser traduzida como “energética” ou “ativa”, indicava que o sujeito era o realizador da ação verbal; a segunda, “patética” ou “experiencial”, denotava que o sujeito sofria a ação; por fim, a terceira, “média”, tinha uma abrangência mais ampla, remetendo a ações em que o sujeito não seria considerado exatamente o realizador ou o sofredor da ação (O’Rorke, 2016). A diátese não se limitava a uma descrição semântica, contudo: a cada uma correspondia uma forma verbal específica (isto é, um paradigma de conjugação).

Na gramática latina, vastamente influenciada pela grega, o conceito de diátese passou a ser chamado de *vox* (“voz”), e seus paradigmas foram chamados *activum* e *passivum* (“ativo” e “passivo”) – grosso modo, correspondentes às duas primeiras diáteses gregas. Como não havia no latim um terceiro paradigma morfológico de voz, a chamada diátese “média” foi deixada de lado. Embora os gramáticos latinos não tenham deixado de perceber que também em sua língua havia verbos que não se encaixavam perfeitamente em uma dessas duas classificações<sup>14</sup>, foi priorizado o comportamento morfossintático dos verbos e, de modo geral, nas gramáticas tradicionais do latim, não se considera que exista uma terceira voz<sup>15</sup>.

A nomenclatura latina se difundiu e é amplamente usada até os dias atuais, tanto nas gramáticas tradicionais, normativas, quanto nos estudos linguísticos. Dentro do primeiro grupo, Bechara (2009, p. 108) afirma que há duas vozes possíveis para o verbo no português: a ativa,

<sup>14</sup> Um exemplo (e talvez mais conhecido) são os verbos depoentes, que, de acordo com as descrições gramaticais, “embora tenham forma passiva, por haverem deposto ou abandonado a forma ativa, quanto ao significado são verdadeiramente ativos” (Faria, 1958, p. 158).

<sup>15</sup> Alguns autores, como Faria (1958) e Conte, Berti e Mariotti (2006), falam em outros tipos de voz. Por exemplo, para descrever ações reflexivas, usam os termos “voz médio-reflexiva” e “média”, respectivamente. Mesmo nesses casos, fica claro que essas outras vozes não são consideradas detentoras do mesmo estatuto da ativa e da passiva. Faria (1958, p. 157) menciona que a voz passiva “pode corresponder à médio-reflexiva”, enquanto Conte, Berti e Mariotti (2006, p. 70) afirmam que a voz passiva “serve também para expressar a voz média”. Ou seja, esses autores parecem considerar que há apenas duas vozes, mas que elas podem ser utilizadas com sentidos especiais em determinados contextos.

“forma em que o verbo se apresenta para normalmente indicar que a pessoa a que se refere é o *agente* da ação”, e a passiva, “que indica que a pessoa é o *objeto* da ação verbal” (destaques no original). Similarmente, Cunha e Cintra (2017) definem a voz ativa como aquela em que o fato expresso pelo verbo é praticado pelo sujeito, e a passiva, como aquela em que o fato é sofrido pelo sujeito. Já em uma visão da literatura linguística descritiva, pode-se citar Kulikov (2011, p. 308), para quem o fenômeno da voz faz referência à “oposição morfológica entre duas séries de morfemas flexionais verbais”<sup>16</sup> (Kulikov, 2011, p. 368) e, “principalmente, à oposição entre formas e construções ativas e passivas, como em *Jack constrói a casa* x *A casa é construída (por Jack)*”<sup>17</sup> (Kulikov, 2011, p. 368-369).

A influência da tradição latina, com sua classificação binária de vozes, pode ser explicada pelo fato de que na maior parte das línguas de base indo-europeia só são encontrados dois paradigmas de voz (Abraham, 2006a). Com isso, é mais comum que hoje encontremos, seja em gramáticas tradicionais ou na literatura formal, menções não a uma voz média em si, mas a usos ou contextos de uso médios, expressos pela mesma morfossintaxe da voz ativa ou da passiva. Dado que a identidade desse domínio é tangencial para os objetivos do nosso trabalho, por ora, vamos nos concentrar no alvo da nossa investigação, a voz passiva. Todavia, retomaremos a questão posteriormente, já que, à medida que avançarmos em nossa exploração, será preciso dialogar com outras estruturas.

Por outro lado, para falar sobre a voz passiva, é imprescindível abordar também a ativa, posto que elas parecem possuir uma forte relação: em geral, uma pode ser usada como perífrase da outra, como observado por diversos autores (Farrell, 2005; Keenan; Dyer, 2007; Kulikov, 2011; por exemplo). Mais especificamente, elas parecem coexistir sob uma relação de oposição ou de complementaridade: expressam o mesmo sentido, mas via estruturas morfossintáticas distintas. Observem-se os exemplos em (3):

(3) Voz ativa e passiva em português

- |   |               |
|---|---------------|
| a. Os jogadores venceram a partida.         | (voz ativa)   |
| b. A partida foi vencida (pelos jogadores). | (voz passiva) |

Em linhas gerais, essas sentenças transmitem o mesmo significado básico: ambas poderiam ser usadas para descrever um mesmo evento. Mas o argumento interno “a partida”, que

<sup>16</sup> “[...] morphological opposition between two series of verbal inflectional morphemes.”

<sup>17</sup> “[...] above all, to the opposition between the active and passive forms and constructions, as in *Jack builds the house* vs. *The house is built (by Jack)*.”

preenche a posição de objeto em (3a), é o sujeito em (3b), enquanto o argumento externo “os jogadores”, que ocupa a posição de sujeito em (3a), passa a ser opcional em (3b) – e, se incluído, aparece como um sintagma preposicional (chamado tradicionalmente de “agente da passiva”). A mudança se reflete claramente no verbo, que precisa concordar com o sujeito e, por isso, exibe forma plural na sentença ativa, mas singular na passiva nesses exemplos. Ainda assim, apesar das diferenças sintáticas, “os jogadores” continuam a ser os agentes da ação em ambas as versões, e “a partida” é sempre o seu paciente/ tema. Pode-se dizer, então, que os argumentos verbais assumem funções sintáticas opostas na sentença ativa e na passiva, mas mantêm um mesmo papel semântico nas duas estruturas.

É importante notar também outras distinções entre a ativa e a passiva quanto à construção verbal: se em (3a) temos um único verbo conjugado em forma finita, em (3b) encontramos um verbo auxiliar e um particípio. Nesse caso, tanto o auxiliar quanto o particípio concordam com o sujeito, sendo que este último elemento possui um padrão de concordância diferente daquele visto na forma verbal finita: ao invés de concordar em número e pessoa, concorda em número e gênero. Tal comportamento justifica a compreensão tradicional de que o particípio é uma das chamadas “formas nominais do verbo”. Esse grupo de formas, que inclui também o infinitivo e o gerúndio, embora tenha um verbo como base, também apresenta propriedades nominais – no caso do particípio, mais especificamente, adjetivais.

Em português, a voz passiva é mais recorrentemente formada como em (3b), isto é, com a combinação de verbo auxiliar e particípio do verbo principal. Há, porém, outra estrutura também reconhecida como passiva na literatura, a qual faz uso do clítico “se”. Devido à sua forma reduzida, ela é conhecida como passiva sintética – enquanto a passiva que se utiliza do particípio é chamada de analítica. A mesma oposição vista em (3) pode ser expressa pela passiva sintética, como se observa em (4):

(4) Voz ativa e os dois tipos de passiva em português

- |  |                         |
|--|-------------------------|
| a. Os jogadores venceram a partida.                | (voz ativa)             |
| b. A partida <u>foi vencida</u> (pelos jogadores). | (voz passiva analítica) |
| c. Venceu- <u>se</u> a partida (*pelos jogadores). | (voz passiva sintética) |

Como a passiva analítica, então, a voz passiva sintética dispensa a necessidade de expressar um agente para a ação e promove o paciente ou tema à posição de sujeito sintático. Isso novamente fica claro pela concordância do verbo, que em (4c) também assume uma forma singular, como em (4b). Porém, a passiva sintética em (4c), como a ativa em (4a), apresenta apenas

um verbo finito, conjugado de maneira idêntica ao paradigma da voz ativa, mas acrescido do clítico “se”. Outra diferença da passiva sintética em relação à analítica é que a sua demissão do sujeito – ao menos em português – parece ser ainda “mais forte”: enquanto em (4b) ele é opcional, em (4c) é impossível projetá-lo, ou seja, sua presença produziria uma sentença agramatical.

A despeito das diferenças na morfossintaxe, essas duas formas da passiva podem ser usadas de maneira intercambiável em diversos contextos no português. Os dados em (5) nos trazem versões alternativas para três combinações de tempo/modo diferentes:

(5) Passiva analítica x sintética em português

- |  |                                |
|--|--------------------------------|
| a. Casas <u>são vendidas</u> .         | (passiva analítica – presente) |
| b. <u>Vendem-se</u> casas.             | (passiva sintética – presente) |
| c. Os inimigos <u>foram vencidos</u> . | (passiva analítica – perfeito) |
| d. <u>Venceram-se</u> os inimigos      | (passiva sintética – perfeito) |
| e. A proposta <u>será estudada</u> .   | (passiva analítica – futuro)   |
| f. <u>Estudar-se-á</u> a proposta.     | (passiva sintética – futuro)   |

Como mencionado, as passivas analíticas são mais recorrentes no português cotidiano. Entretanto, ainda que um dado como o de (5f) seja pouco usual, é uma perífrase aceitável de (5e), que pode ser compreendida pelos falantes. De fato, de acordo com Bechara (2009), o que difere os dois tipos de passiva é apenas o fato de que a passiva analítica pode ser usada com todas as pessoas do discurso, mas a sintética apenas com a terceira.

Uma configuração de vozes similar é encontrada em diversas outras línguas românicas, como o espanhol e o italiano. Os dois tipos de passiva também estão disponíveis nessas línguas, e elas se constituem da mesma maneira: seu equivalente do verbo “ser” + particípio nas analíticas, um análogo de “se” nas sintéticas. Línguas de outras famílias também apresentam sistemas parecidos. Por exemplo, o islandês, língua escandinava, tem uma passiva analítica formada com o auxiliar *vera* (“ser”), e uma sintética formada com o clítico *-st*. Já entre as línguas eslavas, um exemplo é o tcheco: sua passiva analítica utiliza o verbo *být* (“ser”), e a sintética, também um clítico *se*. Nota-se, portanto, que é uma construção bastante recorrente e que parece apresentar certa regularidade.

Algumas outras línguas, por sua vez, apresentam variações mais notáveis nos padrões de realização das suas passivas. Apenas a título de exemplo, pode-se citar o latim, em que há também os dois tipos de passivas (a analítica e a sintética). Mas nessa língua o uso de uma ou

outra é condicionado por uma informação gramatical, o aspecto: no *īnfectum* (“imperfeito”), as passivas são sempre sintéticas; no *perfectum* (“perfeito”), sempre analíticas<sup>18</sup>. Além disso, enquanto a passiva analítica é semelhante à do português, formada pela combinação do verbo *sum* (“ser”) com um particípio, a sintética não emprega um clítico, mas sim um sufixo, o *-r*<sup>19</sup>. Em mais uma diferença em relação ao português, o latim forma passivas sintéticas com todas as pessoas, não apenas a terceira. Finalmente, o latim aceita o agente da passiva em ambas as versões da passiva, isto é, não o limita às analíticas.

Padrões semelhantes ao do latim podem ser encontrados em outras línguas, tanto clássicas quanto modernas. Como exemplo do primeiro caso, há o gótico, precursor das línguas germânicas. Nessa língua também é encontrada a mesma condição de uso entre passiva sintética e analítica dependente do aspecto (Wright, 1910). A sintética é marcada pelo sufixo *-da*, e a analítica, pela combinação do auxiliar *wisan* (“ser”) com o particípio. Já entre as línguas modernas, um exemplo é o dinamarquês. Sua passiva sintética é marcada com o afixo *-s*, e sua analítica, com o auxiliar *blive* (“tornar-se”). Outras línguas germânicas modernas, como o alemão e o holandês, também usam sua versão do verbo “tornar-se” para formar suas passivas (Keenan; Dryer, 2007). Cabe ressaltar, ainda, que nem sempre haverá mais de uma passiva disponível em uma língua; o alemão e o inglês, por exemplo, possuem apenas a analítica, enquanto o grego e o sânscrito possuem apenas a sintética (Grestenberger, 2021).

Considerando as diversas possibilidades de realização que a passiva apresenta translinguisticamente ou mesmo dentro de uma mesma língua, há muito debate sobre o que de fato é necessário para caracterizar essa construção. Nesse contexto, três pontos são recorrentes, geralmente aceitos como os prototípicos dessa estrutura (cf. Cinque, 1974; Siewierska, 1984; Shibatani, 1988; Andersen, 1994; Abraham, 2006a; entre outros): (i) o argumento interno desempenha a função de sujeito sintático; (ii) o argumento externo não é necessário, apesar de poder, por vezes, ser projetado como agente da passiva; e (iii) mesmo quando o agente da passiva não está presente, permanece uma leitura agentiva. Uma definição clássica, que sintetiza bem essas propriedades, é a de Siewierska (1984); para a autora, uma passiva é um “evento ou ação [...] causado por alguma pessoa ou coisa que não é o sujeito da passiva, mas o sujeito da ativa

<sup>18</sup> Mais especificamente, nas descrições das gramáticas latinas, *īnfectum* se refere ao presente, o pretérito imperfeito e o futuro (tempos que são considerados imperfectivos) e *perfectum* se refere ao pretérito perfeito, o pretérito mais-que-perfeito e o futuro perfeito (considerados perfectivos).

<sup>19</sup> O sufixo *-r* é entendido aqui como o *default* da língua, já que existem alomorfes, a depender da pessoa e do tempo verbal. De maneira geral, quando mencionamos algum clítico ou sufixo, qualquer que seja a língua, usamos a forma considerada *default*, mas deve-se ter em mente que estamos nos referindo ao seu uso de maneira geral, isto é, com suas possíveis variações de realização.

correspondente, e essa pessoa ou coisa, se não estiver explícita, é ao menos fortemente implicada”<sup>20</sup> (p. 256).

Por ora, partiremos dessa caracterização como referência geral, entendendo a passiva como uma estrutura que possui a mesma semântica de uma contraparte ativa, mas apresenta suas próprias características morfossintáticas. Vamos refinar essa compreensão ao longo do capítulo e do trabalho como um todo, à medida que explorarmos esse objeto com mais detalhamento.

## 2.2 A PASSIVA ANALÍTICA

Nesta seção, voltamos nossa atenção especificamente para a passiva analítica, a primeira das duas passivas que investigamos. Vamos explorar suas propriedades gerais, já discutidas em menor escala na seção introdutória no capítulo, aplicada à realidade das línguas, para mapear melhor sua distribuição. Além disso, vamos verificar como as passivas analíticas de diversas línguas se comportam com relação a uma série de fatores, quais sejam: seleção do verbo auxiliar, agente da passiva, promoção do objeto preposicionado a sujeito, sensibilidade a informações de tempo, aspecto e pessoa do discurso e compatibilidade com bases intransitivas.

As passivas analíticas estão disponíveis em uma variedade de línguas e são a principal estratégia de passivização em diversas delas, como o português e as demais línguas neolatinas (Kulikov, 2011). Também são encontradas recorrentemente nas línguas germânicas, nas quais algumas vezes são a única passiva disponível, como é o caso do inglês e do alemão (Abraham, 2006a). As passivas analíticas são assim chamadas porque se constituem por uma combinação de dois elementos: um verbo auxiliar e o particípio do verbo principal. Por conta dessa natureza, esse tipo de passiva também é chamado de “passiva perifrástica” (Cunha; Cintra, 2017). São encontradas na literatura, ainda, as nomenclaturas “passiva composicional”, “passiva derivacional” e “passiva sintática” para fazer referência a ela (Abraham, 2006a).

Um exemplo dessa passiva em português foi apresentado no início do capítulo. A seguir, em (6), trazemos um novo dado que mostra essa construção não apenas nessa língua, mas também em outras. Como será possível observar, embora existam certas variações, a estrutura geral se mantém a mesma, contendo um auxiliar e o particípio do verbo principal:

---

<sup>20</sup> “the event or action [...] brought about by some person or thing that is not the passive subject, but the subject of the corresponding active, and that person or thing if not overt is at least strongly implied.”

## (6) Voz passiva analítica translinguisticamente

|                  |                   |                        |               |
|------------------|-------------------|------------------------|---------------|
| a. O professor   | <u>foi</u>        | <u>elogiado.</u>       | (português)   |
| DET 3P-SING-MASC | SER-3P-SING       | ELOGIAR-PART-SING-MASC |               |
| b. El profesor   | <u>fue</u>        | <u>elogiado.</u>       | (espanhol)    |
| DET 3P-SING-MASC | SER-3P-SING       | ELOGIAR-PART-SING-MASC |               |
| c. Magister      | <u>est</u>        | <u>laudatus.</u>       | (latim)       |
| 3P-SING-MASC     | SER-3P-SING       | ELOGIAR-PART-SING-MASC |               |
| d. The teacher   | <u>was</u>        | <u>praised.</u>        | (inglês)      |
| DET 3P-SING-MASC | SER-3P-SING       | ELOGIAR-PART           |               |
| e. Der Lehrer    | <u>wurde</u>      | <u>gelobt.</u>         | (alemão)      |
| DET 3P-SING-MASC | TORNAR-SE-3P-SING | ELOGIAR-PART           |               |
| f. Læreren       | <u>blev</u>       | <u>rost.</u>           | (dinamarquês) |
| 3P-SING-MASC     | TORNAR-SE-3P-SING | ELOGIAR-PART           |               |
| g. Uchitel       | <u>byl</u>        | <u>poxválennyj.</u>    | (russo)       |
| 3P-SING-MASC     | SER-3P-SING       | ELOGIAR-PART-SING-MASC |               |
| h. Nauczyciel    | <u>został</u>     | <u>pochwalony.</u>     | (polonês)     |
| 3P-SING-MASC     | SER-3P-SING-MASC  | ELOGIAR-PART-SING-MASC |               |

Como o conjunto em (6) mostra, a passiva analítica se realiza com muita similaridade translinguisticamente, sempre apresentando um auxiliar e o particípio do verbo principal, que se comportam de maneira análoga. De maneira geral, isso significa que tanto o auxiliar quanto o particípio concordam com o sujeito da oração, que aqui é o argumento interno. A concordância realizada apresenta algumas variações nos dados em (6), devido às especificidades de cada língua. Por exemplo, enquanto na maior parte dos casos o auxiliar concorda em número e pessoa, no polonês (6h), há também concordância de gênero. Similarmente, a ausência de concordância no particípio do inglês (6d) se deve ao fato de que os particípios seguem o padrão de comportamento dos adjetivos, que, nessa língua, são invariáveis.

Distinções como essas são reflexos da morfossintaxe de cada língua e, por isso, não são tão relevantes para os propósitos deste trabalho, já que não representam propriedades da passiva em si. A seleção do verbo auxiliar, que muda de língua para língua, também pode ser incluída entre esses reflexos, mas é válido ressaltar que sua variação é muito mais limitada. Nos exemplos em (6), encontramos apenas dois verbos para todas as línguas contempladas. Em português, espanhol, latim, inglês e russo, o auxiliar é o (equivalente da língua do verbo) “ser”; em alemão, dinamarquês e polonês, encontramos o verbo “tornar-se”. O fato de que são encontrados apenas esses dois e não uma variação maior sugere que há algo específico das passivas nessa definição, embora não esteja claro que fatores determinam qual deles é eleito para cada língua<sup>21</sup>.

<sup>21</sup> De acordo com Abraham (2006a), o mais provável é que a definição do auxiliar da passiva seja uma idiosincrasia, cuja explicação estaria nos caminhos que as línguas seguiram diacronicamente. Porém, deve-se observar que há diferenciação mesmo entre línguas da mesma família; apenas no conjunto em

Ainda quanto aos auxiliares, o padrão amplamente dominante é que eles determinem as interpretações de tempo e aspecto da estrutura. Por exemplo, em (6), a forma *foi* é um pretérito perfeito e, assim, a sentença como um todo é entendida como pretérito perfeito. Isso se repete em todas as outras frases do conjunto (6)<sup>22</sup>, exceto (6c), o dado latino. Aqui, o auxiliar está no presente, embora o sentido seja o mesmo que o das outras línguas (ou seja, a oração em si está no pretérito perfeito). Essa característica é extremamente incomum: até onde pudemos averiguar, situação semelhante só ocorre na língua gótica (cf. Wright, 1910; Abraham, 2006a).

O participio e o verbo auxiliar são os dois elementos formais essenciais para a formação da passiva, mas existe um terceiro componente que pode ser encontrado nela, qual seja, o agente da passiva. Como relatado anteriormente, nas passivas, o agente ou desencadeador da ação – em geral expresso pelo argumento externo do verbo – não é obrigatório. Quando se deseja expressá-lo, isso comumente é feito com a ajuda de uma preposição, como “por” no português ou *by* no inglês. Esse sintagma preposicional é comumente chamado de agente da passiva na nomenclatura da gramática tradicional, mas também é conhecido na literatura como *by-phrase*, em referência à preposição do inglês que o encabeça. A seguir, em (7), apresentamos exemplos de passiva com *by-phrase*:

(7) Passiva analítica com *by-phrase*

a. *The new law was approved by the government.* (inglês)

“A nova lei foi aprovada pelo governo.”

b. *Castrum ab militibus protectum est.* (latim)

“A fortaleza foi protegida pelos soldados.”

A preposição que introduz o agente da passiva varia de língua para língua, mas parece haver certa predileção por algumas específicas. Nas línguas em que investigamos, a preposição encontrada sempre foi uma equivalente de “por” (*by* no inglês, *por* no espanhol, *przez* no polonês, por exemplo) ou “de” (*da* no italiano, *von* no alemão, *de* em romeno)<sup>23</sup>. Também há

---

(6), constata-se isso no grupo das línguas eslavas (entre russo e polonês) e no das germânicas (entre inglês, alemão e dinamarquês). Neste trabalho, não buscaremos explicar essa distinção nos auxiliares, pois nossa proposta não depende dessa informação para ser implementada e essa investigação faria com que a pesquisa se tornasse mais ampla do que o permitido para nossas limitações de escopo e de tempo.

<sup>22</sup> Descontando-se, novamente, eventuais especificidades das línguas. Por exemplo, em alemão não há uma distinção formal entre os aspectos perfectivo e imperfectivo, sendo *wurde* simplesmente “passado”. É o contexto que define se a leitura deve ser pontual ou durativa.

<sup>23</sup> Ressaltamos que estabelecer uma semântica específica para preposições é uma tarefa difícil, e por isso traduzi-las de maneira definitiva nem sempre é possível. Aqui, tratamos como “de” as preposições

algumas línguas, embora aparentemente em número muito menor, em que o agente da passiva não é preposicionado e se realiza apenas como um sintagma em um caso específico, quase sempre o instrumental<sup>24</sup> (é o que ocorre no tcheco, por exemplo), bem como línguas em que há as duas possibilidades, ou seja, ele pode ser preposicionado ou não (como no russo).

É preciso enfatizar, como o faz Siewierska (1984), que, apesar de o agente da passiva ser um elemento opcional, as passivas não dependem da sua presença para serem interpretadas como eventos agentivos. Em outras palavras, elas nunca expressam eventos espontâneos, mas sim sempre algo desencadeado por um agente ou algum outro causador externo. Nos casos em que o agente da passiva não é projetado, esse causador não é especificado, mas sua existência é implicada. Isso fica claro se compararmos a passiva a outros tipos de alternância argumental, como a anticausativa, na qual essa leitura não existe (ou ao menos é limitada), como se nota com os dados em (8):

(8) Alternância ativa-passiva e ativa-anticausativa

- |                                   |                                       |
|-----------------------------------|---------------------------------------|
| a. O João quebrou o copo.         | (ativa)                               |
| b. O copo foi quebrado pelo João. | (passiva com <i>by-phrase</i> )       |
| c. O copo foi quebrado.           | (passiva sem <i>by-phrase</i> )       |
| d. O copo quebrou.                | (anticausativa)                       |
| e. *O copo quebrou pelo João.     | (anticausativa com <i>by-phrase</i> ) |

A oração em (8b) explicita o agente da ação, mas (8c), embora não o faça, só pode ser interpretada como agentiva. A única diferença é que esse agente é desconhecido, mas não há possibilidade de que esse seja visto como um evento espontâneo. Isso fica ainda mais evidente diante de (8d), em que essa implicatura não é necessária. De fato, como (8e) demonstra, sequer é possível incluir um agente nessa estrutura, o que indica que, sintaticamente falando, parece não haver um componente agentivo presente. Esses comportamentos se mantêm relativamente

---

que incluem entre seus usos prototípicos a introdução de informação de origem ou posse, e “por” aquelas que prototipicamente são usadas para introduzir agentes ou instrumentos.

<sup>24</sup> Dentre as línguas indo-europeias, não encontramos nenhuma em que o agente da passiva seja expresso com outro caso quando não é preposicionado, mas isso foi observado no finlandês, em que ele vem no adessivo ou no genitivo (embora deva-se levar em conta que não há caso instrumental nessa língua e que o adessivo parece ter absorvido o caso instrumental diacronicamente; cf. Kulikov, 2006). Cabe ressaltar que, quando o agente da passiva é preposicionado, recebe o caso da preposição e, por isso, existem várias possibilidades. Todavia, há que se mencionar que o mais comum é que esse caso seja o dativo ou o genitivo (cf. Abraham, 2006a).

estáveis em outras línguas, o que reforça a característica agentiva/causativa da passiva<sup>25</sup>. Outra característica que reforça a implicatura agentiva é a compatibilidade sistemática da passiva analítica com o agente da passiva. Segundo Kulikov (2011), ele sempre pode ser projetado nas passivas analíticas, ou seja, não parece haver línguas cuja passiva seja incompatível com esse elemento.

Um outro ponto em que há variação translinguística entre as passivas é a possibilidade de promoção do objeto preposicionado à condição de sujeito. Nos casos prototípicos, é o argumento interno acusativo que adquire esse estatuto, mas algumas línguas, como o inglês e o alemão, permitem variação em alguns contextos. Exemplos do inglês seguem em (9), a seguir:

(9) Variação na promoção a sujeito sintático na passiva

a. *John gave the book to Mary.*

“O João deu o livro à Maria.”

b. *The book was given to Mary (by John).*

“O livro foi dado à Maria (pelo João).”

c. *Mary was given the book (by John)*

“A Maria foi dada o livro (pelo João).”

Essa característica não é encontrada com regularidade translinguisticamente, já que, em diversas línguas, apenas o argumento interno que atua como objeto direto está disponível para a promoção a sujeito sintático na passivização<sup>26</sup>. Ainda assim, o fato de que é possível a torna parte do escopo da nossa investigação.

Avançando nas propriedades das passivas translinguisticamente, a passiva analítica é encontrada em todos os tempos, aspectos e modos, mas há algumas línguas em que há certas restrições gramaticais no seu uso. Um exemplo clássico da literatura em que isso ocorre é o latim, em que há uma distribuição complementar condicionada por aspecto nas passivas: nos

<sup>25</sup> Em línguas em que a passiva é sincrética com os anticausativos, como o latim, a mesma formação poderia ser lida, a princípio, tanto como em (6c) quanto como em (6d). Ou seja, sem informações contextuais adicionais, fica ambíguo se é uma formação passiva ou anticausativa. A projeção do agente da passiva é um dos fatores de desambiguação, pois, quando está presente, a leitura de (6c) se torna a única possível.

<sup>26</sup> Também é válido notar que o estatuto desse segundo argumento pode ser ambíguo. No exemplo do inglês em (9), a sentença ativa poderia ser *John gave the book to Mary* ou *John gave Mary the book*. Não é simples definir qual das duas é de fato a contraparte da passiva (ou se ambas a são), mas é provável que a posição do argumento *Mary* não seja a mesma nas duas estruturas, o que também precisa ser levado em conta ao desenvolver uma análise para as passivas de objeto indireto. Retornaremos a essa questão no capítulo 5, quando exploraremos as passivas não canônicas.

tempos que compõem o chamado *īnfectum* (os tempos imperfectivos), só é possível utilizar a passiva sintética; já nos tempos do *perfectum* (os tempos perfectivos), só é gramatical o uso da passiva analítica. Apresentamos a seguir, em (10), o paradigma de conjugação do verbo *pugnō* (“combater”) no pretérito perfeito e no pretérito imperfeito, para demonstrar isso:

(10) Conjugação do verbo *pugnō* em latim – pretérito perfeito e imperfeito

| a. pretérito perfeito | b. pretérito imperfeito |                               |
|-----------------------|-------------------------|-------------------------------|
| <i>pugnātus sum</i>   | <i>pugnābar</i>         | “eu fui/era combatido”        |
| <i>pugnātus es</i>    | <i>pugnābāris</i>       | “você foi/era combatido”      |
| <i>pugnātus est</i>   | <i>pugnābātur</i>       | “ele foi/era combatido”       |
| <i>pugnātus sumus</i> | <i>pugnābāmur</i>       | “nós fomos/éramos combatidos” |
| <i>pugnātus estis</i> | <i>pugnābāmini</i>      | “vocês foram/eram combatidos” |
| <i>pugnātus sunt</i>  | <i>pugnābantur</i>      | “eles foram/eram combatidos”  |

Essa distribuição exemplificada em (10) não pode ser violada; não existe possibilidade de expressar a informação “eu fui combatido”, por exemplo, com uma forma sintética. Isso é diferente do que ocorre no português, em que o uso de uma ou outra passiva não é restringido dessa maneira. A situação do latim não é totalmente isolada; o mesmo padrão pode ser encontrado no gótico e, entre as línguas modernas, no dinamarquês. Um detalhe importante é que o padrão inverso não é atestado. Ou seja, não parece haver casos em que a passiva analítica seja usada exclusivamente para os tempos imperfectivos e a sintética para os perfectivos. Ou ambas estão disponíveis em todos os aspectos, ou a restrição é analítica para perfectivo e sintética para imperfectivo.

Ainda que não seja o intuito deste capítulo oferecer explicações para os fenômenos associados à voz passiva, vale ressaltar, nesse contexto de distribuição baseada em aspecto, a presença do particípio nas passivas analíticas. O particípio é um elemento reconhecidamente complexo, já que apresenta características tanto verbais quanto nominais. Porém, além disso, ele é frequentemente associado ao aspecto perfectivo na literatura e também nas gramáticas tradicionais. De fato, autores diversos usam os termos “particípio perfeito”, “particípio passivo” e/ou “particípio passado” para se referir a ele. As três nomenclaturas fazem referência às estruturas nas quais o particípio é mais comumente encontrado: formações perfectivas (como o

pretérito perfeito e o mais-que-perfeito do português), voz passiva e tempos passados (como ocorre no inglês)<sup>27</sup>.

Existe um grande debate quanto à identidade do particípio, e não é consenso que os particípios desses três tipos de estrutura sejam o mesmo elemento (cf. Wegner, 2019). Porém, não são raros os autores que estabelecem algum tipo de relação entre o particípio e o aspecto perfectivo (Alexiadou; Anagnostopoulou, 2008; Bruening, 2014) ou mesmo o consideram a própria realização desse aspecto (Embick, 2000, 2004a). Abordaremos essa questão no nosso capítulo de análise (capítulo 4), em que também estabeleceremos a derivação do particípio. Por ora, apenas observamos que essas duas características – presença do particípio e relação com o aspecto perfeito – podem não estar totalmente dissociadas, o que constitui um ponto de investigação importante para o entendimento do funcionamento das passivas.

Retomando os contextos em que a passiva analítica é licenciada, não há restrições, de maneira geral, em relação à pessoa e ao número do discurso. Ou seja, ela pode ser usada na primeira, segunda ou terceira pessoa, no singular ou no plural. O único contexto em que se observa alguma limitação nesse sentido é o da passivização de verbos intransitivos. Como vimos, muitas definições de passiva, como a de Siewierska (1984), a colocam como a contraparte de uma construção ativa transitiva, mas há casos de passivização de verbos intransitivos. Por exemplo, o alemão e o holandês permitem que seus verbos inergativos – e somente eles, não os inacusativos – se passivizem. Porém, há uma particularidade: isso resulta no que é conhecido como passiva impessoal, isto é, que não aceita a projeção do agente da passiva. Exemplos disso seguem em (11):

---

<sup>27</sup> É preciso ressaltar que nos referimos aqui especificamente ao particípio que forma as passivas e aos que são morfologicamente idênticos a ele (ou seja, o particípio marcado com o afixo *-d-* no português e *-ed* no inglês, por exemplo). Existem outros elementos chamados de particípio, como o particípio presente do inglês (marcado com *-ing*) e os particípios futuros do latim (marcados com *-tur* e *-nd*), mas seu funcionamento não faz parte do escopo deste trabalho, já que não fazem parte da composição da passiva (embora possam ser usados em conjunto com ela). Por isso, quando usamos apenas o termo “particípio”, estamos nos referindo ao particípio da passiva.

## (11) Passiva de verbos inergativos – alemão e holandês

a. *Es*                    *wurde*                    *gestern (\*von Johan) getanzt.*                    (alemão)  
 3P-SING-NT TORNAR-SE-3P-SING-PAST                    ADV                    PREP SING-MASC DANÇAR-PART  
 EXPLETIVO TORNOU-SE                    ONTEM PELO JOÃO DANÇADO

“Foi dançado ontem (\*pelo João)” / “Dançou-se ontem (\*pelo João)”

b. *Er*                    *werd*                    *gisteren (\*door Johan) gedanst.*                    (holandês)  
 3P-SING-NT TORNAR-SE-3P-SING-PAST                    ADV                    PREP SING-MASC DANÇAR-PART  
 EXPLETIVO TORNOU-SE                    ONTEM PELO JOÃO DANÇADO

“Foi dançado ontem (\*pelo João)” / “Dançou-se ontem (\*pelo João)”

c. *Es*                    *wurde*                    *In der letzten Woche viel gearbeitet.*                    (alemão)  
 3P-SING-NT TORNAR-SE-3P-SING-PAST PREP DET SING-FEM SING-FEM ADV TRABALHAR-PART  
 EXPLETIVO TORNOU-SE EM A ÚLTIMA SEMANA MUITO TRABALHADO

“Foi muito trabalhado na última semana” / “Trabalhou-se muito na última semana”

d. *Er*                    *werd*                    *vorige week veel gewerkt.*                    (holandês)  
 3P-SING-NT TORNAR-SE-3P-SING-PAST SING-FEM SING-FEM ADV TRABALHAR-PART  
 EXPLETIVO TORNOU-SE ÚLTIMA SEMANA MUITO TRABALHADO

“Foi muito trabalhado na última semana” / “Trabalhou-se muito na última semana”

As sentenças em (11) podem ser parafraseadas com algo como “Ontem foi muito realizado o ato de dançar” (11a e 11b) e “Na última semana foi muito realizado o ato de trabalhar”, o que demonstra que realmente expressam uma informação no padrão passivo: “algo foi feito”. Além disso, essas orações também possuem a estrutura morfossintática básica da passiva (auxiliar + particípio), bem como podem encontrar correspondentes na voz ativa, como “Alguém / Todo mundo dançou ontem” (11a e 11b) e “Alguém / Todo mundo trabalhou muito na última semana” (11c e 11d). Sendo assim, elas apresentam propriedades vistas até agora como definidoras da passiva.

Ao mesmo tempo, os verbos das sentenças em (11) são inergativos, logo não possuem um argumento interno a ser promovido. Como o argumento externo também não está presente, o resultado é que não haveria nenhum sintagma capaz de ocupar a posição de sujeito. Sendo tanto o alemão quanto o holandês línguas não *pro-drop*, um expletivo (*es / er*, respectivamente) surge então para preencher esse espaço, o que causa a concordância de terceira pessoa singular. Em uma língua *pro-drop* que aceita a passivização de verbos inergativos, como o latim, o resultado nesses casos é uma oração sem sujeito explícito, mas em que o verbo ainda assim concorda na terceira pessoa do singular.

Embora as gramáticas tradicionais nem sempre considerem esse tipo de formação uma instância da passiva, na literatura linguística formal há diversos autores que veem as duas como parte do mesmo fenômeno (cf., por exemplo, Perlmutter, 1978; Carnie; Harley, 2005; Abraham, 2006a, 2006b; Abraham; Leiss, 2006; Schäfer, 2008). Como tal, esse é um ponto que merece atenção, e acarreta a necessidade de repensar um pouco as definições de passiva. Novamente,

não faz parte do escopo deste capítulo promover essa discussão, mas retornaremos a ela quando elaborarmos nossa análise, nos capítulos 4 e 5.

Há que se mencionar, por outro lado, que, apesar de possível, esse tipo de passivização é pouco comum translinguisticamente (Abraham, 2006a). Além disso, uma limitação das analíticas impessoais é que elas dificilmente são licenciadas fora do aspecto perfeito. Esse é um fato digno de nota, especialmente considerando a distribuição baseada em aspecto para as passivas encontrada em algumas línguas, discutida anteriormente. Como vimos, nas línguas em que isso acontece, a passiva analítica sempre fica com o aspecto perfeito. Agora observamos que, quando se trata da passiva impessoal, essa associação com o perfeito é quase sistemática, ocorrendo mesmo nas línguas cujas passivas não possuem distribuição aspectual.

As questões levantadas aqui constituem as principais características que observamos na passiva analítica em nossa investigação. Antes de avançar para as sintéticas, apresentamos uma compilação das informações principais elencadas ao longo da discussão:

- (i) Passivas analíticas são formadas por duas peças essenciais: verbo auxiliar e particípio; ambos concordam com o sujeito, seguindo o padrão de concordância de cada língua. Além disso, elas sempre denotam um evento que possui um desencadeador externo (um agente ou causa), mesmo quando esse elemento não está explicitado.
- (ii) O verbo auxiliar da passiva é “ser” ou “tornar-se”, a depender da língua.
- (iii) Em geral, a leitura de tempo/aspecto parece ser determinada pelo auxiliar. Apenas no latim e no gótico foi encontrado um padrão diferente, com a divisão auxiliar/tempo e particípio/aspecto.
- (iv) A passiva analítica pode incluir um terceiro elemento, opcional, o agente da passiva.
- (v) O agente da passiva é precedido da preposição “por” ou “de”, a depender da língua; em algumas línguas, é encontrado não preposicionado, geralmente como um sintagma no caso instrumental; também há línguas em que ele pode ser preposicionado ou não.
- (vi) Toda passiva analítica licencia agente da passiva, exceto a passiva impessoal.
- (vii) Normalmente, o argumento interno (geralmente um objeto direto) do verbo de base é promovido a sujeito sintático na passiva, mas o argumento preposicionado (objeto indireto) também pode sofrer essa operação em algumas línguas.

- (viii) Verbos inergativos podem ser passivizados em algumas línguas, mas o resultado quase sempre é a passiva impessoal. Verbos inacusativos aparentemente não podem ser passivizados na forma analítica.
- (ix) Translinguisticamente, são encontradas passivas analíticas em todos os tempos e modos e com todas as pessoas do discurso.
- (x) Algumas línguas limitam o uso da passiva analítica ao aspecto perfeito. Já as analíticas impessoais quase sempre são licenciadas apenas no aspecto perfeito, em todas as línguas em que estão disponíveis.

Além da síntese apresentada, trazemos agora um quadro que compila a disponibilidade da passiva analítica em diversas línguas e seu comportamento (Quadro 1):

Quadro 1 – Disponibilidade e comportamento da passiva analítica translinguisticamente

| Língua        | Disponível | Auxiliar        |            | Agente da passiva    |       | Passiva de OI | Aspecto         | V. Intransitivo |
|---------------|------------|-----------------|------------|----------------------|-------|---------------|-----------------|-----------------|
| Albanês       | +          | <i>jam</i>      | "ser"      | prep. <i>nga</i>     | "de"  | -             | sem restrição   | -               |
| Alemão        | +          | <i>werden</i>   | "tomar-se" | prep. <i>von</i>     | "de"  | +             | sem restrição   | inergativos     |
| Búlgaro       | +          | <i>e</i>        | "ser"      | prep. <i>ot</i>      | "de"  | +             | sem restrição   | -               |
| Dinamarquês   | +          | <i>blive</i>    | "tomar-se" | prep. <i>af</i>      | "de"  | +             | apenas perfeito | inergativos     |
| Eslovaco      | -          | -               |            |                      |       |               |                 |                 |
| Espanhol      | +          | <i>ser</i>      | "ser"      | prep. <i>por</i>     | "por" | -             | sem restrição   | -               |
| Finlandês     | -          | -               |            |                      |       |               |                 |                 |
| Francês       | +          | <i>être</i>     | "ser"      | prep. <i>par</i>     | "por" | -             | sem restrição   | -               |
| Gótico        | +          | <i>wisan</i>    | "ser"      | prep. <i>af</i>      | "de"  | -             | apenas perfeito | inergativos     |
| Grego Antigo  | -          | -               |            |                      |       |               |                 |                 |
| Grego Moderno | -          | -               |            |                      |       |               |                 |                 |
| Holandês      | +          | <i>worden</i>   | "tomar-se" | prep. <i>door</i>    | "por" | +             | sem restrição   | inergativos     |
| Inglês        | +          | <i>be</i>       | "ser"      | prep. <i>by</i>      | "por" | +             | sem restrição   | -               |
| Islandês      | +          | <i>vera</i>     | "ser"      | prep. <i>af</i>      | "de"  | +             | sem restrição   | inergativos     |
| Italiano      | +          | <i>essere</i>   | "ser"      | prep. <i>da</i>      | "de"  | -             | sem restrição   | -               |
| Latim         | +          | <i>sum</i>      | "ser"      | prep. <i>ab</i>      | "de"  | -             | apenas perfeito | inergativos     |
| Norueguês     | +          | <i>bli</i>      | "tomar-se" | prep. <i>av</i>      | "de"  | -             | apenas perfeito | inergativos     |
| Polonês       | +          | <i>zostavac</i> | "tomar-se" | prep. <i>przez</i>   | "por" | (+)           | sem restrição   | -               |
|               |            |                 |            | ou caso instrumental |       |               |                 |                 |
| Português     | +          | <i>ser</i>      |            | <i>por</i>           |       | (+)           | sem restrição   | -               |
| Romeno        | +          | <i>fi</i>       | "ser"      | prep. <i>de</i>      | "de"  | (+)           | sem restrição   | -               |
| Russo         | +          | <i>byt</i>      | "ser"      | prep. <i>pod</i>     | "por" | +             | sem restrição   | -               |
|               |            |                 |            | ou caso instrumental |       |               |                 |                 |
| Sueco         | +          | <i>bli</i>      | "tomar-se" | prep. <i>av</i>      | "de"  | -             | sem restrição   | inergativos     |
| Tcheco        | +          | <i>byt</i>      | "ser"      | caso instrumental    |       | -             | sem restrição   | -               |

Fonte: elaborado pelo autor (2024)<sup>28</sup>.

<sup>28</sup> Neste e nos demais quadros do autor, o símbolo (+) indica dados marginais.

### 2.3 A PASSIVA SINTÉTICA

Nesta seção, investigamos o segundo tipo de passiva encontrada nas línguas, a sintética. A seção se organiza de maneira análoga à anterior. Exploramos as características gerais desse tipo de passiva e também seu comportamento com relação ao agente da passiva, à possibilidade de promoção do argumento preposicionado a sujeito, às informações de tempo, aspecto e pessoa e à compatibilidade com verbos intransitivos.

A passiva sintética é uma estratégia menos utilizada que as passivas analíticas nas línguas românicas como o português, mas, segundo Grestenberger (2021), na verdade constitui o tipo de passiva mais comum translinguisticamente. O termo que a denomina se refere ao fato de que essa passiva é constituída por uma única forma verbal, com um marcador que a identifica como passiva. Pelo mesmo motivo, também se encontra na literatura a nomenclatura “passiva morfológica” em referência a ela, geralmente em oposição à denominação “passiva sintática” para as analíticas (Kulikov, 2011). Também já foi utilizado o termo “passiva simples” (Engdahl, 1999).

O marcador da passiva sintética, translinguisticamente, pode ser um afixo ou um clítico, e há outros termos que fazem referência à natureza desse elemento: “passiva afixal” e “passiva pronominal”, respectivamente (Kulikov, 2011). Adicionalmente, há a denominação “passiva reflexiva”, porque, como veremos, o marcador da passiva sintética frequentemente é sincrético com o das construções reflexivas (Abraham, 2006a). Neste trabalho, usaremos ainda “passiva clítica” para a passiva pronominal, porque o estatuto do marcador enquanto afixo ou clítico é relevante para nossa proposta e precisaremos fazer referência a isso.

Começaremos a exploração das passivas sintéticas pelas do tipo afixal. Uma das línguas cujas passivas são desse tipo é o latim. Para verificar isso, trazemos em (12) a conjugação de um verbo no presente do indicativo nessa língua:

(12) Conjugação ativa e passiva – latim (verbo *amō* / “amar”)

| a. voz ativa  | b. voz passiva |                        |
|---------------|----------------|------------------------|
| <i>amō</i>    | <i>amor</i>    | (1ª pessoa – singular) |
| <i>amās</i>   | <i>amāris</i>  | (2ª pessoa – singular) |
| <i>amat</i>   | <i>amātur</i>  | (3ª pessoa – singular) |
| <i>amāmus</i> | <i>amāmur</i>  | (1ª pessoa – plural)   |
| <i>amātis</i> | <i>amāmini</i> | (1ª pessoa – plural)   |
| <i>amant</i>  | <i>amantur</i> | (1ª pessoa – plural)   |

Como se pode notar, essa passiva apresenta uma forte semelhança com a forma verbal ativa, mas com um afixo (no latim, mais especificamente um sufixo) acrescentado<sup>29</sup>. Outras línguas que possuem passivas sintéticas afixais incluem o gótico, o grego, o dinamarquês e o islandês, por exemplo. As passivas sintéticas pronominais se constituem de forma similar, mas com um clítico, e não um afixo, anexado ao verbo finito. O português tem esse tipo de passiva sintética, como os dados em (13) demonstram:

(13) Voz ativa e passiva sintética em português

- |   |           |
|---|-----------|
| a. Nessa loja eles vendem tecidos importados.       | (ativa)   |
| b. Nessa loja vendem- <u>se</u> tecidos importados. | (passiva) |

No português, a passiva sintética é marcada pelo clítico “se”, e outras línguas românicas, como o espanhol e o italiano, possuem padrão semelhante, com suas respectivas formas desse clítico. Outras línguas de passivas clíticas incluem o russo e o tcheco. A escolha pelo afixo ou o clítico é talvez o ponto de maior variação entre as línguas no comportamento das passivas sintéticas. Há línguas que possuem passivas sintéticas e analíticas simultaneamente (como o próprio português), mas não encontramos línguas que possuam mais de um tipo de passiva sintética. Assim como a variação entre os verbos auxiliares “ser” e “tornar-se” na passiva analítica, não são claras as razões pelas quais uma língua opta por um ou outro tipo de sintética. Para Abraham (2006a), por exemplo, a explicação desse fato viria da diacronia.

Na passiva sintética, assim como na analítica, o sujeito sintático é o argumento interno do verbo, determinando, portanto, a concordância. A concordância no verbo finito é usual, e segue os padrões da língua (geralmente concordância de número e pessoa, como visto com as passivas analíticas, mas algumas línguas também concordam em gênero). Adicionalmente, o marcador passivo também pode concordar com o sujeito, tanto quando a passiva é afixal (como se vê no paradigma latino) quanto quando é clítica. Porém, neste último caso, nem sempre isso é perceptível, devido a uma particularidade dessas passivas: seu uso geralmente é restrito à terceira pessoa. É o que acontece no português, como pode ser visualizado nos exemplos em (14):

---

<sup>29</sup> Os destaques em (12b) seguem a classificação das desinências passivas das gramáticas tradicionais (cf. Faria, 1958; Conte; Berti; Mariotti, 2006; entre outros). Muitos estudos, porém, consideram que elas podem ser divididas de maneira mais refinada. Calabrese (2021) e Gonçalves (2021), por exemplo, evidenciam em suas análises que a desinência passiva é apenas o morfema *-r*.

## (14) Disponibilidade das passivas por pessoa em português

| a. passiva analítica          | b. passiva sintética       |           |
|-------------------------------|----------------------------|-----------|
| Eu fui derrotado.             | *Derrotei-me eu.           | (1P-SING) |
| O inimigo foi derrotado.      | Derrotou-se o inimigo.     | (3P-SING) |
| Nós fomos derrotados.         | *Derrotamo-nos nós.        | (1P-PL)   |
| Os inimigos foram derrotados. | Derrotaram-se os inimigos. | (3P-PL)   |

As tentativas de formar uma passiva sintética clítica na primeira pessoa produzem resultados agramaticais<sup>30</sup>, e o mesmo ocorreria na segunda pessoa. Na terceira pessoa, pode-se ver pelos dados em (14) que a compatibilidade com a passiva sintética é válida no singular e no plural, o que é evidenciado pela concordância do verbo. Porém, o clítico se mantém idêntico nesse caso porque “se” em português é sincrético entre terceira pessoa do singular e do plural. Nas línguas que investigamos, esse sincretismo sempre foi encontrado, então o exemplo do português parece refletir uma tendência mais geral<sup>31</sup>. A compatibilidade ou não com diferentes pessoas do discurso é um dos pontos cruciais de diferença no comportamento das duas passivas sintéticas, pois aparentemente é sistemática: as afixais sempre são compatíveis com todas as pessoas; as clíticas sempre se restringem à terceira pessoa, de acordo com Kulikov (2011).

Outra diferença significativa entre as passivas sintéticas afixais e clíticas está em sua compatibilidade com o agente da passiva. Enquanto nas línguas de passivas afixais ele sempre é licenciado, nas de passivas clíticas isso raramente acontece (Lazzarini-Cyrino, 2015). De fato, entre as línguas modernas a que tivemos acesso, foram poucas as que demonstraram essa capacidade e, ainda assim, de forma limitada. Por exemplo, MacDonald (2017) apresenta dados do espanhol em que isso se mostra possível, embora aparentemente apenas com agentes genéricos, isto é, que não apontem para um indivíduo específico, como veremos a seguir, nos dados em (15). Por outro lado, expandindo o olhar a outros pontos diacrônicos, é possível encontrar a co-ocorrência de passivas clíticas e agente da passiva mesmo no português, o que contemporaneamente não é lícito. Lazzarini-Cyrino (2015) apresenta dados do português dos séculos XIV e XVIII que demonstram isso, como vemos em (16):

<sup>30</sup> Essas orações talvez possam ser interpretadas como reflexivas – já que esse clítico também marca os reflexivos em português –, mas mesmo assim seriam dados muito degradados. O clítico reflexivo, em português, canonicamente se localiza entre o sujeito e o verbo (*Eu me derrotei*). Menos usualmente, pode ser enclítico quando o sujeito é pré-verbal (*Eu derrotei-me*).

<sup>31</sup> Seria possível questionar, nesse sentido, se realmente há concordância ou se é apenas um “se” *default*. Essa questão será abordada durante a exploração da nossa análise, no capítulo 4.

(15) Passivas sintéticas clíticas com agente da passiva – espanhol

a. *Esta obra se escribió por un autor totalmente desconocido.*

“Esta obra se escreveu por um autor totalmente desconhecido.”

“Esta obra foi escrita por um autor totalmente desconhecido.”

b. *Este cuadro se pintó por un experto retratista.*

“Este quadro se pintou por um retratista especialista.”

“Este quadro foi pintado por um retratista especialista.”

(MacDonald, 2017, p. 33-34)

(16) Passivas sintéticas clíticas com agente da passiva – português

a. *Como Josep se conheceu pelos irmãos.* (Sec. XIV; *apud* Naro, 1976, p. 789)

“Como José se reconheceu pelos irmãos.”

“Como José foi reconhecido pelos irmãos.”

b. *Ordenase que viberes sevendão,* (1770; *apud* Cyrino, 2007, p. 19)

*pela meza da inspeção, eseremeta o dinheiro*

*para os Coffres do fisco da cidade de Lixboa.*

“Ordena-se que se vendam víveres pela mesa da inspeção,

e se remeta o dinheiro para os cofres do fisco da cidade de Lisboa.”

“Ordena-se que viveres sejam vendidos pela mesa da inspeção,

e se remeta o dinheiro para os cofres do fisco da cidade de Lisboa.”

(Lazzarini-Cyrino, 2015, p. 225)

Esse tipo de dado não é licenciado no português atualmente, mas sua existência em outros períodos não deve ser ignorada, pois pode fornecer pistas sobre o funcionamento desse elemento. Nesse sentido, cabe observar que, na passagem do latim para o português moderno, houve pelo menos três “estágios” na relação passiva sintética e agente da passiva: inicialmente, no latim, a passiva sintética era afixal e compatível com o agente da passiva; no português antigo e médio, a passiva sintética já havia mudado de afixal para clítica, mas ainda manteve a compatibilidade com o agente da passiva; atualmente, ela é clítica e incompatível com ele. Esse mesmo percurso ocorreu em diversas outras línguas neolatinas, bem como em línguas de outras famílias (cf. Abraham, 2006a; Lazzarini-Cyrino, 2015).

Quando há compatibilidade com o agente da passiva, ele funciona da mesma maneira que nas passivas analíticas. Em geral, é introduzido pelas mesmas preposições – a equivalente da língua a “por” ou “de” – e/ou se realiza com as mesmas marcações de caso – dado pela

preposição ou instrumental se não preposicionado, com a exceção do finlandês, em que se realiza no adessivo ou genitivo – identificadas anteriormente. Da mesma forma, nas passivas sintéticas, sua presença também não é necessária para que haja interpretação agentiva. Podemos evidenciar isso retomando os exemplos em (14). Embora o agente da passiva não esteja presente (e nem possa ser projetado, devido à sua rejeição no português), é inevitável a implicatura de que há um agente para essa ação<sup>32</sup>.

Já quanto à possibilidade de promover o objeto indireto a sujeito, as passivas sintéticas diferem significativamente das analíticas, pois parecem nunca permitir isso, sejam afixais ou clíticas. Elas também demonstram comportamento diverso na sua relação com o aspecto. Como visto na seção anterior, existem línguas em que o uso da passiva analítica é limitado ao aspecto perfeito; as passivas sintéticas, por sua vez, podem ser restritas ao aspecto imperfeito, em padrão inverso. Ou seja, existem duas possibilidades para o comportamento das passivas sintéticas nesse ponto: podem não apresentar restrição de aspecto (como acontece no português) ou podem ser restritas ao aspecto imperfeito (como no latim).

Quando abordamos as passivas analíticas, observamos que a presença do particípio possivelmente teria um papel na sua relação com o aspecto perfeito; isso também faz sentido agora que verificamos que as sintéticas, que não contam com esse elemento, parecem mais alinhadas com o aspecto imperfeito. Outro fator que pode estar relacionado ao aspecto é a natureza do marcador da passiva sintética, isto é, se clítico ou afixo. Até onde pudemos observar, a restrição do uso da passiva sintética ao aspecto imperfeito parece ocorrer apenas quando ela é do tipo afixal. Isso não significa dizer que todas as sintéticas afixais são restritas ao aspecto imperfeito, mas sim que, quando há restrição aspectual, a passiva é afixal. Para exemplificar isso, podemos comparar o latim e o russo: como já vimos, no latim, a passiva sintética, que é afixal, só pode ser usada no imperfeito, mas no russo, em que também é afixal, ela está disponível também no

---

<sup>32</sup> Como a passiva sintética é comumente sincrética com outros contextos, certas estruturas podem ser ambíguas a princípio, como visto com os dados em (8). Nesses casos, a implicatura agentiva só pode ser realmente constatada após a remoção da ambiguidade. Isso pode ser demonstrado utilizando-se o verbo “quebrar” novamente, que é compatível tanto com a passivização quanto com a anticausativização e a reflexivização. A oração “O vaso se quebrou” é ambígua entre passiva, anticausativa e reflexiva, mas a leitura passiva é bastante degradada; porém, invertendo-se a posição do clítico para formar “Quebrou-se o vaso”, a leitura passiva se torna mais saliente e a implicatura de agente fica mais clara. Evidência disso é a má formação gerada caso se tente projetar o adjunto “sozinho”, que indica uma ação espontânea: “O vaso se quebrou sozinho” é perfeitamente gramatical, mas “Quebrou-se o vaso sozinho” não desfruta do mesmo estatuto. A posição do clítico parece ser um fator decisivo na desambiguação das estruturas sincréticas com a passiva em português, já que há posições preferenciais para cada uma delas.

perfeito. Por outro lado, não encontramos restrição aspectual em nenhuma língua cuja passiva sintética é clítica.

O próximo ponto a ser averiguado é a compatibilidade desse tipo de passiva com verbos intransitivos, e aqui também há uma diferença notável entre analíticas e sintéticas. Verificamos, na seção anterior, que verbos intransitivos podem ser passivizados na forma analítica em algumas línguas, mas apenas os inergativos, não os inacusativos. Além disso, isso em geral produzia uma passiva impessoal. Nas passivas sintéticas, sejam afixais ou clíticas, a compatibilidade com intransitivos é maior: tanto inergativos quanto inacusativos aceitam a passivização (ainda que não necessariamente em todas as línguas). Em todos os casos, a passiva resultante geralmente será do tipo impessoal. A seguir, em (17), trazemos exemplos do latim e do português encontrados na literatura de ficção:

(17) Passiva sintética de verbos intransitivos

a. *Diēs noctēsq̄ue ēstur, bibitur.* (Plauto, *Mostellaria*, 235)

“Dia e noite, come-se e bebe-se.”

b. *E morre-se, sem ao menos uma explicação.* (Clarice Lispector, *Dies irae*)

*E o pior – vive-se, sem ao menos uma explicação*

Enquanto (17a) apresenta verbos que não são propriamente intransitivos, eles estão em um uso intransitivo na sentença em questão. Isso é evidenciado quando se tenta reconstituir qual seria a sua contraparte ativa. Não há um objeto disponível e, portanto, a ativa precisaria de um sujeito genérico, formando algo como “Dia e noite, todos comem e bebem” – o que evidencia o estatuto impessoal da passiva. Já em (17b) há um verbo inacusativo, “morrer”, e um inergativo, “viver”. Aqui também, uma contraparte ativa teria de ser construída com um sujeito de escopo geral, gerando contrapartes como “Qualquer um morre” e “Qualquer um vive”. As passivas sintéticas de verbos intransitivos diferem das analíticas, também, por aparentemente não apresentarem limitação de aspecto: estão igualmente disponíveis no perfeito e no imperfeito, ao passo que nas analíticas havia uma predileção pelo perfeito (Abraham, 2006a).

Também com as passivas sintéticas cabe uma breve discussão a fim de justificar o tratamento de construções impessoais como as em (17) como passivas. Essa ideia não está totalmente de acordo com as caracterizações fornecidas pelas gramáticas tradicionais, que, na tentativa de preservar a ideia de que as passivas só podem ser formadas com verbos transitivos, consideram formações impessoais algo à parte. Isso é muito comum nas gramáticas do português, que descrevem o marcador “se” como “pronome apassivador” quando acompanha verbos

transitivos, mas como “índice de indeterminação do sujeito” quando acompanha intransitivos (cf. Cunha; Cintra, 2017). Na literatura de linguística formal, porém, há autores que defendem que essa distinção não deve ser feita. Como aponta Lazzarini-Cyrino (2015, p. 60) ao explorar o tema em português e outras línguas latinas,

[...] passivas sintéticas em línguas românicas são neutras em termos de diferenças com construções impessoais. Passivas sintéticas nessas línguas não projetam agentes da passiva e podem ter uma leitura impessoal. A única diferença entre passivas sintéticas e construções impessoais é que essas últimas são assim chamadas por sua ocorrência em verbos intransitivos.

A declaração de Lazzarini-Cyrino (2015) chama atenção também para o fato de que as passivas sintéticas das línguas românicas podem desencadear uma leitura impessoal, mesmo quando têm como base um verbo transitivo. De fato, uma sentença como a vista em (5b), “Vendem-se casas”, embora possa ser parafraseada como (5a), “Casas são vendidas”, também seria bem representada por algo como “Alguém vende casas”. Também cabe observar que não é incomum no português que uma passiva sintética cujo argumento interno é plural, como (5b), se realize com o verbo no singular (como “Vende-se casas”), analogamente a uma impessoal; isso sugere uma possível percepção dos próprios falantes de que essa estrutura é na verdade impessoal. Essa variação na concordância é uma característica que encontramos apenas nas passivas clíticas, não nas afixais. Em línguas de passivas de afixo como o latim, embora a leitura impessoal também esteja disponível para a passiva sintética, a concordância com o argumento promovido a sujeito está sempre presente<sup>33</sup>.

Como no caso das passivas analíticas, a compatibilidade das passivas sintéticas com verbos intransitivos demonstra que a passiva não necessariamente requer uma base transitiva, contrariamente ao que dizem usualmente as gramáticas tradicionais. Sendo assim, mais uma vez há que se pensar sobre a definição de passiva: parece plausível deduzir que a promoção do argumento interno a sujeito não é o objetivo dessa operação, mas sim uma das suas consequências.

---

<sup>33</sup> Essa associação entre passivas e impessoais não quer dizer que é impossível haver uma distinção entre elas em termos de realização, mas sim apenas que elas partem da mesma base. Fatores específicos podem influenciar até que ponto essa mesma base pode produzir algo que efetivamente se realiza na língua. Podemos citar como exemplo o romeno, em que não encontramos passivas sintéticas impessoais canonicamente – isto é, formadas a partir de verbos intransitivos. Alguma restrição específica da língua pode estar bloqueando essa realização, por exemplo, a existência de outra estrutura dedicada a formações impessoais, que a tornaria redundante. Esse tipo de situação será explorado no capítulo 5, em que abordaremos como alguns fatores específicos das línguas podem interagir com o sistema proposto.

Com isso, discutimos os pontos principais dessa versão da passiva. Como na seção anterior, antes de prosseguir, sintetizamos o que foi visto até agora:

- (i) Passivas sintéticas podem ser marcadas por um clítico ou um afixo.
- (ii) A forma verbal é idêntica à do paradigma ativo, acrescida do clítico/afixo.
- (iii) O verbo concorda com o sujeito sintático (o argumento interno promovido), seguindo o padrão de concordância da língua; o marcador da passiva sintética também pode apresentar concordância.
- (iv) Quando o marcador da passiva sintética é um clítico, a passiva só pode ser usada na terceira pessoa (singular ou plural); quando o marcador é um afixo, não há tal restrição.
- (v) A passiva sintética afixal é sempre compatível com a projeção de um agente da passiva; já a sintética clítica apenas muito raramente o é. Exceto pela questão da compatibilidade, o agente da passiva se comporta da mesma maneira que nas passivas analíticas.
- (vi) Apenas o argumento interno objeto direto pode ser promovido a sujeito sintático nas sintéticas.
- (vii) Tanto verbos inergativos quanto inacusativos podem ser passivizados; nos dois casos, o resultado é uma passiva impessoal.
- (viii) Translinguisticamente, são encontradas passivas sintéticas em todos os tempos e modos e com todas as pessoas do discurso.
- (ix) Algumas línguas limitam o uso da passiva sintética ao aspecto imperfeito.
- (x) Diferentemente das passivas analíticas impessoais, as sintéticas impessoais não parecem ter predileção por algum aspecto (desde que não haja restrição prévia do uso da passiva sintética de maneira geral na língua em questão).

Também como na discussão sobre passivas analíticas, trazemos ainda um quadro (Quadro 2) que sintetiza o comportamento de diversas línguas com relação à passiva sintética:

Quadro 2 – Disponibilidade e comportamento da passiva sintética translinguisticamente

| Língua        | Disponível | Marcador    |         | Agente da passiva    |       | Passiva de OI | Aspecto           | V. Intransitivo |
|---------------|------------|-------------|---------|----------------------|-------|---------------|-------------------|-----------------|
| Albanês       | +          | <i>-het</i> | afixo   | prep. <i>nga</i>     | "de"  | -             | sem restrição     | +               |
| Alemão        | -          | -           |         |                      |       |               |                   |                 |
| Búlgaro       | +          | <i>se</i>   | clítico | -                    |       | -             | sem restrição     | +               |
| Dinamarquês   | +          | <i>-s</i>   | afixo   | prep. <i>af</i>      | "de"  | -             | apenas imperfeito | +               |
| Eslovaco      | +          | <i>sa</i>   | clítico | -                    |       | -             | sem restrição     | +               |
| Espanhol      | +          | <i>se</i>   | clítico | -                    |       | -             | sem restrição     | +               |
| Finlandês     | +          | <i>-ta</i>  | afixo   | adessivo ou genitivo |       | -             | sem restrição     | +               |
| Francês       | -          | -           |         |                      |       |               |                   |                 |
| Gótico        | +          | <i>-da</i>  | afixo   | prep. <i>af</i>      | "de"  | -             | apenas imperfeito | +               |
| Grego Antigo  | +          | <i>-ete</i> | afixo   | prep. <i>apó</i>     | "de"  | -             | sem restrição     | +               |
| Grego Moderno | +          | <i>-ete</i> | afixo   | prep. <i>apó</i>     | "de"  | -             | sem restrição     | +               |
| Holandês      | -          | -           |         |                      |       |               |                   |                 |
| Inglês        | -          | -           |         |                      |       |               |                   |                 |
| Islandês      | +          | <i>-st</i>  | afixo   | prep. <i>af</i>      | "de"  | -             | sem restrição     | +               |
| Italiano      | +          | <i>si</i>   | clítico | -                    |       | -             | sem restrição     | +               |
| Latim         | +          | <i>-r</i>   | afixo   | prep. <i>ab</i>      | "de"  | -             | apenas imperfeito | +               |
| Norueguês     | +          | <i>-s</i>   | afixo   | prep. <i>av</i>      | "de"  | -             | apenas imperfeito | +               |
| Polonês       | -          | -           |         |                      |       |               |                   |                 |
| Português     | +          | <i>se</i>   | clítico | -                    |       | -             | sem restrição     | +               |
| Romeno        | +          | <i>se</i>   | clítico | -                    |       | -             | sem restrição     | +               |
| Russo         | +          | <i>-sya</i> | afixo   | prep. <i>pod</i>     | "por" | -             | sem restrição     | +               |
|               |            |             |         | ou caso instrumental |       | -             | sem restrição     | +               |
| Sueco         | +          | <i>-s</i>   | afixo   | prep. <i>av</i>      | "de"  | -             | sem restrição     | +               |
| Tcheco        | +          | <i>-se</i>  | clítico | -                    |       | -             | sem restrição     | +               |

Fonte: elaborado pelo autor (2024).

## 2.4 A PASSIVA E SEUS SINCRETISMOS

Nesta seção, fazemos um breve apanhado de diferentes formações que possuem material compartilhado com a voz passiva, seja analítica ou sintética, no intuito de estabelecer os limites entre as formações. Até agora, mencionamos rapidamente, em alguns momentos, que existem sincretismos entre as passivas e outros contextos, mas não dedicamos atenção maior a isso, já que estávamos concentrados nas passivas em si. Contudo, essa identidade formal, a nosso ver, não pode ser deixada de lado, pois possivelmente reflete o compartilhamento também de algo subjacente. Por isso, vamos caracterizar esses outros contextos antes de prosseguir.

A seção se divide em duas, dedicadas aos dois principais fenômenos que identificamos com material compartilhado com as passivas: as passivas adjetivais, exploradas em 2.4.1; e o sincretismo passivo-reflexivo, explorado em 2.4.2. Como no capítulo como um todo, não temos a pretensão aqui de oferecer uma análise dessas estruturas, mas apenas descrevê-las, ressaltando em que se assemelham e diferem das passivas canônicas que vimos até agora.

### 2.4.1 As passivas adjetivais

As passivas exploradas até aqui são, mais especificamente, realizações do que é conhecido na literatura como passiva verbal (Kratzer, 2000) ou eventiva (Embick, 2004a). Como as nomenclaturas indicam, essas construções denotam uma leitura de evento – por sua vez, uma propriedade associada a verbos. Mas existe uma outra formação comumente chamada também de passiva – nesse caso, passiva adjetival – em que a denotação não é essa, mas sim a de um estado. Nesta seção, vamos explorar sua constituição básica e avaliar como essas passivas se comportam com relação a diversos pontos importantes para a análise de modo geral, como as leituras eventiva e agentiva, a compatibilidade com diferentes configurações de tempo, aspecto e pessoa do discurso e a aceitabilidade do agente da passiva.

Um exemplo de passiva adjetival é a oração “A Torre de Pisa é tombada”. Nela, apesar de haver uma estrutura análoga à das passivas verbais analíticas (auxiliar “ser” + particípio), a sentença não descreve um evento. O particípio “tombada” representa apenas uma característica da torre. Pode-se notar isso pelo fato de que não parece possível elaborar uma paráfrase ativa essa oração. Isso ocorre porque, se não há evento, também não há quem o realize/cause. Uma oração como “Alguém tomba / está tombando / tombou a Torre de Pisa” não transmite o mesmo significado, pois deixa de relatar uma característica da torre para descrever o evento de tombá-la. Logo, não serve como perífrase.

A literatura geralmente subdivide a passiva adjetival em duas subcategorias: as passivas estativas e as passivas resultativas<sup>34</sup> (Embick, 2004a). As estativas são totalmente desprovidas de qualquer leitura eventiva, enquanto as resultativas podem implicar um evento, embora ainda estejam denotando um estado. O exemplo anterior é na verdade um tipo de passiva estativa. A seguir, em (18), vamos vê-lo em conjunto com outros dados para averiguar a diferença entre os dois tipos:

(18) Passiva adjetival em português

- |  |                                 |
|--|---------------------------------|
| a. A Torre de Pisa <u>é tombada</u> .  | (passiva adjetival estativa)    |
| b. A Maria <u>é animada</u> .          | (passiva adjetival estativa)    |
| c. As provas <u>estão corrigidas</u> . | (passiva adjetival resultativa) |
| d. As panelas <u>estão lavadas</u> .   | (passiva adjetival resultativa) |

As orações em (18), de maneira geral, não denotam eventos, mas sim estados ou propriedades. Porém, há uma diferença quanto ao que se pode inferir de cada uma. Em (18a) e (18b), estamos falando de estados “puros”, simples características que aqueles sujeitos possuem. Não houve nenhum evento que os causou. Evidência disso é – além da impossibilidade de passivização, já mencionada antes – que não podemos inferir, após ler (18a), que “Alguém tombou a Torre de Pisa”, ou que (18b) acarreta “Alguém animou a Maria”.

Isso muda um pouco quando avançamos para (18c) e (18d). Quando lemos essas orações, podemos supor que “Alguém corrigiu as provas” e que “Alguém lavou as panelas”, respectivamente. É por isso que esses não são considerados estados puros, mas sim resultantes – no caso, de um evento denotado pelo verbo. Mas cabe ressaltar que, mesmo nesse tipo de passiva adjetival, a oração como um todo não expressa um evento. (18c) e (18d) são frases sobre o estado de determinados objetos, não sobre as ações que os levaram a esse estado.

Essas passivas são chamadas de adjetivais justamente porque o sentido que elas denotam é muito parecido com o que encontramos em uma construção adjetival predicativa. Os adjetivos são prototipicamente a categoria que exprime propriedades ou estados (que, inclusive, podem ser considerados uma espécie de propriedade, embora temporária) e seu uso predicativo por

---

<sup>34</sup> Uma outra nomenclatura encontrada é “passivas de estado alvo” e “passivas de estado resultante” (cf. Kratzer, 2000). As duas possibilidades de denominação, embora tenham sido cunhadas sob perspectivas diferentes – Embick (2004a) sob um foco mais sintático, e Kratzer (2000) sob um foco semântico –, se referem a basicamente aos mesmos fenômenos e podem ser consideradas equivalentes.

vezes também envolve o verbo “ser”. Podemos ver a semelhança em (19), a seguir, em que colocamos exemplos da passiva adjetival e de construções adjetivais predicativas lado a lado:

(19) Passiva adjetival e predicação adjetival

- |                                       |                                 |
|---------------------------------------|---------------------------------|
| a. A Torre de Pisa <u>é tombada</u> . | (passiva adjetival estativa)    |
| b. A Torre de Pisa <u>é bonita</u> .  | (predicação adjetival)          |
| c. As panelas <u>estão lavadas</u> .  | (passiva adjetival resultativa) |
| d. As panelas <u>estão feias</u> .    | (predicação adjetival)          |

Os paralelos entre os dois tipos de construção são notáveis. (19a) e (19b), em particular, parecem denotar exatamente o mesmo sentido, apenas alterando-se o estado específico a que se referem, ou seja, se a característica a que se faz referência é “tombada” ou “bonita”. Entre (19c) e (19d), a diferença mais notável é que não há a implicatura de resultado na predicação adjetival. Isso é de se esperar, já que não há nenhum componente verbal na formação, enquanto na passiva adjetival há um particípio, um elemento ao menos parcialmente verbal. Ainda assim, elas se assemelham na informação principal que transmitem, qual seja, a de que a entidade “As panelas” se encontra no estado de “lavadas” ou no estado de “feias”. Em outras palavras, há mais semelhança entre (19c) e (19d) do que entre (19c) e uma passiva verbal.

As diferenças entre as passivas adjetivais estativas e resultativas, embora sejam significativas para a caracterização desse fenômeno, não precisam ser exploradas a fundo no nosso trabalho, já que estamos mais preocupados com diferenciar as passivas adjetivais como um todo das verbais. Por isso, não vamos nos aprofundar nessa distinção e sim nos concentrar no que há de comum nelas que se assemelha ou difere das verbais.

A primeira semelhança, claro, é a formal. As passivas adjetivais são formadas por um verbo auxiliar e o particípio do verbo principal, e recorrentemente esse auxiliar é o mesmo. Constata-se isso nos exemplos em (18a) e (18b), que utilizam o auxiliar “ser” como as passivas verbais. Uma diferença, contudo, é a compatibilidade da passiva analítica com outros auxiliares. Em (18c) e (19d) isso foi visto com o verbo “estar”, mas ainda outros poderiam ser usados nessa formação em português, como “ficar” e “permanecer”<sup>35</sup>. Em geral, esses verbos que podem ser

<sup>35</sup> Nos dados apresentados em (19), as passivas adjetivais estativas foram formadas com o verbo “ser”, e as resultativas, com o verbo “estar” porque procuramos exemplos que deixassem as diferenças entre elas explícitas. Cabe observar, contudo, que não há uma associação obrigatória entre um tipo de passiva adjetival e um auxiliar. A princípio, ambos os tipos são compatíveis com ambos os verbos (e com os demais que formem essa estrutura na língua). Uma adjetival estativa formada com o verbo “estar” seria “O dia está corrido”, por exemplo.

usados com a passiva adjetival são os mesmos que podem ser usados nas construções adjetivais predicativas, o que mais uma vez reforça a semelhança entre elas. São, basicamente, o que se costuma chamar de verbos de ligação.

Esse cenário, embora descrito com base nos exemplos do português, é aplicável a muitas línguas. Por exemplo, as passivas adjetivais de outras línguas românicas como o espanhol e o italiano apresentam o mesmo padrão. Também em inglês usualmente encontramos a passiva adjetival formada com o verbo *be* (“ser”), o mesmo da passiva verbal, mas ela também pode se realizar com outros verbos, como *remain* (“permanecer”) ou *seem* (“parecer”). Todavia, uma característica notável é que essa identidade quase total com a passiva eventiva, que surge quando o mesmo auxiliar é compartilhado pelas duas, parece só ser possível quando o auxiliar da verbal é “ser”. Nas línguas em que o auxiliar é “tornar-se”, a situação muda.

Línguas que usam “tornar-se” como o auxiliar da passiva verbal, como o alemão (com *werden*) ou o holandês (com *worden*), apresentam uma distinção clara entre elas e as passivas adjetivais. Isso porque “tornar-se” não pode ser usado para a formação das adjetivais. No caso dessas duas línguas, a principal estratégia para a formação das passivas adjetivais é a utilização do auxiliar “ser” (*sein* e *zijn* em alemão e holandês, respectivamente), embora nelas também outros verbos de ligação sejam compatíveis. Esse padrão se manteve nas demais línguas que investigamos, o que reforça que há uma diferença subjacente entre passivas verbais e adjetivais, dada a recusa de um verbo específico por uma delas.

Outro ponto importante de distinção entre as passivas verbais e as adjetivais é que, até onde pudemos averiguar, estas sempre estão disponíveis nas línguas, mesmo quando não há passivas verbais analíticas na língua em questão ou quando elas são limitadas por algum fator. Em outras palavras, mesmo em uma língua como o grego, em que a passiva é exclusivamente sintética, ainda é possível utilizar a combinação de verbo “ser” (e outros verbos de ligação) e um particípio para formar passivas adjetivais (cf. Alexiadou; Anagnostopoulou, 2008). No latim, similarmente, é possível utilizar passivas adjetivais em todos os aspectos, muito embora as verbais analíticas só possam ser usadas no perfeito (cf. Conte, Berti e Mariotti, 2006). Isso é significativo, considerando-se a semelhança formal entre as passivas adjetivais e as verbais analíticas, e é mais um indício de que há uma distinção de identidade entre elas.

De maneira geral, na verdade, as passivas adjetivais parecem uma construção de uso muito mais amplo que as passivas verbais. Além de não enfrentarem as restrições apontadas anteriormente, elas também não parecem limitadas por nenhuma combinação de tempo, aspecto ou pessoa. Além disso, se aplicam sem problemas a verbos transitivos, inergativos ou inacusativos. Ademais, no caso dos inergativos e inacusativos, podem ser usadas com todas as pessoas

do discurso, o que não acontecia com as passivas verbais, que só podiam formar passivas impessoais, isto é, de terceira pessoa, com esses verbos.

Um outro ponto que reforça a diferença de identidade entre passivas verbais e adjetivais é a dificuldade de as passivas adjetivais aceitarem um agente da passiva. Retomando as orações em (18), a adição desse elemento geraria uma estrutura agramatical ou ao menos muito degradada, como se vê pelas tentativas registradas a seguir, em (20):

(20) Passiva adjetival com agente da passiva

- a. \*A Torre de Pisa é tombada pelo construtor. (passiva adjetival estativa)
- b. \*A Maria é animada pelo João. (passiva adjetival estativa)
- c. ?As provas estão corrigidas pelo professor. (passiva adjetival resultativa)
- d. ?As painelas estão lavadas pelo funcionário. (passiva adjetival resultativa)

Como se pode observar, nas passivas adjetivais estativas, o agente da passiva parece ser totalmente rejeitado, o que faz sentido levando em conta que não há nenhum evento codificado na estrutura, nem mesmo via implicatura<sup>36</sup>. Já nas adjetivais resultativas, parece possível que o agente da passiva de alguma maneira seja projetado, o que é condizente com a presença implicada de um evento, mas ainda assim o resultado não é sempre muito feliz. Isso demonstra, mais uma vez, que há uma distinção entre as passivas verbais e adjetivais, com estas denotando como sentido principal, por assim dizer, um estado, e não um evento.

Os pontos que elencamos até aqui, embora estejam longe de fazer jus ao fenômeno das passivas adjetivais como um todo, nos permitem averiguar que, apesar da semelhança que elas exibem com as verbais à primeira vista, há muito em que diferem. Para nós, a ausência de leitura eventiva e de implicatura agentiva obrigatórias são os principais pontos que a identificam como estruturas de outra natureza em relação às passivas verbais, mas os pontos adicionais que discutimos, como sua disponibilidade em contextos sintáticos mais amplos, também reforçam isso. Por isso, parece-nos seguro afirmar que são, de fato, uma outra estrutura. Tendo isso em mente, vamos deixar essa passiva de lado durante a maior parte do trabalho, pois ele foge ao nosso escopo. Voltaremos a ela apenas no capítulo 6, após a apresentação da nossa análise, para discutir como poderíamos capturar essa semelhança superficial com as passivas verbais.

---

<sup>36</sup> Deve-se ressaltar que estamos nos referindo especificamente à leitura de estado puro para essas construções. A sentença “A Maria é animada pelo João” pode ser considerada gramatical, mas ela não tem essa leitura, e sim denota um evento. Uma perífrase dessa oração não seria “A Maria tem a característica de ser animada”, mas sim algo como “A Maria está passando pelo processo de ser animada pelo João”.

### 2.4.2 O sincretismo passivo-reflexivo

Além das passivas adjetivais, há ainda outras construções que dividem material com as passivas: os anticausativos, o domínio médio e os reflexivos. Nesta seção, vamos explorá-las em conjunto, tratando-as como parte do mesmo fenômeno. Seguimos, desse modo, a visão e a nomenclatura de Lazzarini-Cyrino (2015), que chama esse grupo de estruturas de “sincretismo passivo-reflexivo”, ou SPR. A razão para que esse grupo de construções seja abordado em conjunto é que, comumente, as línguas que apresentam algum grau de SPR incluem mais de uma delas; dificilmente encontramos apenas um dos contextos sincretizado. Parece, portanto, haver uma relação forte entre os diferentes domínios desse fenômeno. Vamos abordá-lo de maneira geral para motivar isso e, em seguida, cada um dos contextos, com o foco em determinar suas semelhanças e diferenças para com as passivas.

O SPR é um fenômeno que se aplica principalmente à passiva sintética. É muito comum que o marcador dessa passiva, seja ele um clítico ou um afixo, seja compartilhado com algum ou todos esses outros domínios translinguisticamente. O quadro a seguir (Quadro 3), elaborado com base nas nossas investigações e nas de Lazzarini-Cyrino (2015), permite averiguar isso em uma variedade de línguas:

Quadro 3 – Disponibilidade e comportamento do SPR translinguisticamente

| Língua        | Marca          | Passivas | Anticausativos | Domínio médio | Reflexivos |
|---------------|----------------|----------|----------------|---------------|------------|
| Albanês       | <i>-het</i>    | +        | +              | +             | -          |
| Alemão        | <i>sich</i>    | -        | +              | +             | +          |
| Búlgaro       | <i>se</i>      | +        | +              | +             | +          |
| Dinamarquês   | <i>-s-</i>     | +        | +              | +             | +          |
| Eslovaco      | <i>sa</i>      | +        | +              | +             | +          |
| Espanhol      | <i>se</i>      | +        | +              | +             | +          |
| Finlandês     | <i>-ta</i>     | +        | +              | +             | (+)        |
| Francês       | <i>se</i>      | +        | +              | +             | +          |
| Georgiano     | <i>-i-</i>     | +        | +              | +             | +          |
| Gótico        | <i>-da</i>     | +        | +              | +             | +          |
| Grego Antigo  | <i>-ete</i>    | +        | +              | +             | +          |
| Grego Moderno | <i>-ete</i>    | +        | +              | +             | +          |
| Hebraico      | <i>hitpael</i> | (+)      | +              | +             | -          |
| Holandês      | <i>zich</i>    | -        | +              | +             | +          |
| Islandês      | <i>-st</i>     | +        | +              | +             | (+)        |
| Italiano      | <i>se</i>      | +        | +              | +             | +          |
| Latim         | <i>-r</i>      | +        | +              | +             | -          |
| Laz           | <i>-i-</i>     | +        | +              | +             | +          |
| Norueguês     | <i>-s</i>      | +        | +              | +             | -          |
| Polonês       | <i>sie</i>     | +        | +              | +             | +          |
| Português     | <i>se</i>      | +        | +              | +             | +          |
| Romeno        | <i>se</i>      | +        | +              | +             | +          |
| Russo         | <i>-sja</i>    | +        | +              | +             | +          |
| Sânscrito     | <i>-ll-</i>    | +        | +              | +             | -          |
| Sueco         | <i>-s</i>      | +        | +              | +             | +          |
| Tcheco        | <i>se</i>      | +        | +              | +             | +          |
| Turco         | <i>-ll-</i>    | +        | +              | +             | -          |

Fonte: elaborado pelo autor (2024).

Como se nota, o SPR é um fenômeno bastante produtivo, realizando-se de algum modo em todas as línguas desse conjunto relativamente variado. Para Lazzarini-Cyrino (2015), o SPR se desenvolve nas línguas em uma espécie de *continuum*, partindo da passiva ou do reflexivo e se espalhando para os demais contextos, daí sua escolha pelo termo. Evidência disso também pode ser vista no Quadro 3, pois a distribuição do SPR mostra que ele nunca “salta” um dos níveis antes de afetar o próximo. Além disso, os dois contextos intermediários, o médio e o anticausativo, são sempre sincréticos translinguisticamente, de acordo com o autor. Tudo isso também serve como indicação de uma identidade maior no SPR, pois parece haver uma espécie de dependência entre os domínios ao se sincretizarem.

Como podemos ver no Quadro 3, algumas das línguas que participam mais fortemente do SPR são o grego e o português. Ambas unem sob a mesma desinência (afixo *-ete* em grego, clítico “se” no português) todos os quatro contextos. Os exemplos a seguir, em (21), permitem-nos ver isso mais claramente:

(21) SPR em grego e português

- |  |                 |
|--|-----------------|
| a. <i>To vivlío dhiavazete.</i>              | (voz passiva)   |
| “ <u>Se</u> está lendo o livro.”             |                 |
| b. <i>I porta tsakizete.</i>                 | (anticausativo) |
| “A porta está <u>se</u> quebrando.”          |                 |
| c. <i>I Maria xtenizete.</i>                 | (médio)         |
| “A Maria está <u>se</u> penteando.”          |                 |
| d. <i>I María koitázete kathréfti.</i>       | (reflexivo)     |
| “A Maria está <u>se</u> olhando no espelho.” |                 |

(adaptado de Lazzarini-Cyrino, 2015, p. 11)

Nesses dados, vemos o mesmo item que marca a passiva se manifestar nos outros contextos em ambas as línguas. Embora o grego tenha uma passiva sintética afixal e o português tenha uma clítica, nota-se que seu comportamento é basicamente idêntico. Isso, em conjunto com os dados do Quadro 3, reforçam que esse é um fenômeno relacionado ao domínio da passiva de maneira geral, independente da natureza do seu marcador. Também podemos constatar sem grande dificuldade que, apesar de tal marcador se repetir em todas as orações em (21) e de todas elas serem superficialmente semelhantes, cada uma representa uma formação distinta, pois as interpretações são muito diferentes. Vamos explorar esses domínios a seguir, de modo a demonstrar isso. Deixando a passiva de lado, que já foi amplamente discutida, vamos começar pelos anticausativos.

O anticausativo é uma formação que, assim como a passiva, pode ser considerada uma contraparte intransitiva de um tipo mais básico de sentença, ativa transitiva. A grande diferença entre ele e a passiva, em termos interpretativos, é que o anticausativo expressa uma ação sem causa explícita. A oração em (21b) não implica necessariamente que alguém/algo está quebrando a porta, mas sim apenas que a porta está passando pelo processo de quebrar. Nesse sentido, o anticausativo expressa algo mais próximo de um evento espontâneo. Uma das evidências disso é a compatibilidade desse tipo de estrutura com o adverbial “sozinha”, como em “A porta está se quebrando sozinha”. Se colocarmos essa oração ao lado de uma passiva

analítica, que é a mais canônica no português, a diferença fica ainda mais clara: “A porta está sendo quebrada” não aceitaria essa modificação adverbial, pois nessa formação há uma implicatura agentiva necessária.

Devido a essa leitura de evento espontâneo, os anticausativos se assemelham aos verbos inacusativos. Porém, diferem destes em duas questões. A primeira é que os inacusativos, canonicamente, não participam desse tipo de alternância na estrutura argumental. A segunda é que os anticausativos são compatíveis com uma leitura de causa não volitiva. Um teste que mostra isso é a modificação adverbial via o sintagma “com o X”. Podemos dizer que “A porta está se quebrando com o vento”, por exemplo. Nesse caso, há uma causa para o evento de quebrar, mas não é um agente. Em um anticausativo canônico, como “cair”, isso não seria adequado: “O vaso está caindo com o vento” não é uma boa formação.

Observando essas características, pode-se dizer que o anticausativo parece se localizar em uma espécie de ponto intermediário entre as passivas e os inacusativos. Nas passivas, há uma leitura agentiva obrigatória, mesmo sem a presença de um agente; nos anticausativos, a leitura agentiva não é licenciada, mas há a possibilidade de leitura causativa, embora não seja obrigatória; nos inacusativos, nem a leitura agentiva nem a causativa estão disponíveis. Sob essa perspectiva, parece plausível dizer que anticausativos e passivas podem ter algo em comum nas suas estruturas sintáticas, já que sua semântica se assemelha, e sua forma, em muitas línguas, também<sup>37</sup>. Da mesma maneira, as diferenças de implicatura e mesmo de realização – já que eles não são obrigatoriamente sincréticos – delimitam uma distinção formal entre eles.

Se os anticausativos parecem se situar em algum lugar entre a voz passiva e os inacusativos, o domínio médio, por outro lado, pode ser caracterizado como algo entre a voz ativa e a passiva, expressando, segundo Conte, Berti e Mariotti (2006), “um processo verbal que se volta para o próprio sujeito, ou que recai sobre ele”<sup>38</sup>. Ou seja, é uma ação que é ao mesmo tempo realizada e sofrida pelo sujeito, de maneira geral. Esse domínio é notoriamente difuso, mesmo nas abordagens da literatura, porque por vezes é difícil diferenciá-lo dos reflexivos, como se deve poder notar pela descrição que fizemos. Uma ação reflexiva também se volta para o sujeito, então de fato há similaridade entre eles.

---

<sup>37</sup> Vale observar que, no português, o clítico “se” vem desaparecendo das formações anticausativas e também das médias em alguns dialetos. Não está claro se isso reflete alguma mudança mais significativa na composição sintática dessas formações ou se é algum efeito apenas fonológico, e essa investigação não caberia ao escopo deste trabalho. Contudo, deve-se ressaltar que, mesmo nesses dialetos, as formações com “se” ainda são aceitas de maneira geral, enquanto os inacusativos, por outro lado, nunca são marcados com esse elemento (por exemplo, “O vaso se caiu” é agramatical), o que reforça que há uma distinção entre esses dois domínios.

<sup>38</sup> “[...] un processo verbale che si svolge tutto all’interno del soggetto, oppure che ricade su di esso.”

Para delimitar cada domínio, podemos recorrer à caracterização de Lazzarini-Cyrino (2015), que aponta que, para ser considerada uma voz média, a ação descrita pelo verbo deve se voltar para o sujeito de maneira inerente, enquanto no reflexivo, essa ação se volta de maneira derivada. Segundo o autor,

os verbos do Domínio Médio apresentam uma entidade que é, por si só, fonte e destino de energia. [...] Um evento do tipo *ver-se* segue a conceitualização reflexiva, que segue um quadro transitivo com duas entidades envolvidas: fonte e destino da energia, sendo que essas entidades estão co-indexadas. Já um evento do tipo *vestir-se* supõe uma única entidade atuando sobre si mesma (Lazzarini-Cyrino, 2015, p. 21-22).

Em outras palavras, no reflexivo, o efeito da ação é dirigido para fora do sujeito e se volta para ele; na voz média, a ação por natureza envolve a afetação do sujeito; daí que, como aponta Lazzarini-Cyrino (2015), alguns verbos prototípicos do domínio médio são os de cuidado pessoal, como “vestir-se” e “arrumar-se”, e de movimento corporal, como “sentar-se” ou “levantar-se”. Isso não significa, necessariamente, que um verbo compatível com o domínio médio não possa ser usado de maneira transitiva, isto é, com o sujeito afetando outra entidade. É possível dizer, por exemplo, que “O João arrumou a casa”. Contudo, quando esse verbo é usado de maneira média, passa a denotar uma ação que, por si só, afeta o sujeito. Um teste que evidencia isso é a substituição de “se” por “si mesmo”. Isso funciona bem nos reflexivos, mas não no domínio médio. Assim, pode-se dizer que “O João viu a si mesmo no espelho”, mas “O João arrumou a si mesmo” soa degradado, pois é uma tentativa de usar um elemento reflexivo (“si mesmo”) em um domínio que não é exatamente esse<sup>39</sup>.

Ao abordar o contexto médio, já começamos, portanto, a discutir também o reflexivo. Mas podemos verificar com mais detalhes essas formações. Como mencionado, elas expressam, também, eventos em que o sujeito realiza a ação, mas também a sofre. Tomando uma oração como a em (21d) como exemplo (“A Maria está se olhando no espelho”), “A Maria” é agente, pois é ela quem realiza o ato de olhar; porém, ela olha para si mesma – representada na estrutura pelo pronome reflexivo – e, por isso, é também o paciente/tema da ação. Como argumentamos anteriormente, a diferença do reflexivo para o domínio médio é que, no reflexivo, a ação não envolve o próprio agente por si só: é algo direcionado para fora, mas que se volta para ele.

---

<sup>39</sup> No português, a perda do “se” das formações médias em alguns dialetos também serve como evidência da distinção entre elas e as reflexivas, já que nestas o fenômeno parece não estar ocorrendo com tanta facilidade. A oração “O João viu antes de sair” é muito mais degradada do que “O João arrumou antes de sair”.

Usualmente, os reflexivos são marcados translinguisticamente por pronomes reflexivos, às vezes clíticos (como em português), outras vezes pronomes livres (como em inglês e alemão). Por conta disso, é comum que sejam analisados formalmente como instâncias de estruturas em que há uma anáfora, isto é, um elemento nominal que precisa se ligar a outro, estabelecendo uma correferência, para ser interpretada. Todavia, o fato de que também há línguas em que os reflexivos são marcados com afixos (como no grego antigo) e o de que esse mesmo elemento aparece com frequência nos outros domínios do SPR quase sempre se mostram um desafio. Não sendo um objetivo da seção oferecer respostas para questões desse tipo, não avançaremos nessa discussão no momento, mas veremos no próximo capítulo como a literatura vem tratando o tema, pois muitas análises de passiva precisaram abordar também o SPR em algum nível.

A investigação ao SPR conduzida até aqui permite notar que cada um desses contextos de fato apresenta características únicas suficientes para que seja considerado algo à parte dos demais, mas ao mesmo tempo as semelhanças entre eles e a passiva são inegáveis. Estabelecer a relação formal entre todos esses domínios, bem como identificar os fatores que levam uma determinada língua a desenvolver esse sincretismo e em que extensão, não é tarefa fácil, e por isso o SPR é um tema amplamente debatido (cf. Pujalte; Saab, 2012; Lazzarini-Cyrino, 2015; Saab, 2020; Gonçalves, 2021). Nosso trabalho não tem a pretensão de resolver a questão, mas manteremos o SPR em mente na elaboração da nossa análise, pois, dada a recorrência do fenômeno, abordar a passiva – em particular a analítica – acarreta consequências para o SPR, inevitavelmente.

Antes de encerrar a discussão sobre o SPR, é importante ressaltar que, embora esse fenômeno seja muito frequentemente observado nas passivas sintéticas, ele também pode acontecer com as analíticas. Mais uma vez o latim é um bom exemplo: tanto as suas passivas sintéticas quanto as analíticas compartilham o mesmo escopo sincrético. Em outras palavras, a combinação de auxiliar “ser” + participio, nessa língua, pode expressar também a leitura média e anticausativa (mas não a reflexiva, já que o latim não sincretiza esse domínio). Por isso, parece-nos importante averiguar também esse ponto.

Com estas considerações acerca dos sincretismos (e das passivas adjetivais, que vimos na seção anterior), chegamos ao fim da discussão pretendida para a caracterização do fenômeno. Antes disso, como nas seções anteriores, oferecemos uma sintetização das informações vistas até o momento:

- (i) A passiva analítica compartilha material com outra construção, conhecida como passiva adjetival. Essa passiva não denota uma ação, mas sim um estado (puro ou resultante de um evento).
- (ii) Em algumas línguas, a passiva adjetival utiliza o mesmo auxiliar que a passiva verbal (como o português); em outras, utiliza um auxiliar diferente (como o alemão); em geral, elas também podem usar outros verbos de ligação como auxiliares (como “ficar” ou “parecer” em português).
- (iii) Passivas adjetivais estão disponíveis mesmo em línguas em que não há passivas verbais analíticas; elas também estão disponíveis em todos os aspectos mesmo quando a passiva verbal é restrita aspectualmente.
- (iv) Passivas sintéticas, sejam afixais ou clíticas, são frequentemente sincréticas com os seguintes contextos: anticausativo, médio e reflexivo.
- (v) Anticausativos se assemelham às passivas por serem uma contraparte intransitiva de uma oração ativa, mas diferem por não acarretarem implicatura agentiva; o domínio médio e o reflexivo expressam ações que partem do sujeito e se voltam para ele; no primeiro caso, isso acontece de forma obrigatória (a ação em si já envolve o sujeito naturalmente); no segundo, de forma derivada (a ação é direcionada para fora e retorna para o sujeito).
- (vi) A passiva analítica não se sincretiza comumente com os domínios do SPR, mas isso não é impossível.

Com isso, encerramos também o debate pretendido para este capítulo de descrição. Para organizar o que foi visto até aqui, procederemos agora a uma seção de síntese do capítulo antes de avançar para o capítulo 3.

## 2.5 SÍNTESE DO CAPÍTULO

Neste capítulo, iniciamos o desenvolvimento do nosso trabalho com uma apresentação do fenômeno que estamos estudando, a passiva verbal. Nosso primeiro passo, na seção 2.1, foi caracterizar o fenômeno de maneira ampla, verificando como as gramáticas e a literatura a definem e quais das suas características são as mais prototípicas. Observamos, então, que essa construção é comumente vista como uma contraparte da voz ativa em que certas relações argumentais são modificadas. Como características principais, tem-se que o argumento interno é promovido a sujeito e que o argumento externo perde sua obrigatoriedade, mas pode ser

projetado como um elemento adverbial, chamado de agente da passiva. Outra característica definidora é que a passiva sempre implica uma leitura agentiva, mesmo quando o agente da passiva não é projetado.

Quanto à sua realização formal, a passiva se divide em dois tipos. A primeira, chamada de passiva analítica, inclui um verbo auxiliar e um particípio, forma na qual o verbo principal se manifesta. A segunda, chamada de passiva sintética, é composta por apenas um verbo finito, no qual há uma marcação específica que identifica seu estatuto passivo. Essa marcação varia de língua para língua, podendo ser um clítico ou um afixo. Ambos os tipos de passiva podem estar disponíveis em uma mesma língua, mas há línguas que possuem apenas um ou outro. Se as duas estão disponíveis ao mesmo tempo, elas podem ser usadas de maneira relativamente intercambiável ou podem ser condicionadas por aspecto. Nesse caso, a passiva sintética fica associada ao aspecto imperfeito, e a analítica, ao perfeito.

Depois disso, a seção 2.2 foi dedicada à passiva analítica. Verificamos que ela está disponível em muitas línguas e que se comporta de maneira relativamente regular translinguisticamente. A maior diferença entre as línguas é a escolha do seu auxiliar, que varia entre “ser” e “tornar-se”, mas não parece haver uma regra clara que determine essa seleção. Todas as línguas com passiva analítica aceitam o agente da passiva, projetado por uma preposição equivalente a “por” ou “de” ou, em algumas poucas ocasiões, como apenas um sintagma no caso instrumental. A passiva, em geral, promove o argumento interno acusativo a sujeito, mas algumas línguas permitem a promoção do argumento preposicionado. Algumas também permitem a passivização de verbos intransitivos, mas apenas se forem inergativos. Isso resulta em uma passiva impessoal, compatível apenas com a terceira pessoa e incompatível com o agente da passiva.

Na seção 2.3, a investigação se voltou para a passiva sintética. Vimos que ela apresenta um pouco mais de variação translinguística, a começar pelo tipo de marcador, se afixo ou clítico. Uma outra diferença, em parte relacionada a isso, é a compatibilidade com o agente da passiva. Passivas afixais sempre o aceitam, mas passivas clíticas parecem resistentes. Quando ele pode ser projetado, a realização desse elemento segue basicamente os mesmos padrões da passiva analítica. Nenhuma passiva sintética mostrou aceitar a promoção do objeto preposicionado a sujeito. Por outro lado, todas mostraram aceitar a passivização de verbos intransitivos, sejam inergativos ou inacusativos. Em ambos os casos, o resultado era a passiva impessoal.

Caracterizada a passiva, partimos para uma exploração de formações que se assemelham a elas, na seção 2.4. A seção se subdividiu em duas, cada uma dedicada a um fenômeno diferente. Em 2.4.1, verificamos as chamadas passivas adjetivais, formalmente quase idênticas às passivas analíticas, por se constituírem de auxiliar e particípio. Sua principal diferença é que

denotam estados e não eventos. Em algumas línguas, são formadas com o mesmo auxiliar da passiva analítica, enquanto em outras elas usam outro. Porém, em todas as línguas analisadas, elas também se mostraram compatíveis com verbos de ligação adicionais. Apesar da semelhança com as passivas analíticas, encontramos passivas adjetivais mesmo nas línguas em que as analíticas não estavam disponíveis.

Finalizada a discussão sobre essa construção, seguimos, em 2.4.2, para o sincretismo passivo-reflexivo (SPR), uma série de estruturas que comumente são sincréticas com a passiva sintética: anticausativos, domínio médio e reflexivos. Todas as línguas que exploramos cuja passiva era sintética continham algum grau desse sincretismo. Foi possível identificar que cada um desses contextos tem semelhanças com a passiva, mas também se difere significativamente. Anticausativos são, como passivas, contrapartes intransitivas de bases ativas, mas não denotam leitura de agente. Verbos médios e reflexivos expressam ações que recaem sobre o sujeito, ou seja, contêm um sujeito que sofre a ação, como as passivas, mas diferem porque o próprio sujeito é também o agente. Os médios e reflexivos diferem entre si na natureza da ação: se ela se volta ao sujeito de maneira inerente ou derivada, respectivamente.

Ao longo do capítulo, apresentamos também as informações que compilamos sobre o comportamento das línguas com relação a diversas propriedades dos dois tipos de passiva e do sincretismo, na forma de quadros. No intuito de oferecer esse tipo de visualização de maneira mais ampla, com relação ao discutido no capítulo como um todo, apresentamos a seguir um novo quadro (Quadro 4) que faz um comparativo entre as línguas com relação às principais questões exploradas:

Quadro 4 – Comparativo do comportamento das línguas com relação às passivas

| Língua        | Disponibilidade |           | Auxiliar da p. analítica | Marcador da p. sintética | Agente da passiva | Passiva de OI (analítica) | Distribuição por aspecto | Passiva de inergativo | Passiva de inacusativo |
|---------------|-----------------|-----------|--------------------------|--------------------------|-------------------|---------------------------|--------------------------|-----------------------|------------------------|
|               | Analítica       | Sintética |                          |                          |                   |                           |                          |                       |                        |
| Albanês       | +               | +         | "ser"                    | afixo                    | prep. "de"        | -                         | -                        | -                     | +                      |
| Alemão        | +               | -         | "tomar-se"               | -                        | prep. "de"        | +                         | -                        | +                     | -                      |
| Búlgaro       | +               | +         | "ser"                    | clítico                  | prep. "de"        | +                         | -                        | -                     | +                      |
| Dinamarquês   | +               | +         | "tomar-se"               | afixo                    | prep. "de"        | +                         | +                        | +                     | +                      |
| Eslovaco      | -               | +         | -                        | clítico                  | -                 | -                         | -                        | +                     | +                      |
| Espanhol      | +               | +         | "ser"                    | clítico                  | prep. "por"       | -                         | -                        | -                     | +                      |
| Finlandês     | -               | +         | -                        | afixo                    | adess. / genit.   | -                         | -                        | +                     | +                      |
| Francês       | +               | -         | "ser"                    | -                        | prep. "por"       | -                         | -                        | -                     | -                      |
| Gótico        | +               | +         | "ser"                    | afixo                    | prep. "de"        | -                         | +                        | +                     | +                      |
| Grego Antigo  | -               | +         | -                        | afixo                    | prep. "de"        | -                         | -                        | +                     | +                      |
| Grego Moderno | -               | +         | -                        | afixo                    | prep. "de"        | -                         | -                        | +                     | +                      |
| Holandês      | +               | -         | "tomar-se"               | -                        | prep. "por"       | +                         | -                        | +                     | -                      |
| Inglês        | +               | -         | "ser"                    | -                        | prep. "por"       | +                         | -                        | -                     | -                      |
| Islandês      | +               | +         | "ser"                    | afixo                    | prep. "de"        | +                         | -                        | +                     | +                      |
| Italiano      | +               | +         | "ser"                    | clítico                  | prep. "de"        | -                         | -                        | -                     | +                      |
| Latim         | +               | +         | "ser"                    | afixo                    | prep. "de"        | -                         | +                        | +                     | +                      |
| Norueguês     | +               | +         | "tomar-se"               | afixo                    | prep. "de"        | -                         | +                        | +                     | +                      |
| Polonês       | +               | -         | "tomar-se"               | -                        | prep. "por"       | (+) (+)                   | -                        | -                     | -                      |
|               |                 |           |                          |                          | instrumental      |                           |                          |                       |                        |
| Português     | +               | +         | <i>ser</i>               | clítico                  | prep. <i>por</i>  | (+)                       | -                        | -                     | +                      |
| Romeno        | +               | +         | "ser"                    | clítico                  | prep. "de"        | (+)                       | -                        | -                     | +                      |
| Russo         | +               | +         | "ser"                    | afixo                    | prep. "por"       | +                         | -                        | -                     | +                      |
|               |                 |           |                          |                          | instrumental      |                           |                          |                       |                        |
| Sueco         | +               | +         | "tomar-se"               | afixo                    | prep. "de"        | -                         | -                        | +                     | +                      |
| Tcheco        | +               | +         | "ser"                    | clítico                  | instrumental      | -                         | -                        | -                     | +                      |

Fonte: o autor (2024).

A partir de agora, de posse dessas informações sobre a realização do fenômeno, podemos empreender uma discussão formal mais detalhada. Vamos começar esse esforço no próximo capítulo, em que exploraremos a literatura sobre passivas.

### 3 REVISÃO DA LITERATURA

Neste capítulo, conduzimos uma revisão da literatura relacionada às passivas, de modo a substanciar nosso trabalho e, também, apontar as questões que, em nossa visão, ainda apresentam lacunas a serem exploradas. Como as passivas vêm sendo tópico de debates desde os primórdios das abordagens gerativas, a literatura é muito vasta, então concentramos a discussão nas linhas de análise que nos parecem mais salientes atualmente e que foram desenvolvidas em modelos teóricos afins ao nosso. Mesmo sob esse recorte, a literatura ainda é ampla, então, para fins de organização, decidimos agrupá-la em seções, divididas com base na tendência de análise a que o trabalho se filia. Isso porque, embora a literatura sobre passivas seja bastante variada na implementação de mecanismos para a sua derivação, há certa convergência nas ideias gerais por trás do seu funcionamento, como veremos.

Devido à forma como decidimos organizar o capítulo, as discussões a seguir têm como foco os padrões de análise que se mostram recorrentes em diversas abordagens. O capítulo se concentra no funcionamento desses mecanismos específicos e nas consequências da sua aplicação a esse entendimento das passivas como parte de um fenômeno unificado. Por isso, determinados pontos das análises são explorados mais detalhadamente que outros, a fim de que o debate não se torne excessivamente longo. Além disso, propomos algumas reflexões quanto à aplicabilidade das propostas dos autores a uma visão unificada do fenômeno, como a que defendemos. Entendemos que, ainda que, em alguns casos, essa perspectiva não estivesse no escopo das propostas originais, é importante averiguar como elas lidam com essa possibilidade, pois isso também pode nos auxiliar na escolha de preservar ou não alguns dos mecanismos que a literatura vem propondo.

Dessa maneira, as seções ficam divididas como detalhado a seguir. Em 3.1, exploramos a literatura que atribui a formação da passiva a um núcleo específico responsável por essa formação (geralmente chamado de Pass). Em 3.2, avançamos para o conjunto de análises que se foca no núcleo *Voice*, derivando a passiva a partir de diferentes sabores ou traços desse núcleo. Em 3.3, verificamos as propostas que se focam mais especificamente no argumento externo em si e não em *Voice*. Em 3.4, investigamos uma linha de discussão que defende que a voz passiva é condicionada por aspecto e não pelas relações argumentais do verbo. Por fim, 3.5 encerra o capítulo com uma síntese das questões discutidas.

### 3.1 NÚCLEO PASSIVO

Vamos iniciar nosso percurso pela literatura explorando uma linha de análise que faz uso de um núcleo próprio para a formação da passiva. É relativamente comum encontrar abordagens que considerem a passiva o resultado dos efeitos desencadeados por algum elemento específico na sintaxe, como um núcleo passivo, por exemplo. Para explorar esse tipo de análise, vamos abordar três propostas distintas nesta seção: Adger (2003), Collins (2005) e Bruening (2013; 2014).

A análise desenvolvida em Adger (2003) utiliza como arcabouço o Programa Minimalista e se baseia nos dados do inglês, sendo por isso dedicada exclusivamente às passivas analíticas. O autor estabelece uma correlação entre as orações ativas e passivas, afirmando que estas são “alternantes de sentenças simples (suas contrapartes ativas), em que o sujeito é de alguma forma demovido em importância e o objeto passa a estar na posição de sujeito estrutural”<sup>40</sup> (Adger, 2003, p. 188). O autor também descreve as estruturas passivas como semelhantes aos verbos inacusativos, já que em ambos não há atribuição de caso ao argumento interno e nem a presença de argumento externo – o que, por sua vez, leva o interno a ocupar a posição de sujeito, ao satisfazer o traço EPP do núcleo T. A diferença é que os inacusativos são uma única forma verbal finita, enquanto nas passivas o verbo principal vem na forma de particípio e um verbo auxiliar é adicionado. Por causa disso, suas estruturas sintáticas não podem ser idênticas, mas, para Adger (2003), devem ter algo em comum.

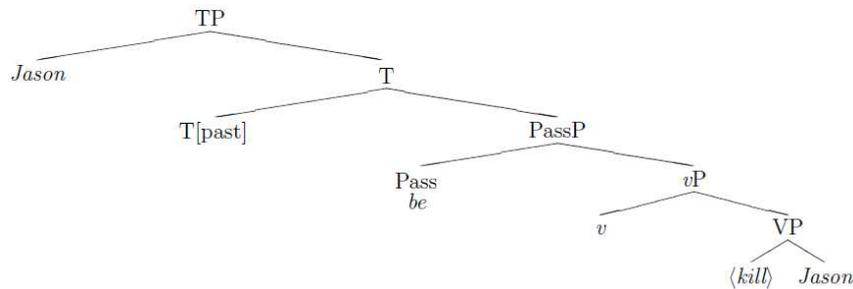
A partir dessas reflexões, Adger (2003) propõe, então, que as passivas são formadas a partir de um núcleo específico, Pass, que seleciona um  $v$  inacusativo e se realiza como o auxiliar. Cabe lembrar que, no Programa Minimalista,  $v$  é o introdutor do argumento externo em uma oração ativa. O complexo verbal ( $V + v$ ) em si, por sua vez, toma a forma do particípio. Uma versão simplificada da estrutura proposta pode ser vista em (22)<sup>41</sup>:

<sup>40</sup> “alternants of simple sentences (their active counterparts), where the subject is somehow demoted in importance and where the object comes to be in the structural subject position.”

<sup>41</sup> No texto original de Adger (2003), a estrutura arbórea é mais complexa, contendo uma representação de traços mais completa, bem como os movimentos de núcleo. Optamos por preservar apenas as informações necessárias para nossa análise, de modo a manter a discussão mais focada. De modo geral, essa é nossa abordagem ao longo de todo o capítulo.

(22) Passiva analítica (Adger, 2003)

*Jason was killed* (“Jasão foi morto”).



(adaptado de Adger, 2003, p. 189)

A proposta vista em Adger (2003) é um bom ponto de partida porque representa algumas ideias recorrentes na literatura que colocamos em debate. A estrutura proposta é capaz de representar a oração em questão, mas deixa algumas questões cujas respostas não são claras. Um primeiro ponto, que na verdade se aplica também às demais propostas que veremos nesta seção, é que, de maneira geral, somos críticos à ideia de que haveria um elemento na sintaxe responsável especificamente por desencadear a passivização. Nossa oposição a essa ideia advém do fato, amplamente reconhecido, de que passivas e ativas transmitem o mesmo conteúdo informacional. Ou seja, descontando-se eventuais efeitos pragmáticos que possam motivar o uso de uma ou outra formação em determinados contextos, “O João chutou a bola” e “A bola foi chutada pelo João” significam a mesma coisa, embora a forma passiva seja claramente mais complexa. Logo, parece-nos questionável haver na sintaxe um elemento cuja função seja tomar uma estrutura tecnicamente já formada apenas para transformá-la em outra, mais complexa, sem que isso acarrete um efeito de sentido. Esse é um questionamento que fazemos a todas as abordagens que se utilizam desse recurso.

Já com relação às características mais específicas da proposta de Adger (2003), devemos discutir a aproximação feita pelo autor entre passivas e inacusativos. De fato, eles têm características comuns, mas, nessa análise, passivas seriam basicamente inacusativos com um núcleo adicional, Pass (especialmente considerando que o autor considera que o *v* presente nelas é do tipo inacusativo). A presença desse núcleo não é motivada na análise, mas apenas postulada, devido à necessidade de explicar a presença do auxiliar. Além disso, a razão de ele ser necessário nas passivas e não nos inacusativos não é explorada. Em outras palavras, não fica clara qual é a contribuição exata desse núcleo. Pass, nessa análise, parece apenas desencadear uma mudança de forma na estrutura, já que os sentidos já estão definidos nas camadas V/*v*.

Algo que também nos parece questionável é propor que o *v* das passivas é inacusativo. Ainda que elas, como os inacusativos, não tenham argumento externo ou caso acusativo, não parece intuitivo dizer que um verbo como *kill* (“matar”) possa ser construído com um *v* inacusativo, já que essa é uma ação que requer um agente externo. A leitura agentiva da passiva, obrigatória mesmo quando não há agente da passiva, é evidência disso: “Jasão foi morto” só pode significar que “alguém matou Jasão”, não apenas que “Jasão morreu”. Um ponto relacionado a isso, que, inclusive, é apontado pelo próprio autor, é que a proposta não oferece explicação para as passivas permitirem a inclusão do agente via *by-phrase*, mas os inacusativos não. Essas diferenças sugerem que passivas e inacusativos não são tão similares.

A realização do verbo na forma participial também merece ser investigada mais profundamente, devido ao comportamento categorial desse elemento. Como pudemos ver no capítulo anterior, o particípio apresenta padrões de comportamento que seguem os dos adjetivos – por exemplo, no português ele concorda em número e gênero, não em número e pessoa como os verbos. Isso é difícil de explicar em uma estrutura como a em (22), já que não há nenhum núcleo de natureza nominal ou adjetival na estrutura; nessa análise, o particípio é a realização da combinação dos dois núcleos mais básicos da estrutura verbal, *V* e *v*. Como veremos, essa é uma questão recorrente nas análises da passiva analítica: o particípio é comumente tomado como a realização de um núcleo ou combinação de núcleos da estrutura verbal, sem uma preocupação maior em explicar o que isso acarreta para com seu comportamento empírico.

Por fim, Adger (2003) também admite que a análise não leva em consideração estruturas de outras línguas, e devemos adicionar que não considera as passivas sintéticas. A proposta do autor depende especificamente da presença do particípio e do auxiliar *e*, dessa forma, não pode ser prontamente aplicada a esse outro tipo de passiva. Tendo em vista que ambas são passivas, com muito mais semelhanças entre si do que diferenças (como averiguamos no capítulo 2), isso pode ser considerado um ponto fraco da análise, já que para derivar uma passiva sintética seria necessário encontrar outra abordagem. Na nossa visão, parece mais adequado buscar um caminho que preserve a identidade entre as duas formações.

Também nessa linha mais tradicional de recorrer a um núcleo específico para a formação da passiva, temos a proposta de Collins (2005). Como a de Adger (2003), essa análise foi desenvolvida no âmbito do Programa Minimalista a partir de dados do inglês. Por isso, é também dedicada apenas à passiva analítica. O ponto central de Collins (2005) é a defesa de que os argumentos da passiva – tanto o interno quanto o externo – se encontram nas mesmas posições que na ativa. Para o autor, ativas e passivas têm a mesma estrutura subjacente e, por isso, seria um problema o argumento externo se originar em uma posição na primeira (*spec. v*), mas em

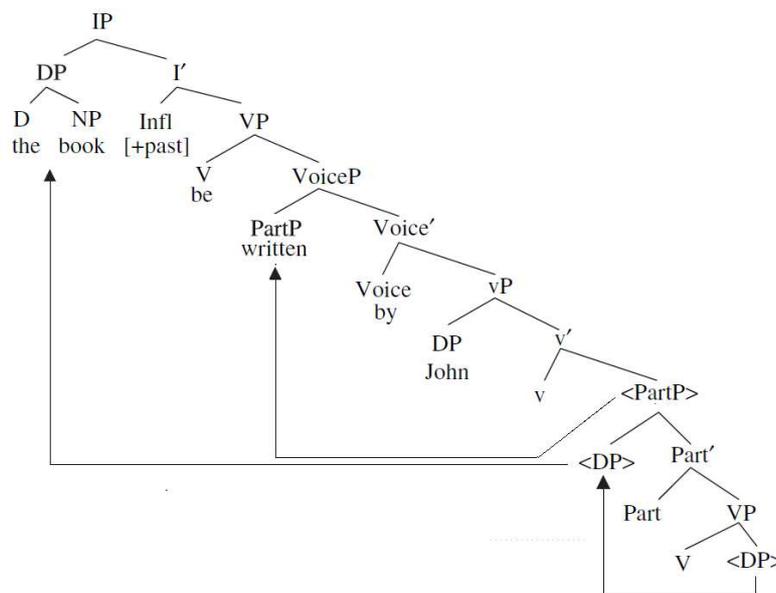
outra na segunda (complemento da preposição *by*). Isso violaria a UTAH (*Uniformity of Theta-Assignment Hypothesis* / “hipótese da uniformidade da atribuição temática”; Baker, 1988), segundo a qual cada papel temático corresponde a uma posição sintática. Considerando esse fator, como o argumento externo da ativa e da passiva possuem o mesmo papel temático, eles não deveriam se originar em posições diferentes.

Diante dessa questão, Collins (2005) estabelece que o argumento externo da passiva se comporta de maneira idêntica ao da ativa, originando-se em *spec. v*. Adicionalmente, o autor propõe que o *by* visto na *by-phrase* não é realmente uma preposição, mas sim a realização fonológica do núcleo *Voice*. Esse núcleo é concatenado acima de *v* e, por isso, seu expoente – *by* – se realiza linearmente antes do elemento em *spec. v*. O argumento de Collins (2005) para propor isso é a observação de que o agente da passiva pode possuir papéis temáticos diversos, a depender do verbo; além disso, segundo o autor, esse papel temático é sempre o mesmo do argumento externo da ativa. A partir dessas considerações, o autor chega à conclusão de que *by* não possui nenhum “conteúdo” em si mesmo: é o expoente de *Voice*.

Deve-se mencionar que o funcionamento do núcleo *Voice* na proposta de Collins (2005) é bastante diferente do que geralmente se vê na literatura, e a análise do autor envolve ainda um núcleo específico para derivar o particípio, que o autor chama de *Part*. Sua estrutura é representada a seguir, em (23), de maneira simplificada:

(23) Passiva analítica (Collins, 2005)

*The book was written by John* (“O livro foi escrito pelo João”).



(adaptado de Collins, 2005, p. 90)

O primeiro *merge* nessa derivação é entre V e o argumento interno, o que é idêntico ao que ocorreria em uma sentença ativa. Diferentemente da ativa, contudo, em seguida não é projetado o núcleo *v*, mas sim um núcleo Part, que forma o particípio. Só então é concatenado *v*, que, por sua vez, introduz o argumento externo – também de maneira idêntica ao processo na voz ativa. Após *v* e o argumento externo, há um outro núcleo não encontrado na voz ativa: *Voice*. O que vem acima de *Voice* é basicamente uma nova camada verbal, que se realiza como o auxiliar.

Como mencionado e também pode ser notado na estrutura, o que Collins (2005) chama de *Voice* é diferente da proposta clássica de Kratzer (1996), em que esse é um núcleo introdutor de argumento externo. Na proposta do autor, *Voice* é um núcleo que só é projetado nas passivas, o que está relacionado ao modo como Collins (2005) mapeia o funcionamento do sistema de atribuição de caso e papel temático. Na voz ativa, cuja estrutura possui apenas V e *v*, este último núcleo é responsável por atribuir caso acusativo ao argumento interno e papel temático ao argumento externo. Porém, na voz passiva, *v* apenas atribui papel temático, e o caso acusativo fica por conta de *Voice*. Como o DP mais próximo de *Voice* é o argumento externo (*spec. v*), é ele que recebe esse caso, não o interno. Por isso, o argumento interno depois precisará receber caso nominativo de T.

Em relação aos movimentos necessários na estrutura, ocorre um movimento do particípio para a posição de *spec. Voice*. É importante notar que esse não é um movimento de núcleo, como o que ocorre de V para *v*, mas sim um movimento da projeção máxima do particípio, isto é, do próprio sintagma participial. Esse movimento é necessário porque o argumento interno se localiza em uma posição a partir da qual não poderia se mover para T, devido à presença de um outro DP interveniente (o argumento externo), que deveria ser o escolhido para atender ao traço EPP de T. Como notadamente é o argumento interno que atende ao EPP nas passivas, é preciso explicar isso.

Collins (2005) propõe, para solucionar essa questão, que ocorre um processo de *smuggling* do argumento interno, possibilitado pelo movimento do sintagma participial para *spec. Voice*. Por ser um movimento de sintagma, ele carrega consigo toda a estrutura que está abaixo da projeção máxima, o que inclui o argumento interno. Com isso, passa a ocupar uma posição mais alta que a do argumento externo, ou seja, mais próxima de T. Essa operação é chamada de *smuggling* (“contrabando”) porque permite “driblar” certas restrições sintáticas. Nesse caso, o movimento do sintagma faz um “contrabando” do argumento interno, de modo que ele possa estabelecer uma relação com T.

A proposta de Collins (2005) é capaz de derivar a forma da passiva, mas deixa algumas questões que poderiam se beneficiar de mais poder explicativo. Em certos pontos, a abordagem recorre a mecanismos que não são totalmente motivados. Isso ocorre, por exemplo, com o *smuggling*. Essa operação garante a derivação dos dados, mas sua necessidade formal não é clara. A princípio, parece que, em termos de funcionamento interno do sistema, nada impediria que o argumento externo fosse alçado por T para satisfazer seu EPP, já que esse traço e o de nominativo são independentes. T poderia atribuir nominativo para o argumento interno via *Agree* (Chomsky, 2000), já que, como o externo estaria com todos os seus traços valorados, estaria invisível para a operação, enquanto o externo atenderia ao EPP, que é um traço de c-seleção. Embora essa não seja a configuração mais comum, já que geralmente o argumento que faz *Agree* com T é aquele que atende ao EPP, a possibilidade é admitida na literatura, o que nos faz questionar as escolhas do autor em seu sistema.

Situação similar pode ser apontada na atuação do núcleo *Voice* na proposta de Collins (2005). Retomando a caracterização feita pelo próprio autor, em geral, *v* possui a capacidade de atribuir papel temático e caso, mas não na estrutura passiva, na qual carrega apenas papel temático consigo, e *Voice* se encarrega do caso. O autor justifica essa divisão da seguinte maneira:

Na sintaxe minimalista, o caso acusativo é checado por *v* (cf. Chomsky, 1995; Collins, 1997), que também atribui o papel temático externo. Esses dois traços (checagem de caso e papel temático externo) são distintos, então é natural indagar se eles podem ser dissociados. Eu sugiro que é precisamente na passiva que os dois traços se separam e são projetados em dois núcleos diferentes<sup>42</sup> (Collins, 2005, p. 96).

A maneira como Collins (2005) constrói seu raciocínio não inclui uma substanciação do que o autor assume. A dissociação entre atribuição de caso acusativo e papel temático proposta contraria um entendimento bastante aceito desde Generalização de Burzio (1986) sem apresentar uma investigação aprofundada ou evidências de que isso de fato pode ocorrer, seja nas passivas ou em outras formações.

Ainda sobre o funcionamento de *Voice*, o autor estabelece que esse núcleo é responsável por licenciar o particípio das passivas, ao exigir “que um particípio (PartP) se mova para *spec*.”

---

<sup>42</sup> “In minimalist syntax, accusative Case is checked by *v* (see Chomsky 1995, Collins 1997), which also assigns the external h-role. These two features (Case checking and external h-role) are distinct, so it is natural to ask whether they can ever be dissociated. I suggest that it is precisely in the passive that the two features come apart and are projected on two different heads.”

*VoiceP*<sup>43</sup> (p. 91). Com esse mecanismo, Collins (2005) garante que o particípio se desloque da sua posição de base, o que, por sua vez, promove o *smuggling* discutido anteriormente. Mas há que se questionar essa função de *Voice*. Além de ela parecer um pouco arbitrária, o particípio, novamente, a princípio não deveria causar problemas permanecendo *in situ*. Também é preciso mencionar que Collins (2005) afirma que *Voice* licencia o particípio, mas isso não é exatamente congruente: como se vê em (23), é *v* que toma o particípio como argumento, então é esse núcleo que licencia a entrada do particípio na estrutura. O que *Voice* faz, aparentemente, é promover um movimento, o qual não nos parece motivado.

Collins (2005), da mesma forma, não chega a oferecer uma justificativa para a própria projeção do particípio nas passivas. Isso seria relevante, porque ele é um núcleo que intervém entre *V* e *v*, geralmente considerados a base da formação verbal. Além disso, nessa altura da derivação, ele não parece desencadear nenhum efeito sintático. Apenas quando se move ele se torna realmente relevante, por permitir o *smuggling* do argumento interno. Devemos apontar, adicionalmente, que, como em Adger (2003), não há na proposta de Collins (2005) uma preocupação com explicar o comportamento adjetival do particípio.

Para além dessa questão, a proposta também apresenta questões empíricas relevantes. Para Collins (2005), o complemento da *by-phrase* é necessariamente um elemento com caso acusativo. Isso pode ser aplicável ao inglês, língua a partir da qual o autor desenvolveu a proposta (já que quase não há marcações morfológicas de caso), mas não em outras línguas, em que o caso do complemento da *by-phrase* é visivelmente um oblíquo. Em alemão e holandês, por exemplo, o agente da passiva se manifesta no caso dativo; já em latim, seu caso é o ablativo. Mesmo em português, que possui pouca morfologia de caso, é possível notar, via formas pronominais, que esse elemento não é um acusativo (“A casa foi vendida por mim” x “\*A casa foi vendida por me”). Isso é um problema para a análise de Collins (2005), pois a presença de *Voice* em sua estrutura é explicitamente para a realização do caso acusativo que normalmente iria para o argumento interno via *v*.

Cabe mencionar que a análise também pode ser questionada quanto à sua abordagem para as passivas sem *by-phrase*. Nesse caso, a estrutura seria a mesma, mas com o argumento externo sendo um *pro* e não um DP fonologicamente realizado. *Voice*, igualmente, continua presente, mas sem realização fonológica. Na prática, isso significa que existe uma alomorfa universal em *Voice*, que sempre se torna fonologicamente vazio quando o argumento externo

---

<sup>43</sup> “a participle (PartP) to move to Spec,VoiceP.”

também o é, em todas as línguas. Uma alomorfa tão regular translinguisticamente nos parece difícil de sustentar em termos teóricos.

Considerando toda essa discussão, pode-se dizer, então, que há dois grandes pontos de questionamento na análise de Collins (2005): o primeiro é a recorrência de assunções teóricas não totalmente motivadas; e o segundo é a considerável complexidade da derivação, que nos parece incongruente com a produtividade do fenômeno. Também é válido notar que, embora o raciocínio inicial do autor, isto é, a busca por uma manutenção da identidade entre ativas e passivas, seja razoável, a proposta como um todo não chega de fato a concretizar essa visão. Afinal, analisando a estrutura, vê-se que a identidade entre ativas e passivas em Collins (2005) se limita ao primeiro *merge* da derivação (V + argumento interno). No segundo passo, elas já se tornam diferentes: na ativa, *Voice* é concatenado; na passiva, Part. Vale mencionar, finalmente, que seria impossível aplicar essa proposta a uma passiva sintética, semelhante ao que vimos com a análise de Adger (2003). Mais uma vez, ressaltamos que esta última observação não se trata exatamente de um ponto fraco da análise, mas, tendo em vista nosso objetivo de aproximação dos dois tipos de passiva, é algo que precisamos levar em conta.

A terceira proposta que trazemos para a discussão é a de Bruening (2013; 2014), que também defende a ideia de que há um núcleo formador de passivas, o qual chama de Pass. A proposta desse autor, embora não baseada unicamente no inglês, tem muito da sua discussão voltada para essa língua e, além disso, contém uma grande preocupação com a atuação do participio. Por conta desses fatores, é outra abordagem dedicada apenas à passiva analítica. Bruening (2013; 2014) também desenvolve sua análise no âmbito do Programa Minimalista, embora utilize a nomenclatura *Voice* para a introdução do argumento externo, e não *v*.

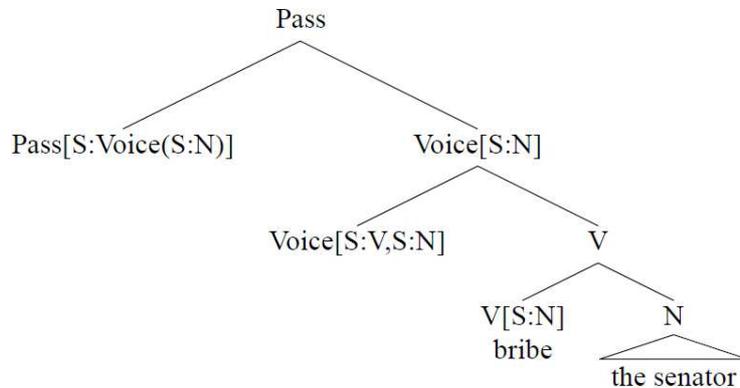
Para Bruening (2013), *Voice* sempre é projetado para introduzir um argumento externo, e a voz passiva é o resultado da concatenação de Pass logo após a entrada de *Voice* na estrutura, antes mesmo que esse núcleo tenha a chance de projetar tal argumento. Nas palavras do autor, “a passiva é um núcleo (Pass) que seleciona uma projeção de *Voice* que ainda não projetou seu argumento externo [...]. Isto é, Pass seleciona um *Voice* com um traço [S:N] não checado. Isso significa que o complemento de Pass é uma projeção de *Voice* não saturada”<sup>44</sup> (Bruening, 2013, p. 15). Uma representação simplificada da estrutura segue em (24):

---

<sup>44</sup> “passive is a head (Pass) that selects a projection of Voice that has not yet projected its external argument. I notate this selection as [S:Voice(S:N)]. That is, Pass selects for a Voice with an unchecked [S:N] feature. This means that the complement of Pass is an unsaturated Voice projection.”

(24) Passiva analítica (Bruening, 2013; 2014)

*The senator [was] bribed* (“O senador [foi] comprado”).



(adaptado de Bruening, 2013, p. 15)

O que resulta dessa estrutura é a forma participial, que, para Bruening (2013; 2014), é o expoente da combinação de *Pass*, *Voice* e *V*. O autor ressalta a importância de que *Pass* seja concatenado acima de *Voice*, isto é, o núcleo que carrega a informação agentiva da estrutura, porque isso captura a interpretação agentiva que as passivas sempre possuem, mesmo quando não há *by-phrase*.

Sobre essa questão, o autor aplica vários testes e demonstra que a interpretação agentiva presente nas passivas mesmo quando não há *by-phrase* não é apenas um efeito semântico, pois também há indícios sintáticos da presença de um agente. Por exemplo, passivas sem *by-phrase* são compatíveis com estruturas de controle e modificadores adverbiais orientados para o sujeito. Com essa constatação, Bruening (2013; 2014) defende que *Pass* ancora existencialmente o argumento não preenchido de *Voice*. Ele descreve o funcionamento desse sistema da seguinte maneira:

embora *Pass* selecione sintaticamente uma projeção *Voice* não saturada, ele tem a propriedade de exigir que todos os argumentos sejam saturados. Isso significa que, se o argumento externo de *Voice* não foi saturado, *Pass* terá de saturá-lo. Ele faz isso ligando-o existencialmente. Como dito acima, todas as evidências indicam que o argumento externo de uma passiva curta é quantificado existencialmente. [...] Uma passiva simplesmente envolverá a quantificação existencial do argumento externo<sup>45</sup> (Bruening, 2013, p. 15).

<sup>45</sup> “Although *Pass* syntactically selects an unsaturated *Voice* projection, it has the property of requiring that all of the arguments be saturated. This means that if the external argument of *Voice* has not been saturated, *Pass* will have to saturate it. It does this by existentially binding it. As stated above, all the evidence indicates that the external argument of a short passive is existentially quantified. [...] A passive will simply involve existential quantification over the external argument.”

Essencialmente, então, Pass desempenha a função de acarretar uma realidade lógica para aquela posição que não foi preenchida por um argumento canônico<sup>46</sup>. Em outros termos, é como se ele informasse à sintaxe que há um conteúdo naquela posição, embora não tenha sido introduzido um DP. Como resultado, a sintaxe atua normalmente; o agente passa a não ser conhecido, mas existe para fins de computação.

Ainda sobre a *by-phrase*, cabe observar que, particularmente em Bruening (2013), há uma grande preocupação com o estatuto desse sintagma. O autor está especialmente interessado no fato de que a *by-phrase* também é compatível com as nominalizações – mas apenas as de verbos agentivos, os mesmos que podem ser passivizados. Sendo assim, ele conclui que a *by-phrase* não depende de uma operação de passivização em si. Bruening (2013) então propõe que o que a *by-phrase* requer para se concatenar a uma estrutura, na verdade, é o mesmo que Pass: um núcleo *Voice* não saturado.

Dessa forma, Pass é um núcleo sintático que faz parte da projeção estendida do verbo, enquanto a *by-phrase*, para Bruening (2013), é um adjunto que se concatena a *Voice*. Como esse é um *Voice* sem argumento externo, o que a *by-phrase* faz é especificar semanticamente o iniciador do evento. Desse modo, sua função é mais semântica do que sintática. Nas palavras do autor, “*by* toma uma função com um argumento individual aberto e oferece seu próprio argumento para saturar essa função”<sup>47</sup> (Bruening, 2013, p. 16). Mas como *by* é um adjunto, é *Voice* que projeta.

Nesse sistema, uma projeção de *Voice* com uma *by-phrase* ainda é um objeto sintático adequado para ser complemento de Pass, porque, por ela ser um adjunto, não checa o traço de seleção de *Voice*. Por isso, pode-se projetar ambos numa mesma estrutura, como representado em (25), a seguir<sup>48</sup>:

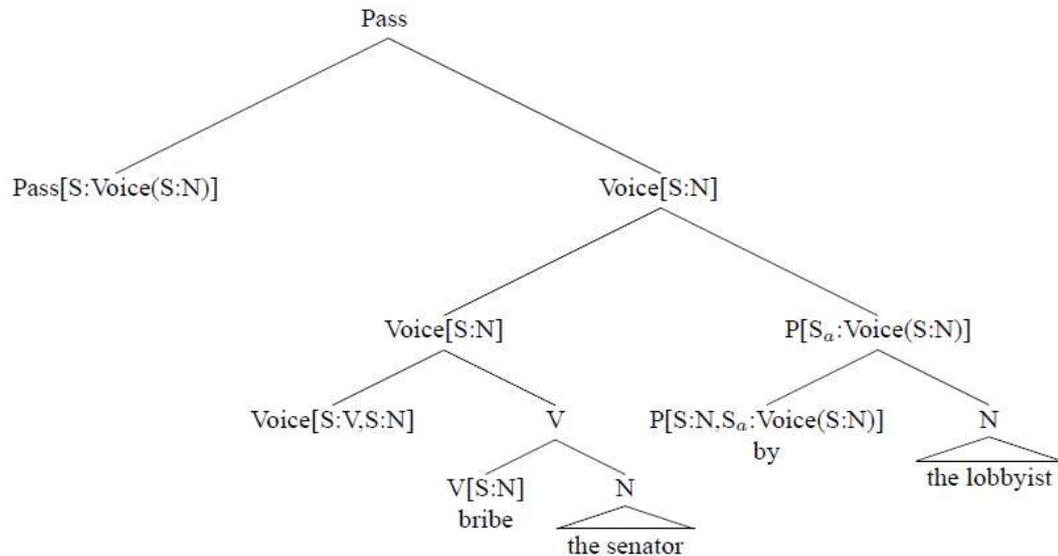
<sup>46</sup> Deve-se apontar que a proposta do autor não explora a fundo a natureza desse elemento em termos formais. Não fica claro se ele é lido pela sintaxe como um argumento indefinido, por exemplo, ou como uma espécie de variável. Bruening (2013; 2014) parece mais interessado na contribuição interpretativa de Pass e na sua relação com o agente da passiva.

<sup>47</sup> “*by* takes a function with an open individual argument and supplies its own argument to saturate that function.”

<sup>48</sup> Bruening (2013) também fornece a estrutura de uma nominalização em *-ion* do inglês, que é semelhante à vista em (25), mas em vez do núcleo Pass, há um núcleo nominalizador.

(25) Passiva analítica com *by-phrase* (Bruening, 2013)

*The senator [was] bribed by the lobbyist* (“O senador [foi] comprado pelo lobista”).



(adaptado de Bruening, 2013, p. 17)

A análise de Bruening (2013) oferece um olhar bastante aprofundado sobre a *by-phrase*, o que é um diferencial positivo. Por outro lado, uma crítica semelhante à que fizemos a Collins (2005) também se aplica aqui: não nos parece clara a razão para a existência do núcleo Pass na sintaxe. Como *Voice* nessa proposta é um núcleo que existe apenas para introduzir o argumento externo, soa peculiar que exista também um outro núcleo cuja especificação sintática exija um *Voice* sem argumento. Além disso, considerando que a *by-phrase* é um adjunto de *Voice* e não do particípio, também não fica claro por que *Voice* poderia simplesmente não executar sua função de introduzir o agente, deixando isso para um adjunto<sup>49</sup>.

O funcionamento da *by-phrase*, nesse sentido, ainda acarreta uma questão adicional. É como se esse adjunto pudesse substituir a função de introduzir o argumento externo. O próprio Bruening (2013) afirma que um *Voice* com argumento externo e com *by-phrase* são equivalentes. Porém, isso não nos parece adequado, pois, sendo assim, a presença da *by-phrase* apenas cria um passo adicional na derivação para gerar o mesmo resultado que *Voice* poderia alcançar sozinho, se introduzisse o argumento diretamente. Ademais, a presença da *by-phrase* em conjunto com Pass também levanta um questionamento, pois Bruening (2013) afirma que, como o

<sup>49</sup> Cabe observar que, em Bruening (2014), quando investiga as passivas adjetivais, o autor admite a existência de ao menos dois sabores de *Voice*, um transitivo e um intransitivo. Isso, porém, não afeta os questionamentos feitos aqui, já que o *Voice* das ativas e passivas é o mesmo, qual seja, o transitivo. O *Voice* intransitivo de Bruening (2014) é, mais especificamente, inacusativo, sendo usado apenas com esse tipo de verbo.

particípio, ela liga existencialmente o argumento não preenchido de *Voice*. Portanto, se há uma *by-phrase*, o núcleo Pass não vai conduzir a ligação existencial, pois ela já aconteceu. Desse modo, Pass teria de ser projetado por outro motivo, o que não é explorado pelo autor.

Também similarmente ao que foi criticado nos trabalhos anteriores, um segundo ponto a ser averiguado aqui é o funcionamento do particípio. Bruening (2013; 2014) deixa de lado as suas características adjetivais, e não parece haver espaço na estrutura para alocá-las, já que ele é o expoente da combinação de três núcleos verbais. Por fim, para os fins deste trabalho, devemos pensar em qual seria a possibilidade de aplicar a proposta às passivas sintéticas. Isso não parece possível, já que os três núcleos básicos da estrutura (V, *Voice* e Pass) são explicitamente associados ao particípio, que não se realiza nas sintéticas.

Os estudos explorados até aqui são representativos da ideia de que há um núcleo independente que forma a passiva. A partir agora, na seção 3.2, vamos colocar em debate trabalhos que assumem que é o núcleo *Voice* o responsável por essa formação, seja via a existência de um sabor passivo ou via combinações de traços que derivam as suas propriedades.

### 3.2 TIPOLOGIA DE *VOICE*

As análises da passiva, em geral, dão grande ênfase ao argumento externo, devido à sua remoção (ou mudança de estatuto) ser um dos pontos centrais da formação. Como tal, não é surpresa que diversos autores foquem suas abordagens no comportamento do núcleo introdutor do argumento externo, geralmente entendido como *Voice* (ou *v*, a depender da abordagem teórica). Esse tipo de trabalho cria uma tipologia para o núcleo *Voice*, baseada no seu funcionamento e na sua composição de traços. Vamos explorar essa linha de análise nesta seção. Para representá-la, colocamos em discussão as seguintes propostas: Alexiadou, Anagnostopoulou e Schäfer (2006), Alexiadou e Doron (2012) e Alexiadou (2013; 2014) e Alexiadou, Anagnostopoulou e Schäfer (2015).

A análise de Alexiadou, Anagnostopoulou e Schäfer (2006), desenvolvida sob o modelo da MD, é voltada não apenas para as passivas, mas para o fenômeno das alternâncias de valência verbal de maneira mais ampla. Por isso, os autores buscam desenvolver uma análise que explique as passivas e também os anticausativos, já que ambos podem ser considerados contrapartes intransitivas de uma sentença ativa. Além disso, como também já tivemos a oportunidade de averiguar neste trabalho, essas duas construções comumente são sincréticas, o que indica que possuem alguma relação a nível subjacente. O trabalho dos autores se propõe a ser bastante amplo, oferecendo contribuições para os dois tipos de passiva.

Para os autores, a grande diferença entre passivas e anticausativos está no papel temático do argumento externo. Passivas são a contraparte intransitiva de uma oração cujo argumento externo é um agente, e anticausativos o são de uma oração cujo argumento externo é uma causa. Logo, para entender essas duas construções, precisamos primeiro averiguar o que os autores propõem para sentenças transitivas. Eles defendem que a transitividade, em geral, envolve causatividade, isto é uma mudança de estado. Além disso, há pelo menos três elementos essenciais na sua formação: a raiz verbal, que dispensa explicações; um operador CAUS, basicamente funcionando como um tipo de *v*, que “introduz uma relação causal entre um evento causador [...] e o estado resultante denotado pela raiz verbal + tema”<sup>50</sup> (Alexiadou; Anagnostopoulou; Schäfer, 2006, p. 16); e o núcleo *Voice*, que introduz o argumento externo, isto é, a entidade que desencadeia a ação.

*Voice* contém um traço [+AG] ou [-AG] (agentivo), e isso determina o papel temático do argumento externo: se *Voice* contém [+AG], o argumento externo é um agente; se contém [-AG], o argumento externo é uma causa. Os autores justificam essa distinção com a observação de que existem estruturas sintáticas sensíveis à distinção entre agente e causa; por exemplo, no grego, aparentemente só é possível projetar um agente da passiva cujo papel temático seja agente. Além dessa variação nos traços, o núcleo *Voice* pode ser ativo ou passivo. Quando ele é ativo, introduz o argumento externo, que recebe o papel temático conforme a especificação de traços apresentada. Quando é passivo, o argumento externo não é projetado, e o papel temático de *Voice* fica apenas implícito.

A partir disso, podemos derivar a proposta dos autores para as passivas. Elas ocorrem, em geral, se houver na estrutura um *Voice* passivo com o traço [+AG]. Com isso, não há agente explícito na formação, mas a interpretação agentiva permanece. Essa estrutura é a mais básica para a geração das passivas e está disponível em todas as línguas. Mas há uma segunda possibilidade, um pouco mais limitada. Retomando o exemplo do grego, em que o agente da passiva só pode ser agentivo e não causativo, Alexiadou, Anagnostopoulou e Schäfer (2006) propõem que há dois padrões de passiva translinguisticamente. Em algumas línguas, a passiva é necessariamente agentiva, como é o caso do grego; em outras, a passiva não é especificada, o que é evidenciado por o agente da passiva poder ser uma causa, como é o caso do inglês e do português. A distribuição dos diferentes tipos de *Voice* e dos seus diferentes traços é diferente para cada língua.

---

<sup>50</sup> “introduces a causal relation between a causing event [...] and the resultant state denoted by the verbal root + theme.”

Em línguas como o grego, em que a passiva é mais especificada, ela é formada exclusivamente pela combinação de *Voice* passivo e traço [+AG]. Um *Voice* passivo com traço [-AG] produz o anticausativo, isto é, uma formação em que, assim como na passiva, não há uma causa explicitada, mas se infere que algo desencadeou o evento. Já em línguas como o inglês, em que a passiva não tem restrição agentiva, as duas combinações (*Voice* passivo [+AG] ou *Voice* passivo [-AG]) produzirão a passiva. Em ambos os casos, sempre haverá um desencadeador implícito, mas como elas serão iguais superficialmente, não será possível afirmar *a priori* se é um agente ou um causador inanimado, por exemplo.

Nesse segundo tipo de língua, os anticausativos serão formados sem a presença do núcleo *Voice*. Em termos interpretativos, essa estrutura é capaz de derivá-los, porque mesmo sem *Voice*, ainda há o operador CAUS na estrutura, então uma causa implícita ainda pode ser inferida. Mas vale observar que línguas de passivas apenas agentivas como o grego também podem ter anticausativos formados sem o núcleo *Voice*. A presença ou não desse núcleo nos anticausativos se relaciona não apenas à configuração que a passiva possui na língua em questão, mas também à classificação semântica da raiz, que exploraremos em breve.

Como se pode notar, a tipologia desenvolvida pelos autores é bastante complexa. Apresentamos a seguir, em (26), uma sistematização das diferentes combinações possíveis:

(26) Tipologia de *Voice* (Alexiadou, Anagnostopolou e Schäfer, 2006)

- a. *Voice* Agentivo [+AG] = transitivo agentivo
- b. *Voice* Agentivo [-AG] = transitivo causativo
- c. *Voice* Passivo [+AG] = passiva
- d. *Voice* Passivo [-AG] = passiva (línguas de passiva não especificada)
- e. *Voice* Passivo [-AG] = anticausativo (línguas de passiva especificada)
- f. sem *Voice* = anticausativo e inacusativo

A proposta dos autores inclui também uma tipologia de raízes, classificadas de acordo com sua semântica enciclopédica. Adaptando a proposta de Levin e Rappaport-Hovav (1995), Alexiadou, Anagnostopolou e Schäfer (2006) apresentam uma classificação com quatro categorias. Elas são listadas em (27), a seguir, com exemplos adaptados para o português<sup>51</sup>:

<sup>51</sup> Os exemplos originais dos autores, oriundos da língua inglesa, não são totalmente compatíveis com o comportamento dos mesmos verbos em português. Essa variação de uma língua para outra é prevista por eles; embora as categorias sejam universais, as raízes disponíveis em cada língua e os sentidos e usos associados a elas apresentam grandes variações, então é esperado que nem todas se encaixem exatamente na mesma categoria em todas as línguas.

(27) Classificação enciclopédica de raízes (Alexiadou, Anagnostopoulou e Schäfer, 2006)

√ agentiva (assassinar, comer)

√ externamente causada (quebrar, abrir)

√ causa não especificada (explodir, vazar)

√ internamente causada (florescer, murchar)

Com essa classificação de raízes, os autores buscam explicar por que certos verbos podem ou não ser passivizados ou anticausativizados. Raízes agentivas precisam se concatenar a um *Voice* que contenha um traço [+AG], e por isso podem ser passivizadas, mas não anticausativizadas. Já raízes externamente causadas precisam se concatenar a um *Voice*, mas são compatíveis tanto com o traço [+AG] quanto com o [-AG], e por isso geram tanto passivas quanto anticausativas. Raízes de causa não especificada podem, mas não precisam, se combinar com o núcleo *Voice*, pois representam eventos que não necessariamente precisam de um desencadeador. Por isso, também podem gerar passivas e anticausativos. Nesse caso, os anticausativos podem ser formados com ou sem *Voice*, embora os autores não explorem que fatores poderiam influenciar isso. Por fim, as internamente causadas nunca podem se concatenar a *Voice*, e por isso só geram inacusativos plenos, ou seja, verbos que não possuem uma contraparte ativa.

A proposta dos autores, como se observa, é bastante completa e oferece intuições importantes sobre o fenômeno. Apesar disso, algumas questões devem ser apontadas no sistema. Uma delas é que, embora a proposta se proponha a derivar os dois tipos de passiva, analítica e sintética, não é informado como suas formas são geradas. Os autores não exploram como esse sistema resulta no particípio e no auxiliar das passivas analíticas ou no marcador afixal ou clítico das sintéticas.

Outro ponto, que merece um pouco mais de discussão, é que o grande foco dos autores nos papéis temáticos de agente e causa faz com que deixem de lado o fato de que há passivas de verbos de outros tipos. Notadamente, verbos relacionados a sentimentos, como “amar” e “sentir”, podem ser passivizados, e o papel temático do argumento externo seria algo nos moldes de um experienciador, não um agente. Nesse sentido, analisando como outros trabalhos tratam a passiva, podemos notar que, embora comumente se fale em um *Voice* ou um *v* agentivo ou de uma leitura agentiva, em geral isso é apenas um modo abrangente de se referir à transitividade, não à agentividade propriamente. Inclusive, isso é explicitado em Collins (2005), com a sua proposta se baseando em parte na variedade de papéis temáticos do agente da passiva. No

entanto, Alexiadou, Anagnostopoulou e Schäfer (2006) desenvolvem sua análise em torno dos papéis de agente e causa, o que torna difícil explicar essas outras possibilidades.

Já de um ponto de vista teórico, a contribuição exata de *Voice* e CAUS não nos parece bem-definida. Devemos lembrar que os autores afirmam que CAUS é responsável por introduzir a relação causal, e *Voice*, o argumento externo. Mas se essa é a função de *Voice*, parece-nos incongruente existir um *Voice* passivo, que não pode introduzir argumentos. Os próprios autores deixam claro, ao explicar o funcionamento dos anticausativos sem *Voice*, que esse núcleo não é necessário para que um desencadeador externo seja inferido, então a existência de um *Voice* que não introduz argumentos parece desnecessária.

Isso também tem consequências para os inacusativos. Na proposta, eles nunca se concatenam a *Voice*, por que são formados por raízes de causa interna; mas se uma causa externa pode ser inferida apenas a partir de CAUS, deveria ser possível encontrar inacusativos – que possuem CAUS, mas não *Voice* – em que um desencadeador externo é inferido, o que não parece ser o caso empiricamente. O fato de que a mesma estrutura (na ausência de *Voice*) pode gerar esses dois tipos de verbos sugere que há algum tipo de sobreposição entre eles na visão dos autores, que não fica totalmente clara na proposta. Da mesma maneira, as funções de *Voice* e CAUS também parecem se misturar ligeiramente.

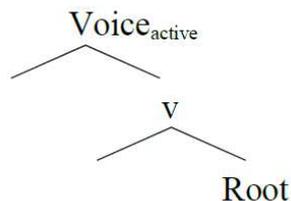
Uma outra questão é que parece haver uma aparente redundância de informações na maneira como o sistema de classificação de raízes é combinado com a tipologia de *Voice* e os traços dos autores. Relembremos que raízes do tipo agentivo só podem se combinar com um *Voice* que contenha o traço [AG], por exemplo. Parece-nos que não há necessidade de esse traço estar presente em *Voice*, pois, sendo a própria raiz agentiva, isso já deveria garantir sua incompatibilidade com uma estrutura sem *Voice* ou com um argumento não agentivo. Também cabe ressaltar que a classificação dos autores é explicitamente enciclopédica, o que significa que só é levada em conta após o *spell-out*. Logo, não pode motivar a presença de [AG]. A princípio, qualquer raiz seria sintaticamente capaz de entrar em qualquer estrutura, mas a derivação não converge se houver incompatibilidade enciclopédica. Como essa verificação da Enciclopédia é necessária de todo modo, o traço em *Voice* não parece desempenhar um papel muito significativo.

Uma outra maneira de conceptualizar diferentes sabores de *Voice* é vista na análise de Alexiadou e Doron (2012), que é retomada e expandida em Alexiadou (2013; 2014). Nesses trabalhos, desenvolvidos sob a MD, propõe-se que a diferenciação entre passivas analíticas e sintéticas se deve ao núcleo funcional responsável pela sua formação. Haveria, portanto, um núcleo especificamente formador de passivas sintéticas e um especificamente formador de

analíticas. Assim, essa é uma tipologia com três tipos de *Voice*: ativo, passivo e médio. O primeiro deles forma as sentenças ativas; o segundo, em conjunto com o *Voice* ativo, forma as passivas analíticas; e o terceiro forma as passivas sintéticas.

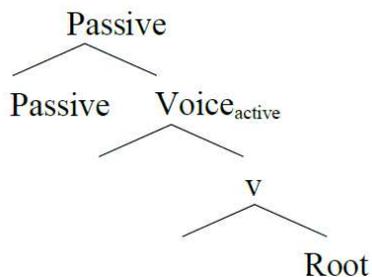
Todas as línguas teriam disponível o *Voice* ativo, mas não necessariamente os demais. O *Voice* passivo e o *Voice* médio estariam disponíveis ou não com base em uma variação paramétrica. Línguas como o inglês, em que a passiva é analítica, estariam em uma das configurações do parâmetro, possuindo o *Voice* passivo; línguas como o grego, em que a passiva é sintética, estariam na outra configuração, possuindo o *Voice* médio. As representações das estruturas que contêm cada tipo de *Voice* são trazidas a seguir como (28), (29) e (30), para a ativa, a passiva analítica e a passiva sintética, respectivamente:

(28) Voz ativa (Alexiadou; Doron, 2012; Alexiadou, 2013; 2014)



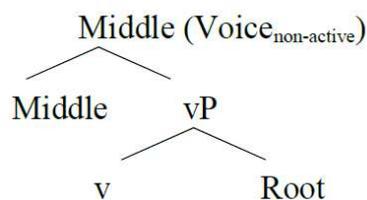
(adaptado de Alexiadou, 2013, p. 252)

(29) Passiva analítica (Alexiadou; Doron, 2012; Alexiadou, 2013; 2014)



(adaptado de Alexiadou, 2013, p. 252)

(30) Passiva sintética (Alexiadou; Doron, 2012; Alexiadou, 2013; 2014)



(adaptado de Alexiadou, 2013, p. 252)

Como se observa, a estrutura verbal proposta por Alexiadou (2013) inclui ao menos três elementos-chave: raiz, *v* e *Voice*, sendo este último o responsável, na voz ativa, pela introdução do argumento externo. Todos esses núcleos fazem parte tanto da ativa quanto das passivas, mas as diferenças nos sabores de *Voice* desencadeiam uma série de efeitos.

A passiva analítica toma a estrutura ativa como base. O núcleo *Voice* passivo é concatenado acima de *Voice*, convertendo a ativa em passiva. Já a passiva sintética preserva apenas uma parte da sequência de núcleos que formaria uma ativa, já que o *Voice* médio é concatenado diretamente a *v*, em lugar do *Voice* ativo (logo, esses dois não co-ocorrem). Além dessa diferença na altura da concatenação, outra diferença crucial é que o núcleo passivo é semanticamente especificado, mas o médio não. O primeiro carrega apenas o sentido propriamente passivo, mas o segundo é apenas “não ativo”. É assim que as autoras justificam o sincretismo recorrente entre as passivas sintéticas e diversos outros domínios: para elas, todos esses domínios são “não ativos” e, por isso, formam-se com esse núcleo. As passivas analíticas, por outro lado, por terem um *Voice* especificado, não expressam outros sentidos e não se sincretizam com facilidade.

A proposta de Alexiadou e Doron (2012) e Alexiadou (2013; 2014) é relativamente simples em termos de implementação; no entanto, isso faz com que algumas questões fiquem em aberto no sistema. A passiva analítica, em particular, é abordada de maneira mais superficial, já que o foco do trabalho das autoras é a língua grega, em que só é encontrada a passiva sintética. De fato, tudo que é dito sobre esse tipo de passiva é que “é uma operação sobre um sintagma verbal transitivo e deriva VPs passivos”<sup>52</sup> (Alexiadou, 2013, p. 252). Não há detalhes de como esse núcleo consegue modificar as relações já construídas na sintaxe. Também não é informado como se formam o particípio e o auxiliar dessas estruturas.

A situação do argumento externo na passiva analítica também é pouco explorada. Como a base é um sintagma transitivo, seria de se esperar que houvesse um argumento externo projetado antes da entrada do núcleo passivo. Como isso não acontece e não é feita uma discussão a esse respeito, não fica claro o que causou sua remoção. Se ele apenas não foi projetado, existe um possível problema de *look-ahead*, já que, até então, a estrutura deveria ser uma ativa comum. A sintaxe só “descobre” que se trata de uma passiva com a entrada do *Voice* passivo, então não deveria haver motivo para o argumento externo não ser projetado.

Com relação às passivas sintéticas, a proposta traz mais detalhes. Esse núcleo é concatenado acima de *v* em lugar do *Voice* ativo, gerando um sentido não ativo e impedindo a entrada

---

<sup>52</sup> “is an operation on an active transitive verb phrase, and it derives passive VPs.”

do argumento externo. Como esse *Voice* é semanticamente subespecificado, essa estrutura pode gerar tanto a passiva sintética quanto uma variedade de outras leituras, como os anticausativos, os reflexivos e a voz média. As autoras essencialmente atribuem a decisão de qual será a leitura específica à escolha do falante: “como essa estrutura é subespecificada, os falantes são relativamente livres para escolher uma interpretação que faça sentido com ela”<sup>53</sup> (Alexiadou, 2013, p. 252). A princípio, portanto, sintaticamente essa estrutura tem um grande potencial para gerar sentenças ambíguas, em decorrência da subespecificação, mas outros elementos podem auxiliar na definição do seu sentido, como a projeção de adjuntos.

As autoras também defendem que o marcador da passiva sintética – e por extensão também dos demais contextos sincréticos – é o expoente do núcleo *Voice* médio. Um detalhe importante aqui é que elas deixam claro que esse expoente necessariamente é um afixo. Isso significa que, em sua análise, apenas passivas sintéticas como as do latim e do grego são, de fato, passivas. Estruturas como as passivas com “se” do português e demais línguas românicas, para as autoras, na verdade possuiriam morfologia ativa, com esse elemento sendo apenas um pronome em posição argumental. Isso é proposto porque, nas línguas analisadas por elas, sempre que havia algum sincretismo pronominal, havia também a passiva analítica disponível. Logo, o *Voice* dessas línguas precisa ser o passivo, ou não haveria como formar a passiva analítica. O *Voice* médio estaria ausente.

Em nossa visão, essa distinção entre as formações sincréticas sintéticas afixais e clíticas deve ser questionada, pois cria duas estruturas muito distintas para o que é comumente entendido como parte do mesmo fenômeno. A distinção estabelecida soa grande demais para que se mantenha uma identidade entre elas. Afinal, em um caso as estruturas seriam formadas por um núcleo especificamente não ativo que não projeta argumento externo, enquanto no outro haveria um núcleo ativo com argumento externo projetado. São estruturas basicamente opostas.

Ainda sobre essa questão, a justificativa das autoras para a distinção não nos parece tão congruente se analisarmos como esse fenômeno se dá translinguisticamente. Isso não é atestado apenas em línguas de passivas pronominais; existem línguas em que o sincretismo da passiva sintética é marcado afixalmente e também existe a passiva analítica, como o latim e o hebraico. De fato, as próprias autoras reconhecem essa possibilidade ao analisarem o hebraico, e por isso esclarecem que o parâmetro não é uma escolha entre o *Voice* passivo e o médio, mas sim entre ter ou não o médio. Ou seja, todas as línguas têm o *Voice* ativo e o passivo, mas o médio pode

---

<sup>53</sup> “Since this structure is underspecified, speakers are relatively free to choose an interpretation that would go along with it.”

estar disponível ou não. Isso permite ao latim e ao hebraico terem o *Voice* passivo para gerar suas passivas analíticas e também o *Voice* médio para gerar seu sincretismo afixal. Esse esclarecimento, contudo, torna menos justificada a proposta de que não há *Voice* médio em línguas de sincretismo passivo clítico, já que ambos os tipos de marcadores podem co-ocorrer com a passiva analítica.

Também é relevante o fato de que as previsões feitas pelas autoras para a distribuição das formas sincréticas translinguisticamente parecem não se confirmar totalmente. Em tese, quando uma língua tem o *Voice* médio, como o grego e o latim, tudo que é não ativo deve ser construído com esse núcleo. Mas o fato de que existem verbos anticausativos marcados e não marcados coloca esse ponto sob questão. Como os anticausativos são classificados pelas autoras como não ativos, deveriam ser sempre marcados. Isso é ainda mais relevante quando lembramos que há casos em que o mesmo verbo pode ou não ser marcado na mesma língua, como é o caso do verbo *occido* (“morrer”) em latim; parece difícil argumentar que uma das duas formas é ativa, e a outra, não ativa.

De maneira semelhante, no português também há anticausativos marcados e não marcados. Isso reforça a semelhança entre o comportamento do SPR afixal e clítico e parece ir contra a ideia de que seriam estruturas diferentes. Além disso, também há na língua diversos verbos cujo sentido parece ser não ativo, mas não há marcação com o clítico (“apanhar” ou “receber”, por exemplo). Em uma análise como a das autoras, seria de se esperar que eles também tivessem a marcação clítica, o que não acontece. Ressalta-se que esses verbos não são inacusativos como “nascer” ou “crescer”, que seriam construídos sem *Voice*, mas sim transitivos. Aliás, os inacusativos também podem vir a ser um problema para a análise. Embora sintaticamente a ausência de marcas sincréticas seja justificada por não haver *Voice* na estrutura, o que não fica totalmente claro é a razão de não haver *Voice*, já que eles também poderiam ser considerados não ativos.

A questão da subespecificação de *Voice* também merece um debate pela maneira como as autoras solucionam a definição do sentido, isto é, via escolha do falante. Essa nos parece ser uma maneira pouco formalizada de lidar com todos os contextos dos quais esse núcleo tem de dar conta, que podem incluir passivas, anticausativos, reflexivos e a voz média. Outros autores, como Lazzarini-Cyrino (2015) e Gonçalves (2021), vêm tentando demonstrar que há diferenças significativas na sintaxe desses vários contextos.

Ainda nesse tópico, essa caracterização com base em especificação e subespecificação pode nem mesmo ser uma assunção necessária no sistema. As autoras assumem que o *Voice* médio é capaz de gerar diferentes leituras porque, devido à sua posição baixa na estrutura, pode

interagir com a raiz (e seu complemento, quando ele existe) para negociar sentido. Já o *Voice* passivo, como se concatena a uma estrutura de base transitiva “já pronta”, em que os significados já foram estabelecidos, e se localiza em uma posição muito alta, não consegue promover esse tipo de interação. Isso essencialmente significa que a especificação ou subespecificação de *Voice* não precisa ser uma propriedade inerente de *Voice*, mas sim uma consequência da maneira como esses núcleos se relacionam com a sintaxe de maneira mais ampla.

Em Alexiadou, Anagnostopoulou e Schäfer (2015), é apresentada uma nova proposta de tipologia que retoma os três tipos de *Voice* – ativo, passivo e médio – de Alexiadou e Doron (2012) e Alexiadou (2013; 2014), com algumas modificações. A mais notável em um primeiro momento é que agora os autores deixam de lado a proposta de que haveria um parâmetro para determinar quais dos núcleos *Voice* estão disponíveis em uma língua. Nessa nova perspectiva, a princípio, qualquer língua poderia ter qualquer combinação.

De maneira geral, o funcionamento dos três núcleos continua o mesmo. O *Voice* ativo adiciona o argumento externo à estrutura sintática, gerando orações transitivas. O *Voice* médio não introduz argumento externo e é semanticamente subespecificado, sendo por isso usado para expressar quaisquer sentidos não ativos nas línguas em que está disponível, como o grego; essa subespecificação semântica se reflete no sincretismo que essas línguas apresentam entre diversas estruturas. O núcleo passivo é semanticamente especificado e, como tal, gera apenas passivas que não são sincréticas com outros domínios, como as do inglês<sup>54</sup>.

Um ponto importante nessa versão da proposta é que o núcleo passivo deixa de ser considerado tecnicamente um sabor de *Voice*, passando a ser visto como um núcleo à parte. Isso é justificado pelo fato de que, ao passo que o ativo e médio atuam como equivalentes na sintaxe, concatenando-se na mesma posição e nunca co-ocorrendo, o passivo aparece em outra configuração, acima do *Voice* ativo. Há, portanto, uma assimetria entre ele e os demais. Com isso, ele adquire, na abordagem de Alexiadou, Anagnostopoulou e Schäfer (2015), um estatuto semelhante ao do núcleo Pass de Adger (2003) ou Bruening (2013).

Além disso, reconhecendo a dificuldade de explicar o funcionamento dos vários contextos que a abordagem se propõe a explicar – em particular o dos anticausativos, que ora são marcados, ora não, às vezes dentro de uma mesma língua –, os autores recorrem à ideia de que os núcleos *Voice* podem ser temáticos ou expletivos, retomando uma proposta anterior de Schäfer (2007; e trabalhos subsequentes). Grosso modo, um *Voice* temático contribui sintática

---

<sup>54</sup> Além do funcionamento geral, os autores também mantêm a mesma descrição que associa a especificação ou subespecificação desses núcleos à altura a que se concatenam.

e semanticamente para a estrutura, enquanto um *Voice* expletivo possui apenas função sintática e não desencadeia nenhuma interpretação. O funcionamento dos diferentes núcleos *Voice* já conhecidos na verdade se aplicariam, então, ao *Voice* temático, e os autores apresentam novas propostas de comportamento para suas contrapartes não temáticas.

O *Voice* ativo expletivo basicamente deriva os verbos anticausativos que são marcados com um clítico, como os do português, ou um pronome, como os do alemão. Esse *Voice* introduz um argumento, mas não atribui papel temático a ele. Com isso, seu argumento não pode ser interpretado referencialmente. Os autores propõem que, devido a essa característica do *Voice* ativo expletivo, apenas um elemento sem denotação própria poderia ser projetado nessa posição: a projeção de um argumento comum causaria um *crash* na derivação, pois não seria possível interpretá-lo. É por isso que o que se encontra nessa estrutura são elementos anafóricos: eles são vazios semanticamente a princípio, adquirindo denotação apenas a partir do momento que se ligam a algum outro elemento na formação sintática. Porém, ao serem projetados na posição de *spec. Voice*, isso não poderá acontecer, por essa ser uma posição muito alta na estrutura sintática. O resultado final é que surge ali um elemento que funciona sintaticamente como esperado da sua categoria, mas não é interpretado semanticamente. A ação descrita pela estrutura, então, é entendida como algo desencadeado por um causador externo, mas não é possível determinar que algo é esse, de maneira similar à interpretação da passiva.

Cabe mencionar que também é possível que o *Voice* ativo temático tenha um elemento desse tipo – um pronome ou clítico do tipo “se” – projetado como seu argumento externo. Nesse caso, haverá uma passiva sintética e não um anticausativo. De fato, em grande medida, a diferença entre eles se resume à interpretação do desencadeador da ação: nos anticausativos, pode-se inferir que algo causou o evento, mas não há implicatura de agentividade; já nas passivas, há essa implicatura. Isso é explicado, no sistema dos autores, pelo fato de que o *Voice* dos anticausativos é expletivo, então não carrega papel temático, enquanto o das passivas leva consigo o papel de agente.

Já o *Voice* médio expletivo não introduz argumento e nem papel temático. Logo, com ele nunca é encontrada a projeção de um clítico ou afixo como argumento externo. A depender da língua, é possível que esse *Voice* possua realização fonológica. O que os autores propõem quanto a isso, essencialmente, é que ele será sempre sincrético com o *Voice* médio temático. Isso porque eles são idênticos sintaticamente, pois nunca introduzem argumento externo, e sua única distinção é semântica. Como o processo de inserção vocabular é sensível à sintaxe e não à semântica, eles receberão o mesmo expoente. Por isso, em uma língua como o grego, por exemplo, em que o *Voice* médio temático é realizado como um afixo, o expletivo também o

será. Se a língua tiver um *Voice* médio temático sem realização, o mesmo acontecerá com o expletivo. Por fim, se a língua não tiver o *Voice* médio temático, mas tiver o expletivo, pode ser que ele se realize ou não.

Tanto os núcleos temáticos quanto os médios podem estar disponíveis ou não em uma língua sem depender da sua contraparte. Há, então, uma grande variedade de combinações possíveis, o que torna a proposta bastante abrangente. Além de tudo isso, deve-se ainda mencionar que também existe a possibilidade de que a estrutura verbal não contenha *Voice*, o que geraria os inacusativos canônicos, isto é, não alternantes, assim como era previsto em Alexiadou, Anagnostopoulou e Schäfer (2006). Dadas todas essas possibilidades, vamos sumarizar a seguir, em (31), essa tipologia e seus efeitos:

(31) Tipologia de *Voice* (Alexiadou; Anagnostopoulou; Schäfer, 2015)

- a. *Voice* Ativo temático + DP referencial = transitivo
- b. *Voice* Ativo temático + *se* = passiva analítica
- c. *Voice* Ativo expletivo + DP referencial = *crash*
- d. *Voice* Ativo expletivo + *se* = anticausativo marcado com pronome ou clítico
- e. *Voice* Médio/Não Ativo temático = passiva sintética e outros sentidos não ativos (sentidos específicos variam de língua para língua)
- f. *Voice* Médio/Não Ativo expletivo = anticausativo marcado com afixo (ou não marcado, se o *Voice* Não Ativo da língua não tiver realização fonológica)
- g. Passivo = passiva analítica
- h. sem *Voice* = anticausativo

A tipologia dos autores, como se nota, é capaz de contemplar uma variedade de contextos e também explicar diversas variações translinguísticas. Por outro lado, questionamos alguns pontos da sua organização. A categoria expletiva para *Voice*, em particular, nos parece pouco congruente em termos teóricos, pois sua necessidade não é clara. Seja ativo ou passivo, esse núcleo não traz nenhuma contribuição para o conteúdo interpretativo da sentença, o que torna sua presença um pouco questionável, já que ele também não é introduzido por alguma necessidade sintática, mas sim opcionalmente. No caso do expletivo ativo, a única função parece ser introduzir um argumento que também não pode contribuir para o conteúdo da sentença; já o expletivo não ativo só gera anticausativos (marcados), que também não precisariam dessa versão específica do núcleo para existir, já que podem ser formados com um *Voice* temático. Vamos isso como um problema porque mesmo elementos expletivos devem desempenhar alguma

função ao serem projetados. Por exemplo, o *it* expletivo do inglês e outras línguas não *pro-drop* atende a um requerimento sintático (preenchimento de *spec. T* por um elemento fonologicamente realizado). No caso do sistema de expletivos de *Voice* de Alexiadou, Anagnostopoulou e Schäfer (2015), esse não é o caso. As estruturas poderiam existir sem esse tipo de *Voice*, então ele seria uma espécie de “expletivo opcional”, o que nos parece questionável do ponto de vista da organização do sistema linguístico.

Essa questão das funções e necessidades de *Voice* nos leva a discutir também algumas estruturas específicas. Por exemplo, se a simples presença de um *Voice* não ativo expletivo é suficiente para que uma leitura anticausativa seja licenciada, não está claro para nós a função que *Voice* apresenta em si enquanto núcleo; afinal, uma estrutura com *Voice* não ativo temático pode gerar anticausativos e uma com *Voice* ativo expletivo também. Já nas passivas sintéticas, que têm o *Voice* do tipo temático, não fica claro por que um elemento do tipo “se” seria projetado na sua posição de especificador, já que ali não poderia se ligar e adquirir denotação – a menos que esse elemento, embora tenha a mesma forma, não seja uma anáfora como o “se” dos reflexivos. Não é isso, no entanto, que os autores defendem e é importante ressaltar que isso também acarretaria outras questões, dada a identidade de forma entre esses possíveis diferentes “se”.

O fato de haver tantas variações em *Voice* também faz com que a proposta corra o risco de sobregerar dados, porque os autores não exploram todas as combinações possíveis. Um exemplo relevante é o do núcleo passivo, que, como explicado pelos autores, funciona se concatenando especificamente ao *Voice* ativo temático. Não é explorado se é possível que ele se concatene a outro tipo de *Voice*, nem o que aconteceria nesse caso. Parece que deveria ser possível que ele se concatenasse também à contraparte expletiva do *Voice* ativo, já que, como os próprios autores explicam, em termos de configuração sintática elas são idênticas. Isso, porém, geraria uma passiva de anticausativo, algo que não encontramos empiricamente.

Finalmente, também podemos mencionar que a análise carrega alguns dos problemas mais gerais já discutidos em outros momentos, como não explicar o funcionamento adjetival dos participios e a necessidade do auxiliar nas passivas analíticas. Percebe-se, então, que essa é uma questão bastante recorrente na literatura. Vamos ver a seguir, em 3.3, como uma outra linha de análise, esta focada um pouco mais no argumento externo em si, e não no núcleo que o introduz, se coloca nessas e em outras questões.

### 3.3 PROPOSTAS ARGUMENTAIS

As propostas argumentais são caracterizadas, em linhas gerais, por colocarem a maior parte do peso da derivação da passiva no argumento externo, e não em um núcleo funcional. Como representantes dessa linha de análise, trazemos para a discussão os trabalhos de Kalluli (2006) e Lazzarini-Cyrino (2015).

Kalluli (2006), trabalhando sob os preceitos minimalistas, defende que passivas resultam de uma operação de supressão de traços. A autora almeja derivar não apenas as estruturas passivas, mas também, como Alexiadou, Anagnostopoulou e Schäfer (2006; 2015), as anticausativas, em uma tentativa de capturar o sincretismo existente entre elas em várias línguas. Ela propõe que passivas e anticausativos são estruturas essencialmente idênticas, ambas derivadas de uma base ativa, mas com uma diferença crucial: nas passivas, a estrutura de base contém um traço [+act] em *v*; nas anticausativas, há um traço [+cause]. Quando o respectivo traço é suprimido, torna-se impossível projetar o argumento externo, e tem-se a formação em questão.

O principal ponto que devemos discutir na proposta de Kalluli (2006) é o fato de que não há detalhes de como a supressão de traços ocorre formalmente, bem como não há motivações claras para sua ativação. A autora afirma apenas que a “morfologia não ativa e/ou reflexiva suprime o *primeiro* traço na estrutura de um predicado”<sup>55</sup> (Kalluli, 2006, p. 453, destaque no original<sup>56</sup>). O fato de os traços [+act] e [+cause] serem considerados parte da composição de *v* os coloca na situação relevante para essa operação de supressão. Vejamos a derivação oferecida para as passivas em (32)<sup>57</sup>:

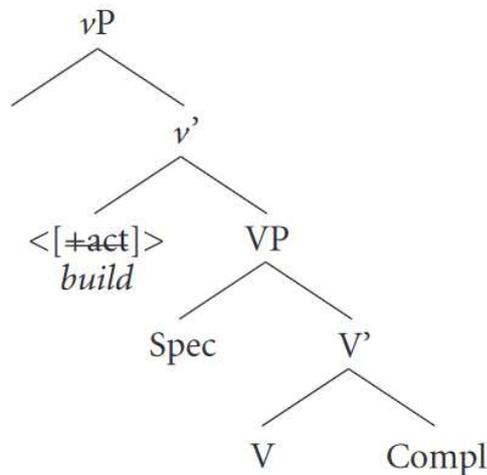
---

<sup>55</sup> “Non-active and/or reflexive morphology suppresses the *first* feature in a predicate structure.”

<sup>56</sup> A ênfase dada pela autora ao “primeiro traço” é importante na medida que com essa regra simples é possível explicar as duas estruturas apenas com base na hierarquia de traços. Não havendo a necessidade de mencionar um traço ou outro em específico, a identidade entre elas se torna mais forte.

<sup>57</sup> A derivação dos anticausativos é idêntica, mas com a substituição do traço [act] pelo traço [cause].

## (32) Voz passiva (Kalluli, 2006)



(Kalluli, 2006, p. 455)

Como se pode observar, a estrutura representa o que seria uma estrutura ativa, mas com o traço [+act] suprimido. Isso, segundo a autora, é suficiente para gerar a passiva, mas não há uma explicação de como a supressão resulta na mudança de forma observada na transição entre ativa e passiva. Cabe ressaltar, inclusive, que Kalluli (2006) desenvolve uma proposta de cunho geral, que supostamente abrange tanto as passivas analíticas quanto a sintética. Fica, então, em aberto para nós como essa estrutura pode gerar a sequência auxiliar + participio e também um verbo finito com uma marcação específica, afixal ou clítica.

Da mesma forma, também não são investigadas as propriedades adicionais das passivas, como o comportamento adjetival do participio e sua compatibilidade com o agente da passiva. Nesse ponto, uma questão que nos parece particularmente importante é a interpretação agentiva dessa estrutura mesmo quando não há *by-phrase*. Na análise de Kalluli (2006), o traço agentivo é deletado, então parece não restar na estrutura algo que possa gerar essa leitura, ou ao menos não sem uma *by-phrase*.

Lazzarini-Cyrino (2015) também desenvolve uma proposta que dispensa o uso de núcleos específicos ou sabores em *Voice* para concentrar toda a sua abordagem no comportamento do argumento externo. O trabalho, desenvolvido sob o arcabouço da MD, na verdade não é uma investigação específica da voz passiva, mas sim uma tentativa de derivar uniformemente os contextos que formam o que o autor chama de SPR, ou sincretismo passivo-reflexivo, quais sejam: voz passiva sintética, domínio médio, anticausativos e reflexivos.

A proposta de Lazzarini-Cyrino (2015) é que o marcador sincrético presente em todos esses contextos é o argumento externo da construção verbal, não um expoente de *Voice* ou *v*.

Desse modo, sua análise se assemelha à de Alexiadou, Anagnostopoulou e Schäfer (2015) para os anticausativos marcados com clíticos ou pronomes, mas Lazzarini-Cyrino (2015) estende o mecanismo para as construções marcadas com afixos. Seu raciocínio é o de que, sendo o mesmo fenômeno, deve haver uma derivação única. O estatuto do marcador seria, então, consequência de algum outro fator, e não um determinante da derivação em si.

Lazzarini-Cyrino (2015) assume, como Alexiadou, Anagnostopoulou e Schäfer (2015), que o argumento externo em uma passiva sintética é um elemento que não possui referencialidade própria, uma anáfora. Se a anáfora estiver na posição de argumento interno, será ligada ao argumento externo e formará o reflexivo; se estiver na posição de argumento externo, não haverá outro DP mais alto a que possa se ligar e permanecerá sem denotação. Com isso, ela não afetará o sentido da estrutura em que se encontra, desempenhando apenas função sintática.

Tudo isso é bastante similar ao que vimos em trabalhos anteriores. A inovação de Lazzarini-Cyrino (2015) se encontra na derivação dos contextos em si, que o autor empreende com base na composição dos traços da anáfora, e não em sabores de *Voice*. Vale lembrar que, na proposta de Alexiadou, Anagnostopoulou e Schäfer (2015), o que determinava a diferença entre uma passiva e um anticausativo, por exemplo, era que a primeira continha um núcleo *Voice* temático (agentivo), e o segundo, um *Voice* expletivo. Lazzarini-Cyrino (2015), por sua vez, estabelece que a anáfora da passiva se diferencia por carregar em si um traço [+HUMANO], sendo ele o responsável pela leitura agentiva<sup>58</sup>. Em um anticausativo, não havendo esse traço, resta apenas a leitura de que há um desencadeador externo. Outras configurações na anáfora geram os diferentes contextos, mas a estrutura básica permanece a mesma<sup>59</sup>.

Com essa abordagem, Lazzarini-Cyrino (2015) simplifica o sistema, descartando os diversos sabores de *Voice* e núcleos específicos assumidos por outros autores. Além disso, o autor demonstra uma grande preocupação com a motivação por trás dos mecanismos presentes no sistema, buscando uma argumentação para justificar a presença da anáfora nessa posição tão alta da estrutura sintática e também para explicar por que esse elemento se torna um afixo ou um clítico até o final da derivação. Esses pontos são um diferencial da análise e também serão importantes em nossa própria proposta, então vamos explorá-los a seguir.

---

<sup>58</sup> O autor deixa claro que, apesar de usar o traço [+HUMANO], isso é apenas um rótulo e não significa necessariamente que o agente implícito é um ser humano. O que esse traço indica, mais especificamente, seria volição. Porém, de acordo com Lazzarini-Cyrino (2015), prototipicamente esse agente é humano, e por isso o autor opta por essa nomenclatura para o traço.

<sup>59</sup> Como o foco deste trabalho são as passivas, não exploraremos os detalhes da derivação de todos os contextos aqui ou sua composição de traços, pois isso expandiria demais a discussão. Os apontamentos que fazemos ao trabalho do autor, como será possível constatar, não dependem da configuração específica de cada domínio e, por isso, não é essencial explorá-los aqui.

Na visão de Lazzarini-Cyrino (2015), a presença da anáfora nesses contextos ocorre por uma necessidade sintática. Pode-se dizer que elas funcionam como uma espécie de mecanismo de reparo, pois sua presença garante que uma derivação que não deveria convergir possa funcionar. De maneira geral, a anáfora surge quando a sintaxe se depara com uma formação que deveria ter um argumento externo, mas não há nenhum DP para ser concatenado nessa posição. Isso desencadeia a entrada de um argumento *default*, apenas para que a configuração sintática seja devidamente satisfeita.

Para desenvolver esse sistema, Lazzarini-Cyrino (2015) recorre à mesma ideia de classificação de raízes de Alexiadou, Anagnostopoulou e Schäfer (2006). Em suma, quando uma raiz do tipo agentivo ou externamente causado é a base de uma formação verbal, é preciso haver um argumento externo e, para introduzi-lo, é projetado o núcleo *Voice*. Se não houver DP disponível, o traço de c-seleção de *Voice* ficaria sem ser atendido, uma violação sintática. A anáfora surge como efeito de um mecanismo de reparo que insere um argumento *default* apenas para satisfazer as necessidades de c-seleção de *Voice*. Isso não causa interferências na semântica da estrutura, pois a anáfora não possui denotação própria e não pode adquiri-la quando está em uma posição tão alta.

Após a introdução da anáfora, a derivação proposta pelo autor segue basicamente os mesmos passos que a vista em Alexiadou, Anagnostopoulou e Schäfer (2015), mas Lazzarini-Cyrino (2015) volta atenção especial ao caso desse elemento. Ele observa que a anáfora, por não ter traços- $\phi$  valorados, não pode valorar os de T, o que, conseqüentemente, a deixaria sem caso. Lazzarini-Cyrino (2015) propõe que o estatuto dependente da anáfora – enquanto clítico ou afixo – é justamente reflexo da sua falta de caso. Para o autor, esse elemento se move para o domínio verbal (via deslocamento local ou incorporação, a depender do tipo de marca, como veremos a seguir) para escapar ao filtro de caso, já que ele não se aplica ao complexo verbal.

Lazzarini-Cyrino (2015) propõe que há dois mecanismos em ação aqui, a depender do tipo de marcador. Para ele, afixos são gerados via movimento de núcleo, e clíticos, via deslocamento local. O que determina qual operação será aplicada é uma especificação na própria anáfora, que pode ser marcada para uma ou outra. Assim, as anáforas do português, por exemplo, seriam marcadas para deslocamento local, e por isso se realizam como clíticos; já as da língua latina seriam marcadas para movimento de núcleo, realizando-se como afixos. Cabe observar que deslocamento local é uma operação pós-sintática, que ocorre no ramo de PF. Porém, isso não é visto como um problema por Lazzarini-Cyrino (2015). Recorrendo a uma série de outros trabalhos, particularmente a Saito (2014), para sustentar sua posição, ele defende que

caso é um mecanismo relevante não para a sintaxe ou LF, mas sim para PF. Sendo assim, a incorporação da anáfora ao complexo verbal pode ocorrer nesse domínio<sup>60</sup>.

Consideramos que a proposta de Lazzarini-Cyrino (2015) apresenta algumas vantagens em relação às anteriores, especialmente por explorar mais as motivações para suas operações. Ainda assim, há pontos para reflexão. Um deles é que parece haver uma incongruência na argumentação do autor no que diz respeito à relação entre ausência de caso na anáfora e estatuto dependente. Lazzarini-Cyrino (2015) afirma que a anáfora fica sem caso e, por isso, precisa se incorporar ao complexo verbal; ao mesmo tempo, afirma que o que determina se ela se torna um afixo ou clítico é que é marcada para uma das duas operações via traço. Porém, se essa marcação existe, o fato de ela receber caso ou não deixa de ser essencial: ela vai se incorporar, independentemente do que aconteça na sintaxe, porque possui um traço que a obriga a fazer isso.

Cabe observar, também, que mapear o estatuto da anáfora dessa maneira poderia ter como consequência a necessidade de duplicar esse elemento na sintaxe, caso uma mesma língua tenha uma anáfora com mais de um estatuto. Isso acontece no latim, por exemplo: nessa língua, a passiva sintética, os anticausativos e o domínio médio são marcados por afixos, mas os reflexivos são marcados por um pronome. Se todos são oriundos de uma anáfora e a anáfora é marcada para uma operação quando se torna um elemento dependente, o latim teria duas anáforas, uma consequência que nos parece questionável. Seria preciso explicar também por que não é possível usar a mesma anáfora nos mesmos contextos, já que, a princípio, elas seriam idênticas exceto pelo traço que identifica a operação de incorporação.

Esse problema de possível duplicação da anáfora é ainda mais amplo, na verdade. Além do traço que marca o tipo de movimento, devemos lembrar que a anáfora pode conter outros traços, sendo esse o mecanismo utilizado por Lazzarini-Cyrino (2015) para derivar os vários contextos. Como vimos, a anáfora que gera as passivas possui um traço [+HUMANO], por exemplo. Contudo, isso significa dizer, então, que existe ao menos uma outra anáfora no sistema, que não contém esse traço. A cada vez que um novo contexto surge, automaticamente é preciso dizer que há uma outra anáfora. A consequência desse raciocínio é possivelmente uma proliferação de anáforas altamente especificadas. Nesse sentido, podemos mencionar que, de modo similar ao que apontamos em Alexiadou, Anagnostopoulou e Schäfer (2015) com relação

---

<sup>60</sup> Basicamente, na visão de Saito (2014), incorporada por Lazzarini-Cyrino (2015), caso seria a ferramenta utilizada por PF para identificar o rótulo dos sintagmas. Sem caso, o sistema de inserção vocálica não seria capaz de iniciar sua busca, por faltar o contexto do domínio sobre o qual está atuando (se V, N, A etc.). Isso não seria um problema em LF, que lê diretamente a saturação dos traços.

aos traços em *Voice*, as especificações da anáfora talvez nem sejam necessárias no sistema, já que a semântica enciclopédica das raízes já deveria ser suficiente para limitar que tipo de elemento é compatível com a posição do desencadeador do evento.

Outra questão relevante diz respeito ao mecanismo de movimento de núcleo, que o autor utiliza para derivar afixos. Essa operação não deveria ser possível a partir da posição de *spec. Voice*, uma posição argumental. O autor soluciona isso recorrendo à proposta de pseudoincorporação de agentes de Öztürk (2006), por sua vez derivada de uma proposta anterior de Massam (2001). Basicamente, com esse mecanismo, a anáfora seria incorporada ao verbo num momento muito inicial da derivação, antes da projeção de qualquer posição temática, e depois o complexo verbo-anáfora se moveria para a posição de *spec. Voice*. Isso seria possível porque, quando a anáfora se incorporou ao verbo, formou um complexo que é ambíguo entre verbal e nominal, então pode ocupar uma posição argumental. Ou seja, não é que o argumento externo faz movimento de núcleo, mas sim um núcleo complexo se move para uma posição argumental.

Deixando de lado as especificidades técnicas dessa operação de pseudoincorporação, vamos nos concentrar aqui na questão mais relevante para o nosso debate, que é o momento em que a incorporação acontece. De acordo com a argumentação de Lazzarini-Cyrino (2015), a incorporação ao complexo verbal deveria ser ativada porque a anáfora não se liga na sintaxe e, como consequência, fica sem caso. Mas o mecanismo que acabamos de descrever é ativado antes mesmo que exista a chance de um outro DP valorá-la, antes que as posições argumentais sejam preenchidas. Logo, no momento da incorporação, não há ainda nenhum problema a ser resolvido. Aplicar a operação nesse momento pode incorrer em um *look-ahead*.

Finalmente, devemos mencionar que a análise não aborda as passivas analíticas. Elas de fato não fazem parte do escopo do autor, mas o fato é que existe um outro tipo de passiva ao qual esse mecanismo parece não poder ser aplicado. Portanto, seria preciso assumir que há uma distinção entre os dois tipos de passiva para implementar essa análise. Embora isso possa não ser necessariamente um problema à primeira vista, nossa proposta é a de que as duas passivas são um mesmo fenômeno e partem dos mesmos mecanismos básicos, o que favorece uma análise que possa ser aplicada igualmente às duas. A próxima seção, 3.4, lidará com propostas mais voltadas, em oposição, à passiva analítica. Em particular, vamos ver aquelas que lidam com uma questão pouco explorada até aqui, mas apontada na literatura: a relação entre voz passiva e aspecto.

### 3.4 PASSIVA COMO ASPECTO

Uma questão que é mencionada com certa frequência na descrição das passivas, mas nem sempre é explorada pela literatura, é sua relação com o aspecto. Vimos no capítulo 2 que algumas línguas fazem uma divisão das passivas com base no aspecto, com a analítica sendo associada ao perfeito, e a sintética, ao imperfeito. Além disso, a passiva analítica inclui um particípio que é por vezes descrito, mais especificamente, como um particípio perfeito. Muitos autores, como Engdahl (1999), Abraham (2006a) e Kulikov (2011), também defendem que a passiva pode ser sensível ao aspecto. Algumas abordagens presentes literatura incorporam isso às suas análises. Vamos explorar esse tipo de trabalho nesta seção, especificamente com Embick (2000; 2004a; 2004b) e Wegner (2019).

O trabalho de Embick (2000), assim como alguns dos que vimos anteriormente, não é dedicado especificamente à derivação de passivas, mas ainda assim se tornou muito influente para o tema. Embick (2000) investiga o comportamento do aspecto perfeito em latim, o que o leva a desenvolver também uma hipótese sobre as passivas, já que elas são condicionadas por aspecto nessa língua. Sendo assim, o trabalho de Embick (2000) apresenta uma proposta que envolve os dois tipos de passiva.

Desenvolvida sob o arcabouço da MD, a análise defende que a passiva é desencadeada quando há um traço [pass] na estrutura, mais especificamente no núcleo  $v^{61}$ . Esse traço impede a introdução do argumento externo, o que desencadeia uma série de efeitos. De imediato, Embick (2000) aponta, retomando a Generalização de Burzio (1986), que a ausência de um argumento externo torna  $v$  incapaz de atribuir caso acusativo ao argumento interno. Isso, por sua vez, faz com que tal argumento receba caso nominativo de T. Ele também se torna o sujeito sintático, já que passa a ser o único sintagma disponível para satisfazer o traço EPP de T.

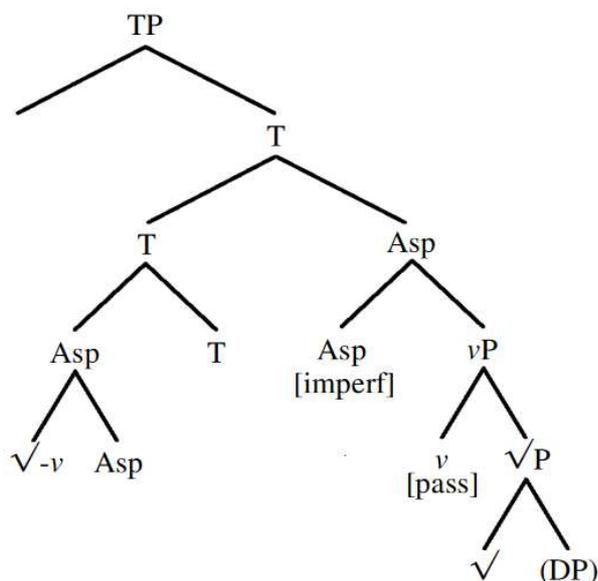
Para explicar a diferença de forma entre as passivas sintéticas e analíticas, Embick (2000) parte da estrutura da projeção estendida do verbo. O autor estabelece que o complexo verbal, além de raiz e  $v$ , contém também (ao menos) os núcleos Asp e T. Em geral, ocorre movimento de núcleo desde a raiz até T, e por isso o verbo se realiza como uma única forma. É o caso da voz ativa e da passiva sintética. Mas na passiva analítica, esse movimento é interrompido em Asp, e assim surgem duas formas na realização da construção: o particípio, que é o expoente do núcleo complexo raiz- $v$ -Asp, e o auxiliar, que é apenas o expoente de T. As duas

---

<sup>61</sup> Embora Embick (2000) trabalhe com o modelo da MD, sua análise não utiliza o núcleo *Voice* para a introdução do argumento externo como é comum nesse arcabouço, mas sim condensa em  $v$  tanto a função de categorizar a estrutura quanto a de introduzir o argumento externo.

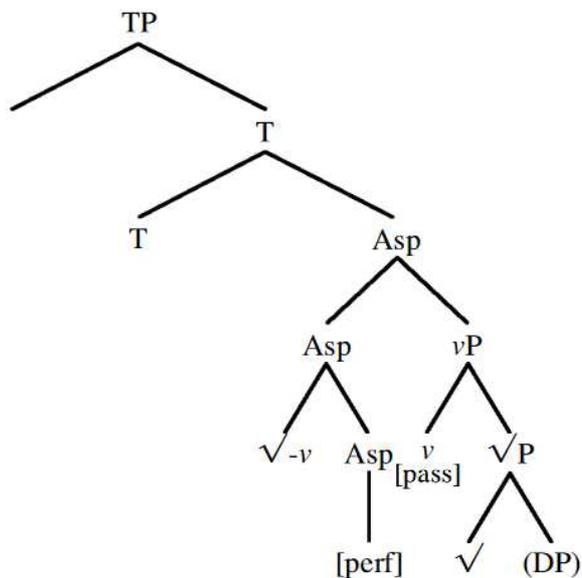
estruturas podem ser vistas nas representações em (33) e (34), a seguir, adaptadas de Embick (2000):

(33) Passiva sintética (Embick, 2000)



(adaptado de Embick, 2000, p. 205)

(34) Passiva analítica (Embick, 2000)



(adaptado de Embick, 2000, p. 205)

Deve-se observar que o núcleo Asp carrega o traço [imperf], que codifica a imperfectividade, em (33), e [perf], que codifica a perfectividade, em (34). Como o que condiciona o uso

de um ou outro tipo de passiva é o aspecto, Embick (2000) propõe que a interação entre os traços [perf] e [pass] é a chave da distinção. Se esses dois traços estiverem presentes simultaneamente em uma estrutura sintática, o movimento de núcleo será bloqueado em Asp. A partir dessa regra, Embick (2000) consegue capturar o comportamento da língua latina: na voz ativa, o movimento de núcleo vai até T, já que, como [pass] nunca está presente, não ocorre a interação entre [pass] e [perf]; na passiva sintética, o movimento também vai até T, já que sempre haverá [pass] e [imperf], nunca [perf]. É apenas na passiva analítica que essa configuração se estabelece, bloqueando o movimento de Asp.

A análise de Embick (2000) é capaz de derivar os contextos a que o autor se dedica, mas algumas questões nos parecem carecer de mais explicação. A interação entre [pass] e [perf] e o efeito que ela desencadeia, por exemplo, não são plenamente motivados. Não fica claro por que existiria uma regra dessa natureza, especialmente considerando que ela não acarreta nenhum efeito em termos interpretativos, apenas uma mudança de forma. Vale mencionar que essa regra não é aplicável de maneira ampla, já que o condicionamento das passivas com base no aspecto não é algo universal. Dessa forma, seria preciso estabelecer outro sistema para derivar os dois tipos de passiva quando eles coexistem em outra configuração, como a do português.

Também precisamos discutir a natureza do traço [pass]. Em outros momentos, já questionamos a necessidade de haver um elemento na sintaxe – seja um traço ou um núcleo – com uma função específica de gerar passivas, o que também se aplica aqui. Aplicando esse raciocínio mais especificamente ao traço [pass] de Embick (2000), podemos questionar por que haveria um traço cuja função é bloquear a entrada de um argumento. Além disso, a atuação desse traço apresenta certas peculiaridades que acarretam questionamentos.

Além de derivar as passivas propriamente, Embick (2000) também recorre a esse traço para derivar os verbos depoentes, verbos que se comportam sintática e semanticamente como ativos, mas sempre se realizam na forma passiva. Para explicar esse comportamento, Embick (2000) defende que eles possuem o traço [pass] na sua raiz, como uma propriedade idiossincrática. Essa versão do traço [pass] não desencadeia o efeito de bloquear a entrada do argumento externo, e por isso depoentes podem ter sintaxe ativa. Mas sua presença na estrutura fará com que o processo de Inserção de Vocabulário escolha a forma passiva, resultando nesse *mismatch* observado nos depoentes.

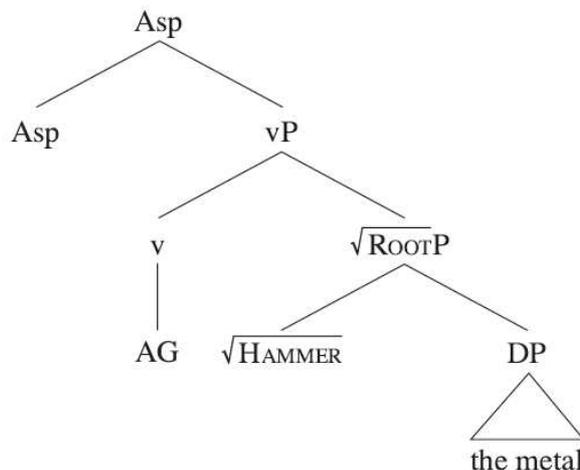
Embora os verbos depoentes não sejam exatamente parte do escopo do nosso trabalho, o sistema que Embick (2000) desenvolve para derivá-los precisa ser discutido, porque cria algumas dificuldades para esse traço [pass]. Um ponto mais geral é que a alocação de um traço arbitrário como esse em uma raiz não é propriamente condizente com visão geral que se tem

desse primitivo na MD. Um ponto mais específico é que a maneira como a sintaxe lida com esse traço não parece consistente. O traço [pass] na raiz não desencadeia o bloqueio do argumento externo, mas desencadeia o bloqueio do movimento de Asp para T quando ele co-ocorre com o traço [perf]. Desse modo, não fica claro qual é o estatuto real desse elemento na sintaxe, já que ele preserva alguns efeitos do [pass] de  $v$ , mas não outros. Se esse traço é apenas uma característica da raiz, de algum modo invisível para a sintaxe, nenhum dos efeitos deveria ser desencadeado. Se, por outro lado, ele é um traço que pode ser lido pela sintaxe, deveria desencadear todos os efeitos, não apenas parte deles.

O mesmo autor revisita as passivas posteriormente em dois trabalhos, desenvolvendo uma proposta para as passivas analíticas em Embick (2004a) e para as passivas sintéticas em Embick (2004b). Nas passivas analíticas, buscando desta vez evitar o uso de um traço específico, o autor centraliza a investigação no particípio. Para Embick (2004a), novamente trabalhando com o modelo da MD, o particípio é a realização de um núcleo aspectual (Asp) concatenado ao categorizador  $v$ <sup>62</sup>, como representado a seguir, em (35):

(35) Passiva analítica (Embick, 2004a)

*The metal was hammered* (“O metal foi martelado”).



(Embick, 2004a, p. 364)

Essa estrutura deriva a passiva a partir de uma base que usualmente formaria um verbo transitivo, o que é evidenciado pelo traço agentivo [AG] em  $v$ . Podemos assumir que, caso o núcleo Asp não tivesse sido concatenado, a derivação continuaria com a introdução do

<sup>62</sup> Especificamente, essa é a estrutura proposta pelo autor para o particípio das passivas verbais. Embick (2004a) investiga não apenas esse tipo de passiva, mas também as adjetivais resultativas e as estativas, e atribui as diferenças entre elas basicamente à altura da concatenação de Asp.

argumento externo. Aqui, porém, como Asp foi projetado antes que isso pudesse acontecer, o resultado é uma estrutura com sentido agentivo, mas sem agente explícito, o que é condizente com o que se observa empiricamente nas passivas.

Embick (2004a), ao associar o particípio à informação aspectual, de certo modo consegue atenuar o problema do seu comportamento adjetival, já que nesse caso ele não é a realização de um núcleo da formação básica do verbo. Ainda assim, Asp é mais comumente considerado parte da projeção estendida dos verbos, não dos nominais, então consideramos que esse comportamento ainda precisaria ser explicado. Também nos parece que a entrada de Asp sem que *v* tenha introduzido seu argumento precisaria ser mais motivada, já que a análise não explicita por que isso acontece. Ainda sobre a forma da passiva, deve-se observar que a estrutura em (35) em verdade representa apenas o particípio, não a passiva toda, já que ela depende do auxiliar para se formar efetivamente, e Embick (2004a) não aborda essa parte da formação.

Por fim, é preciso discutir a ideia de que o particípio representa um núcleo de aspecto, especificamente, o aspecto perfeito. Como vimos, embora haja indícios de que a passiva analítica tenha alguma sensibilidade a esse aspecto, ao mesmo tempo, em muitas línguas ela é compatível com aspectos não perfectivos, sem nenhuma restrição (Abraham, 2006a; Keenan; Dryer, 2007; Kulikov, 2011). Sentenças como “O carro está sendo lavado” ou “O metal estava sendo martelado” são gramaticais, o que é difícil de conciliar com a ideia de que um dos dois elementos centrais da composição, o particípio, é o próprio aspecto perfeito. Na verdade, esses exemplos parecem apontar para a ideia de que é o auxiliar que carrega a informação aspectual<sup>63</sup>.

Com relação às passivas sintéticas, exploradas em Embick (2004b), o autor as situa em uma investigação de estruturas que parecem resultar de uma alternância de valência, o que inclui a voz passiva. Mais especificamente, assim como Alexiadou, Anagnostopoulou e Schäfer (2006, 2015), Lazzarini-Cyrino (2015) e outros, o autor está interessado em um conjunto dessas estruturas que comumente compartilham material morfológico, dentre as quais se encontram também as construções anticausativas e as reflexivas. Em suma, Embick (2004b) está desenvolvendo uma proposta para o SPR.

---

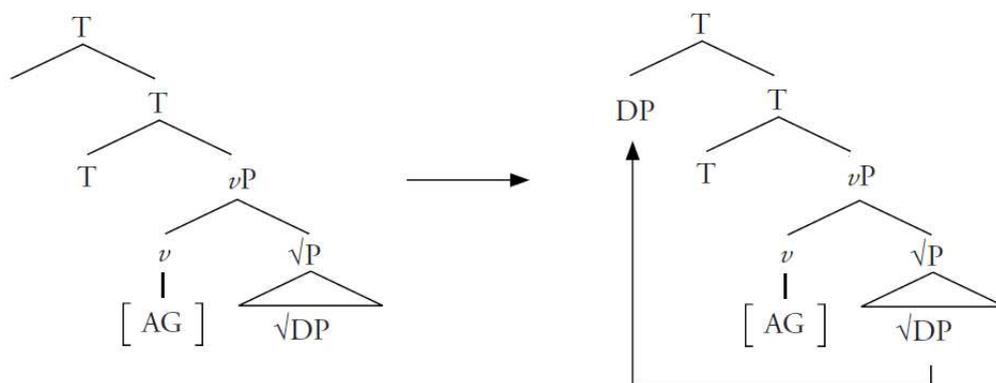
<sup>63</sup> Vale mencionar que, assim como Embick (2004a), estamos nos referindo aqui ao aspecto no sentido gramatical, enquanto parte da sintaxe. Em geral, assume-se que os verbos também podem ter uma espécie de aspecto inerente, o chamado aspecto lexical, que envolve questões como telicidade. Porém, como diversos autores demonstram (Beedham, 1987; Abraham, 2006a, 2006b; Wegner, 2019; entre outros), esse tipo de aspecto pode ser influenciado pela estrutura sintática. Por exemplo, verbos que podem ser usados transitiva ou intransitivamente em geral são télicos quando transitivos, mas atélicos quando intransitivos (Beedham, 1987). Dessa forma, consideramos que, de maneira geral, o aspecto gramatical é mais informativo quanto à natureza da estrutura, pois se aplica à sentença como um todo e provavelmente também pode influenciar o aspecto lexical.

Em consonância com Embick (2004a), a passiva analítica proposta em Embick (2004b) é formada a partir de um núcleo  $v$  que carrega o traço [AG], mas sem argumento externo projetado. Apenas esse traço havia sido mencionado em Embick (2004a), mas Embick (2004b) usa também um traço [Case] (caso). Na passiva, esse traço está ausente assim como [AG], o que explica a ausência do argumento externo canônico e a necessidade de o argumento interno receber caso nominativo de T posteriormente, já que  $v$  não poderá atribuí-lo. A diferença da passiva sintética para a analítica está na ausência do núcleo Asp nela. Em função disso, elas não são acompanhadas por um particípio e, por conseguinte, também não por um auxiliar.

Quanto ao marcador da passiva sintética, a proposta de Embick (2004b) oferece respostas diferentes para cada tipo. Se esse marcador é um afixo, como o *-r* latino ou o *-s* das línguas escandinavas, o autor defende que é a realização fonológica do próprio núcleo  $v$ ; se é um clítico, como o “se” do português e seus equivalentes em outras línguas românicas, é o próprio argumento externo. Nesse caso, a implementação é similar à que posteriormente seria proposta nos trabalhos de Alexiadou, Anagnostopoulou e Schäfer (2015) e Lazzarini-Cyrino (2015), com esse elemento sendo caracterizado como uma anáfora não ligada. Por isso, esse elemento só pode ser interpretado como “agente”, mas não aponta para nenhuma entidade específica. Ainda na sintaxe, a anáfora se cliticiza ao complexo verbal e, com isso, é o argumento interno, que efetivamente se tornou o único DP da estrutura, que recebe nominativo, faz *Agree* com T e satisfaz o traço EPP.

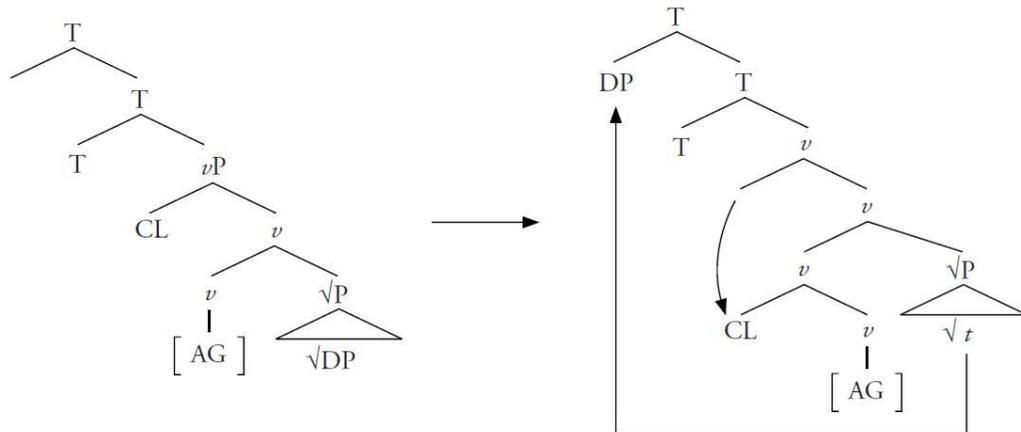
A análise de Embick (2004b), então, tem duas possibilidades de derivação para a passiva sintética, a depender do estatuto do seu marcador sincrético. Elas são representadas em (36) e (37), a seguir:

(36) Passiva sintética marcada com afixo (Embick, 2004b)



(adaptado de Embick, 2004b, p. 141)

(37) Passiva sintética marcada com clítico (Embick, 2004b)



(adaptado de Embick, 2004b, p. 141)

Além da implementação da anáfora, a análise tem em comum com a de Alexiadou, Anagnostopoulou e Schäfer (2015) a ideia de que há uma diferença crucial na natureza do marcador passivo. Mas Embick (2004b) explora menos as motivações e as consequências da sua estrutura do que esses outros autores. Ele não oferece uma explicação para a necessidade da projeção da anáfora nessa posição, ao contrário de Alexiadou, Anagnostopoulou e Schäfer (2015) e Lazzarini-Cyrino (2015). Nesses dois trabalhos, justifica-se esse elemento por uma necessidade de *Voice*; porém, em Embick (2004a, 2004b), o argumento externo não é necessariamente sempre projetado – já que tanto a estrutura em (35), com argumento externo, quanto a em (36), sem argumento externo, são possíveis – e não há sabores de *Voice* ou *v*. Sendo assim, não parece haver, *a priori*, uma necessidade de um argumento genérico ser introduzido.

Considerando os dois trabalhos, Embick (2004a) e Embick (2004b), existem três estruturas distintas para os dois tipos de passiva (analítica, sintética afixal e sintética clítica). Em apenas uma delas, a passiva sintética clítica, um argumento externo é projetado dessa maneira. Na passiva sintética afixal e na passiva analítica, essa posição permanece vazia. Por isso, embora seja possível argumentar que a anáfora seria compatível com essa posição, devido à sua referencialidade defectiva, parece não haver um mecanismo para exigir sua presença. Nesse caso, então, seria preciso explorar como a estrutura da passiva lida com essa aparente opcionalidade do argumento.

De maneira análoga, também devemos discutir a aparente opcionalidade do núcleo Asp. Ele é projetado acima de *v* nas passivas analíticas, mas não nas sintéticas. O autor não explora o que isso acarreta para a estrutura verbal como um todo, mas parece-nos que seria uma questão relevante, já que passivas sintéticas também se realizam no aspecto perfeito. Não fica claro,

então, como a informação aspectual é codificada nelas. A questão do funcionamento de Asp, aliás, também pode ser estendida para a voz ativa. Como nela também se nota informação de aspecto, devemos nos perguntar por que ele não desencadeia mudanças de forma, isto é, gerando um participio e um auxiliar. Talvez seja possível postular algum tipo de interação entre os traços em *v* e Asp, como em Embick (2000), mas não há uma investigação nesse sentido em Embick (2004b).

Além disso, a cliticização que a anáfora sofre é mencionada de maneira rápida pelo autor, não sendo esclarecidas as razões para isso acontecer, nem os mecanismos envolvidos no processo. Um ponto que chama a atenção é a afirmação do autor de que, quando a anáfora se cliticiza ao verbo, recebe caso acusativo, e por isso o argumento interno recebe nominativo. Não fica claro como essa operação resulta nessa atribuição de caso, e nem por que *v* não teria atribuído seu caso acusativo ao argumento interno imediatamente após sua concatenação, antes da cliticização do argumento externo.

Uma questão adicional que, embora não seja especificamente um problema da passiva, merece ser debatida, por ser uma consequência da sistematização adotada, é a relação estabelecida pelo autor entre anticausativos e reflexivos. Ambos possuem a mesma estrutura, que inclui os traços [AG] e [Case] e a anáfora na projeção de argumento externo. Isso nos parece inadequado, considerando que esses dois contextos transmitem significados distintos (ação realizada por um sujeito que se volta para ele nos reflexivos, evento sem causa aparente nos anticausativos). Em nossa visão, faria mais sentido assumir que a anáfora é o argumento interno nos reflexivos, como faz Lazzarini-Cyrino (2015).

O autor também não chega a explorar todas as possibilidades de combinação de traços em *v*. Para discutirmos essa questão, listamos a seguir, em (38), as possibilidades elencadas no texto:

(38) Tipologia de *v* (Embick, 2004b)

- a.  $v[AG][Case] \rightarrow$  transitivo
- b.  $v[AG][Case] +$  anáfora em *spec. v*  $\rightarrow$  anticausativo ou reflexivo
- c.  $v[AG] \rightarrow$  passiva sintética marcada com afixo
- d.  $v[AG] +$  anáfora em *spec. v*  $\rightarrow$  passiva sintética marcada com clítico
- e.  $v[AG] + Asp \rightarrow$  passiva analítica
- f.  $v \rightarrow$  inacusativo

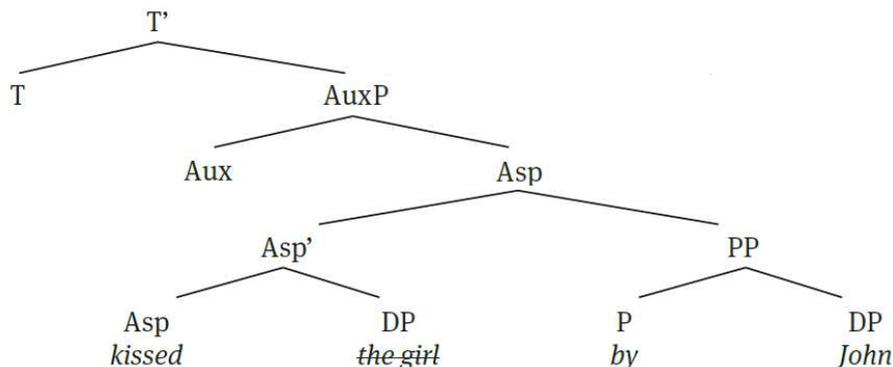
Notamos que não há nenhuma configuração em que apenas o traço [Case] é encontrado sozinho em *v*, embora essa seja uma possibilidade lógica. Da mesma forma, não é explorado o que aconteceria, ou mesmo se é possível, que exista uma anáfora na posição de argumento externo e depois seja projetado o núcleo Asp. A princípio, não parece haver alguma restrição quanto a isso no sistema desenvolvido por Embick (2004b). No entanto, essas outras possibilidades não são abordadas.

Mais recentemente, Wegner (2019) também desenvolveu uma análise segundo a qual as passivas analíticas são formadas a partir de um núcleo Asp que se realiza como o particípio. Sua proposta, na linha do que foi visto em Bruening (2013), estabelece que o particípio tem a capacidade de ancorar existencialmente o argumento externo. Wegner (2019) descreve o processo da seguinte maneira:

quando um afixo participial passado se concatena a um elemento verbal na sintaxe da palavra, marca o papel semântico externo do verbo (se houver um), isto é, o papel temático a ser atribuído a um argumento em *Spec, v* em uma contraparte ativa, para ligação existencial. Essa marcação faz com que o papel temático externo fique inativo para propósitos sintáticos, pois torna o valor de traço associado indisponível<sup>64</sup> (Wegner, 2019, p. 221).

Como se nota, a ideia é muito próxima de Bruening (2013), mas Wegner (2019) explora mais os efeitos sintáticos dessa ligação existencial. Vamos verificar uma versão simplificada da sua, em (39), para poder discutir isso:

(39) Passiva analítica (Wegner, 2019)



(adaptado de Wegner, 2019, p. 223)

<sup>64</sup> “When a past participial affix attaches to a verbal element in word syntax, it marks the verb’s external semantic role (if there is one), i.e. the  $\theta$ -role to be assigned to an argument in *Spec, v* in an active counterpart, for existential binding. This marking renders the external  $\theta$ -role inactive for syntactic purposes by means of rendering the associated feature-value unavailable.”

Uma primeira observação a se fazer sobre essa estrutura é a posição baixa do núcleo Asp. De fato, Wegner (2019) o aloca em uma concatenação direta com V, de modo similar a Collins (2005). Essa decisão advém da percepção, compartilhada por Bruening (2013), de que a formação nucleada por Asp equivale à nucleada por  $\nu$  com um argumento externo projetado. Sendo assim, para Wegner (2019), ela deve ser projetada em lugar de  $\nu$ , e não simultaneamente a ele. Aliás, o autor afirma que, como consequência da operação de passivização, “a projeção funcional  $\nu$  pode não ocorrer”<sup>65</sup> (Wegner, 2019, p. 223).

A princípio, isso parece eliminar uma possível redundância, que também apontamos no trabalho de Bruening (2013), na co-ocorrência desses núcleos. Por outro lado, Wegner (2019, p. 223) também afirma que “o principal propósito da projeção funcional  $\nu$  é a sua contribuição de causação e a associação dessa contribuição com um argumento que atua como causador”<sup>66</sup>. Nesse caso, é estranho que esse núcleo possa ser omitido em uma passiva, que é necessariamente causativa/agentiva. Sem o núcleo que adiciona causação e causador, não parece possível efetuar a ligação existencial do agente, pois não há sequer agentividade na estrutura.

Avançando para a *by-phrase*, vemos outra diferença com relação à proposta de Bruening (2013). Esse autor defendia que a *by-phrase* ancorava o argumento externo, mas, para Wegner (2019), o que ela faz é introduzir um “traço  $i\theta$  valorado, que torna o papel marcado lexicalmente disponível para propósitos de valoração sintática”<sup>67</sup> (Wegner, 2019, p. 223). Na prática, isso quer dizer que a *by-phrase* reintroduz o agente à estrutura. Por um lado, a abordagem de Wegner (2019) para a *by-phrase* evita a incongruência que a sua presença simultaneamente ao núcleo Pass geravam em Bruening (2013), em que os dois executavam a mesma função de ligar existencialmente o argumento externo não projetado. Mas a consequência, em nossa visão indesejada, é que agora há um sistema em que um elemento é removido e depois reintroduzido, pois o argumento externo foi bloqueado, mas depois a *by-phrase* trouxe de volta o papel temático que deveria ser associado a ele.

Wegner (2019) busca solucionar isso explorando os efeitos semânticos da passivização, e recupera a percepção corrente na literatura de que a passivização comumente acarreta mais proeminência para o objeto ou menos para o sujeito. Ele conclui que o aumento da proeminência do objeto parece um epifenômeno, já que há muitas línguas em que é verificável que o

<sup>65</sup> “the functional projection  $\nu$  may not occur.”

<sup>66</sup> “the main purpose of the functional projection  $\nu$  is its contribution of causation and the association of this contribution with an argument that acts as a causer.”

<sup>67</sup> “valued  $i\theta$ -feature, which renders the lexically-marked role available for purposes of syntactic valuation.”

objeto não é promovido nem sintática, nem informacionalmente. Porém, dado que a passivização é, na visão do autor, basicamente uma operação que elimina o sujeito, é inevitável que a redução da sua proeminência ocorra, mesmo que depois seja introduzida a *by-phrase*. Wegner (2019) propõe, então, que essa é a função da passiva: a demissão do sujeito. No entanto, a nosso ver, isso não chega a resolver o problema, já que remover o sujeito para depois reintroduzi-lo com a *by-phrase* ainda parece ser um mecanismo peculiar. Parece-nos que esse efeito de redução da proeminência do sujeito poderia ser alcançado de outras maneiras, menos demandantes, como a topicalização do objeto, por exemplo.

Quanto à natureza do participio enquanto aspecto, Wegner (2019) retoma a observação empírica de que diacronicamente parece existir uma relação entre o perfeito e as passivas, e também recorre a estudos da literatura (como Beedham, 1981; Shibatani, 1985; Aronoff, 1994; Abraham, 2006a; entre outros) que demonstram efeitos aspectuais no uso do participio mesmo sincronicamente. Ao mesmo tempo, o autor admite que não parece possível estabelecer uma identidade total entre o participio e o aspecto perfeito, devido aos contraexemplos já mencionados, como a compatibilidade das passivas com aspectos imperfectivos. A proposta de Wegner (2019), então, é a de que o participio carrega uma “perfectividade defectiva”, que é sensível à estrutura sintática. Diz o autor:

O marcador participial de passado só pode impor perfectividade ou ancoragem se a estrutura de evento subjacente permitir isso. Da mesma maneira, podemos nos referir à contribuição aspectual dos participios passados como “perfectividade defectiva”, ou sua alternativa menos elegante (mas menos apreciativa), “perfectividade sensível à estrutura do evento”<sup>68</sup> (Wegner, 2019, p. 254).

Isso abre margem para que a estrutura passiva em si (ou outras estruturas nas quais o participio é encontrado, como os tempos compostos do inglês e do português) não seja perfectiva, apesar de carregar esse elemento, a depender de como os seus componentes interagem. É importante mencionar aqui que o auxiliar é um dos contribuidores cruciais na visão de Wegner (2019), pois esse verbo carrega seus próprios traços aspectuais.

A esse respeito, queremos apontar que, apesar de essa linha de raciocínio oferecer um caminho para o entendimento do comportamento do participio, o conceito de perfectividade defectiva nos parece um pouco vago. O mesmo participio pode produzir uma leitura perfectiva

---

<sup>68</sup> “the past participial marker may only successfully impose perfectivity or boundedness if the underlying event structure allows for this. Accordingly, we may refer to the aspectual contribution of past participles as ‘defective perfectivity’ or its clumsy (but less judgmental) alternative ‘event-structure sensitive perfectivity’.”

ou não a depender do verbo de base, da existência ou não de argumento externo, de qual é o auxiliar ou mesmo da presença ou não de adjuntos. A perfectividade pode ser entendida como um aspecto *default* do particípio, mas apenas se o restante da estrutura não intervir nisso. Há tantos fatores que podem neutralizá-lo, porém, que há que se questionar se a natureza do particípio está mesmo no aspecto. Parece-nos que, sendo esse o caso, o perfeito deveria ser capaz de se manifestar com mais regularidade, não estando sujeito a intervenções tão diversas.

Ademais, a proposta também não explora as propriedades adjetivais do particípio. Assim como em outros trabalhos que discutimos, a estrutura aqui contém apenas núcleos de natureza verbal, o que torna difícil explicar de onde vem o padrão de concordância adjetival dos particípios, entre outras das suas características. Finalmente, cabe mencionar que a análise de Wegner (2019) não aborda as passivas sintéticas, já que o particípio não aparece nessas formações, o que também dificulta sua implementação de maneira mais ampla.

Exploramos até aqui uma série de trabalhos que consideramos representativos das principais ideias correntes na literatura acerca das passivas. Embora tenhamos apontado lacunas ao discuti-los, reconhecemos sua relevância e sua contribuição para diversos pontos do debate sobre o tema. Isso ficará claro em nosso capítulo de análise, em que incorporaremos algumas das ideias vistas e discutidas, mas sob uma outra perspectiva, na tentativa de oferecer respostas às questões levantadas. Antes de avançarmos, porém, apresentamos a síntese das propostas na seção final do capítulo.

### 3.5 SÍNTESE DO CAPÍTULO

Este capítulo empreendeu um debate sobre a literatura sobre passivas, representada por trabalhos selecionados que consideramos representativos das linhas de análise mais proeminentes atualmente. Elas são quatro: as que veem a passiva como resultado da atuação de um núcleo cuja função específica é formá-la; as que defendem que a passiva resulta de variações na composição do núcleo *Voice*; as que deslocam o peso da formação para o argumento externo; e as que propõem que é a informação aspectual que a caracteriza. Cada uma dessas linhas de análise foi explorada em uma seção específica do capítulo.

Na seção 3.1, discutimos as análises de Adger (2003), Collins (2005) e Bruening (2013; 2014). Todos esses autores implementam um núcleo passivo para derivar a passiva, chamado de *Pass* por Adger (2003) e Bruening (2013; 2014) e de *Part* por Collins (2005), por se realizar como o particípio. Como questão geral, identificamos nas propostas algumas limitações no que diz respeito às motivações para a existência desse núcleo e para a sua concatenação na estrutura.

Em geral, ele desencadeia os efeitos da passiva, mas, como ela tem a mesma semântica da ativa, não fica claro por que essa operação seria necessária, pois parece ser apenas uma mudança de forma. Outra questão recorrente foi que os autores não exploraram o comportamento adjetival do particípio, que surge muito embora esse elemento seja a realização de um núcleo ou estrutura totalmente verbal. Além disso, todas essas análises se dedicam apenas à passiva analítica, o que torna difícil manter uma identidade com a sintética caso se assumam os seus pressupostos.

Na seção 3.2, dedicada a trabalhos baseados em tipologia de *Voice*, vimos os trabalhos de Alexiadou, Anagnostopoulou (2006), Alexiadou e Doron (2012) e Alexiadou (2013; 2014) e Alexiadou, Anagnostopoulou e Schäfer (2015). Eles na verdade são derivados um do outro, com cada nova versão expandido a proposta anterior. Na versão mais recente da análise, chega-se a um conjunto de núcleos *Voice* que podem ser ativos ou médios e temáticos ou expletivos. Adicionalmente, há também um núcleo passivo. As diferentes combinações produzem não só os dois tipos de passiva translinguisticamente, mas também os contextos que são sincréticos com elas, como os anticausativos e os reflexivos. Aqui, também levantamos como questão a motivação para certos pontos da análise, em particular as variedades expletivas dos núcleos, cuja contribuição não é totalmente clara. Também observamos que o sistema pode sobregerar dados, mas, ao mesmo tempo, nem todas as possibilidades de combinação são exploradas pelos autores. Por fim, havia alguma redundância no mapeamento das formações, pois mais de uma estrutura poderia gerar os mesmos contextos.

Na seção 3.3, debatemos os trabalhos de Kalluli (2006) e Lazzarini-Cyrino (2015). Ambos os autores se afastam da ideia de núcleos que formam a passiva para propor que é o comportamento do argumento externo que é o responsável por ela. No caso de Kalluli (2006), a passiva resulta do apagamento de um traço agentivo da estrutura, o que impede a projeção do argumento externo. Questionamos a proposta porque esse mecanismo não foi claramente explorado. Além disso, sem esse traço, não ficou claro como era possível obter a leitura agentiva que parece ser obrigatória nas passivas. Já Lazzarini-Cyrino (2015), focando-se na passiva sintética e nos seus sincretismos, propôs que seu marcador, seja clítico ou afixo, é o argumento externo. Especificamente, ele seria um argumento *default*, projetado apenas para ocupar a posição sintática de *spec. Voice*. Ele também é uma anáfora não ligada, que permanece sem referência e caso, tendo por isso que se incorporar ao domínio verbal. Nosso questionamento ao trabalho do autor se deu principalmente em função dos mecanismos implementados para garantir essa incorporação, que, ao menos em alguns casos, ocorriam antes que a anáfora tentasse se ligar. Por isso, o sistema parecia incorrer em um *look-ahead*.

Na seção 3.4, por fim, vimos como alguns autores vêm tentando derivar a passiva como um reflexo da presença de um núcleo aspectual perfectivo. Discutimos os trabalhos de Embick (2000), Embick (2004a; 2004b) e Wegner (2019). Duas questões foram recorrentes nessa linha de análise. A primeira foi que a associação obrigatória entre passiva e perfeito não parece possível, porque em diversas línguas a passiva não é restrita a esse aspecto. A segunda foi que essa associação, em conjunto com a ideia de que o particípio é a realização do aspecto, torna difícil explicar a voz ativa e a passiva sintética, em que também há aspecto gramatical perfectivo, mas sem particípio.

Em cada trabalho, questões mais específicas também foram levantadas, mas não seria produtivo uma retomada tão aprofundada nesta seção. Esses pontos centrais, que são recorrentes nas linhas de análise, são ilustrativos de que existe margem para novas abordagens serem propostas. Apresentamos a nossa contribuição nesse sentido no próximo capítulo.

## 4 ANÁLISE

Este capítulo se dedica a apresentar e desenvolver a nossa análise para o fenômeno das passivas. Até agora, pudemos averiguar que, embora se trate de um fenômeno de produtividade elevada translinguisticamente e de grande interesse para os estudos linguísticos de base gerativa, não há um consenso quanto a como deve ser abordado em termos descritivos. Em grande medida, a dificuldade de oferecer uma explicação para as passivas está nas variações que ela exhibe. Há ao menos duas formas através das quais o fenômeno se realiza, a passiva analítica e a passiva sintética, e ambas ainda exibem diversas possibilidades de manifestação, tanto trans quanto intralinguisticamente.

Como resultado, encontramos uma série de análises na literatura que recorrem a mecanismos altamente específicos para derivar a passiva. Seguindo uma linha oposta, nossa proposta é oferecer uma análise para as passivas que possa explicá-las de maneira mais geral, entendida a partir da sua identidade subjacente. Nesse contexto, defendemos que a passiva é em verdade um epifenômeno, apenas o resultado de um arranjo sintático específico: uma configuração verbal que normalmente exigiria um argumento externo, mas sem esse argumento. Assim, a passiva é o reflexo de como a sintaxe lida com essa situação aparentemente incongruente. As variações na sua realização se dão em função dos diferentes mecanismos passíveis de serem empregados para isso.

Vamos explorar essa ideia e os mecanismos necessários para implementá-la ao longo do capítulo, que se divide em seções dedicadas a aspectos variados da análise. Na seção 4.1, iniciamos apresentando a lógica básica por trás da proposta, isto é, a ideia de que passivas são epifenômenos. Esta seção possui um caráter de discussão mais abstrata, com foco em evidenciar e racionalizar esse entendimento. Demonstraremos como e por que a configuração de base para as passivas se constitui na sintaxe e também as interações iniciais a partir dos quais é determinada qual forma a passiva tomará, se analítica ou sintética. Na seção 4.2, começamos a explorar o lado mais técnico da análise, explorando os preceitos básicos necessários para efetivamente derivar as passivas. Aqui serão abordadas questões que não são diretamente parte da análise das passivas em si, mas sim da sintaxe geral na qual elas se inserem, por exemplo, o funcionamento dos sistemas de concordância, caso e fase.

A seção 4.3 inicia efetivamente a derivação das passivas. Nela, dedicamos nossa atenção às passivas analíticas. Desenvolvemos um sistema completo para derivá-las, que inclui a razão para a mudança de forma com relação à forma ativa, para o comportamento complexo dos participios e para a presença dos auxiliares. A seção 4.4 apresenta a mesma linha de raciocínio,

mas para as passivas sintéticas. Demonstraremos como elas se constituem como contrapartes das passivas analíticas, formadas a partir da mesma base, embora se manifestem de maneira muito distinta. Também damos atenção à natureza do seu marcador sincrético e discutimos a relação do seu estatuto sintático – se clítico ou afixo – com a estrutura como um todo. Em 4.5, encerramos com a síntese da proposta.

#### 4.1 UMA NOVA VISÃO SOBRE PASSIVAS

Começamos nossa discussão nesta seção trazendo a visão geral da proposta que desenvolvemos nesta tese. Vamos discutir nossa visão quanto à natureza exata desse (epi)fenômeno, bem como as justificativas para termos chegado à essa conclusão. A discussão é conduzida ao longo de duas seções. Primeiro, em 4.1.1, vamos construir o raciocínio por trás da ideia de que passivas são epifenômenos e estabelecer o contexto sintático essencial que gera esse efeito. Depois, em 4.1.2, vamos verificar os fatores que determinam qual será a realização efetiva da passiva, se analítica ou sintética. Defendemos que cada uma é oriunda de um mecanismo diferente empregado pela sintaxe ao se deparar com o contexto de base das passivas.

##### 4.1.1 Passivas como epifenômenos

Se tomarmos como ponto de partida o que temos disponível sobre a caracterização da passiva, veremos que são descrições insuficientes para dar conta das nuances que esse fenômeno exige. Por exemplo, nas gramáticas tradicionais, de modo geral, a voz passiva é comumente caracterizada a partir de uma relação com a ativa: esta seria uma construção transitiva em que o sujeito é agente e o objeto é paciente da ação; aquela, uma construção intransitiva em que o sujeito é paciente da ação, com o agente tornando-se opcional (cf. Bechara, 2009; Cunha; Cintra, 2017; entre outros). Na literatura linguística, de maneira similar, não é raro encontrar a descrição de que a passiva é uma contraparte intransitiva de uma oração passiva, que transmite o mesmo sentido, mas com outra configuração sintática (cf. Kulikov, 2011). Porém, os papéis temáticos não são tão estáveis, nem na ativa e nem na passiva, e também é possível encontrar passivas de verbos de base intransitiva, por exemplo.

No mesmo sentido, a função da passiva é algo que também não foi pacificamente definido ainda. Nas gramáticas tradicionais, tem-se de modo dominante a percepção de que a passiva tira o foco do sujeito para priorizar o objeto. Isso, porém, é bastante contestado na literatura, já que há instâncias em que o objeto não adquire foco especial nas passivas (Abraham, 2006a;

Keenan; Dryer, 2007). Além disso, o fato de que existem passivas de verbos intransitivos traz uma contraevidência considerável, pois nesses casos não há objeto a ser focalizado.

Também questionável, para nós, é a ideia de que existe um sentido passivo, que alguns autores usam para justificar a proposta de que haveria um núcleo ou traço responsável por gerar essas construções (Embick, 2000; Alexiadou, 2013; 2014; por exemplo). A ideia por trás desse conceito de sentido passivo vem da percepção de que a passiva denota um evento em que alguém sofre uma ação, ao passo que a ativa denota um em que alguém realiza uma ação. No entanto, desde o início das investigações gerativistas, com a ideia de transformações (Chomsky, 1957), já é notado que a ativa e a passiva, em essência, parecem ser sinônimas, referindo-se ao mesmo evento com os mesmos participantes nos mesmos papéis temáticos<sup>69</sup>. Alia-se a isso o fato de que há construções que não se encaixam nessa divisão; por exemplo, nos inacusativos o sujeito sofre a ação, como nas passivas, mas esses verbos se manifestam na voz ativa.

Considerando a dificuldade que vem se mostrando ser definir a passiva em termos da sua função ou do seu sentido (e mesmo da sua forma, visto que ela varia grandemente), defendemos que tais aspectos não refletem sua identidade, mas sim são efeitos secundários dela. Em outras palavras, as passivas são, como dissemos, um epifenômeno. O desafio, então, é identificar qual é a configuração sintática que está por trás desses efeitos. É preciso garantir uma identidade entre as diversas realizações da passiva e ao mesmo tempo abrir margem para contemplar as nuances que parecem escapar às percepções correntes.

Para conseguir isso, decidimos nos concentrar no estatuto do argumento externo. Isso porque a importância desse elemento para as passivas parece ser um dos poucos pontos consensuais entre os estudiosos do fenômeno. Como pudemos averiguar ao longo do capítulo anterior, quase todas as análises se organizam em torno desse elemento, seja via sua manipulação direta (Kalluli, 2006; Lazzarini-Cyrino, 2015) ou via influência de algum núcleo (Alexiadou, Anagnostopoulou, Schäfer, 2006; 2015; Embick, 2004a; 2004b). O fato de que o papel do argumento externo permanece uma constante, mesmo em meio a tantas visões díspares sobre o fenômeno, parece-nos algo que não deve ser desconsiderado. Por isso, também nos focamos nele.

---

<sup>69</sup> Embora existam alguns contra-argumentos relevantes, por exemplo, quando se analisam pares ativa e passiva que envolvem quantificadores (Keenan; Dryer, 2007). Não exploraremos esse tipo de distinção neste capítulo, pois ele envolve também uma questão relacionada ao escopo de atuação desses elementos na sintaxe; contudo, esse tipo de distinção na verdade é positiva para nossa proposta, que defende apenas que a passiva e a ativa compartilham uma base inicial comum, mas não que são derivadas uma da outra.

Com recorrência, as análises se focam nesse argumento e na sua aparente remoção da estrutura sintática como ponto de partida para os demais efeitos vistos na passiva, como a promoção do argumento interno a sujeito. Assim, buscam maneiras de garantir essa remoção, com mecanismos como um núcleo passivo ou um sabor específico de *Voice*, que não possa introduzi-lo. Questionamos essa maneira de lidar com o fenômeno, porque não parecia haver uma motivação muito forte, em termos sintáticos, para que um dispositivo como esse devesse ser ativado. Propomos, então, que o raciocínio por trás da passiva deve ser essencialmente o inverso: não é que sua sintaxe impeça a presença do argumento externo, mas sim o fato é que esse argumento simplesmente está ausente nela. E sua ausência, por sua vez, desencadeia efeitos. Logo, a passiva não é uma função ou mecanismo, mas uma consequência.

Para entender melhor essa ideia, podemos situar as passivas dentro do contexto dos verbos que sofrem alternâncias argumentais. Um exemplo são os anticausativos, que podem ser usados de maneira transitiva ou intransitiva; outro são alguns verbos de movimento, que podem admitir complemento ou serem usados intransitivamente, como “correr” ou “dançar” (“Ele correu ontem” x “Ele correu uma maratona ontem”). Esses verbos aceitam variações na sua estrutura argumental aparentemente sem muitos problemas: os anticausativos até podem ser marcados, mas não apresentam uma mudança tão notável com relação à versão transitiva; já os verbos de movimento mencionados continuam idênticos nas duas estruturas. As passivas também podem ser consideradas um tipo de alternância argumental, ainda que provavelmente mais complexa, já que ao menos um dos seus argumentos se ausenta da sua posição canônica.

Pensando pelo viés da alternância argumental, a questão, então, é entender por que certas alternâncias parecem não promover mudanças formais (como os verbos de movimento mencionados), outras desencadeiam algumas (como a dos anticausativos e a das passivas) e outras parecem impossíveis (os inacusativos, por exemplo, parecem incompatíveis com a transitivização). De maneira geral, defendemos que essa questão está relacionada ao tipo de evento que está sendo formado e, mais especificamente, ao quanto a estrutura sintática se adequa à conceptualização prototípica daquele evento. Quanto mais distante a estrutura for dessa conceptualização, mais ajustes serão necessários para licenciá-la; em casos extremos, pode ser que nada seja capaz de fazê-lo.

Vamos ilustrar isso com algumas possíveis situações, tomando como ponto de partida os verbos de movimento mencionados. Caso seja construída uma sentença com um verbo como “correr”, a presença ou ausência do argumento interno não parece ser um fator relevante, pois é possível conceptualizar esse evento como algo com ou sem um paciente/tema. Por outro lado, quando se toma um verbo inacusativo como “morrer”, a única conceptualização possível é uma

em que não há agente ou causa externa. A projeção de um argumento é tão distante do que esse verbo representa que uma derivação que contenha esse elemento simplesmente não converge. As passivas, por sua vez, estão em uma espécie de ponto intermediário. Elas surgem nos casos em que há a necessidade de um argumento externo, porque a conceptualização daquele evento o exige. Se não houver elemento para ocupar essa posição, a princípio, a derivação não deveria convergir, assim como no caso dos inacusativos. O que propomos, porém, é que a sintaxe dispõe de recursos que são suficientes para lidar com essa incongruência. Ela consegue se reorganizar para que a derivação não seja perdida.

Para formalizar isso, vamos primeiro definir melhor que contextos são esses em que a passiva surge como epifenômeno. Para isso, recorreremos ao conceito de classificação de raízes de Alexiadou, Anagnostopoulou e Schäfer (2006), que vimos no capítulo anterior. Retomando a proposta, relembremos que os autores classificam as raízes em quatro tipos, com base na sua semântica enciclopédica. As quatro categorias propostas pelos autores, já apresentadas anteriormente como (26), são reproduzidas a seguir como (40):

(40) Classificação enciclopédica de raízes (Alexiadou, Anagnostopoulou e Schäfer, 2006)

√ agentiva (assassinar, comer)

√ externamente causada (quebrar, abrir)

√ causa não especificada (explodir, vaziar)

√ internamente causada (florescer, murchar)

Para os autores, essa classificação se relaciona com o comportamento sintático que essas raízes adquirem ao serem inseridas em uma derivação. De maneira geral, nos casos mais prototípicos, seriam esperados os seguintes comportamentos quando essas raízes são verbalizadas: (i) raízes agentivas denotam eventos que só podem ter sido desencadeados por uma entidade com volição, e por isso formam estruturas transitivas ou inergativas cujo argumento externo precisa ser um agente; (ii) raízes externamente causadas também denotam eventos que precisam ser desencadeados, mas não há requerimento de agentividade (pode ser algo inanimado, sem volição), e por isso formam estruturas transitivas ou inergativas com sujeitos agentivos ou detentores de outros papéis temáticos; raízes de causa não especificada denotam eventos que podem ser conceptualizados de maneiras distintas, isto é, podem ser desencadeados por alguma força externa ou não, e assim podem formar construções transitivas, inergativas ou inacusativas; finalmente, raízes de causa interna denotam eventos que só podem ter ocorrido espontaneamente, sem atuação externa, e por isso formam apenas inacusativos.

A proposta da classificação de raízes é relevante porque permite explicar por que determinados verbos são suscetíveis a variar sua grade argumental. Parece-nos que, se apenas núcleos ou funções sintáticas fossem responsáveis por isso, a princípio deveríamos encontrar algo mais uniforme – isto é, todos ou quase todos os verbos deveriam poder ser passivizados, anticausativizados ou usados com ou sem objeto, por exemplo. Exceções a isso deveriam ser mais restritas e pontuais. Porém, não é isso o que ocorre empiricamente. A proposta de classificação de raízes oferece um caminho para justificar esses comportamentos.

Combinando o sistema de classificação de raízes com o raciocínio que desenvolvemos anteriormente – ou seja, o de que elas surgem a partir de contextos nos quais um argumento externo não poderia permanecer ausente –, chegamos à seguinte conclusão: sua base, em geral, são verbos de raízes agentivas ou externamente causadas utilizados sem argumento externo. Como esses eventos, a princípio, não são concebíveis sem esse elemento, haverá uma incongruência e, para solucioná-la, a sintaxe aplicará mecanismos, sendo as passivas um dos possíveis resultados (no caso dos verbos externamente causados, anticausativos são outro resultado possível, como veremos no capítulo 6)<sup>70</sup>.

Com essa constituição, temos nosso ponto de partida para derivar a passiva. Mas devemos observar que essa é apenas a conceptualização mais básica do fenômeno, isto é, os contextos canônicos em que ele se manifesta. O sistema certamente possui suas nuances; por exemplo, é possível passivizar verbos de raiz internamente causada em certos contextos. Por ora, deixaremos essas possibilidades adicionais de lado para nos concentrarmos na derivação básica, oriunda do raciocínio que desenvolvemos até aqui. Isso porque, em suma, defendemos que esses contextos aparentemente excepcionais são desdobramentos lógicos do sistema, então serão

---

<sup>70</sup> Cabe ressaltar que essa classificação de raízes é enciclopédica, o que é, inclusive, reforçado por Alexiadou, Anagnostopoulou e Schäfer (2006). Isso significa que não há necessidade de equipar a raiz em si com esse tipo de informação de natureza semântica e carregá-la por toda a derivação sintática. Em última análise, isso significa que qualquer raiz pode efetivamente ser utilizada em qualquer configuração sintática; é a Enciclopédia que verifica e filtra aquelas que são incompatíveis com a lógica de mundo em que a língua está inserida. Isso, em nossa visão, é um efeito positivo, pois existem casos em que certas raízes se manifestam em estruturas distintas das suas prototípicas, em decorrência de algum sentido específico gerado naquele contexto. Por exemplo, a raiz do verbo “morrer” forma um evento internamente causado, mas uma sentença encontrada no português brasileiro é “Eu morri o carro”, em que o verbo aparece com argumento externo. Esse é um contexto específico em que o verbo “morrer” não está no seu sentido canônico, o que permite que seja conceptualizado um desencadeador externo. Vale mencionar que essa estrutura é diferente das que são comumente analisadas como a de um possuidor deslocado, como “A geladeira quebrou a porta”. Nesse caso, não há agentividade envolvida, e pode-se parafrasear a oração como “A porta da geladeira quebrou”. Todavia, a oração “Eu morri o carro” não significa simplesmente “O meu carro morreu”, mas sim algo como “Eu fiz alguma coisa e por isso o carro morreu”. Essa participação do sujeito na ação sugere uma estrutura mais próxima de um transitivo canônico.

retomados no próximo capítulo. Para entendê-los, precisamos primeiro derivar a estrutura de base. Assim, vamos a partir de agora explorar os mecanismos sintáticos em ação na passiva, partindo do pressuposto de que elas são formadas, em geral, nos contextos descritos.

#### 4.1.2 Os mecanismos da passiva: conversão categorial e inserção argumental

A partir de agora, vamos mapear como o raciocínio delineado na seção anterior se traduz em comportamento sintático. Para isso, precisamos definir o que constitui a estrutura básica de um verbo. Cabe lembrar que rejeitamos as diversas tipologias complexas de *Voice*, bem como a existência de um núcleo passivo, então nossa análise se baseia em apenas três elementos fundamentais para a constituição verbal inicial: a raiz, o categorizador *v* e o núcleo *Voice*. Naturalmente, outros núcleos são necessários para formar um verbo pleno, como T, mas os primeiros passos da derivação e os que resultarão no desencadeamento da passiva se concentram nesses três.

Seguindo os preceitos gerais da MD, defendemos que raízes são acategoriais e, por isso, precisam se concatenar a um categorizador – no caso dos verbos, um *v*. Grosso modo, assumiremos que *v* carrega a informação eventiva, que é a que consideramos a característica verbal mais básica<sup>71</sup>. Assim, a concatenação de uma raiz a um *v* essencialmente cria um evento. Tendo sido criado o verbo, a próxima etapa da derivação seria a projeção do núcleo *Voice*, mas ela vai depender do tipo de evento denotado, o que, por sua vez, é determinado pela classificação da raiz.

Seguindo as caracterizações mais tradicionais de *Voice*, assumimos que a função desse núcleo é introduzir um argumento externo, e por isso defendemos que ele só é projetado na estrutura quando o evento construído requer esse argumento. Isso significa que, ao ser formado um evento agentivo ou externamente causado, *Voice* obrigatoriamente será projetado, pois não há possibilidade de conceptualizar esse tipo de ação sem o argumento externo. Se um evento do tipo de causa indefinida for formado, *Voice* poderá ser projetado ou não, a depender da semântica exata da formação em questão. Finalmente, se um evento internamente causado for

---

<sup>71</sup> Reconhecemos que há verbos que não parecem carregar informação eventiva, sendo os exemplos mais prototípicos os verbos copulares como “ser” e “estar”. Esses verbos, em geral, apresentam algumas características distintas da maioria dos demais, não podendo, por exemplo, ser passivizados. Devido a essa incompatibilidade com a passivização, em geral não abordamos esses verbos, e por isso continuaremos a nos referir à propriedade central de *v* como sendo a inclusão da leitura eventiva. Possivelmente, esses verbos são formados com o auxílio de um outro sabor de *v* – por exemplo, o *v*BECOME de Folli e Harley (2005). A ausência de um componente eventivo explica automaticamente por que esses verbos não formam passivas, já que a conceptualização do evento é fator fundamental nelas.

formado, *Voice* não será projetado, pois nesse caso seria impossível conceitualizar um desencadeador externo.

O sistema que propomos, então, abre mão de uma tipologia de *Voice* ao se focar em sua função, que é apenas uma, a introdução do argumento externo. Não há necessidade de haver diferentes tipos de *Voice* na sintaxe, já que é a própria configuração do evento que determina se o argumento externo é necessário ou não e que tipo de elemento pode ocupar essa posição (se apenas agentes ou causas de maneira mais ampla). A partir dessa configuração, podemos encontrar o contexto da passiva: ela surge quando *Voice* é projetado, mas não o argumento externo. Essa é uma estrutura inadequada do ponto de vista sintático, pois *Voice* precisa introduzir um argumento. É para solucionar esse problema que a sintaxe aplica certos mecanismos capazes de “salvar” a derivação, garantindo que ela não sofra um *crash*. A passiva é simplesmente o desdobramento final das interações desencadeadas na sintaxe nesse momento<sup>72</sup>.

Para solucionar esse problema da presença de *Voice* sem argumento externo, propomos que existem ao menos dois recursos que a sintaxe pode empregar para isso, os quais acabarão por formar a passiva analítica e a sintética. O primeiro deles, que forma a passiva analítica, é a projeção do particípio, que defendemos ser um núcleo funcional complexo capaz de converter uma base verbal em adjetival. Como nominais, por natureza, não possuem a necessidade (obrigatória) de argumento externo, isso permite à derivação prosseguir sem problemas. O segundo recurso, que forma a passiva sintética, é a introdução de um argumento genérico, apenas para atender aos requisitos de *Voice*. Esse argumento é semanticamente vazio, de modo que não altera o sentido construído. Posteriormente, ele se cliticiza ou afixa ao complexo verbal, tornando-se o que identificamos como o marcador da passiva.

---

<sup>72</sup> Uma questão que ainda não mencionamos em nossa discussão é como essa ausência do argumento externo se relaciona com o conceito de Numeração empregado no contexto do Programa Minimalista. Em uma análise como a nossa, a ausência de um argumento externo para ocupar a posição de *spec. Voice* significa dizer que ele não está disponível no conjunto de itens oriundo da Numeração. Neste trabalho, optamos por não explorar os mecanismos da Numeração, dado que esse é um tema que envolve uma série de questões que extrapolariam nossas limitações de escopo e espaço. Há, por exemplo, propostas que envolvem uma Numeração única para a estrutura sintática como um todo, enquanto outras recorrem a uma Numeração dividida em subarranjos por fases. Outra questão é como funciona a própria seleção dos itens a serem incluídos na Numeração, em particular no que diz respeito à interação entre intenção do falante e exigências do sistemas linguísticos (isto é, se a seleção de um elemento pode forçar a seleção de algum outro). Embora tudo isso seja muito relevante para compreender de forma macro qualquer fenômeno que envolva uma interação direta com itens da Numeração, o que é mais relevante para os fins deste trabalho não é a formalização do processo que leva à ausência do argumento externo nas nossas estruturas, mas sim o fato de que ele está ausente. Quaisquer que tenham sido as interações que levaram a isso, elas não afetarão o sistema que propomos para a derivação das passivas, que entra em ação efetivamente quando a sintaxe se depara com essa ausência.

Como se pode perceber, as soluções propostas implementam ideias similares a algumas vistas em trabalhos anteriores. Particularmente, a ideia de que o participio é capaz de substituir de alguma maneira o argumento externo é vista na análise de Bruening (2013; 2014), por exemplo, e a proposta de que o marcador da passiva é um argumento genérico é encontrada nos trabalhos de Alexiadou, Anagnostopoulou e Schäfer (2006) e Lazzarini-Cyrino (2015), entre outros. Nossa proposta, portanto, retoma elementos que consideramos promissores em análises prévias, mas reconfigurados em uma nova abordagem que busca motivá-los e conciliá-los entre si, de modo a desenvolver uma análise mais unificada para os tipos de passiva.

Tendo isso estabelecido, vamos prosseguir agora para as partes mais técnicas da análise. Veremos detalhadamente como funciona a proposta dentro do componente sintático, desde a aplicação dos mecanismos até os efeitos adicionais que desencadeiam. Nosso primeiro passo para isso é definir certos pontos do funcionamento do sistema sintático que são essenciais para a análise, como os mecanismos de *Agree*, caso e ligação. A próxima seção se dedica a formalizar essas questões.

## 4.2 PRESSUPOSTOS BÁSICOS PARA A DERIVAÇÃO

Nesta seção, estabelecemos alguns pressupostos teóricos que tomamos como base para a derivação das estruturas em análise. Isso se faz necessário porque as passivas envolvem uma série de interações sintáticas, algumas das quais dependem de mecanismos que ainda não discutimos ou que não são consensuais no modelo. Assim, vamos definir nossa posição com relação a tais pontos antes de avançar. Também apresentaremos uma implementação desses preceitos com a derivação de uma sentença na voz ativa, para demonstrar seu funcionamento.

Dividimos a seção em três segmentos. Em 4.2.1, exploramos três mecanismos importantes para nossas derivações, que são os sistemas de *Agree*, ligação e caso. Em 4.2.2, discutimos o conceito de derivação por fase e explicitamos a abordagem que guia nosso trabalho nesse sentido. Em 4.2.3, aplicamos isso à derivação da voz ativa.

### 4.2.1 Mecanismos de concordância, ligação e valoração de caso

Em uma derivação sintática, os elementos constituintes estabelecem relações hierárquicas entre si, algumas das quais são capturadas pelo mecanismo que chamamos de *Agree*, a partir da nomenclatura de Chomsky (2000; 2001). Em linhas gerais, pode-se dizer que o *Agree* é o que determina quando e como ocorre algum compartilhamento de informação sintática entre

elementos. Algumas relações de *Agree* se refletem em realização fonológica, que é o que chamamos de concordância, embora não seja incomum que o *Agree* não produza esse tipo de efeito.

Chomsky (2000; 2001) formaliza as relações de *Agree* desenvolvendo um sistema baseado em pares de traços interpretáveis e não interpretáveis. Traços interpretáveis são aqueles que podem ser lidos na interface de LF, enquanto traços não interpretáveis não podem. Por essa razão, Chomsky (2000; 2001) defende que estes últimos precisam ser removidos da estrutura, ou ocorrerá o *crash* da derivação quando LF tentar interpretá-los. É o mecanismo de *Agree* que permite que isso aconteça. Em termos gerais, um elemento que possua um traço não interpretável precisa estabelecer *Agree* com outro que possua um traço interpretável da mesma natureza. Quando isso acontece, o traço não interpretável é deletado<sup>73</sup>. Além disso, todo traço interpretável também é valorado, e todo traço não interpretável é não valorado no começo da derivação, na visão de Chomsky (2000; 2001). Quando o *Agree* é estabelecido, também ocorre valoração, ou seja, os traços não valorados recebem informação dos valorados. É esse compartilhamento de informação que produz a concordância que se realiza fonologicamente em algumas instâncias de *Agree*.

Para mapear como e quando dois elementos podem estabelecer *Agree*, Chomsky (2000; 2001) propõe um sistema de sonda-alvo. Um dos dois membros do par age como uma sonda, buscando por um alvo que possa atender às suas necessidades na estrutura sintática. O domínio de busca da sonda é determinado por c-comando, ou seja, qualquer elemento dentro da cadeia de c-comando pode servir como alvo. Assim que a sonda encontra um alvo adequado, o *Agree* é estabelecido, e a sonda termina ali. Na visão de Chomsky (2000; 2001), há uma relação pré-definida entre o tipo de constituinte e o papel de sonda ou alvo: núcleos sempre são sondas, e sintagmas são sempre alvos.

Para que o *Agree* realmente se constitua, existe uma limitação conhecida como condição de visibilidade. Ela define que um elemento só está disponível para *Agree*, isto é, só está visível para uma sonda, se tiver pelo menos um traço não interpretável / não valorado. Se não for assim, a sonda não consegue acessá-lo. Esse sistema faz com que quase sempre ocorra uma espécie de troca no *Agree*, pois ambos os membros da relação geralmente terão algum valor de traço a

---

<sup>73</sup> Cabe aqui uma observação quanto ao termo “deletar”, que pode gerar leituras inadequadas. Quando se diz que um traço é deletado via *Agree*, isso significa que ele é removido da grade informacional que é encaminhada para LF. Ou seja, ele se torna indisponível para esse componente. Entretanto, ele não é literalmente removido da computação sintática, e por isso ainda pode interagir com outros elementos. O mesmo vale para PF. Isso pode ser evidenciado pelo *Agree* que gera a concordância entre sujeito e verbo. Se os traços- $\phi$  não interpretáveis de T tivessem sido excluídos da sintaxe, não seria possível haver essa concordância, pois eles não chegariam a PF.

oferecer e a receber. Quando um elemento estabelece *Agree* e tem todos os seus traços deletados / valorados, torna-se invisível para futuras sondas de *Agree*.

O sistema original de Chomsky (2000; 2001) para formalizar o sistema de *Agree* é extremamente influente e guia diversas propostas de análise. Entretanto, alguns questionamentos foram feitos a alguns dos seus mecanismos e geraram abordagens alternativas. Em geral, essas propostas não representam uma ruptura absoluta com o visto em Chomsky (2000; 2001), mas sim fazem modificações para contemplar cenários não previstos pelo autor ou para adequar a proposta a modelos de análise mais específicos. Em nosso trabalho, recorreremos a uma dessas visões complementares, cujas contribuições são importantes para a derivação dos nossos contextos. É a proposta desenvolvida nos trabalhos de Heintz (2002; 2005; 2006).

O principal ponto em questionamento por Heintz (2002; 2005; 2006) é a determinação de que apenas núcleos podem atuar como sondas. O autor defende que essa distinção não deve existir, ou seja, a capacidade de sondar a estrutura deve estar disponível para qualquer tipo de elemento. Sua argumentação se baseia nos desenvolvimentos que a teoria gerativa vivenciou ao longo do tempo, em particular o surgimento do conceito de *bare phrase structure* (BPS). Heintz (2005) argumenta que, com base no estabelecido em Chomsky (1995), a distinção entre núcleos e sintagmas essencialmente deixou de existir, já que não há mais uma projeção mínima, uma intermediária e uma máxima pré-definidas. O *merge* é motivado por necessidades de c-seleção e seu resultado sempre é uma nova projeção da categoria que seleciona. Em suma, a sintaxe nunca lida efetivamente com um “DP”, mas sim com um “D”. Utilizamos a nomenclatura DP hoje apenas por conveniência.

A distinção entre o que chamaríamos de D e de DP, ou de projeção mínima e máxima, então, passa a se tornar algo derivado. Projeção mínima é simplesmente um núcleo que ainda não projetou, e projeção máxima é um núcleo que não projeta mais. Em verdade, é possível que uma mesma projeção seja mínima e máxima ao mesmo tempo. Sendo assim, não havendo distinção entre um D e um DP aos olhos da sintaxe, isto é, se os chamados núcleos e sintagmas são tratados igualmente para fins de computação sintática, não há, *a priori*, razão para pensar que se comportariam de maneira distinta com relação à sua capacidade de ativar uma sonda. Por outro lado, ainda é preciso explicar por que certos elementos parecem ativamente buscar valores enquanto outros aparentemente esperam serem encontrados. Em outras palavras, é preciso determinar o que, então, ativa o processo de sondagem se não é a natureza do próprio elemento.

Heintz (2002; 2005; 2006) propõe que é o próprio processo de *merge* que desencadeia as sondas, mais especificamente o *merge* externo. Todo elemento que é concatenado a uma

nova estrutura sintática, caso possua traços não valorados, imediatamente inicia uma sonda em busca de valores. Caso não seja capaz de valorá-los, porém, ele não terá outra chance de atuar como sonda, podendo apenas servir como alvo. Nessa visão, é por isso que, por exemplo, o argumento externo precisa ter seu traço de caso valorado por T. Não é que ele não sonde a estrutura por ser um sintagma, mas ocorre que, apesar de sondá-la ao ser concatenado, não há normalmente nenhum elemento que possa valorar seu caso na sua cadeia de c-comando. Ele então precisa esperar. Quando T entra na estrutura e ativa sua própria sonda em busca de valores para seus traços- $\phi$ , encontra o argumento externo e estabelece *Agree* com ele, satisfazendo simultaneamente às necessidades dos dois.

O sistema proposto por Heinat (2002; 2005; 2006) consegue derivar os mesmos efeitos que o chomskyano sem depender da distinção entre núcleos e sintagmas, o que o torna mais simples e, o nosso ver, congruente do ponto de vista descritivo. Outra vantagem, de muita relevância para este trabalho, é que ele permite unificar os processos de *Agree* e ligação. Devemos lembrar que nossa proposta assume, seguindo as linhas de análises vistas em Alexiadou, Anagnostopoulou e Schäfer (2015) e Lazzarini-Cyrino (2015), que as passivas sintéticas incluem uma anáfora não ligada. Logo, o conceito de ligação é relevante para nós. Vamos verificar, então, como o sistema de *Agree* de Heinat (2002; 2005; 2006) nos permite simplificar essa outra parte da derivação.

As relações entre anáforas e pronomes e seus referentes são classicamente explicados com base na Teoria de Ligação (Chomsky, 1982). Nesse modelo, certos princípios determinam quais elementos da estrutura sintática podem atuar como referentes – ou seja, estabelecer uma relação de coidentificação – para cada categoria. No caso das anáforas, que é com o que trabalhamos, é o chamado Princípio A que rege as relações entre os elementos envolvidos. De acordo com esse princípio, para servir como referente para uma anáfora, um DP precisa c-comandá-la e fazer parte do domínio do mesmo verbo finito, isto é, deve estar dentro do domínio de um mesmo núcleo T. Uma vez que sejam cumpridas essas condições, o DP e a anáfora podem ser ligados, recebendo um índice correferencial.

Em seus trabalhos, Heinat (2002; 2005; 2006) critica os princípios de ligação, argumentando que seus mecanismos não são totalmente adequados às visões mais minimalistas de sintaxe. Em particular, o conceito de índices, em sua visão, tem um caráter intrateórico e deveria ser substituído por alguma outra relação. Isso, de fato, ocorreu de forma ampla no Minimalismo, mas Heinat (2002; 2005; 2006) também observa que, se existe a possibilidade de que sintagmas desencadeiem sondas, torna-se desnecessário estipular qualquer dispositivo adicional (seja um índice ou outra coisa), uma vez que, com isso, passa a ser possível que, via *Agree*, dois DPs

estabeleçam uma relação de compartilhamento de informação entre si. Nesse sentido, considerando que anáforas são DPs, a própria relação de *Agree* poderia ser responsável pela identificação da sua identidade.

O exemplo oferecido pelo autor para demonstrar isso é como os reflexivos funcionariam nesse sistema. Uma anáfora, que Heinat (2005) descreve como um DP com traços- $\phi$  não valorados, seria projetada na posição de argumento interno. Ela sonda a estrutura em busca de valores para seus traços, mas não encontra nenhum outro DP capaz de valorá-los. Quando o argumento externo é projetado, também sonda a estrutura, não em busca de valores para traços- $\phi$ , mas em busca de valor para o seu traço de caso. Ele não encontrará nenhum DP que possa valorar esse traço, mas encontrará a anáfora em sua cadeia de c-comando e, como possui traços que podem ser compartilhados com ela, eles estabelecerão *Agree*. Assim, eles passam a ter os mesmos valores de traços, e, por estarem conectados por uma cadeia de c-comando, LF os interpreta como correferentes, dispensando a necessidade de índices.

O sistema proposto por Heinat (2002; 2005; 2006) consegue derivar o funcionamento de elementos ligados de maneira simples, por não necessitar de um mecanismo adicional para além do *Agree*. Por isso, vemos sua proposta como mais vantajosa. Além disso, como será possível perceber nas seções a seguir, esse arcabouço nos permitirá derivar alguns efeitos adicionais que possivelmente não seriam capturados de outra maneira, o que o solidifica como mais adequado em nossa visão.

Nosso próximo tema de debate na seção é o sistema de atribuição e valoração de caso, para o qual também nos apoiamos na perspectiva de Heinat (2002; 2005; 2006). O autor mantém a valoração do traço de caso via *Agree*; contudo, para ele, caso é um traço que está presente apenas nos DPs<sup>74</sup>. Segundo ele, um DP pode ter uma variedade de traços, como os traços- $\phi$ , valorados ou não, a depender da sua natureza, mas necessariamente também tem um traço de caso não valorado. Outros núcleos, como T ou  $v$ , podem ter diferentes traços, valorados ou não, também em função da sua natureza, mas nunca um traço de caso. O caso do DP, então, não é fornecido ou valorado por um núcleo específico, mas sim pela própria relação de *Agree*. Diz o autor:

---

<sup>74</sup> Para o autor, todo sintagma de base nominal se realiza como um DP, que é a projeção mais alta da sua hierarquia. Por isso, qualquer que seja a constituição interna do elemento e independentemente de ele incluir um determinante fonologicamente realizado ou não, sua referência aos nominais, uma vez que estejam plenamente constituídos, é sempre como DP. Adotaremos o mesmo padrão em nossas análises.

O traço de caso não valorado torna o DP ativo, e os traços- $\phi$  tornam T e  $v$  ativos. Mas caso é um traço especial. É um traço no DP, mas não em  $v$  ou T. [...] DP tem o seu traço de caso valorado como efeito colateral da concordância de traços- $\phi$ . Se um DP valora todos os traços- $\phi$  de  $v$  ou T, caso é valorado<sup>75</sup> (Heinat, 2005, p. 49).

Nesse sentido, caso funciona como uma espécie de rótulo que identifica que todas as necessidades do DP foram satisfeitas. Ou seja, se um DP não tem um traço valorado, há algo errado que precisa ser resolvido. Isso, em conjunto com o sistema de *Agree* como ligação, será essencial para a derivação correta do comportamento das anáforas em posição de argumento externo que encontraremos na seção 4.4.

Ainda no debate sobre caso, devemos adicionar que defendemos uma visão que dissocia caso enquanto mecanismo sintático de caso enquanto marcação morfológica observável em algumas línguas. Em outras palavras, aplicamos em nossas análises uma abordagem de caso-m, ou caso morfológico, como as vistas em Harley (1995) e Marantz (2000). Nesse tipo de abordagem, não são os núcleos funcionais que determinam o expoente morfológico de caso, mas sim algoritmos pós-sintáticos baseados nas relações estruturais entre os DPs. Em outras palavras, o fato de o argumento externo ser normalmente marcado com nominativo, por exemplo, não é devido a ele estabelecer uma relação de *Agree* com T, mas sim à leitura que PF faz da sua posição na estrutura.

Sob essa visão, caso enquanto mecanismo sintático é apenas um traço a ser valorado, não havendo efetivamente nominativo, acusativo, dativo ou outro caso específico na sintaxe em si. Esses termos se referem a expoentes fonológicos do traço de caso, que são determinados pelo sistema de inserção vocabular. Esse tipo de sistema surgiu devido à necessidade de explicar certos comportamentos que escapam às estipulações tradicionais de caso, como os sujeitos dativos do finlandês, e também nos parece mais congruente com o que viemos construindo ao longo desta seção. Dentro da lógica que discutimos, se caso não é um traço nos núcleos sintáticos, não seria adequado dizer que são esses núcleos que determinam qual caso um DP recebe. Assim, um mecanismo de caso-m se mostra mais alinhado.

Para os fins deste trabalho, aplicamos, mais especificamente, o proposto em Anagnostopoulou e Sevdali (2015). As autoras estabelecem uma série de regras para explicar o comportamento dos casos da língua grega, mas outros autores, como Grestenberger (2017) e Gonçalves

---

<sup>75</sup> “The unvalued case-feature makes the DP active, and the unvalued  $\phi$ -features make T and  $v$  active. Case is a special feature, though. It is a feature on DP, but not on  $v$  or T. [...] DP gets its case-feature valued as a side effect of  $\phi$ -feature Agreement. If a DP values all  $\phi$ -features on  $v$  or T case gets valued.”

(2021), vêm demonstrando que ele tem potencial para ser expandido para outras línguas. Neste momento, precisamos apenas dos casos nominativo e o acusativo. Seguem, em (41), as regras desses casos conforme estipulado pelas autoras:

(41) Regras de caso-m (Anagnostopoulou; Sevdali, 2015)

- a. NOM (nominativo) sse o DP não for c-comandado por outro DP com caso marcado estruturalmente (dentro do domínio de um T finito);
- b. ACC (acusativo) sse o DP for c-comandado por outro DP com caso marcado estruturalmente dentro do domínio de um T finito.

Essas duas regras são suficientes para derivar os contextos de que precisamos para nossas estruturas iniciais, em conjunto com os demais mecanismos que discutimos ao longo desta seção. Exploraremos o sistema das autoras com mais detalhamento para averiguar os outros casos quando derivarmos estruturas mais complexas, no próximo capítulo<sup>76</sup>.

Como último ponto, cabe mencionar que também seguimos uma visão sobre traços que se distancia da proposta clássica de Chomsky (2000; 2001) no que diz respeito a como a sintaxe lida com aqueles que são não interpretáveis / não valorados. Dois pontos devem ser questionados aqui: a associação obrigatória entre essas duas informações e a suposta impossibilidade de que traços sobrevivam à derivação quando são não valorados / não interpretáveis.

Ao longo dos debates sobre a teoria gerativa, diversos autores questionaram a associação obrigatória entre as propriedades não interpretável e não valorado, entre os quais podemos citar Pesetsky e Torrego (2004) e o próprio Heinat (2002; 2005; 2006). Esses autores argumentam que não há, a princípio, motivação clara para tal estipulação, o que significa que seria possível haver traços não interpretáveis valorados ou não valorados. Os mesmos autores também defendem que a presença de traços não interpretáveis e/ou não valorados na sintaxe não necessariamente leva a um *crash* da derivação, pois os componentes de interface poderiam lidar de maneiras distintas com diferentes configurações dessas informações.

Nesse sentido, seria preciso analisar caso a caso o que a ausência de valores ou interpretabilidade acarretaria para as interfaces. Contudo, uma conclusão mais geral a que se pode chegar é a de que traços não interpretáveis na verdade não causam problemas para LF caso

---

<sup>76</sup> Em particular, precisaremos explorar a menção a uma relação baseada em caso marcado estruturalmente na descrição das autoras. Isso faz referência à sua percepção (compartilhada por outros na literatura) de que há certos casos que são “inerentes”, isto é, que não dependem das relações estruturais. Casos inerentes aparentemente se sobrepõem às regras gerais de caso, como as listadas aqui. Veremos isso em um contexto específico no próximo capítulo.

cheguem até esse componente, justamente porque, sendo não interpretáveis, LF simplesmente os ignora. Alguns dos traços não interpretáveis que parecem ser capazes de sobreviver à sintaxe são os traços- $\phi$  de núcleos funcionais como T e o traço de caso, como vem sendo defendido por uma série de autores (Saito, 2014, Levin, 2015; Lazzarini-Cyrino, 2015; Gonçalves, 2021; para citar alguns). Isso também será importante em nossa análise, pois defendemos que algumas das estruturas passivas acarretam essa situação.

Com isso, encerramos nosso debate sobre os principais mecanismos sintáticos relevantes para nossa derivação. Avançaremos agora para um outro ponto de discussão na literatura, o conceito de derivação por fases. Vamos estabelecer nossa visão com relação a essa parte do sistema derivacional e, principalmente, delimitar o tamanho da fase com a qual trabalhamos.

#### 4.2.2 Considerações sobre fase

Um dos conceitos mais importantes desenvolvidos em anos recentes nos debates em sintaxe gerativa é o de derivação por fase. Tendo suas formulações iniciais em Chomsky (1999), trata-se da ideia de que o envio da estrutura sintática para *spell-out* não ocorre em um único momento, mas sim em etapas – as chamadas fases. O que motiva a proposta é a observação de que certos efeitos ativados pela interação entre constituintes da sintaxe parecem impossíveis caso eles estejam muito distantes um do outro.

Isso aconteceria, em suma, porque quando uma fase é enviada para *spell-out*, os elementos presentes dentro do seu domínio deixam de ficar acessíveis para a atuação da sintaxe. Chomsky (2000; 2001) chama esse efeito de condição de impenetrabilidade de fase, ou PIC, na sigla em inglês (*phase impenetrability condition*). Uma das operações afetadas por essa condição é o próprio *Agree*, por exemplo. Ele só pode ser constituído se a sonda e o alvo estiverem dentro do mesmo domínio de fase.

A determinação do tamanho das fases é um dos principais pontos de investigação dentro dessa temática, pois é a partir disso que se torna possível mapear quando elementos poderão interagir. Para isso, é preciso saber primeiro que dispositivos desencadeiam a liberação de uma fase, isto é, o que faz determinada parte de uma estrutura ser enviada para *spell-out*. Dentro do modelo da MD, os categorizadores são tradicionalmente considerados núcleos de fase (Marantz, 2001). Nas propostas iniciais sobre fase, geralmente se considerava que núcleos fásicos, ao serem concatenados à estrutura, imediatamente enviariam seu complemento para o *spell-out*. Todavia, diversos autores começaram a apontar que essa conceptualização de fase é muito

restrita para compreender efetivamente as relações entre elementos da sintaxe. A partir disso, formulações alternativas surgiram.

Uma proposta que se mostrou eficaz é a de Embick (2010), porque permite expandir o domínio das fases sem a necessidade de alterar fundamentalmente as bases da teoria. Embick (2010) propõe um pequeno ajuste; para ele, o que desencadeia o *spell-out* de um núcleo fásico não é a concatenação desse próprio núcleo, mas sim a concatenação do próximo núcleo fásico. O domínio enviado para *spell-out* é todo o complemento do núcleo anterior e seu conteúdo de borda, definido como o material interveniente entre o núcleo cíclico em questão e o próximo. Para compreender melhor a proposta, podemos recorrer às palavras do próprio autor:

A concatenação de um *y* cíclico desencadeia o *spell-out* dos domínios cíclicos no complemento de *y* [...]. Para um domínio cíclico nucleado por um *x* cíclico no complemento de *y*, isso significa que o complemento de *x*, o próprio núcleo *x* e qualquer material *edge+* [borda] anexado ao domínio de *x* sofre inserção de vocabulário<sup>77</sup> (Embick, 2010, p. 53).

Em última análise, o que o sistema de Embick (2010) acarreta é que o primeiro núcleo de fase não desencadeia o *spell-out*, mas a partir do segundo isso sempre acontecerá. Isso permite expandir o domínio da fase inicial, o que é uma grande vantagem. Porém, isso ainda não é suficiente para capturar alguns efeitos que observamos, que envolvem interação entre o argumento externo e interno.

Em uma estrutura como a nossa, que contém um categorizador *v* e *Voice*, esses argumentos se localizariam em fases diferentes, porque o núcleo introdutor do argumento externo também é comumente considerado um núcleo de fase (Marantz, 2001; Harley, 2013; entre outros). Ou seja, a concatenação de *Voice* enviaria o argumento interno para *spell-out*, mas não o externo. Porém, vimos que existem casos em que eles interagem, como nos reflexivos: neles, a anáfora se localiza na posição de argumento interno e é valorada pelo argumento externo. Se estivessem em fases diferentes, isso não poderia acontecer, devido à condição de impenetrabilidade.

Isso é um problema não apenas para os reflexivos, mas também para algumas das nossas estruturas, que, como será possível verificar a partir da próxima seção, apresentam efeitos que se originam na interação entre esses dois elementos. Nossa resposta para a questão se encontra no trabalho de Bobaljik & Wurmbrand (2013), em que os autores propõem algo que chamam

---

<sup>77</sup> “Merge of cyclic *y* triggers Spell-Out of cyclic domains in the complement of *y* (...). For a cyclic domain headed by cyclic *x* in the complement of *y*, this means that the complement of *x*, the head *x* itself, and any *edge+* material attached to *x*'s domain undergoes Vocabulary Insertion.”

de “suspensão de domínio”. Segundo os autores, certos domínios de fase podem ser influenciados, e principalmente expandidos, sob certas condições. Eles demonstram que isso pode ocorrer “no caso de Y depender de X para a sua interpretação”<sup>78</sup> (Bobaljik; Wurmbrand, 2013, p. 186). Considerando o sistema que delineamos para nossa estrutura verbal, no qual a presença de *Voice* é condicionada pelo tipo de raiz e não pode ser negociada, defendemos que existe uma suspensão de domínio envolvida sempre que *Voice* se faz necessário.

Vejamos com isso acontece na prática. Defendemos, seguindo o usual na literatura, que *v* é um núcleo de fase e, como tal, terá seu ciclo desencadeado com a entrada do próximo núcleo fásico. Em geral, *v* é o primeiro núcleo de fase em uma estrutura verbal, devido à necessidade de categorização da raiz. O próximo núcleo de fase pode variar. Se um verbo do tipo inacusativo estiver sendo construído, não haverá *Voice*, então o próximo núcleo fásico, provavelmente, será C. De todo modo, esse segundo núcleo é o que desencadeia o ciclo de *v*, o que significa que nesse momento serão enviados para *spell-out* a raiz, o próprio *v* e quaisquer materiais entre *v* e o segundo núcleo.

O cenário muda na formação de um verbo que requer *Voice*. A princípio, ele deveria ser o desencadeador do ciclo de *v*, e a consequência, como mencionamos anteriormente, seria que o argumento interno e o externo ficariam em fases diferentes. Porém, a suspensão de domínio de Bobaljik e Wurmbrand (2013) oferece uma outra perspectiva. Raízes de eventos agentivos ou externamente causados (e mesmo as de causa não especificada, em certos contextos) constroem eventos que precisam, necessariamente, de um argumento externo para que possam ser efetivamente conceptualizados. Ou seja, sem o núcleo *Voice*, esse verbo não pode ser interpretado. Essa situação é exatamente a descrita por Bobaljik e Wurmbrand (2013) na sua caracterização da suspensão de fase.

O que defendemos, portanto, é que, quando se constrói um verbo que requer argumento externo, automaticamente o domínio de fase de *v* é suspenso até a entrada do núcleo introdutor desse argumento, pois ele é fundamental para sua interpretação. Na prática, isso significa que, nesse tipo de verbo, o primeiro núcleo de fase passa a ser *Voice*, não *v*. Logo, o primeiro ciclo de fase será ativado somente quando outro núcleo fásico for concatenado à estrutura – o qual, novamente, provavelmente será C. Quando esse segundo núcleo fizer seu *merge*, todo o complemento e o material de borda de *Voice* serão enviados para *spell-out*. Isso inclui a raiz, *v*, o argumento interno (se ele existir), o próprio *Voice* e o material existente entre *Voice* e o próximo

---

<sup>78</sup> “in case Y depends on X for its interpretation.”

núcleo de fase, dentro do qual está o argumento externo. Ou seja, argumento externo e interno estarão dentro do mesmo ciclo, podendo interagir.

Estabelecida essa visão acerca dos domínios de fase da estrutura verbal, encerramos as nossas discussões sobre os mecanismos de base para a derivação sintática. Na próxima seção, colocaremos o que debatemos em prática na derivação de uma oração na voz ativa. Isso servirá não apenas para demonstrar os diferentes sistemas que aplicamos, mas também para estabelecer o ponto de partida para as estruturas que realmente constituem o foco desta tese, as passivas, já que elas compartilham da mesma constituição inicial que as ativas.

### 4.2.3 A voz ativa

Como defendemos que a passiva é um epifenômeno, isso significa dizer que não há um dispositivo que existe especificamente para formá-la. Nossa proposta é a de que ela é apenas o resultado final de uma série de interações na sintaxe que são desencadeadas em uma configuração específica, mas seus passos iniciais não são distintos de uma construção ativa. Por essa razão e também para solidificar os sistemas que viemos discutindo ao longo da seção, vamos explorar rapidamente a derivação de uma construção ativa transitiva.

A formação de uma construção ativa segue os passos a seguir. Primeiro, ocorre o *merge* entre a raiz e *v*. Isso abre uma posição argumental, e o argumento interno (AI) é introduzido. Ele é um DP e, como tal, carrega traços- $\phi$  valorados, mas não seu traço de caso<sup>79</sup>. Por ter um traço não valorado e por ter sido concatenado via *merge* externo, o AI então iniciará uma sonda. Porém, não há nenhum elemento na sua cadeia de c-comando com o qual ele possa estabelecer *Agree*, pois nem a raiz, nem o categorizador *v*, possui traços correspondentes para compartilhar. Por isso, neste momento, o traço de caso fica não valorado.

Em seguida, *Voice* é concatenado. Isso inicia uma nova sonda, porque *Voice* possui traços- $\phi$  não valorados e também advém de um *merge* externo<sup>80</sup>. A sonda de *Voice* encontrará o

---

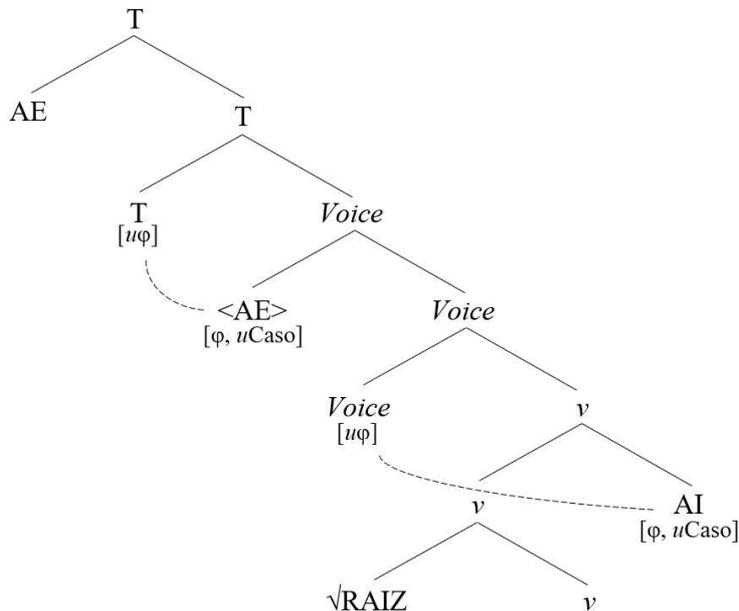
<sup>79</sup> Não cabe aqui discutir como a estrutura de traços- $\phi$  dos elementos nominais é constituída. Há propostas segundo as quais esses valores são inerentes ao próprio nominal e, como tal, já estariam codificadas no próprio categorizador *n*. Também há propostas que destrincham a estrutura do DP e atribuem diferentes núcleos, mais específicos, para cada informação, como Num para número e Gen para gênero. De todo modo, toda a construção do DP ocorre em um espaço externo à construção do verbo e, quando ele é introduzido como argumento, já está plenamente formado, exceto pela valoração do seu traço de caso, que depende de *Agree*. Sendo assim, não é particularmente relevante, para os fins deste trabalho, determinar a constituição interna do DP.

<sup>80</sup> A assunção de que *Voice* possui esse tipo de traço tem duas motivações principais: primeiro, há línguas com concordância entre verbo e objeto, o que significa que houve compartilhamento de traços- $\phi$  entre o AI e algum núcleo verbal; segundo, como o objeto recebe caso, isso significa que ele estabeleceu

argumento interno, que valorará seus traços- $\phi$ . Como contrapartida, o AI terá seu traço de caso valorado. Como agora ambos estão com todos os traços valorados, ficam invisíveis para *Agree*. Na próxima etapa, *Voice* introduz seu argumento. O mesmo processo que houve com o AI se repete: o AE sonda a estrutura, mas não há nada em sua cadeia de c-comando para atender às suas necessidades de valoração, já que *Voice* e o AI estão invisíveis, e *v* e a raiz não possuem traços para compartilhar. O AE permanece, então, inicialmente, com o traço de caso não valorado.

Finalmente, o núcleo T é concatenado, em um outro *merge* externo, e um processo idêntico ao que houve com *Voice* acontece. T sonda a estrutura em busca de valores para seus traços- $\phi$  e encontra o AE, estabelecendo *Agree* com ele. T recebe, então, valores para os seus traços- $\phi$ . Já o AE, em troca, tem seu traço de caso valorado. T e o AE ficam ambos com todos os seus traços devidamente valorados e, com isso, também invisíveis para *Agree* dali em diante. Cabe ressaltar que isso não afeta o movimento do AE para *spec*. T, já que essa não é uma relação de *Agree*, e sim de seleção. A representação arbórea da derivação segue em (42), a seguir<sup>81</sup>:

(42) Derivação da voz ativa



*Agree* com algum núcleo funcional. Como T mantém uma relação de *Agree* com o AE, o único outro núcleo que poderia ser responsável por esses efeitos é *Voice*.

<sup>81</sup> Por simplificação, ao invés de representar traços como gênero, número e pessoa separadamente, vamos utilizar apenas o rótulo  $\phi$ . Ademais, representamos os traços não valorados com a marcação *u*, do inglês *unvalued*. Também para manter a estrutura mais objetiva, omitimos núcleos que não são estritamente necessários para a discussão da formação da passiva, como Asp. Por fim, as conexões entre os elementos em relação de *Agree* são representadas com traços pontilhados.

Com essa representação, podemos ver em ação os sistemas que discutimos ao longo do capítulo. Vale lembrar, ainda, que esses passos discutidos ocorrem dentro de uma mesma fase. Isso porque, dentro do arcabouço que aplicamos, *Voice* é o primeiro núcleo cíclico dessa estrutura (via suspensão da fase de *v*), mas o *spell-out* só será desencadeado quando o próximo núcleo fásico for concatenado (provavelmente será C).

Após o *spell-out*, no ramo de PF, o caso dos DPs é efetivamente definido. Os mecanismos de atribuição de caso-m são ativados e os DPs são marcados com seus casos específicos. Na estrutura da voz ativa, o AE recebe nominativo, já que é o DP mais alto da estrutura e não é c-comandado por outro DP. Já o argumento interno recebe acusativo, porque é c-comandado por outro DP marcado com caso (o AE). Em LF, não há grandes particularidades a serem mencionadas. Todos os núcleos e traços tiveram suas necessidades atendidas, então não há dificuldade para esse componente. Além disso, a estrutura é a mais adequada para a conceptualização prototípica da raiz, o que garante que não haja incompatibilidade enciclopédica.

Isso é tudo que precisamos dizer sobre a voz ativa. Defendemos que, a partir dessa base transitiva, podemos derivar outros tipos de verbos, como os inergativos<sup>82</sup> e os inacusativos<sup>83</sup>, desde que suas particularidades sejam levadas em conta. A mesma estrutura igualmente serve como ponto de partida para a formação das passivas. Demonstraremos isso nas próximas seções, dedicadas cada uma a um tipo de passiva. Começamos pela passiva analítica.

---

<sup>82</sup> Embora nosso foco não sejam as formações ativas, por completude, esboçamos nesta e na próxima nota os principais pontos da derivação desses tipos de verbos. Nos inergativos, a única diferença para a estrutura transitiva é a ausência do AI. Com isso, quando *Voice* é projetado, sua sonda não encontra alvo para *Agree*. Depois, quando o AE é introduzido e sonda a estrutura, encontra *Voice* e faz *Agree* com ele. Isso valoriza os traços dos dois elementos e os torna invisíveis para *Agree*. Como resultado, T não pode estabelecer *Agree* com nenhum elemento ao sondar a estrutura. Quando o AE sobe, devido ao EPP, não é ativada nova sonda, tanto porque esse é um *merge* interno quanto porque o AE não tem traços não valorados. T, então, vai para *spell-out* com seus traços- $\phi$  não valorados. Isso não é problema para LF, pois os traços- $\phi$  de T são não interpretáveis e, na visão que defendemos, LF ignora esse tipo de traço. Em PF, antes da inserção de vocabulário, é ativado um mecanismo de cópia de traços (Noyer, 1997) que transfere os valores dos traços- $\phi$  do AE para T, o que explica a concordância entre sujeito e verbo (esse mecanismo será visto com mais detalhes nas derivações das passivas). Como o AE é o único DP da estrutura, não é c-comandado por outro, então recebe nominativo.

<sup>83</sup> Verbos inacusativos diferem das estruturas transitivas por não possuírem *Voice* e, conseqüentemente, AE. Assim, sua derivação é mais simples. Após a introdução do argumento interno, o próximo núcleo funcional já é T, que, ao ativar sua sonda, encontrará e fará *Agree* com o AI. Como não há AE, o AI é o único DP da estrutura, então ele satisfaz o EPP e se torna sujeito sintático. Pelo mesmo motivo, ele não é c-comandado por nenhum outro DP e recebe caso nominativo. Cabe ressaltar que não consideramos os termos inacusativos sinônimos de anticausativos, embora exista uma forte relação entre eles. Defendemos que os anticausativos, quando não são marcados por nenhuma peça (como o “se” do português) podem ter a mesma estrutura dos inacusativos, mas não os marcados. Estes últimos possuem uma estrutura mais próxima das passivas sintéticas e serão abordados com detalhes no capítulo 6.

### 4.3 DERIVANDO A PASSIVA ANALÍTICA

Nesta seção, derivamos a passiva analítica, o primeiro dos dois tipos de passiva verbal. Retomando rapidamente suas propriedades, esse tipo de passiva é caracterizado, entre outros fatores, pela realização do verbo principal em sua forma participial e pela presença de um auxiliar, geralmente o equivalente da língua para o verbo “ser” ou “tornar-se”. Em (43), a seguir, trazemos exemplos desse tipo de passiva no português e no inglês, juntamente com paráfrases na voz ativa, para lembrar sua composição.

(43) Passiva analítica e sua perífrase na voz ativa

- |  |                                 |
|--|---------------------------------|
| a. A maçã foi comida (pela Maria).       | (português – passiva analítica) |
| b. A Maria comeu a maçã.                 | (português – voz ativa)         |
| c. <i>The apple was eaten (by Mary).</i> | (inglês – passiva analítica)    |
| d. <i>Mary ate the apple.</i>            | (inglês – voz ativa)            |

Os dados em (43) nos ajudam a lembrar que a construção passiva é basicamente sinônima da sua contraparte ativa, o que por vezes é usado como evidência de que elas são oriundas de uma mesma estrutura de base. Também nos subescrevemos a essa ideia, como mencionado no início do capítulo. Para nós, a única diferença, em termos subjacentes, é a ausência de argumento externo nas passivas. Devemos, então, explicar por que essa pequena diferença gera estruturas superficiais tão distintas. Para isso, precisamos do participípio.

A presença do participípio na voz passiva é amplamente considerada uma questão central na análise do fenômeno, já que ele expressa o verbo principal da sentença. Isso não é diferente em nossa análise, pois nossa proposta é a de que a entrada do participípio permite que um verbo que deveria ter um argumento externo seja derivado sem esse argumento. Nesse sentido, temos uma visão semelhante à de outros autores que abordaram o tema, como Bruening (2013; 2014) e Wegner (2019). Todavia, criticamos estas e outras propostas por não se debruçarem sobre três questões principais: a natureza do participípio, as motivações para sua projeção na estrutura passiva e as razões para ele se comportar de maneira mista, com propriedades verbais e adjetivais simultaneamente.

Considerando a importância do participípio e sua complexidade, precisaremos subdividir a seção para explorar devidamente os pontos relevantes. Inicialmente, em 4.3.1, vamos investigar a natureza do participípio, no intuito de identificar o que exatamente ele denota em termos semânticos e o que é em termos de categoria sintática. Em seguida, em 4.3.2, usaremos esse

conhecimento para formalizar a constituição morfossintática do participípio, recorrendo ao conceito de categorias mistas de Panagiotidis e Grohmann (2005) e Panagiotidis (2015), também conhecido como *Switch*. Por fim, em 4.3.3, aplicamos a visão desenvolvida sobre o participípio ao arcabouço que viemos construindo ao longo da tese para derivar as passivas efetivamente.

#### 4.3.1 A natureza do participípio e sua função nas passivas

Os participípios, como discutido em outros momentos, são desafiadores do ponto de vista teórico, pois apresentam propriedades verbais e adjetivais ao mesmo tempo. Muitas abordagens para a passiva parecem não dedicar a devida atenção a essa característica peculiar, muito embora atribuam papel central ao participípio. Não raro, encontramos o participípio projetado imediatamente após o núcleo *v* ou *Voice* (Adger, 2003; Collins, 2005; por exemplo), parte da composição verbal, sem um questionamento de por que isso resultaria em uma categoria com propriedades nominais. Em paralelo, autores como Bruening (2013; 2014) e Wegner (2019) atribuem ao participípio a capacidade bastante específica de essencialmente substituir o argumento externo, novamente sem grandes discussões a respeito de como isso se relaciona com o seu comportamento de maneira mais ampla.

Em grande medida, a dificuldade de se explicarem os pontos que elencamos decorre da compreensão ainda limitada que temos a respeito da identidade do participípio. Isso foi evidenciado em nosso capítulo 3, pois a maior parte das análises não busca responder a essa questão. Por exemplo, em Collins (2005), simplesmente há um núcleo *Part* na estrutura, sobre o qual não há uma descrição precisa. Isso é notável também nos trabalhos de Alexiadou, Anagnostopoulou e Schäfer (2006; 2015). Esses autores se ocupam de descrever a função exata de cada núcleo sintático do seu sistema, exceto o participípio, que é notoriamente deixado de lado. No trabalho dos autores de 2006, tudo o que sabemos é que há um tipo de passiva, a analítica, em que ele se manifesta; no trabalho de 2015, temos a informação de que esse tipo de passiva inclui um núcleo *Pass*, mas não é explicitado sequer o participípio é seu expoente.

Parece-nos que esse é um ponto crucial que precisa ser mais bem-definido para que o participípio e seu comportamento possam ser devidamente mapeados. Em outras palavras, precisamos determinar a identidade do participípio para entender por que esse elemento surge nas estruturas, por que promove mudanças na forma verbal de base e por que um comportamento nominal se constitui em meio a tudo isso.

Vamos começar a investigar a questão analisando o que se pode extrair das propostas que já existem na literatura, a fim de verificar se elas se adequam como ponto de partida para a

definição da identidade do participípio. Podemos observar que existe uma tendência de associar o participípio, direta ou indiretamente, à própria passiva. Isso fica evidente em Bruening (2013; 2014), por exemplo, que inclui um núcleo Pass e atribui sua realização (ainda que em conjunto com *Voice* e V) ao participípio. Mas também outros autores demonstram percepção semelhante. Como mencionado, Alexiadou, Anagnostopoulou e Schäfer (2015) não chegam a dizer que Pass é a realização do participípio, mas no mínimo um depende do outro em sua proposta. Além deles, também Adger (2003), Alexiadou e Doron (2012) e Alexiadou (2013; 2014) desenvolvem sistemas semelhantes.

Nossa argumentação ao longo do trabalho foi contra a ideia de que o participípio de alguma maneira carrega uma informação passiva, já que defendemos que passivas não são primitivos, mas sim epifenômenos. Tal visão, por sua vez, decorre principalmente da constatação, amplamente difundida na literatura (cf. Shibatani, 1988; Farrell, 2005; Abraham, 2006a; 2006b; Kulikov, 2006; 2011; entre muitos outros), de que não há realmente nenhuma informação nova na passiva. Adicionalmente, vale mencionar o fato de que o participípio também se realiza em construções que não são passivas. Podemos citar, por exemplo, tempos compostos como o *present* e o *past perfect* do inglês, o *passato prossimo* do italiano e o futuro perfeito do latim, todos os quais possuem versões ativas e passivas, com o participípio presente em ambas. Se assumirmos que o participípio de todas essas estruturas é o mesmo<sup>84</sup>, sua identidade básica nunca poderia ser uma informação passiva. Por fim, é muito relevante o fato de que há passivas sem participípios, as sintéticas. Se os participípios fossem basicamente as próprias passivas, algo precisaria explicar como elas podem existir sem eles.

Uma segunda associação que pode ser encontrada na literatura é a feita entre o participípio e a informação de aspecto, mais especificamente o perfeito. Isso é visto nos trabalhos de Embick (2000; 2004a; 2004b) e em Wegner (2019), que colocam o núcleo Asp como local da realização do participípio. A esse respeito, apontamos uma questão semelhante à existente na associação entre participípio e passivas: assim como há participípios em construções não passivas, também há em construções não perfectivas. Com relação ao aspecto, isso chama ainda mais a atenção, pois

---

<sup>84</sup> Devemos admitir que existe um debate na literatura quanto à relação entre o participípio das passivas e o encontrado em outras estruturas, pois não é consenso que sejam o mesmo. Isso porque, embora seja comum encontrar um participípio de forma idêntica em diversos contextos, existem alguns casos em que a forma participial muda a depender da estrutura sintática. Limitações de escopo nos impedem de empreender uma investigação completa sobre essa questão; porém, dentro da visão de língua a que nos subscrevemos, não parece plausível que uma série de elementos tão similares seja dissociada. Por isso, seguimos, de maneira geral, a visão de Wegner (2019), que defende que todos os participípios possuem uma base sintática comum. Ao interagir com diferentes estruturas sintáticas e seus componentes, eles podem adquirir certos comportamentos ou leituras específicos. Essa visão é capaz de manter uma identidade entre os diferentes tipos de participípio sem abrir mão das suas particularidades.

não é preciso sair do domínio das passivas para constatar esse ponto: existem passivas analíticas perfectivas e não perfectivas. Como na situação anterior, isso torna difícil afirmar que a essência do particípio é o aspecto perfeito.

Paralelamente, o inverso também é verdadeiro: existem estruturas perfectivas que não contêm particípios, como o pretérito perfeito do português e as próprias passivas sintéticas. Se a essência do particípio fosse o aspecto perfeito, seria preciso explicar por que ele não se manifesta nessas estruturas. Ademais, os efeitos que o particípio desencadeia na estrutura sintática e seu comportamento misto entre verbal e adjetival parecem não ter relação com aspecto. Não é claro por que a informação de aspecto perfeito acarretaria a remoção ou o bloqueio do argumento externo nas passivas, já que, novamente, existem construções ativas com o perfeito, em que isso não acontece. Também não parece haver uma relação indissociável entre aspecto perfeito e propriedades adjetivais, ou deveríamos ver efeitos semelhantes no pretérito perfeito, nas passivas sintéticas e em outras estruturas perfectivas, o que não acontece.

Por outro lado, não se pode negar que existe alguma relação entre aspecto e passivas. A evidência mais clara disso são os padrões de distribuição de passiva condicionada por aspecto encontrados em algumas línguas, como latim, gótico, dinamarquês e norueguês. Nesses casos, sempre a passiva analítica é associada ao perfeito, e a sintética, ao imperfeito. Abraham (2006a) também demonstra, com base na diacronia, que a passiva analítica surgiu como uma construção exclusiva do perfeito nas línguas de base germânica e eslava. E mesmo sincronicamente, parece haver alguma influência do aspecto até em línguas em que a passiva é mais livre, como o inglês. Por exemplo, Beedham (1987) observa que existem certos verbos transitivos que rejeitam a passiva, e esses mesmos verbos também rejeitam as construções perfectivas ativas, como se vê em (44):

(44) Paralelos entre voz passiva e aspecto perfeito em inglês

a. *The book costs fifteen pounds.* (voz ativa transitiva)

“O livro custa quinze libras.”

b. *\*Fifteen pounds is cost by the book.* (passiva analítica)

“\*Quinze libras são custadas pelo livro.”

c. *\*The book has cost fifteen pounds.* (*present perfect*)

“\*O livro tem custado quinze libras.”

d. *John has a big house.* (voz ativa transitiva)

“O João tem uma casa grande.”

e. \**A big house is had by John.* (passiva analítica)

“\*Uma casa grande é tida pelo João.”

f. \**John has had a big house.* (*present perfect*)

“\*O João tem tido uma casa grande.”

(adaptado de Beedham, 1987, p. 9)

Os dados em (44) evidenciam essa relação entre passivas e aspecto perfeito não apenas no inglês, mas também em português, já que, como as traduções oferecidas demonstram, os mesmos efeitos parecem se manter nas duas línguas. A grande questão, então, é capturar essa aparente relevância do aspecto sem atribuir toda a identidade da passiva analítica e/ou do participípio a ela.

Wegner (2019) empreendeu uma tentativa de capturar esses efeitos com a sua proposta de “perfectividade defectiva”, ou “sensível à estrutura do evento”. Basicamente, o que o autor defende é que o perfectivo é a informação *default* contida no participípio, mas ela pode ser modificada ou anulada a partir da sua interação com o contexto sintático. Contudo, apontamos que o conceito parecia um pouco vago, pois seria uma espécie de perfectividade fraca, preterida em função de outras informações da estrutura, mas sem uma hierarquia clara de o que teria prioridade sobre ela. Nessa proposta, só seria possível determinar se haveria uma neutralização do aspecto perfeito e o que a teria desencadeado analisando cada caso. Assim, o poder explicativo fica comprometido, pois parece não haver como fazer previsões concretas. Ademais, devemos observar que a ideia de perfectividade defectiva de Wegner (2019) também não explica por que o aspecto perfeito, ainda que defectivo, acarreta a remoção do argumento externo ou faz com que o verbo se realize em uma forma que tem características de adjetivo.

Os trabalhos de Beedham (1987) e Abraham (2006a) oferecem algumas contribuições promissoras nesse sentido. Ambos os autores observam que, além de ser sensível ao aspecto perfectivo, o participípio também parece reagir à telicidade. Esse é um outro tipo de aspecto, relacionado não exatamente à conclusão do evento em si, mas à propriedade de ter um ponto final definido. Eventos télicos possuem um ponto final, enquanto os atélicos não possuem. Há verbos que são considerados télicos ou atélicos por natureza (o que faz com que esse tipo de aspecto seja por vezes chamado de “aspecto lexical”), como “matar” ou “correr”, respectivamente. O primeiro pressupõe um ponto final, enquanto o segundo pode continuar indefinidamente. A telicidade também pode ser derivada composicionalmente, pois certos elementos podem alterar essas leituras. Por exemplo, embora “correr” seja geralmente considerado atélico, “correr uma maratona” é um evento télico.

As passivas analíticas, e os participios de maneira geral, parecem favorecer eventos télicos. Novamente, Beedham (1987) traz dados do inglês para demonstrar isso. Participios de verbos atélicos geralmente não podem ser usados em posição atributiva, a menos que alguma informação adicional torne o evento télico. De maneira semelhante, verbos atélicos comumente são incompatíveis com a formação passiva analítica. Os dados apresentados anteriormente, em (44), também exemplificam isso, pois são instâncias de eventos atélicos. As passivas analíticas, assim como as construções perfectivas ativas, os rejeitaram. Porém, assim como no caso do perfeito, não há uma rejeição absoluta (isto é, não são todos os eventos atélicos que rejeitam a passiva), então não parece possível afirmar que o participio ou a passiva carregam, por si mesmos, a informação de telicidade.

Com isso em mente, Beedham (1987) propõe que a passiva analítica expressa um outro aspecto, que o autor chama simplesmente “aspecto passivo”. Pode-se dizer que ele seria algo aparentado com o perfeito e o télico, mas não exatamente igual. Em nossa visão, a análise do autor aponta na direção certa, pois o participio parece mesmo estar localizado em alguma área ainda não muito bem-definida entre essas outras informações. Porém, o termo “aspecto passivo” não oferece uma resposta muito concreta sobre sua natureza.

Por outro lado, Abraham (2006a), com base em observações similares, apresenta a proposta de que a informação codificada pelo participio é a de “anterioridade” – inclusive, o autor passa a se referir a ele como “participio anterior”. Para esse autor, o participio denota algo que aconteceu “antes”. Isso é diferente de ser perfectivo, pois não precisa ser uma ação acabada; também não é o mesmo que télico, pois não é necessariamente um evento que possua um ponto final. Todavia, esses dois conceitos se relacionam com o de anterioridade. Algo que aconteceu “antes” muito provavelmente já se encerrou; e, se já se encerrou, houve um ponto final. Novamente, essas não são relações necessárias, mas pode-se dizer que são as interpretações *default*. Sob essa análise, é possível aplicar uma visão de aspecto *default* que nos parece mais robusta do que a apresentada em Wegner (2019). Ao mesmo tempo, pode-se definir um aspecto específico para o participio que se relaciona com a perfectividade e a telicidade sem que seja exatamente o mesmo que elas.

Nesse contexto, é preciso ressaltar que anterioridade não é sinônimo de passado. A informação de passado está relacionada a tempo físico, denotando uma certa relação entre o tempo da enunciação e o tempo do evento. Já a anterioridade é uma informação relacionada à organização interna de uma estrutura de evento complexa. O evento denotado pelo participio é o primeiro subevento dessa estrutura, em síntese. Vamos ver o que isso significa na prática aplicando o conceito a uma passiva.

Tomemos o exemplo “A bola foi chutada”. Isso é apenas um evento, mas é um evento complexo. Como há duas formas verbais (o auxiliar e o particípio), há dois núcleos *v*, ou seja, tecnicamente são duas informações eventivas. O particípio é anterior, o que significa que, em uma decomposição, teríamos primeiro o evento de “chutar a bola”. Em termos computacionais, esse evento precisa ser processado e resolvido antes que o próximo se inicie. A resolução de um evento “chutar a bola”, isto é, seu resultado, é uma “bola chutada”. O segundo evento modifica esse resultado. Neste caso, a forma verbal “foi” pode ser interpretada como sinônimo de “aconteceu”, e também carrega informações de tempo e aspecto, que são adicionadas à construção anterior<sup>85</sup>.

Com isso, temos a leitura composicional, do evento como um todo, que é a de que, em algum momento do passado, aconteceu um evento cujo resultado foi uma bola chutada. Como se pode ver, isso é de fato sinônimo da paráfrase ativa dessa oração. Se disséssemos que alguém chutou a bola, a mesma descrição se aplicaria. A diferença da ativa é que esse resultado não é expressado explicitamente, sendo apenas deduzido, enquanto na passiva o particípio realiza fonologicamente essa informação. Essa aplicação também deixa clara a distinção entre anterioridade e passado. Como se pode ver, não se trata de um evento que aconteceu em um período de tempo físico do passado mais remoto que o do outro evento. É, em verdade, a maneira como esses dois eventos se organizam internamente, com o participial sendo processado antes do outro.

Tendo definido que o particípio representa anterioridade, precisamos agora estabelecer a relação entre essa informação e seu comportamento na estrutura da passiva, com os efeitos de (i) bloquear / remover o argumento externo, e (ii) suas propriedades adjetivais. Propomos que a questão central é a leitura de resultado que decorre da anterioridade. Como vimos, um evento anterior processado gera um resultado, ao qual o outro evento é então associado. Esse resultado, por sua vez, é um estado – por exemplo, o estado de “chutada” que a bola adquiriu na oração

---

<sup>85</sup> Já apontamos em outro momento que há questionamentos na literatura quanto à propriedade eventiva do verbo “ser”. Entretanto, podemos observar que, ao menos no caso das passivas verbais, esse verbo carrega alguma denotação nesse sentido. Uma evidência disso no português é vista quando comparamos as passivas verbais com as adjetivais. Estas podem ser formadas com o verbo “estar”, e há uma diferença notável na leitura. Enquanto em “A bola foi chutada” claramente há um evento de chutar, em “A bola estava chutada” temos apenas a descrição de um estado. Não por acaso, as passivas verbais são chamadas também de passivas eventivas, já que incluem essa informação. Vale mencionar que, apesar do termo “passiva adjetival” e da semelhança com a passiva verbal, defendemos que isso não é tecnicamente uma passiva, pois surge de outra configuração de base. Exploraremos isso mais detalhadamente no capítulo 5.

que usamos como exemplo. Podemos resumir a discussão, portanto, concluindo que o participípio denota, em última análise, um estado resultante do evento codificado pelo verbo de base<sup>86</sup>.

Se participípios denotam estados, é de se esperar que eles se comportem sintaticamente de maneira similar a outros elementos que desempenham a mesma função. Beedham (1987) e Abraham (2006a) compartilham da visão de que os adjetivos são prototipicamente os que transmitem essa informação. Sendo assim, não é inesperado que os participípios tenham tanto em comum com eles. Vale lembrar que, além de denotarem essa mesma semântica de estado, os participípios apresentam os mesmos padrões de concordância dos adjetivos e são encontrados, em geral, nas mesmas posições, podendo ser usados como modificadores de substantivos de maneira atributiva ou predicativa. É com base nesse raciocínio que ambos os autores concluem que eles devem ser considerados, para fins de computação sintática, adjetivos, “a categoria mais estativa de todas”<sup>87</sup> (Beedham, 1987, p. 5).

Abraham (2006a) desenvolve mais essa ideia, explicando a relação entre o participípio e a ausência de argumento externo. Para o autor, o simples fato de ele denotar um sentido estativo já “exclui, por implicação, qualquer valência de Agente. Dado o seu significado estativo, o participípio passado tem o estatuto adjetival não agentivo”<sup>88</sup> (Abraham, 2006a, p. 11). Em suma, a informação de estado, por natureza, não é compatível com um agente. É por essa mesma razão que os adjetivos canônicos também não possuem argumento externo<sup>89</sup>: isso não faz parte da conceptualização que os gera. Nesse sentido, o que ocorre não é exatamente que o participípio bloqueie ou exclua o argumento externo; ele é apenas uma categoria que não licencia esse

---

<sup>86</sup> Apesar da semelhança terminológica, o conceito que estamos descrevendo aqui não é equivalente ao participípio de estado resultante de Kratzer (2000). A ideia e a descrição são similares, mas no caso de Kratzer (2000), o que está em jogo são relações macro, ou seja, como um participípio se relaciona com outros elementos. Já nossa análise se refere a um escopo micro, que engloba apenas o verbo de base e a desinência participial, antes mesmo de serem considerados os elementos externos a ele. Sob a perspectiva que estamos defendendo, em termos de constituição interna, todo participípio, necessariamente, denota um estado resultante, pois ele sempre vem de um verbo (ou seja, um evento). A nível macro, pode não ser assim. Um exemplo dessa dissociação é a oração “A Torre de Pisa é tombada” que utilizamos anteriormente. Aqui, “tombada” é apenas um participípio de estado alvo, pois não há implicatura de evento; a oração apenas descreve uma característica da Torre de Pisa. Mas, a nível de constituição interna, “tombada” denota o estado resultante do evento “tombar”.

<sup>87</sup> “the most statal category of all.”

<sup>88</sup> “by implication, any Agent valence. Given its stative meaning, the past participle has non-agentive adjectival status.”

<sup>89</sup> Ao menos não de maneira obrigatória e/ou sistemática. Não descartamos a possibilidade de que alguns adjetivos ou alguns contextos adjetivais possam ser compatíveis com um argumento externo, especialmente se esse argumento não estiver associado a uma leitura agentiva. Seguimos, de modo geral, uma visão acerca dos adjetivos alinhada com a de Baker (2003), segundo a qual ele não estabelece relações argumentais como parte da sua identidade, distinguindo-se das outras categorias lexicais “básicas” (verbo e substantivo) justamente por essa característica.

argumento, por ser incompatível com sua semântica conceitual. Estados podem ser puros (como as qualidades denotadas pela maioria dos adjetivos canônicos, como “grande” ou “pequeno”) ou resultantes (como os participios em geral), mas não agentivos ou causativos.

Com essa caracterização, podemos ver por que os participios podem servir de recurso para derivar um verbo que precisaria de argumento externo sem esse argumento. Se o verbo for convertido em participio, estará sendo convertido em um estado, portanto se tornará uma categoria não agentiva e não poderá receber um agente. Essencialmente, é como se o participio neutralizasse a necessidade do argumento externo. Isso é condizente com o seu estatuto adjetival e também com o que vemos acontecer nas passivas. Aplicar essa visão permite que o comportamento e os efeitos do participio sejam derivados a partir da sua natureza.

Porém, ainda precisamos formalizar a inserção no participio na estrutura. Se ele é considerado um adjetivo para fins de sintaxe, ainda não está claro como pode ser introduzido no meio da projeção estendida de um verbo. Para explicar isso, recorreremos ao conceito de categorias mistas de Panagiotidis e Grohmann (2005) e Panagiotidis (2015), conhecida como *Switch*. Com ele, poderemos derivar as relações que identificamos até aqui. Essa discussão é feita na próxima seção.

#### 4.3.2 Formalizando o estatuto categorial misto do participio: o *Switch*

O participio é usualmente descrito como uma categoria mista verbal e adjetival. Por essa razão, ele sempre representa um desafio em termos de formalização, pois não é fácil capturar isso. Na seção anterior, argumentamos que ele deve ser tratado como parte da categoria dos adjetivos, mas, ainda assim, não podemos desconsiderar suas propriedades verbais. Diferentemente dos adjetivos canônicos, os participios podem, por exemplo, ter objetos diretos e atribuir papel temático e caso a eles. Além disso, pela lógica que estamos desenvolvemos, sabemos que ao menos o participio das passivas é um adjetivo formado a partir de um verbo que já teve parte da sua derivação iniciada. Para formalizá-los, portanto, precisamos realmente implementar mecanismos voltados à derivação de categorias mistas.

Há propostas diversas para derivar as chamadas categorias mistas na literatura. Uma das primeiras a ser formalizada foi a de Baker (1985), que propôs que elas resultam da concatenação de um núcleo abstrato a uma categoria já definida. Se um núcleo nominal abstrato seleciona um VP, por exemplo, aquelas propriedades verbais passarão a ser codificadas em um elemento que é visto pela sintaxe como um nome. Já Bresnan (1997) defende que categorias mistas resultam de núcleos no qual a dualidade já está codificada. Um núcleo desse tipo seria composto por

duas subárvores, uma para categoria primitiva, e com uma sendo constituinte da outra. Outra visão é a de Alexiadou (2001), segundo a qual as categorias mistas resultam da concatenação de projeções não canônicas a um domínio funcional. Para a autora, categorias não são definidas apenas por seu núcleo funcional inicial, como  $v$ , mas sim pelo contexto funcional como um todo. Assim, um verbo só é realmente um verbo canônico graças à presença de *Voice*, Asp e T, entre outros. As chamadas categorias mistas, grosso modo, seriam apenas o resultado de diferentes projeções funcionais nesse domínio.

Todas essas visões apresentam suas vantagens e desvantagens. Baker (1985) consegue capturar a assimetria entre o comportamento das propriedades internas da categoria mista e o seu tratamento pela sintaxe. Por outro lado, depende de um mecanismo, um “elemento categorial abstrato”, que não é muito motivado ou mesmo claro em termos teóricos. Bresnan (1997) também oferece uma visão que preserva a assimetria entre as categorias envolvidas, mas precisa lidar com a dificuldade de explicar como e por que um núcleo categorial poderia tomar outro como complemento ao invés de um argumento canônico. E Alexiadou (2001) tem como vantagem uma estrutura menos rígida e abstrata, que não depende de conceitos específicos para além dos já disponíveis nos mecanismos básicos da sintaxe, mas encontra certa dificuldade em limitar o que seria possível nesse sistema. Como aponta Panagiotidis (2015), não são quaisquer núcleos funcionais que podem ser projetados em quaisquer contextos, então seria preciso estabelecer as regras que licenciam ou limitam determinadas combinações.

Uma questão adicional é que também não é claro se uma única teoria ou um único mecanismo poderia explicar todas as instâncias do que é chamado de categoria mista. Tendo isso em mente, não seria possível, neste trabalho, empreender uma investigação às categorias mistas de maneira geral. Considerando nosso escopo, devemos nos concentrar nas características do elemento que é relevante em nossas estruturas, o participio. Sob essa lógica, consideramos que a proposta apresentada inicialmente em Panagiotidis e Grohmann (2005), retomada e expandida em Panagiotidis (2015), oferece os recursos de que precisamos, além de ser compatível com nossa visão de sintaxe. Esses autores retomam a discussão sobre categorias mistas e, percebendo os pontos deixados em aberto pelas análises anteriores, formalizam um sistema capaz de derivar as propriedades das duas categorias envolvidas e de fazer previsões quanto a quando elas são licenciadas. Sua proposta é chamada de *Switch*.

Para entender como o *Switch* funciona, é preciso primeiro explorar como Panagiotidis e Grohmann (2005) e Panagiotidis (2015) formalizam o sistema que rege as projeções estendidas. Para eles, o núcleo definidor de categoria – em nosso caso, o categorizador  $v$  – carrega um traço interpretável, por exemplo, [V]. Esse traço será lido em LF como aquele que carrega a

informação determinante da categoria, ou, nas palavras de Panagiotidis (2015, p. 98), “contribuem com a perspectiva interpretativa”<sup>90</sup>. Demonstrando isso em termos mais específicos utilizando a categoria verbal, Panagiotidis (2015, p. 84) afirma que “um traço [V] impõe uma perspectiva de extensão no tempo ao complemento do categorizador em LF”<sup>91</sup>. Ou seja, [V] basicamente codifica a leitura eventiva comumente associada aos verbos. Mas para se realizar plenamente, uma categoria precisa de mais material. No caso dos verbos, por exemplo, é preciso tempo e aspecto, entre outros.

Os núcleos funcionais que compõem uma sequência de projeções estendidas têm a função de incluir as informações adicionais que aquela categoria requer. Panagiotidis e Grohmann (2005) e Panagiotidis (2015) propõem que esses núcleos carregam traços de categoria não interpretáveis. Para um núcleo ser compatível com um contexto categorial, seu traço precisa ser o mesmo que está na base daquela formação. Por exemplo, T, que é encontrado no domínio verbal, carrega então um traço [*unint.V*]<sup>92</sup>. Os traços não interpretáveis das projeções funcionais são checados contra o traço interpretável da base e deletados. Essa relação entre traços interpretáveis e não interpretáveis garante que, para LF, uma sequência de raiz, categorizador e núcleos funcionais seja vista como parte de uma única categoria (e não vários verbos diferentes)<sup>93</sup>.

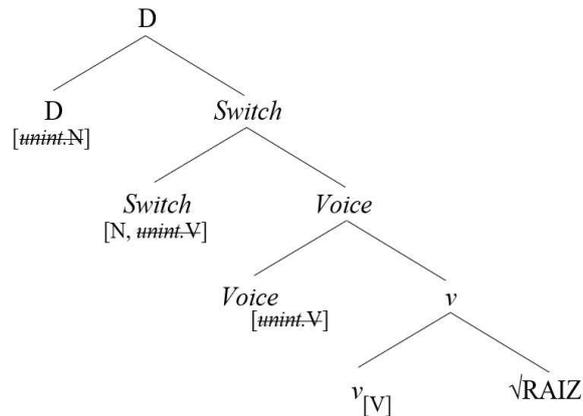
O *Switch* surge dentro desse sistema como um núcleo funcional que carrega dois traços de categoria distintos, um interpretável e um não interpretável. Por causa disso, ele é concatenado dentro da sequência de projeções de uma categoria, mas desencadeia a projeção de outra. Para ilustrar o funcionamento da proposta, Panagiotidis (2015) discute as nominalizações infinitivas do espanhol, que têm uma base verbal, mas são tratadas como substantivos pela sintaxe (o que se evidencia pela sua compatibilidade com um determinante, entre outros fatores). Nesse caso, o autor propõe que houve a concatenação de um *Switch* com os traços [N, *unint.V*]. [V] permite sua entrada no domínio de  $\nu$ , mas é o traço interpretável [N] que define formalmente sua categoria. Uma representação do mecanismo é apresentada em (45):

<sup>90</sup> “contribute the interpretative perspective.”

<sup>91</sup> “a [V] feature imposes an extending-into-time perspective on the categorizer’s complement at LF.”

<sup>92</sup> Os autores utilizam apenas [*uV*], mas, como já utilizamos *u* para representar o não valorado, consideramos que seria confuso manter a mesma identificação. Assim, sempre que usarmos *unint.* (do inglês *uninterpretable* / “não interpretável”), estamos fazendo referência ao que, nos textos de Panagiotidis e Grohmann (2005) e Panagiotidis (2015), é marcado apenas com *u*.

<sup>93</sup> Uma questão que os autores não definem exatamente é como a ordem dos núcleos funcionais é determinada – isto é, o que garante uma ordem como *Voice*, *Asp* e *T*. Eles assumem, contudo, que não há uma ordem universalmente fixa, citando variações translinguísticas como argumento. Ou seja, outros fatores, dependentes de cada língua, devem atuar nisso. Não buscaremos solucionar essa questão, pois o escopo da investigação iria muito além dos nossos propósitos.

(45) Conversão verbal-nominal via *Switch* (Panagiotidis, 2015)

Em uma estrutura como a em (45), o resultado é que, a partir do momento da introdução do *Switch*, os próximos núcleos funcionais a serem concatenados deverão fazer parte da projeção estendida de *n*, não de *v*. É por isso que pode ser projetado um núcleo D, por exemplo. O *Switch*, portanto, funciona de maneira muito similar a um categorizador. De fato, Panagiotidis e Grohmann (2005) e Panagiotidis (2015) o classificam como um “categorizador funcional”. Ou seja, ele é um elemento definidor de categoria, mas que atua no domínio funcional. Essa definição abre margem para que o *Switch* seja concatenado em diferentes alturas da construção sintática, o que os autores defendem ser verdadeiro. Dependendo da posição em que ele entra, acarreta efeitos ligeiramente diferentes, por causa do material já presente na estrutura.

Podemos averiguar isso com o mesmo exemplo dos infinitivos apresentado por Panagiotidis (2015). O autor propõe que, nesse caso, o *Switch* se concatena acima de *Voice*, porque nas nominalizações infinitivas, similarmente ao que ocorre com as passivas, o argumento externo perde seu estatuto canônico e só pode ser realizado como um adjunto (*La Maria toca la guitarra* / “A Maria toca violão” x *El tocar la guitarra de Maria* / “O tocar violão da Maria”). Isso indica que o núcleo *Voice* está presente, para que seja licenciada a compatibilidade com um agente, mas o próprio argumento externo canônico não está ali. Porém, essa mesma operação pode ser aplicada a verbos que não contêm o núcleo *Voice*, já que a conversão infinitiva é compatível com basicamente qualquer verbo. Isso significa que o *Switch* pode se concatenar a outras projeções. Seu único requerimento é que seja uma projeção com um traço de categoria específico (aqui, verbal).

Esse sistema permite certa variação no uso de categorias mistas, mas ao mesmo tempo promove algumas restrições. Por exemplo, não é possível concatenar um *Switch* diretamente a uma raiz, já que ela não possui traços de categoria – daí seu estatuto de “categorizador funcional”, já que é incompatível com esse elemento que tradicionalmente poderia ser classificado

como lexical. Também não é lícito concatenar um *Switch* a outro, isto é, não se pode converter uma categoria e depois desconverter para a original ou reconverter para uma terceira. Panagiotidis e Grohmann (2005) e Panagiotidis (2015) não oferecem uma resposta definitiva para por que isso não acontece, mas notam que empiricamente não se encontram categorias que sejam triplamente mistas ou que apresentem indícios de que foram categorizadas e depois recategorizadas. Possivelmente, por serem núcleos funcionais, eles simplesmente não podem co-ocorrer numa mesma formação, assim como não é esperado encontrar dois núcleos *Voice* num mesmo verbo, por exemplo.

De todo modo, o que importa para o nosso trabalho é que o *Switch* oferece um dispositivo capaz de englobar as propriedades que observamos no participípio. Inclusive, o exemplo dos infinitivos do espanhol apresentado pelos autores apresenta efeitos similares ao que vemos nos participípios, entre eles a suspensão/ reconfiguração do argumento externo. O próprio Panagiotidis (2015) também faz menção aos participípios como categorias mistas prototípicas, assim como os infinitivos, com a diferença de que estes possuem características nominais, e aqueles, adjetivais. Podemos mencionar, ainda, que Vieira (2022) utilizou o mecanismo para derivar os participípios dos tempos verbais compostos do português, com resultados positivos.

Implementando, então, o conceito de *Switch* ao nosso contexto, tendo em vista que os participípios são tratados pela sintaxe como adjetivos, propomos que eles são instâncias desse tipo de núcleo. Mais especificamente, eles carregam os traços [A, *unint.V*]. Como tal, podem se incluir na projeção estendida dos verbos, mas se projetam como adjetivos. Entretanto, precisaremos promover algumas modificações na proposta original de Panagiotidis e Grohmann (2005) e de Panagiotidis (2015) para adequá-la ao nosso sistema.

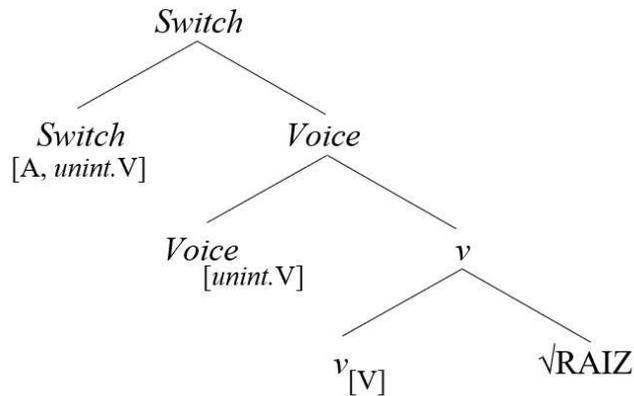
Em primeiro lugar, descartamos a ideia de que o traço não interpretável das categorias seja checado contra o traço interpretável da projeção inicial e eliminado, uma vez que trabalhamos com uma outra visão sobre o sistema de *Agree*. Em nossa proposta, o que acontece é simplesmente que há um núcleo de base, como o categorizador *v*, com um núcleo interpretável [V], e outros núcleos com um núcleo não interpretável [*unint.V*]. O componente de LF ignora traços não interpretáveis, então uma única leitura eventiva resulta dessa sequência de projeções estendidas, e não a de múltiplos eventos. Isso não acarreta nenhuma consequência para a sequência das projeções estendidas, pois, como Panagiotidis (2015) deixa claro, na verdade, [V] ou [N] são apenas valores de um traço mais primitivo, o de categoria. Logo, o que realmente importa para a verificação da compatibilidade de um núcleo é o valor do traço enquanto [N] ou [V], não seu estatuto enquanto interpretável ou não interpretável.

No caso do *Switch*, em que há dois traços, um interpretável e outro não interpretável, a proposta original de Panagiotidis e Grohmann (2005) e Panagiotidis (2015) recorre à checagem e apagamento do traço não interpretável para a mudança de categoria. Isso também precisa ser repensado para o nosso sistema, já que defendemos que essa parte do processo não ocorre. Porém, também não é algo que exija grandes elocubrações. Os próprios autores afirmam, ao descrever o *Switch*, que traços interpretáveis são hierarquicamente superiores a não interpretáveis (assumindo uma visão de hierarquia de traços), como justificativa independente para que ele seja projetado com o traço da nova categoria. Essa argumentação por si só já elimina a necessidade de checar e deletar o traço não interpretável. Mesmo que ele permaneça presente no *Switch*, diante de dois traços do mesmo tipo, com um sendo interpretável e outro não, a sintaxe naturalmente usará o valor como critério para definir qual tem proeminência e, portanto, projeta.

Outra questão é que Panagiotidis e Grohmann (2005) e Panagiotidis (2015) não implementariam um *Switch* nesse contexto exatamente da mesma maneira, pois os autores defendem que as únicas categorias “verdadeiras” existentes são V e N. Outras categorias seriam derivadas, combinações de V e N com traços funcionais. Uma investigação à natureza das categorias não poderia ser empreendida dentro dos limites deste trabalho, então apenas assumiremos a visão alternativa de que outras categorias, como os adjetivos, podem ser primitivos do sistema. De qualquer modo, mesmo que adjetivos fossem categorias derivadas, a proposta ainda seria compatível com eles, sendo necessário apenas mapear a combinação de traços que os forma. Os próprios autores citam o particípio como exemplo de categoria mista com propriedades adjetivais, o que demonstra essa possibilidade.

Feitas essas ressalvas e adaptações, a aplicação do conceito de *Switch*, com um núcleo funcional com os traços [A, *unint.V*], pode derivar um particípio. Esse núcleo contém um traço [*unint.V*], de modo similar às demais projeções estendidas do domínio verbal e, por isso, pode se concatenar durante a formação de um verbo. Depois disso, contudo, por ele incluir também um traço [A], o rótulo projetado será o de um adjetivo, não de um verbo. Isso acontecerá não por que [*unint.V*] foi deletado, mas porque [A] é um traço superior hierarquicamente. Tem-se, assim, a conversão de categoria durante a projeção estendida. Uma representação do mecanismo é mostrada em (46):

(46) Conversão verbal-adjetival via *Switch* (adaptado de Panagiotidis, 2015)



Essa estrutura pode derivar de maneira motivada as características dos participípios. Eles podem tomar argumento interno, além de atribuir papel temático e caso a ele, porque, no momento da derivação em que essas informações são introduzidas e/ou definidas, eles realmente são verbos. Quando o *Switch* entra e muda sua categoria, isso já está estabelecido. Mas como dali em diante o que a sintaxe vê é um adjetivo, a consequência é uma forma que tem a base de um verbo, mas as desinências dessa outra categoria, além de ser tratado pela sintaxe como tal de maneira mais ampla.

O sistema também permite responder à pergunta de qual seria o motivo para um elemento entranhado em projeções verbais receber expoentes e apresentar comportamentos associados a adjetivos. É porque os participípios realmente são adjetivos, e não apenas uma projeção que tem essas características arbitrariamente. Combinado com o que discutimos na seção anterior, o quadro maior se completa. A razão para haver um adjetivo nesse ponto da derivação verbal é porque essa categoria denota estados, e a ação verbal precisa ser convertida em estado para dispensar a necessidade de um agente. Assim é fechado o raciocínio que iniciou a discussão: a de que a ausência de argumento externo em certas circunstâncias ativa mecanismos que, no fim, geram a forma que chamamos de passiva. Porém, como vimos demonstrando, ela é basicamente um epifenômeno, apenas o resultado de várias interações ocorrendo na sintaxe.

A presença do *Switch* também explica de maneira natural a necessidade do auxiliar nas passivas. Como vimos, um novo *Switch* não poderia ser aplicado para reconverter a estrutura em verbal. Nesse caso, para retomar a construção original iniciada, isto é, um verbo, é preciso introduzir outro núcleo *v* na estrutura. Defendemos que esse é o verbo auxiliar. Em suma, esse novo verbo toma o participípio como seu complemento.

Um outro ponto importante que a análise de *Switch* acarreta é a possibilidade de derivar participípios com características distintas a partir da altura a que ele se concatenar. Muitos autores

já defendem que a altura do núcleo participial é decisiva para mapear as propriedades específicas de cada participípio, como Embick (2004a), Alexiadou e Anagnostopoulou (2008), Doron (2014) e Beslin (2023). A análise de *Switch* é compatível com essas visões e contribui com elas ao oferecer um debate sobre a identidade do participípio. Isso abre possibilidade para se preservar a identidade do participípio das passivas com os de outras estruturas, ainda que sejam concatenados em alturas diferentes e por razões diferentes.

Tendo isso em mente, devemos deixar claro qual é o estatuto que o participípio tem com relação à sua função nas passivas. Argumentamos que ele serve como um dispositivo que permite derivar uma construção que a princípio deveria ser impedida. Isso, porém, não significa que o participípio, enquanto elemento primitivo, existe especificamente para realizar essa função. Encontramos participípios em diversos contextos, ou seja, eles são apenas mais um recurso existente nas línguas. Um dos contextos com os quais ele pode ser utilizado é a passiva, mas seu uso não se limita a ela. É algo semelhante ao que vemos na análise de anáforas nas passivas sintéticas: elas são usadas similarmente como um recurso para salvar uma derivação, mas essa não é a razão da sua existência, já que há anáforas em outros contextos.

Cabe mencionar, por fim, que embora seja descrito em alguns momentos como um categorizador funcional, o *Switch* não é um núcleo de fase. Panagiotidis (2015) implementa uma longa discussão comparando as propriedades do *Switch* com a dos categorizadores canônicos da MD, que ele chama de lexicais, para motivar sua existência, e entre elas está sua atuação sobre o domínio de fase. Em essência, categorizadores funcionais – que o autor chama de “satélites” dos categorizadores canônicos – são mais limitados e não podem, por si mesmos, desencadear o *spell-out* de uma fase<sup>94</sup>. Dessa maneira, a presença desse núcleo nas passivas não afeta as nossas configurações de fase.

Agora que sabemos o que é um participípio e como ele se constitui sintaticamente, podemos derivar a passiva analítica. A próxima seção se dedica a isso.

### 4.3.3 Proposta de derivação da passiva analítica

Nesta seção, apresentamos a derivação da passiva analítica. Por ora, vamos nos concentrar nas passivas sem *by-phrase*, pois dedicaremos uma seção à parte no próximo capítulo para

---

<sup>94</sup> É possível que ele interfira indiretamente em um domínio de fase em certos contextos, por exemplo, ao se concatenar a um *v* que está sob o efeito de uma suspensão de fase. Nesse caso, como o *Switch* altera as propriedades categoriais, *Voice* deixa de ser necessário para a interpretabilidade de *v*, então a suspensão é encerrada e a fase é liberada. Não é exatamente o *Switch* que desencadeia a fase, contudo, mas sim o efeito da sua atuação sobre a estrutura centralizada no *v*.

discutir esses sintagmas. Como na seção focada na voz ativa, vamos começar descrevendo de maneira geral as etapas envolvidas na derivação.

Os primeiros passos da derivação de uma passiva são idênticos ao da ativa. No primeiro *merge*, temos uma raiz e o categorizador *v*, que, além de formar um verbo, introduz a semântica de evento. Estamos lidando com um verbo transitivo, então esse *merge* abre uma posição argumental e *v* introduz o AI. A raiz usada nesta derivação é de uma das categorias cuja denotação eventiva requer um desencadeador externo, o que ativa a projeção do núcleo *Voice*, introdutor do AE. É a partir de agora que a derivação se distancia da ativa, e começam os processos que resultarão na formação que chamamos de passiva analítica.

Como não há nenhum DP a ser introduzido como argumento de *Voice*, a princípio essa derivação não poderia continuar. Porém, já estabelecemos que há mecanismos de que a sintaxe pode se valer para permitir que essa configuração verbal se realize. O primeiro deles, que gera as passivas analíticas, é basicamente uma conversão categorial: se a formação for convertida em uma categoria que não exige argumento externo, a derivação pode prosseguir. É por isso que o particípio entra nessa estrutura, pois ele é o expoente de uma categoria que, embora possua propriedades mistas, é vista pela sintaxe como um adjetivo. Sendo assim, o particípio se concatena à estrutura e, para fins de computação sintática, a converte em um adjetivo. Simultaneamente, introduz uma semântica de estado, resultante do evento denotado por *v*. Como agora o que a sintaxe tem é um adjetivo, é preciso um novo movimento para retornar a estrutura ao domínio verbal. Não é possível usar um novo *Switch* para isso, então será preciso recorrer a um novo verbo. O auxiliar então surge para isso<sup>95</sup>.

Neste momento, não estamos preocupados em detalhar a constituição interna do auxiliar, já que ele varia de língua para língua. Devemos observar, contudo, que o auxiliar das passivas nunca toma argumento externo. Sendo assim, após se concatenar, tomando o particípio como seu argumento, o auxiliar prossegue para as projeções que culminarão em sua forma finita, como T. Este núcleo, quando é concatenado, desencadeia o movimento de um DP para satisfazer seu traço EPP, também da mesma maneira que na voz ativa. Mas aqui, como não há

---

<sup>95</sup> Antes da concatenação de um novo verbo, o particípio pode ser seguido de outros núcleos funcionais da sequência de projeções estendidas do adjetivo. A depender de como for mapeada a distribuição de traços, por exemplo, pode haver núcleos específicos para introduzir gênero e número, da mesma maneira que nos substantivos. Porém, esse refinamento da categoria adjetival não é relevante para os fins do nosso trabalho. Por isso, assim como no caso do verbo, em que omitimos Asp e outras projeções não diretamente relacionadas à formação da passiva, faremos o mesmo com o adjetivo, limitando-nos a representar apenas o particípio em nossas estruturas.



concatenado e ativa sua própria sonda, nesse caso, em busca de valores para seus traços- $\phi$ . Isso resulta em seu *Agree* com o AI, o que, por sua vez, também valoriza o traço de caso no DP. Como ambos ficaram com todos os traços valorados, ficam invisíveis para *Agree*. Cabe lembrar que, em nossa proposta, essas relações se referem apenas ao valor, em nada interferindo no que diz respeito ao traço ser interpretável ou não.

Uma observação importante a ser feita aqui é que, com esses mecanismos de *Agree*, a valoração de caso do AI também segue o mesmo padrão da voz ativa. Isso é bastante diferente da maioria das propostas sobre a voz passiva, que limitam a capacidade da estrutura de atribuir caso nesse momento. Todavia, isso é por conta da visão que associa caso a núcleos específicos e, como o AI não recebe acusativo, se esse caso fosse atribuído por *Voice*, haveria um problema. Porém, implementamos uma visão que separa a atribuição de caso sintático da realização morfológica de caso. O AI, aqui, não recebe nominativo, apenas caso. Em PF, os algoritmos cuidarão de determinar o caso específico.

O participio é introduzido em seguida. Como adjetivos sempre exibem concordância com algum DP – no caso do português, de gênero e número –, devemos assumir que eles também carregam traços- $\phi$ . Em línguas como o latim, que realiza caso morfológicamente, também é observada concordância de caso, então esse traço também está representado. Assim, eles têm uma sonda iniciada, mas sua busca por valores não resultará em *Agree* neste momento, porque o AI e *Voice* já estão invisíveis.

O novo verbo toma essa estrutura como argumento e projeta seus núcleos funcionais, como T. T também sonda a estrutura em busca de valores para seus traços- $\phi$ , mas, novamente, não há nenhum elemento capaz de valorá-los: o participio tem traços- $\phi$ , mas não tem valor para compartilhar, e *Voice* e o AI estão invisíveis. Com isso, tanto T como o participio terminam a derivação sintática com esses traços não valorados, já que o movimento do AI para *spec*. T não desencadeia uma sonda, por ser um *merge* interno e por o AI estar invisível para *Agree*. Cabe ressaltar que isso não é um problema na visão que implementamos, pois, por serem traços não interpretáveis, LF pode ignorá-los.

Deve-se observar, também, que, embora não ocorra compartilhamento de valores, T e o participio na verdade estabelecem *Agree*. Isso porque eles continuam tendo traços de mesma natureza, o que já é suficiente para a relação de *Agree* em si se firmar. O resultado desse tipo de relação é o que Heintz (2006) chama de *Agree* negativo ou vazio, ou seja, um *Agree* que não promove valoração. Quando esse tipo de *Agree* acontece, os elementos envolvidos continuam visíveis, pois seus traços não são valorados. Outra consequência é que, se depois for introduzido algum elemento que contenha os traços requeridos, será estabelecida uma cadeia de *Agree* entre

ele e os elementos conectados pelo *Agree* negativo, o que resulta na valoração dos traços de todos simultaneamente. No contexto da passiva analítica, o *Agree* negativo não é especialmente relevante, mas veremos um impacto maior da sua existência em outras estruturas. Como na representação em (47), sempre ilustraremos esse tipo de *Agree* com um “X” sobre a linha que liga os elementos envolvidos.

Mais um ponto a ser comentado é que a entrada desse novo verbo não desencadeia um ciclo de fase, por não ser um verbo lexical canônico. Os auxiliares podem ser considerados verbos funcionais, que não necessariamente passam pelo processo de formação via raiz e categorização. Nesse caso, não haveria um núcleo de fase dentro dele, então sua concatenação aqui não tem efeitos sobre isso. *Voice* ainda é o primeiro núcleo cíclico, e o segundo provavelmente será C. Não podemos desenvolver uma análise aprofundada de todas as características desse tipo de verbo e, por isso, vamos apenas assumir uma visão mais tradicional acerca dos verbos auxiliares, deixando uma investigação detalhada para trabalhos futuros. De todo modo, podemos constatar que as camadas acima do auxiliar da passiva interagem com as que estão abaixo (já que, por exemplo, o argumento interno atende ao EPP de T), o que demonstra que a fase não foi interrompida.

Vamos averiguar agora as relações entre as categorias, via os traços [V], [*unint.V*] e [A]. O categorizador *v* carrega o traço inicial, [V], que define a categoria para a sintaxe. Por causa disso, as próximas projeções precisam de [*unint.V*] para garantir a consistência da categoria. O núcleo *Voice* atende ao requisito sem ressalvas, então a derivação prossegue. O particípio, que também tem [*unint.V*], é compatível com a categoria, mas seu traço [A], por ser interpretável, tem prioridade na projeção. Com isso, agora a sintaxe se vê com um adjetivo. Para voltar ao domínio verbal, já que não há possibilidade de recategorização, um novo verbo toma o adjetivo como complemento<sup>97</sup>. O traço [V], interpretável, do novo verbo é projetado com ele, e agora precisamos de núcleos com [*unint.V*] novamente, como T.

Resta agora apenas discutir o que acontece com o traço de c-seleção de *Voice*. Afinal, apontamos que esse seria o problema da sintaxe. Inclusive, o outro dispositivo que vemos nas passivas, a projeção da anáfora, só funciona porque atende a esse traço. No caso do particípio, não é possível dizer que ele faça isso, pois ele não é um DP. E na verdade, é o particípio que toma *Voice* como complemento, de acordo com o sistema de Panagiotidis e Grohmann (2009)

<sup>97</sup> Note-se que aqui não há uma violação da consistência interna da estrutura, porque esse verbo não está interrompendo a projeção estendida do adjetivo, como o particípio faz com *Voice*. Embora nossa representação seja reduzida, assume-se que o *Switch* foi seguido de quaisquer outras projeções necessárias à categoria, para só então ser tomado pelo novo verbo como seu complemento.

e Panagiotidis (2015). Entretanto, é evidente que sua presença permite que a derivação prossiga sem o argumento externo, então ele atua de alguma maneira nisso.

Podemos conjecturar que, devido às suas características conceituais, o particípio naturalmente bloqueia o argumento externo, pois, como apontado por Abraham (2006a), essa posição não é compatível com um adjetivo. Mas isso não responde à questão do traço de *Voice*. Não nos parece razoável que o particípio possa simplesmente apagar esse traço. Assim, nossa conclusão é a de que, em termos mecânicos, o particípio atua nesse quesito basicamente da maneira como propõe Bruening (2012; 2014), isto é, saturando o traço de c-seleção de *Voice* via a ligação existencial do argumento externo<sup>98</sup>. Isso é reforçado pelos testes sintáticos aplicados pelo autor, que demonstraram que a sintaxe atua como se houvesse um argumento ali. Ou seja, o particípio desencadeia um efeito que essencialmente diz à sintaxe que o traço de c-seleção foi atendido, embora na prática não o tenha sido<sup>99</sup>.

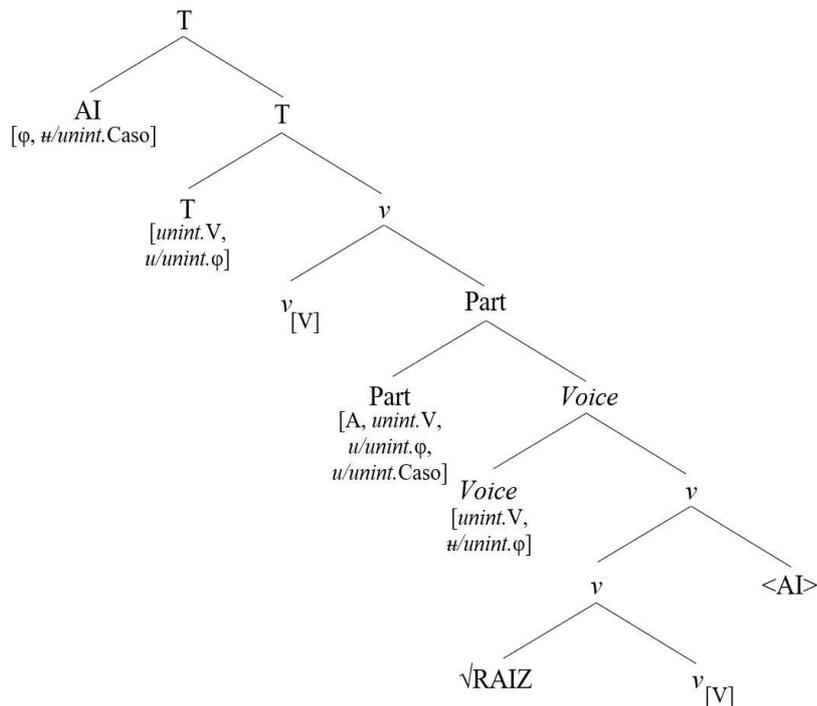
Terminada essa discussão sintática, vamos verificar o que ocorre nas interfaces. Devido à ausência de valor em alguns núcleos, a situação aqui no momento do *spell-out* é bastante diferente da que foi vista na voz ativa. Algumas operações serão necessárias no ramo de PF para explicar certas interações que observamos nas passivas, como a concordância entre sujeito e particípio. Vamos verificar qual é o estado dessa estrutura quando chega a PF para que possamos discutir isso, com a ajuda da representação em (48):

---

<sup>98</sup> Quando analisamos o trabalho de Bruening (2012; 2014), apontamos algumas inconsistências em seu sistema, as quais pretendemos evitar. Porém, essas questões estão relacionadas principalmente à relação estabelecida entre *Voice*, o particípio e o agente da passiva. Por isso, serão exploradas em nosso próximo capítulo, na seção dedicada à *by-phrase*. No que diz respeito à capacidade do particípio de ancorar o argumento externo, já havíamos considerado a proposta do autor satisfatória inicialmente.

<sup>99</sup> Uma possível análise alternativa seria a de que o particípio em si atua como o próprio argumento externo, o que significaria dizer que o traço de *Voice* foi literalmente saturado por ele. Existem algumas propostas na literatura que defendem que o particípio teria essa capacidade. Por exemplo, Baker, Johnson e Roberts (1989) propõem uma estrutura em que o argumento interno se incorpora ao particípio, permitindo que este atue como um argumento. Optamos por não explorar essa via de análise devido à implementação que fizemos do particípio enquanto uma instância do *Switch*, que é, por definição, um núcleo funcional. Conciliar o funcionamento do *Switch* com uma análise em que ele ocupa uma posição (e desempenha uma função) argumental pode ser possível, mas exigiria uma exploração detalhada de o que isso acarretaria para o sistema, o que expandiria excessivamente o escopo do trabalho. Como tal, decidimos preservar uma estrutura que não exija elocubrações adicionais com relação aos mecanismos propostos.

## (48) Derivação da passiva analítica – estrutura em PF



Tanto o particípio quanto T estão com seus traços- $\phi$  não valorados, e o particípio, adicionalmente, tem o traço de caso na mesma situação. A princípio, isso não seria um problema, pois há evidência na literatura de que traços podem deixar a estrutura sintática não valorados (cf. Premiger, 2011; 2013; Levin, 2015; entre outros). Todavia, existem línguas, como o português e o latim, em que há concordância entre sujeito e particípio na passiva, o que indica que há compartilhamento de traços entre eles. E a concordância entre sujeito e verbo também é observável em várias línguas, então algo precisa explicar como isso acontece.

Defendemos que essa concordância, nas passivas, é desencadeada não pelo *Agree* sintático, mas por operações do componente morfológico. Como sabemos, essa parte do sistema linguístico se localiza no ramo de PF e pode promover certas modificações nos nós gerados pela sintaxe antes da inserção de vocabulário. Uma das operações propostas para a morfologia é a cópia de traços de nós mais altos para nós mais baixos (Noyer, 1997). O dispositivo basicamente transfere os valores de um tipo de traço presente em um nó para outro em que o mesmo traço seja encontrado, e pode ser ativado caso o traço inferior esteja sem valor. É exatamente o caso dos núcleos T e Part em nossa análise em línguas como o português.

Sabemos que T e o particípio possuem traços- $\phi$  não valorados, porque esses elementos sempre concordam com algum outro. Como, no português, essa concordância é realizada fonologicamente, a morfologia ativa o dispositivo de cópia de traços. Ele é aplicável nessa estrutura

porque há um DP com os traços necessários que se conecta com ambos os núcleos com traços não valorados via uma cadeia de c-comando: o argumento interno movido para *spec. T*. Como resultado da operação, os valores de traços- $\phi$  do AI são transferidos para T, o que resulta na concordância de número e pessoa entre sujeito e verbo; e para o particípio, o que resulta na concordância de número e gênero entre eles. O efeito pode ser descrito, portanto, como uma espécie de “concordância pós-sintática”.

Existe aqui considerável variação translinguística, o que é de se esperar, já que os requisitos de externalização variam muito de uma língua para outra<sup>100</sup>. Por exemplo, citamos que em latim também há concordância de caso no particípio, o que significa que o valor do traço de caso também é copiado. Isso não acontece necessariamente no português, já que nossa língua não expressa caso morfológicamente. Nesse caso, não importa para PF que o caso do particípio não seja valorado, porque não há nada a ser inserido ali de todo modo.

Cabe mencionar aqui uma questão levantada por Lazzarini-Cyrino (2015), que, ao aplicar o mesmo mecanismo em outro contexto, afirma que a cópia de traços não poderia se aplicar a caso, porque, de acordo com o autor, este só pode ser obtido via *Agree* na sintaxe. Concordamos com Lazzarini-Cyrino (2015) dentro do contexto a que ele se refere, qual seja, a valoração de caso de DPs. Sua proposta não inclui a voz passiva analítica, e por isso não explora os efeitos desse mecanismo sobre o particípio ou sobre adjetivos em geral. De fato, também em nossa análise, não seria possível copiar o traço de caso de um DP para outro, já que entendemos que caso é o rótulo de uma relação sintática entre um DP e um núcleo sintático. Mas o caso dos adjetivos é diferente, pois ele sempre é adquirido via concordância entre DP e AP, não via *Agree* entre AP e núcleos funcionais. Ou seja, mesmo sintaticamente, o caso do AP já é uma reprodução do traço do DP. Sendo assim, defendemos que a cópia de traços pós-sintática pode levar o traço do DP para o adjetivo/particípio.

Ainda sobre essa questão, em outras línguas, a cópia pode também não ser ativada para nenhum traço. Podemos citar o alemão, língua em que adjetivos só concordam com o substantivo em usos atributivos. Como o particípio é formalmente um adjetivo, a configuração da voz

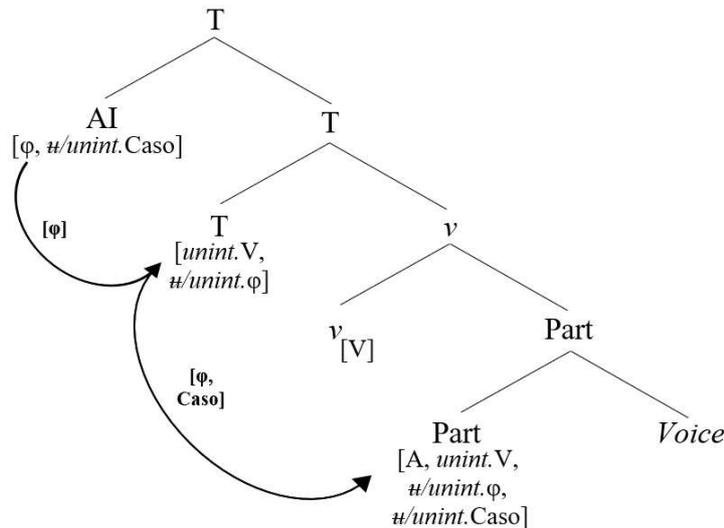
---

<sup>100</sup> Podemos assumir que a realização da concordância é realizada via um núcleo Agr, adicionado pós-sintaticamente aos núcleos que exibem tal comportamento nas línguas (Calabrese, 2011; 2012; Embick, 2015). Por exemplo, no verbo do português, seria introduzido um nó Agr em T para abrigar o expoente fonológico dos traços- $\phi$  desse núcleo. Já no caso dos particípios, podemos deduzir que Agr abriga traços- $\phi$  em português, mas traços- $\phi$  e de caso em latim. Se Agr for projetado, mas os traços que ele realiza não estiverem valorados, a cópia de traços é uma maneira de garantir que a atuação da inserção vocabular não seja prejudicada.

passiva não requer concordância entre ele e o sujeito, portanto. Não há, então, cópia de traço do AI para o participio nessa língua, apenas do AI para T.

Discutidas essas questões, vamos verificar o mecanismo de cópia de traços em ação na voz passiva com a ajuda da representação a seguir, (49):

(49) Cópia de traços pós-sintática



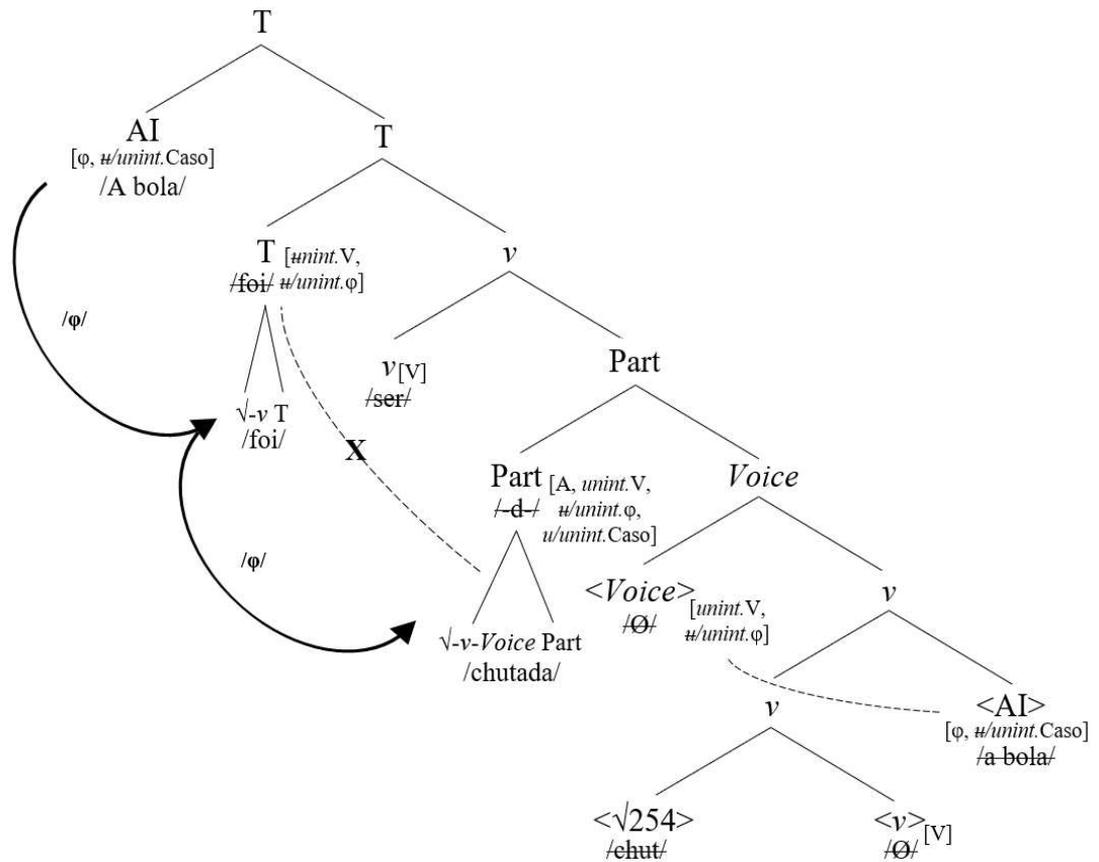
Feitas essas considerações sobre a atuação da morfologia, a derivação está concluída no que diz respeito também a PF. Quanto a LF, o quadro é muito mais simples. Tudo que é não interpretável é desconsiderado nesse componente, o que inclui os traços de caso – valorados ou não – e os traços-φ de T e do participio, que são os que haviam ficado sem valor. Portanto, as relações de *Agree* que não resultaram em valoração na sintaxe não interferem na maneira como LF lida com esses traços. Os traços de categoria das projeções funcionais são igualmente ignorados, bem como o traço [*unint.V*] do participio. Com isso, LF vê inicialmente um verbo – um evento – que depois foi convertido em adjetivo – um estado, nesse caso resultante do evento na base. Depois, há outro evento, o do auxiliar.

Agora que discutimos como o sistema funciona, apresentamos uma derivação aplicada ao português, para que seja mais fácil visualizar como isso resulta nos dados encontrados nas línguas. Nessa representação, identificada como (50) a seguir, combinamos as informações da sintaxe com os expoentes de PF para sintetizar a apresentação<sup>101</sup>.

<sup>101</sup> Como aqui devemos fazer referência a uma raiz específica, optamos por uma representação baseada em índices, nos moldes de Pfau (2000; 2009), Acquaviva (2009) e Harley (2014a; 2014b), entre outros. Nossa análise não depende de uma visão específica de raiz, então poderia ser implementada com perspectivas distintas. Escolhemos utilizar a notação via índices porque é uma maneira de deixar

(50) Voz passiva analítica – aplicado ao português

*A bola foi chutada.*



As relações em (50) podem ser sumarizadas como a seguir. O movimento de núcleo da raiz para *v*, de *v* para *Voice* e de *Voice* para *Part* geram a forma participial “chutada”, a partir da raiz “chut-”, acrescida da vogal temática (VT) “a”; dos zeros fonológicos de *v* e *Voice*; e do expoente “-d-” do participípio, seguido do “a” final que serve como expoente da sua concordância de gênero e número com o sujeito<sup>102</sup>, por sua vez garantida pela operação cópia de traços. No segundo complexo verbal, o movimento de *v* para *T* gera a forma “foi”, pois o verbo “ser” é supletivo, mudando totalmente de forma nessa configuração sintática (terceira pessoa do

---

claro que não há necessidade de alocar informações específicas como as do tipo semântico ou fonológico na raiz, bem como porque consideramos a individualização por meio desse dispositivo condizente do ponto de vista teórico. Os números que identificam as raízes nas nossas representações foram escolhidos aleatoriamente.

<sup>102</sup> Nas representações fonológicas em (50), não registramos os processos que incluem a VT e o sufixo de concordância, pois eles tornariam a representação mais complexa do que o necessário, já que não são relevantes para a derivação. Na linha de autores como Oltra-Massuet (1999) e Calabrese (2012), assumimos que a VT é inserida pós-sintaticamente, devido à sua não relevância sintática. Quanto aos sufixos de concordância, conferir nota prévia sobre o núcleo Agr.

singular do pretérito perfeito). No auxiliar também a cópia de traços tem um papel na realização dessa forma.

Com isso, finalizamos a exploração da voz passiva analítica. A síntese do processo segue em (51):

(51) Derivação da passiva analítica – passo a passo

- (i) uma raiz se concatena a *v*, formando um verbo;
- (ii) *v* introduz um DP como argumento interno (AI);
- (iii) o AI sonda a estrutura para valorar seu traço de caso, mas não encontra um alvo;
- (iv) o núcleo *Voice* é projetado;
- (v) *Voice* sonda a estrutura para valorar seus traços- $\phi$  e encontra o AI, estabelecendo *Agree* com ele; como resultado, os traços- $\phi$  de *Voice* são valorados, assim como o traço de caso do AI; *Voice* e o AI ficam invisíveis para *Agree*;
- (vi) *Voice* deveria introduzir um DP, mas não há nenhum, e o particípio é projetado para solucionar isso; ele converte o evento verbal em estado, via conversão da categoria verbal para adjetival, o que dispensa a necessidade de projeção de argumento externo;
- (vii) o particípio sonda a estrutura para valorar seus traços- $\phi$  e seu traço de caso, mas não encontra um alvo;
- (viii) como o que há na sintaxe agora é formalmente um adjetivo, um verbo auxiliar é projetado para retornar a formação ao domínio verbal; ele toma o adjetivo participial como seu argumento;
- (ix) o auxiliar não tem argumento externo, então agora o núcleo T é projetado;
- (x) T sonda a estrutura para valorar seus traços- $\phi$  e encontra o particípio, que, assim como ele, tem traços- $\phi$  não valorados; eles estabelecem *Agree*, mas não há compartilhamento de valores (*Agree* negativo);
- (xi) como não há AE, o AI se move para *spec. T* para atender ao traço EPP, tornando-se sujeito sintático.
- (xii) a atuação da sintaxe termina com os traços- $\phi$  de T e os traços- $\phi$  (e o de caso) do particípio não valorados; em PF, um mecanismo copia os traços do AI para eles, garantindo a concordância superficial observada em algumas línguas.

A voz passiva é certamente mais complexa que a ativa, mas, como demonstramos, decorre de um único ponto de divergência em relação a ela. As diversas interações que se seguem

a partir disso é que geram as diferenças entre elas, tanto sintáticas quanto morfológicas. O sistema delineado é o que propomos para as passivas analíticas de maneira geral, e por isso encerramos aqui a análise desse tipo de passiva. No capítulo 5, voltaremos a elas para explorar questões adicionais, como sua interação com a *by-phrase*, mas o sistema em si não será alterado. Sendo assim, podemos, por ora, prosseguir para o segundo tipo de passiva, a sintética.

#### 4.4 DERIVANDO A PASSIVA SINTÉTICA

Esta seção se dedica ao segundo e último tipo de passiva, a sintética. Diferentemente da analítica, a passiva sintética se realiza em apenas uma forma finita, de maneira similar à voz ativa. O que define sua identidade é a presença de uma marcação morfológica especial nessa forma verbal, inexistente na ativa. Geralmente, essa marca é um clítico ou um afixo. Podemos ver isso nos exemplos em (52), a seguir, que mostram a passiva sintética em português e latim, em conjunto com suas paráfrases na voz ativa. A primeira tem a passiva sintética marcada por um clítico, e a segunda, por um afixo.

- (52) Passiva sintética e sua perífrase na voz ativa
- |   |                                 |
|---|---------------------------------|
| a. Atacava- <u>se</u> a cidade (*pelo inimigo).   | (português – passiva sintética) |
| b. O inimigo atacava a cidade.                    | (português – voz ativa)         |
| c. <i>Petebatur</i> <u>urbs</u> <i>ab hoste</i> . | (latim – passiva sintética)     |
| d. <i>Hostis</i> <i>petebat</i> <i>urbem</i> .    | (latim – voz ativa)             |

Apesar da diferença de realização com relação às passivas analíticas, defendemos que o que está na estrutura de base das passivas sintéticas é o mesmo: uma estrutura verbal com o núcleo *Voice*, mas sem argumento externo. Isso pode ser evidenciado pela semelhança de sentido: a passiva sintética, assim como a analítica, serve como perífrase de uma sentença ativa<sup>103</sup>; ademais, os dois tipos de passiva também servem como perífrase uma da outra, quando ambas estão disponíveis em uma mesma língua. A grande diferença entre elas, então, é que na sintética não é o participio que entra na estrutura para solucionar o problema que a ausência do argumento externo gera, e sim uma anáfora.

<sup>103</sup> A incompatibilidade de (52) com o agente da passiva é uma característica do português e por isso não deve ser considerada uma questão primordial para a derivação neste momento, em que estamos focados no mecanismo geral (cf. capítulo 2).

Na proposta que delineamos no início do capítulo, estabelecemos que uma anáfora pode ser usada como argumento *default* porque é esvaziada em termos de sentido. Por isso, ela não afeta o que já foi construído ao ser projetada apenas para satisfazer às necessidades de c-seleção de *Voice*. No entanto, uma anáfora nessa posição não pode ser ligada, o que acarreta algumas consequências. Entre elas, está a motivação para que esse elemento se torne uma forma dependente.

Assim como a discussão sobre as passivas analíticas exigiu que primeiro estabelecêssemos a identidade do participio, aqui precisamos fazer algo parecido com as anáforas. Por isso, a seção se subdivide. Em 4.4.1, formalizamos a nossa visão sobre as anáforas; a discussão sobre elas não é tão complexa quanto a dos participios, o que nos permite avançar diretamente para a derivação das passivas sintéticas em seguida, em 4.4.2.

#### **4.4.1 A natureza do marcador sintético: anáforas e pronomes**

A análise que implementamos para as passivas sintéticas segue uma visão já defendida por outros autores na literatura, em particular Embick (2004b), Alexiadou, Anagnostopoulou e Schäfer (2015) e Lazzarini-Cyrino (2015). Em suma, todos eles adotam em alguma medida a ideia de que o marcador da passiva sintética possa ser em verdade o próprio argumento externo, mais especificamente substituído por um elemento anafórico. Quando discutimos esses trabalhos, apontamos algumas questões que consideramos problemáticas, e por isso buscamos maneiras alternativas de caracterizar o sistema. Essa busca nos levou a adotar os preceitos gerais do sistema de Heinat (2002; 2005; 2006) também para esses construtos.

Heinat (2002; 2005; 2006) apresenta uma visão sobre anáforas que se distancia das propostas clássicas, que tentam caracterizá-las como um elemento estruturalmente deficiente, contendo apenas um núcleo nominal minimamente informativo (cf. Cardinaletti; Starke, 1999; Dechaine; Wiltschko, 2000). Como vimos na discussão anterior sobre o sistema de *Agree* e ligação, para o autor, todo elemento nominal inclui a camada D, o que significa que anáforas também são DPs nessa análise. Elas ainda são defectivas em termos de estrutura nesse arcabouço, mas de outra maneira. Assim, para Heinat (2002; 2005; 2006), uma anáfora é formada a partir da concatenação de uma raiz diretamente a um núcleo D. Isso significa que esse tipo de elemento não passa pela formação mais tradicional dos DPs, em que uma raiz primeiro é nominalizada para só então ser tomada como argumento de um determinante. O autor afirma que essa é a diferença fundamental entre anáforas e pronomes: estes, sim, são raízes nominalizadas e posteriormente integradas a um determinante. Heinat (2006) justifica isso com base em testes

que demonstram que anáforas não podem ser usadas em conjunto com determinantes, mas pronomes sim.

Heinat (2006) usa isso para explicar por que anáforas precisam se ligar, mas os pronomes não. Os substantivos possuem traços- $\phi$  valorados e o núcleo D possui traços- $\phi$  não valorados. Assim, quando um D faz *merge* com um nome, ativa uma sonda para valorá-los. O NP possui traços- $\phi$ , então eles fazem *Agree* e os traços- $\phi$  de D são valorados. Com isso, o pronome já adquire referencialidade, já que, no sistema de Heinat (2006), isso pode ser mapeado apenas via *Agree*<sup>104</sup>. No caso das anáforas, porém, como não há camada nominal, a sonda de D não encontra alvo e ele fica sem referente. Agora, isso só poderá acontecer se um outro DP na estrutura compartilhar seus traços- $\phi$  com ele.

Essa análise tem a vantagem de capturar diferenças significativas dos dois tipos de elementos, mas devemos questionar alguns pontos, em particular a concatenação de D diretamente à raiz. Isso nos parece um problema, pois D é comumente entendido como um núcleo funcional que faz parte da projeção estendida dos nomes; nesse sentido, seu *merge* com a raiz abre uma série de questões, pois não parece possível que outros núcleos funcionais, como *Voice* ou T, façam o mesmo. Para evitar abrir margem para essa possibilidade, propomos, então, uma visão alternativa. Defendemos que as anáforas na verdade não contêm raízes, mas são simplesmente expoentes de um núcleo D. Isso é capaz de capturar as mesmas propriedades que o sistema de Heinat (2006): por serem apenas um D, elas carregam traços- $\phi$  não valorados, e, naturalmente, entrarão na derivação verbal com eles nesse estado, já que, do mesmo modo que na proposta do autor, não fizeram *merge* com nenhum nome; e, por já serem Ds, não serão compatíveis com outros determinantes. Essa implementação, por outro lado, não acarreta a consequência indesejada que mencionamos<sup>105</sup>.

Essa caracterização das anáforas é compatível com a visão de que elas são ideais para serem usadas como argumentos *default* em casos como o da passiva. Sua diferença com relação aos pronomes também justifica porque estes aparentemente não poderiam cumprir a mesma função: eles já possuem traços- $\phi$  valorados, então não são tão pouco informativos quanto uma

---

<sup>104</sup> Situações de aparente correferência envolvendo pronomes, como em orações encaixadas do tipo *O João<sub>1</sub> disse que ele<sub>1</sub> quer ir embora*, são tratadas de maneira diferente pelo autor. Para ele, essas não são correferências verdadeiras no sentido sintático, pois não existe a relação de dependência interpretativa que uma oração anafórica gera. Nesse exemplo, caso a oração principal seja removida, o resultado é uma mudança de sentido (*Ele quer ir embora*). A percepção de que *O João* e *ele* se referem à mesma entidade no mundo é, logo, enciclopédica, e não decorrente das relações lógicas interpretadas por LF.

<sup>105</sup> Quanto à proposta do autor para pronomes, consideramos que pode ser implementada da maneira caracterizada. Todavia, os pronomes não são relevantes para a discussão que estamos implementando, então não empreenderemos uma investigação aprofundada a esse respeito.

anáfora. De posse desse conhecimento, podemos avançar para a derivação das passivas em si, já que o sistema de ligação já foi discutido anteriormente, no início do capítulo, por ter sido combinado com o de *Agree*.

#### 4.4.2 Proposta de derivação da passiva sintética

Para a derivação da passiva sintética, muito do aparato de que precisamos já foi descrito ou mesmo utilizado nas derivações anteriores. A maior parte do que há de novo a ser discutido na passiva sintética é pós-sintático. De todo modo, vamos começar averiguando os passos que ocorrem na sintaxe para a sua formação.

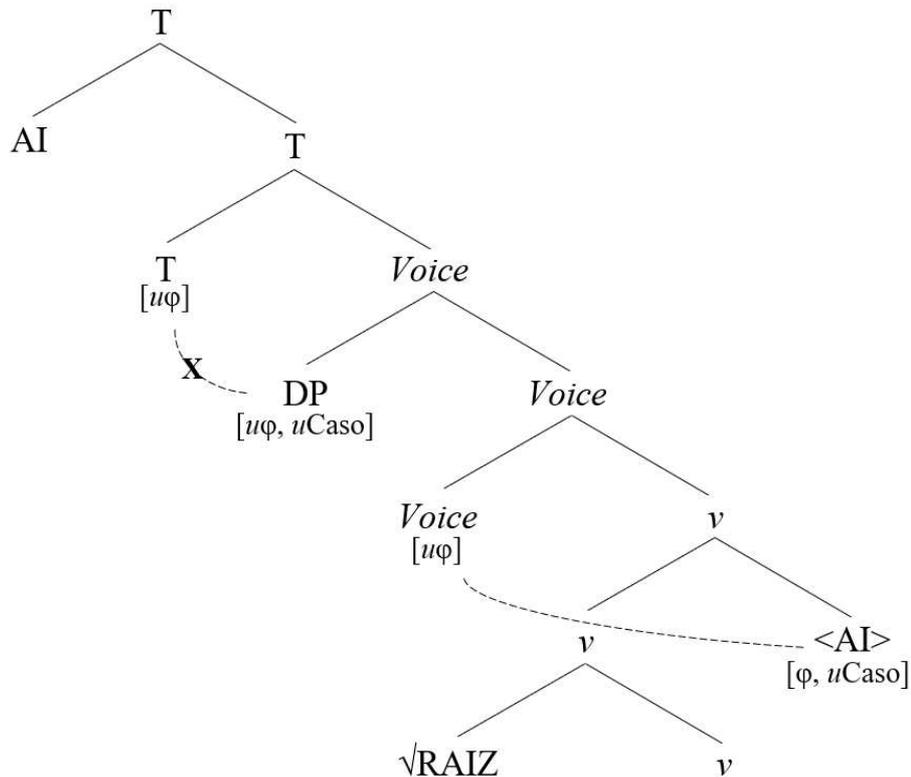
As etapas iniciais da derivação são as mesmas da voz ativa e da passiva analítica. Primeiro, a raiz se concatena a *v*. A posição do argumento interno é aberta e ele é introduzido. O próximo núcleo é *Voice*, e então chegamos ao momento da diferenciação das formações. A situação inicial da passiva analítica se repete: há um núcleo *Voice*, mas não um argumento externo. Seguindo a lógica que descrevemos anteriormente, a anáfora é introduzida para satisfazer à *c*-seleção de *Voice*. Como essa anáfora funciona como argumento externo, a derivação pode continuar.

Com o progresso da derivação, chegamos à projeção de T. Este núcleo carrega o traço EPP, que requer que um DP da estrutura suba para satisfazê-lo e ocupar a sua posição de especificador. Em geral, é o DP mais próximo que faz isso, ou seja, o argumento externo prototipicamente é o escolhido. Mas aqui se pode ver que foi o argumento interno que ascendeu para T. Isso aconteceu porque a anáfora não tem caso. Detalharemos as razões disso brevemente, mas vamos terminar de discutir a derivação como um todo primeiro. Um DP sem caso é considerado incompleto do ponto de vista sintático, então não é lícito para atender a um requisito desse componente, como discutimos na seção 4.2.2. Por isso, restou apenas o AI para atender ao EPP de T.

O resultado dessa derivação é uma sentença em que o argumento interno atua como sujeito sintático, da mesma maneira que na passiva analítica. O verbo se realiza em uma forma finita, pois não foi realizada nenhuma operação de alteração categorial como a que o participio promove. E o AE acaba por servir como a marca que identifica essa estrutura, pois, como já sabemos, ele não permanecerá em sua posição canônica, e sim se cliticizará ou afixará ao complexo verbal. Defendemos que a principal motivação para isso também é a ausência de caso nesse elemento. Sendo assim, vamos averiguar agora as relações de *Agree* para entender por que ele fica sem caso, com a ajuda da representação em (53), a seguir. Desta vez, a propriedade

de interpretável / não interpretável dos traços não será relevante, então representamos apenas os traços não valorados. A anáfora é rotulada apenas como DP, já que os argumentos interno e externo já usam outras siglas.

(53) Derivação da voz passiva sintética



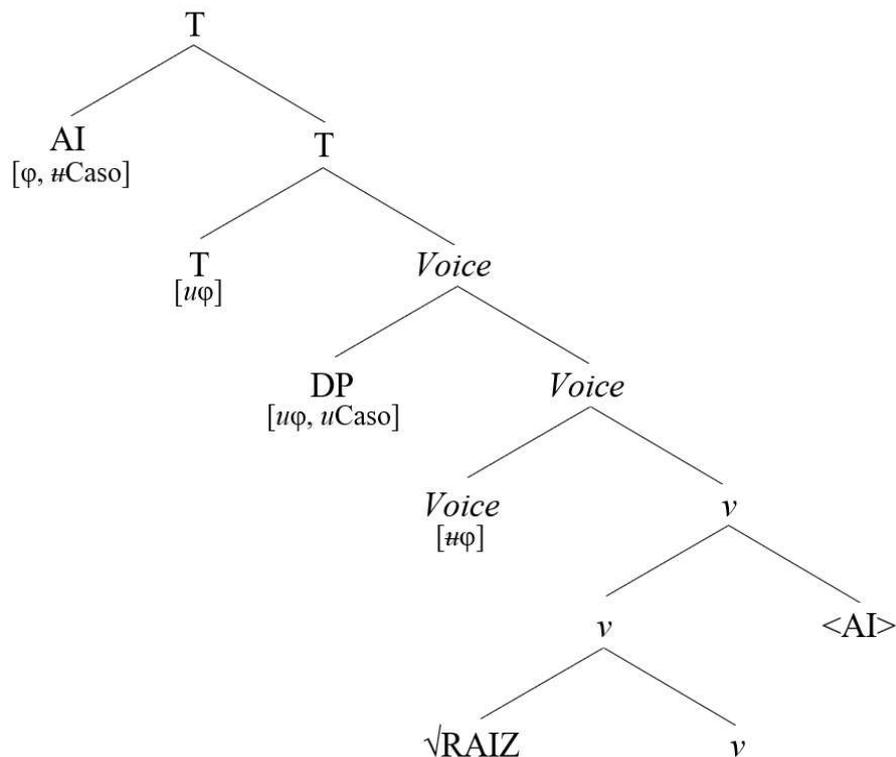
Como (53) mostra, também em termos de *Agree*, tudo se mantém idêntico à ativa e à passiva analítica até a entrada de *Voice*, o que era de se esperar, já que é a mesma estrutura. Como tal, a situação no momento da introdução do argumento externo é que tanto *Voice* quanto o AI estão com todos os seus traços valorados e, por isso, invisíveis para *Agree*. Quando a anáfora entra na estrutura, inicia uma sonda, porque possui traços-φ e de caso não valorados. Como não há elemento disponível, ela não faz *Agree* e a derivação prossegue, até que T é concatenado. A sonda de T leva a um *Agree* negativo com a anáfora, de modo similar ao que houve entre T e o particípio na passiva analítica. Ou seja, eles entram em uma relação de *Agree*, porque têm o mesmo tipo de traço, o φ, mas não há compartilhamento de valores, já que em ambos esses traços são não valorados.

Aqui se localiza o ponto crucial que define por que a anáfora fica sem caso. Para receber caso, não basta que o DP estabeleça *Agree* com um núcleo: é preciso que ele valora os traços-φ desse núcleo. Como o que houve entre a anáfora e T foi um *Agree* negativo, essa condição

não foi cumprida, então ela não teve seu traço de caso valorado. Como resultado, ela termina a derivação sem caso e sem traços- $\phi$ . Não é demais relembrar que o movimento do AI para *spec.* T, motivado justamente pela ausência de caso na anáfora, não pode valorar os traços dela, já que é um *merge* externo, além de ele já estar invisível para *Agree*.

Além da anáfora, o núcleo T também permanece sem valor nos seus traços- $\phi$ . Vimos algo muito parecido na passiva analítica, em que T e o particípio também foram para *spell-out* nessas condições. Sabemos, por isso, que os componentes de interface têm recursos para lidar com isso. De maneira geral, é apenas em PF que intervenções mais significativas são necessárias, então vamos ver, novamente, como fica a estrutura encaminhada para esse componente, em (54), para discutir os próximos passos:

(54) Derivação da voz passiva sintética – estrutura em PF



Diante da estrutura em (54), é aplicado o mesmo mecanismo de cópia de traços visto na passiva analítica. O núcleo T está exatamente na mesma situação, com os traços- $\phi$  não valorados, e a anáfora está análoga ao particípio, com traços- $\phi$  e caso não valorados. O AI, estando em posição alta na estrutura hierárquica e em relação de c-comando com ambos, pode fornecer os traços- $\phi$  de que precisam. Isso promoverá a concordância entre ele e o verbo e também entre

ele e o AE. No português, a concordância entre AI e AE não é perceptível<sup>106</sup>, pois a passiva sintética só é usada na terceira pessoa em nossa língua; porém, em uma língua como o latim, que não tem essa restrição, é um fenômeno empiricamente observável.

Isso explica as formas da passiva, mas ainda resta um problema com caso. Como discutimos na seção 4.3.3, a cópia de traços não pode transferir o caso de um DP para outro. Somente uma relação de *Agree* na sintaxe pode valorar o caso de um DP. Por isso, algum outro recurso precisará ser ativado, pois caso é uma informação relevante para PF. Aludimos a isso ao debater as relações de *Agree* e caso na seção 4.2.2, quando mencionamos que o traço é crucial para o algoritmo de caso-m. Mesmo em línguas em que não há caso morfológico, isso é um problema, pois o algoritmo e a atribuição de caso-m continuam ativos; apenas não há expoentes diferentes de zero para eles<sup>107</sup>.

Diversos autores vêm estudando os efeitos da ausência de caso na pós-sintaxe e propondo que há maneiras de a derivação sobreviver. A proposta de Lazzarini-Cyrino (2015) para os sincretismos também seguia nessa direção, mas criticamos a abordagem do autor, entre outras razões, porque ela dependia da ideia de que a própria anáfora seria marcada para movimento. Outro autor que se deparou com uma situação parecida com a nossa e propôs um reparo pós-sintático é Levin (2014; 2015). Ele investigou diversas construções de DPs sem caso em línguas austronésias, mas a ocorrência que é de particular importância para nós é a de argumentos externos nessa situação, encontrada, por exemplo, no balinês e no malgaxe. As especificidades das configurações sintáticas que levam esses DPs a ficarem sem caso não são relevantes aqui, mas é possível constatar essa ausência porque tais DPs não exibem morfemas de caso como seria de se esperar pelas regras da língua. Ao analisá-las, Levin (2014; 2015) observou alguns pontos importantes que o levaram a concluir que esses sujeitos são licenciados sem caso graças a uma adjunção ao verbo.

Em comparação com os sujeitos canônicos, Levin (2014; 2015) percebe que os sujeitos sem caso dessas línguas adquirem ordem fixa e não podem ser separados do verbo por nenhum material linearmente interveniente – mesmo que, em termos de hierarquia, esse elemento

---

<sup>106</sup> Essa é uma situação diferente das descritas na seção da passiva analítica em que não havia a cópia de traços. Naqueles casos, lidávamos com contextos em que não ocorria concordância superficial, como nos usos atributivos dos adjetivos do alemão. Aqui não pode ser assim, pois sabemos que a realização fonológica da anáfora é sensível a informações de número e pessoa (“Eu me vi” / “Ele se viu” / “Nós nos vimos”). Por isso, a concordância está ocorrendo, mas como o sujeito da passiva sintética sempre é uma terceira pessoa e “se” é usado tanto para a terceira pessoa do singular quanto para a do plural no português, só essa forma se realiza.

<sup>107</sup> No caso dos participios e dos adjetivos em geral, isso pode não ser um problema, pois neles o caso funciona de maneira diferente, sempre via *Agree*, como discutido. Nos DPs, contudo, é parte essencial da derivação.

estivesse originalmente entre eles. Ou seja, esses sujeitos basicamente se tornaram afixos verbais. A leitura do autor é a de que o sujeito se deslocou da sua posição de base e se tornou parte do domínio do núcleo verbal, o que se reflete, fonologicamente, em tudo se tornar parte do mesmo domínio de palavra. Levin (2014; 2015) propõe que esse movimento para dentro do domínio verbal permite que a derivação vá adiante em PF mesmo com um DP sem caso porque ele efetivamente deixa de ser um DP aos olhos do sistema de inserção vocabular. Ao se afixar a um verbo, ele passa a ser apenas um nó dependente dele, não diferente de um nó Agr, por exemplo. Não haverá maneira de o algoritmo de caso-m ser ativado, pois o DP estará subordinado a um outro rótulo de categoria, o verbal, em que caso não é um fator.

Essa situação explorada pelo autor é bastante similar à situação da passiva sintética: há nelas um argumento sujeito sem caso que termina por se realizar como forma dependente. Em termos de implementação, Levin (2014; 2015) recorre a um mecanismo disponível no componente morfológico, já relativamente consolidado na literatura, que é capaz de derivar os resultados esperados. Trata-se do *merge* morfológico (ou *m-merger*), proposto inicialmente por Embick e Noyer (2001). Essa é uma operação similar ao *merge* sintático, mas que ocorre no domínio da morfologia e altera as relações estruturais entre elementos adjacentes. Falando especificamente dessa operação se aplicada para derivar o movimento de um argumento externo para o domínio verbal, Levin (2014, p. 4) a descreve da seguinte maneira:

O *m-merger* troca a relação de c-comando imediata entre  $T_0$  e *spec. vP*<sup>108</sup> por uma relação linear de adjunção. Suporte para essa análise vem da observação de que o verbo e o agente pós-verbal [do balinês] são tratados como uma única palavra fonológica<sup>109</sup>.

Consideramos que essa descrição é compatível com o que acontece na passiva sintética, em que o argumento externo, em *spec. Voice*, passa a ser parte do domínio de palavra do verbo – especialmente porque T é o núcleo verbal mais próximo. Por essa razão, defendemos que esse é o mecanismo que está em ação também no caso das estruturas que analisamos.

Explorando o *m-merger* de Embick e Noyer (2001), vemos que ele na verdade se divide em duas operações: abaixamento e deslocamento local. Seus efeitos são similares, com a diferença essencial sendo que o primeiro é aplicado antes da inserção de vocabulário, e o segundo,

<sup>108</sup> Levin (2014) implementa sua análise sob o Programa Minimalista, então seu *v* corresponde ao nosso *Voice*.

<sup>109</sup> “M-Merger exchanges the immediate c-command relation between  $T_0$  and Spec-vP for a linear adjunction relationship. Support for this analysis comes from the observation that the verb and post-verbal Agent are treated as a single phonological word.”

depois ou concomitantemente a ela. Considerando a configuração que viemos desenvolvendo, em que a causa para o problema em PF é o algoritmo de caso-m, que faz parte do processo de inserção, a operação mais adequada é o deslocamento local. Especificamente, seria um deslocamento da anáfora para T. É essa também a conclusão a que chega Levin (2015), que elege o deslocamento local para os seus dados, em situação análoga<sup>110</sup>.

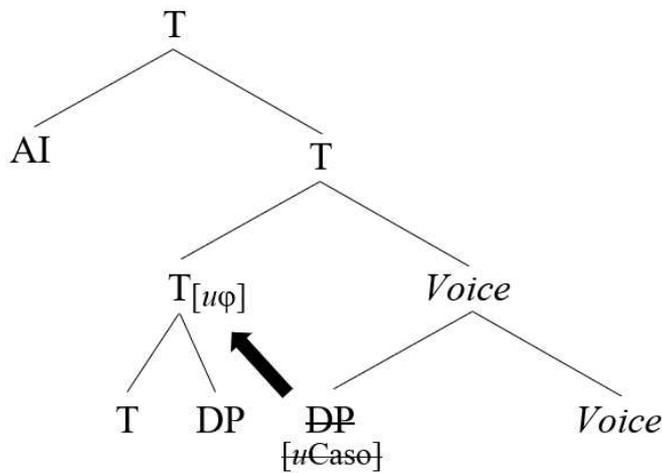
Em termos mais detalhados de como o deslocamento funciona em relação à inserção de vocabulário nesse contexto, defendemos que é ativado em conjunto com esse processo, como uma espécie de último recurso para salvar a derivação. Quando a inserção vocabular encontra a anáfora e se vê diante de um problema com o algoritmo de caso, o deslocamento local é então ativado e o DP em questão é realocado para o domínio de T. A inserção prossegue, assim, e ao chegar novamente à anáfora, não terá novamente o mesmo problema, pois o algoritmo não será ativado, devido à subordinação à categoria verbal, representada por T<sup>111</sup>. A representação em (55) mostra a operação em ação:

---

<sup>110</sup> Nesse sentido, cabe mencionar que o termo “incorporação”, que utilizamos em alguns momentos ao longo da tese e também é usado por Levin (2014; 2015) para descrever o fenômeno, não faz referência aqui ao conceito clássico de Baker (1988; 1993). A incorporação clássica é um processo em que um N (e não um D) se desloca, na sintaxe, para o domínio verbal, formando uma unidade com ele, e em geral não parece estar disponível para o argumento externo. O que Levin (2014; 2015) propõe é que algumas estruturas que apresentam características semelhantes à da incorporação clássica sejam analisadas como fenômenos pós-sintáticos, desencadeados via *m-merger*. O autor encontra dados de DPs plenos nessa situação (e não Ns), bem como de argumentos externos, o que já demonstra que não se trata exatamente do mesmo fenômeno.

<sup>111</sup> Embora o deslocamento local seja, em última análise, apenas um mecanismo que altera a posição linear de um elemento, ou seja, que não possui efeitos sintáticos (já que é implementado em PF), como ele está ocorrendo aqui antes da linearização efetivamente, informações sintáticas ainda estão presentes, sendo manipuladas em conjunto com o item movido em si. É por isso que a anáfora movida agora ainda é vista como parte do domínio verbal para efeito das operações relevantes, como a inserção de vocabulário.

## (55) Incorporação via deslocamento local



Com isso, conseguimos derivar todas as peças da passiva sintética. A única questão que resta explorar é o que define se a anáfora se torna um morfema ou um clítico. Quando averiguamos o trabalho de Lazzarini-Cyrino (2015), vimos que o autor fazia uma distinção entre tipo de item e operação morfossintática; segundo ele, o deslocamento local sempre geraria clíticos, e o movimento de núcleo sempre geraria afixos. Em nossa crítica ao trabalho, apontamos que havia falhas na maneira como o autor implementava esse resultado pré-definido, mas, além disso, a afirmação não é consistente com a proposta original de Embick e Noyer (2001), segundo a qual o deslocamento local pode gerar os dois tipos de elementos. Sendo assim, não é a operação em si que determina isso, mas outros fatores.

Aqui defendemos que não é possível estabelecer uma teoria de antemão que determine esse resultado. É preciso analisar o contexto de cada língua, pois vários fatores podem afetar esse resultado. Sendo assim, não exploraremos essa questão na análise, pois seria preciso expandir o escopo do trabalho para além do permitido por nossas limitações de tempo e espaço. Assim, apenas assumiremos, por ora, que a distinção entre clítico e afixo não é decorrente da estrutura de base da passiva<sup>112</sup>.

<sup>112</sup> Como exemplo disso, podemos citar aqui rapidamente a visão de Gonçalves (2021) sobre a anáfora sufixal do latim. Analisando as diferentes realizações fonológicas que ela assume, que variam em concordância com pessoa, o autor constatou que, se fosse posicionada na periferia esquerda do verbo, a anáfora sempre necessitaria de ajustes fonológicos para poder se realizar sem prejudicar os padrões da língua. Na periferia direita, esse esforço era menor. Foi proposto, então, que o latim força a anáfora a se linearizar à direita, na prática tornando-a um sufixo, para mitigar o problema. Em contrapartida, no português, a realização da anáfora é uma sequência consoante + vogal, o padrão silábico da língua. Com isso, ela sempre pode funcionar, em termos fonológicos, de maneira independente. Logo, não importa se ela se lineariza antes ou depois do verbo, não vai exigir ajustes. Por isso, a linearização fica livre, e ela se realiza como o que chamamos de clítico. Mas cabe apontar que, mesmo no português, existem certas restrições. Há contextos em que parece quase impossível manipular a posição

Em suma, é isso que ocorre no ramo de PF na passiva sintética. Falta apenas mencionarmos que, como o argumento interno permaneceu como o único DP com caso na estrutura, ele recebe o nominativo. Com isso, todos os efeitos principais observados nesse tipo de passiva são explicados pela estrutura proposta. Podemos, então, avançar para a análise da situação dessa mesma formação no ramo de LF.

Esse lado do *spell-out* é mais simples, assim como o foi nas derivações anteriores. Tudo que é não interpretado será desconsiderado, então nenhum dos problemas gerados pela ausência de caso tem efeito aqui. O único detalhe com potencial para prejudicar o funcionamento de LF são os traços- $\phi$  não valorados da anáfora, porque eles são interpretáveis. Porém, considerando que esse marcador não aponta para nenhuma entidade e ainda assim a derivação converge, defendemos que esse não é um traço que causa problemas para LF, mesmo se ficar não valorado, ou ao menos não nesse contexto. O que LF vê é apenas um evento, representado pela sequência de projeções estendidas do verbo, um DP referencial (o AI) e um DP sem referência, então será feita apenas a interpretação de que “algo” ou “alguém” – a depender do papel temático da posição – desempenha aquela função. Em suma, cria-se a interpretação básica da passiva, a de que houve um evento não espontâneo, embora não se saiba o que/quem o realizou.

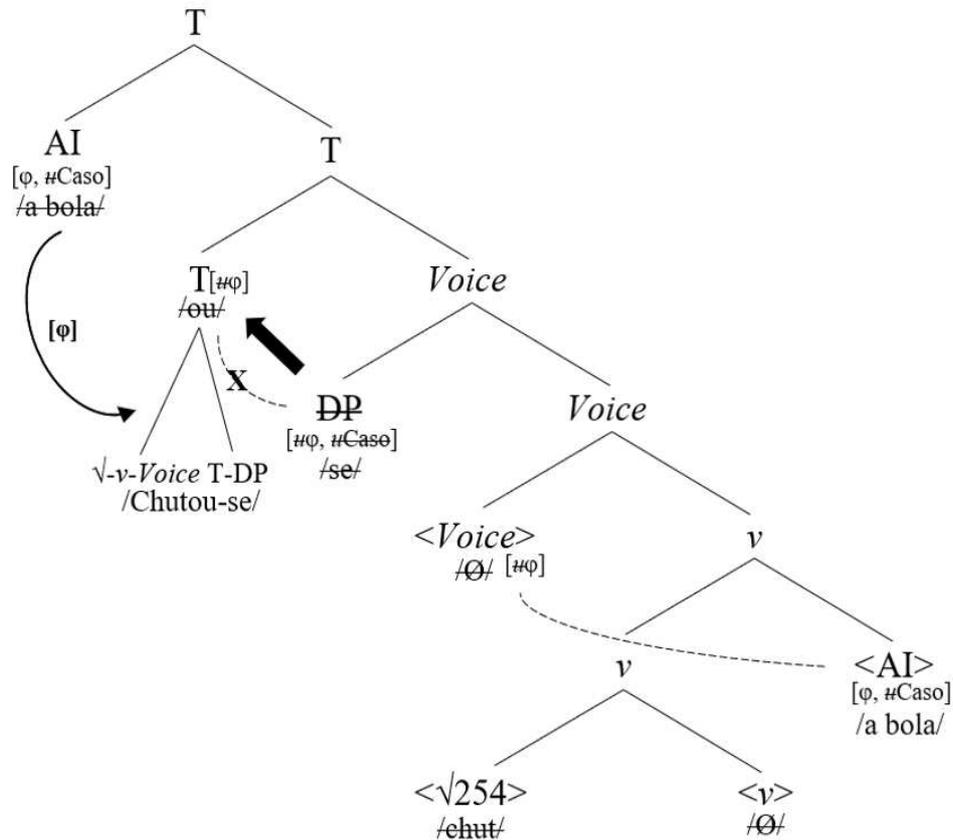
Vamos finalizar a discussão aplicando esse sistema a uma derivação do português. Seguindo os mesmos moldes do que fizemos com a passiva analítica, combinamos informações relevantes para a sintaxe e PF neste momento para sintetizar o debate. Segue-se a representação em (56):

---

do clítico. As passivas, por exemplo, favorecem fortemente a posição enclítica. Se pegarmos a oração “Atacava-se a cidade”, isso fica bastante evidente. A ordem “A cidade se atacava” beira a agramaticalidade, pois há uma forte preferência pela interpretação reflexiva, o que não faz sentido nesse contexto. Aqui temos uma espécie de restrição desencadeada pelo sincretismo da peça “se”. Isso evidencia que mesmo fatores não estritamente ligados ao mecanismo derivacional podem afetar o comportamento das peças.

(56) Voz passiva sintética – aplicado ao português

*Chutou-se a bola.*



Vamos averiguar os detalhes da estrutura no português. A forma verbal, “chutou”, é gerada pela combinação de raiz, *v*, *Voice* e *T*, que se unem via movimento de núcleo. Vale mencionar apenas que a valoração dos traços- $\phi$  de *T* só ocorre em PF, com a cópia de traços, já que o *Agree* com a anáfora não consegue fazer isso. A anáfora, “se”, adquire essa forma também via cópia de traços, e se torna um clítico via o deslocamento para o domínio verbal. A princípio, ela poderia ser linearizada antes ou depois do verbo, mas a passiva sintética em português tende a preferir a posição enclítica.

Um detalhe particular do português que podemos ver representado em (56) é que a passiva sintética também tem uma forte preferência pelo sujeito posposto. As sequências “A bola se chutou” ou “A bola chutou-se” são muito degradadas, o que atribuímos ao sincretismo do IV “se”, que também pode expressar o reflexivo (cf. nota 112). Em (56), representamos a posição do sujeito simplesmente riscando a realização fonológica do AI movido para *spec. T*, apenas porque os dispositivos que regulam isso não são importantes para a passiva em si. Logo, esse detalhe específico da representação não reflete uma análise propriamente dita de o que rege o posicionamento do português. Ressaltamos apenas que ocorre concordância mesmo com o

sujeito posposto (“Chutou-se a bola” x “Chutaram-se as bolas”), o que indica que em algum momento antes da inserção vocabular o movimento acontece, de modo a licenciar a cópia de traços<sup>113</sup>.

Vamos agora sumarizar a derivação da passiva sintética, no passo a passo em (57):

(57) Derivação da passiva sintética – passo a passo

- (i) uma raiz se concatena a *v*, formando um verbo;
- (ii) *v* introduz um DP como argumento interno (AI);
- (iii) o AI sonda a estrutura para valorar seu traço de caso, mas não encontra um alvo;
- (iv) o núcleo *Voice* é projetado;
- (v) *Voice* sonda a estrutura para valorar seus traços- $\phi$  e encontra o AI, estabelecendo *Agree* com ele; como resultado, os traços- $\phi$  de *Voice* são valorados, assim como o traço de caso do AI; *Voice* e o AI ficam invisíveis para *Agree*;
- (vi) *Voice* deveria introduzir um DP, mas não há nenhum, e a anáfora é projetada para solucionar isso; ela não tem altera o sentido da construção e serve apenas para satisfazer ao traço de *c*-seleção de *Voice*;
- (vii) a anáfora sonda a estrutura para valorar seus traços- $\phi$  e seu traço de caso, mas não encontra um alvo;
- (viii) o núcleo T é projetado;
- (ix) T sonda a estrutura para valorar seus traços- $\phi$  e encontra o AE, que, assim como ele, tem traços- $\phi$  não valorados; eles estabelecem *Agree*, mas não há compartilhamento de valores (*Agree* negativo);
- (x) como não valorou os traços- $\phi$  de T, a anáfora não recebeu caso, então não está apta a atender ao EPP; o AI então se move para *spec. T* para fazer isso, tornando-se sujeito sintático;
- (xi) a atuação da sintaxe termina com os traços- $\phi$  de T e os traços- $\phi$  e o de caso da variável não valorados; em PF, um mecanismo copia os traços- $\phi$  do AI para eles,

---

<sup>113</sup> Essa concordância com o sujeito posposto aparentemente vem tendendo a desaparecer do português cotidiano, como mencionamos brevemente no capítulo 2. Não é raro encontrar dados como “Vende-se casas” em lugar de “Vendem-se casas”, ou “Chutou-se as bolas”, no caso da oração de base para (56). O mesmo ocorre com verbos inacusativos com sujeito posposto (“Chegou o pacote” x “Chegaram os pacotes” x “Chegou pacotes”). Isso mostra que o sujeito pode permanecer *in situ* ao menos até o momento em que a cópia de traços acontece. Porém, como os dados com concordância não deixam de ser gramaticais, devemos considerar que a estrutura em (56) ainda é válida para o português.

garantindo a concordância superficial observada em algumas línguas; mas esse mecanismo não pode copiar o traço de caso do DP;

- (xii) para escapar à necessidade de valoração do traço de caso, a anáfora se incorpora ao domínio verbal via deslocamento local, tornando-se um clítico ou um afixo, a depender de fatores específicos de cada língua.

Encerramos aqui a apresentação da nossa proposta para a passiva sintética. E, com ela, finalizamos também a discussão da proposta central da tese. Defendemos que, a partir dessas estruturas, é possível derivar as passivas de maneira geral, translinguisticamente. As diferenças de realização seriam, portanto, oriundas da interação do que vimos até aqui com propriedades específicas de cada língua e/ou contexto de uso. No próximo capítulo, vamos explorar um pouco disso, com algumas passivizações menos canônicas, como a de verbos intransitivos.

#### 4.5 SÍNTESE DO CAPÍTULO

Este capítulo apresentou a proposta central da tese, explorando desde a ideia geral por trás da análise até a derivação dos dois tipos de passiva. Como nos demais capítulos do trabalho, ele foi dividido em seções para que cada aspecto da abordagem pudesse ser explorado devidamente.

A seção 4.1 se dedicou a apresentar a visão que temos sobre as passivas, qual seja, a de que são em verdade um epifenômeno e não uma função ou operação específica. Justificamos isso demonstrando que ela se estrutura em torno da ausência do argumento externo, mais especificamente em um conjunto de verbos em que isso não deveria ser possível, por serem conceptualizados como eventos agentivos ou externamente causados. Quando um verbo como esses é formado, o núcleo *Voice*, introdutor do argumento externo, é projetado. Se não houver DP para ocupar essa posição, a formação fica comprometida e, para evitar que a derivação seja perdida, a sintaxe implementa um de dois mecanismos como reparo. Um deles é a conversão categorial em adjetivo, com a ajuda do participípio. Como adjetivos não têm argumento externo, a derivação pode prosseguir sem problemas. O outro é a introdução de um argumento genérico apenas para satisfazer as necessidades de seleção de *Voice*. O argumento escolhido é uma anáfora, que, por estar em uma posição muito alta, não pode se ligar e não altera o sentido já construído. Depois, ela se incorpora ao verbo, tornando-se um clítico ou um afixo.

A seção 4.2 discutiu uma série de pressupostos teóricos que assumimos em nossa análise, bem como as motivações para sua adoção. Implementamos os mecanismos de *Agree*, de

valoração de caso e de ligação de Heinat (2002; 2005; 2006), que estão intimamente ligados. O autor estabelece que qualquer *merge* externo gera uma sonda para *Agree*, independentemente de ser o *merge* de um núcleo ou um sintagma. Isso permite que *Agree* e ligação sejam unificados sob esse dispositivo, pois assim um DP pode sondar outro. Caso é visto pelo autor como um efeito colateral do *Agree* entre DP e outro núcleo. A isso adicionamos um sistema de caso-m, para derivar as marcações de caso com base em um algoritmo de PF e não nas relações entre DPs e núcleos na sintaxe. Em seguida, discutimos o conceito de derivação de fase, adotando o sistema de Embick (2010). Nele, o primeiro núcleo de fase não desencadeia *spell-out*, mas sim apenas o segundo. Além disso, ele envia o complemento e o material de borda do anterior ao ativar o seu *spell-out*. Por fim, implementamos a suspensão de fase de Bobaljik e Wurmbrand (2013), argumentando que, em um verbo que tem *v* e *Voice* simultaneamente na estrutura, a fase de *v* é suspensa até a entrada de *Voice*. A seção ainda apresentou uma derivação da voz ativa para que esses sistemas pudessem ser vistos atuando em conjunto.

A seção 4.3 teve como tópico a derivação da passiva analítica. Para isso, num primeiro momento, precisamos discutir a natureza do particípio, tanto em termos de sentido quanto de categoria. Determinamos, acompanhando o raciocínio de Beedham (1987) e Abraham (2006a), que o particípio denota um estado resultante do verbo de base *e*, inserido em uma estrutura de evento complexo como a passiva, é configurado como anterioridade em relação ao outro núcleo verbal. Quanto à categoria, ele é tratado como um particípio. Porém, sua constituição interna é a de um *Switch* (Panagiotidis e Grohmann, 2009; Panagiotidis, 2015), uma espécie de categorizador funcional, capaz de converter uma formação verbal em adjetival mesmo após a entrada de projeções funcionais. Defendemos que ele se concatena a *Voice* na passiva, tornando-a um adjetivo, que então é tomado como complemento do verbo auxiliar. Demonstramos isso com uma derivação completa, que analisou também a atuação das interfaces sobre a estrutura. Por fim, derivamos uma passiva analítica do português.

A seção 4.4 moveu o foco para as passivas sintéticas. Nesse caso, foi necessário primeiro discutir mais detalhadamente a constituição da anáfora que é usada como argumento *default*. Adaptando a proposta de Heinat (2002; 2005; 2006), propusemos que ela é constituída por um núcleo D sem raiz e que contém traços- $\phi$  e de caso não valorados. Ao se concatenar à posição de argumento externo, ela não consegue se ligar *e*, com isso, esses traços permanecem sem um valor. Embora isso não seja um grande problema para LF, em PF a ausência de caso prejudica o algoritmo de caso-m, então a anáfora se desloca para o domínio verbal, em que não há caso a ser checado. Com isso, ela se torna uma forma presa. Apresentamos, como na seção anterior, uma derivação de cunho mais abstrato e outra aplicada ao português.

De posse desse sistema, podemos agora explorar algumas questões adicionais que deixamos de lado até o momento, como o funcionamento do agente da passiva e a possibilidade de alguns verbos não transitivos serem passivizados. O próximo capítulo se dedica a esse tipo de questão.

## 5 DESDOBRAMENTOS DA PROPOSTA

Este capítulo busca aprofundar as consequências empíricas da proposta de análise empreendida nesta tese, explorando alguns pontos adicionais da estrutura das passivas que não foram ainda discutidos no trabalho. Para tal, o capítulo se divide em três seções. Na primeira, 5.1, empreendemos uma análise da natureza e do estatuto do agente da passiva. Defendemos que ele não é uma realização do argumento externo, e sim um adjunto na estrutura. Partindo da visão apresentada em Abraham *et al.* (2006a), propomos, ainda, que ele não é verdadeiramente um agente, mas carrega o papel temático de origem. Em seguida, na seção 5.2, discutimos como nossa proposta se aplica aos principais tipos de passivas não canônicas que identificamos, cada uma delas explorada em uma subseção específica: em 5.2.1 e 5.2.2, exploramos os verbos inergativos e inacusativos, respectivamente, aos quais o sistema é aplicado sem necessidade de novas assunções; em 5.2.3, abordamos os verbos de experienciação, que defendemos incluir um núcleo específico para introdução do argumento experienciador, o qual chamamos de EXP, seguindo a nomenclatura de Gonçalves (2021); em 5.2.4, derivamos passivas de verbos bitransitivos em que o objeto preposicionado é promovido a sujeito, argumentando que esse efeito é resultado da presença de um núcleo aplicativo baixo (Pylkkänen, 2008). A seção 5.3 encerra o capítulo com a síntese das informações discutidas.

### 5.1 O AGENTE DA PASSIVA

Nesta seção, analisamos mais detalhadamente o comportamento do agente da passiva, ou *by-phrase*, e apresentamos nossa proposta para a sua formalização. Até o momento, deixamos esse elemento um pouco de lado porque, de modo geral, a *by-phrase* possui um caráter opcional e, portanto, o sistema que gera a passiva precisa funcionar sem que tal elemento esteja presente. Por outro lado, no entanto, a possibilidade da sua presença também precisa ser compatível com o sistema proposto para as formações passivas. Nossa proposta é a de que o agente da passiva é um adjunto e que não carrega o papel temático de agente ou causa, como é defendido mais tradicionalmente, mas sim o papel temático de origem. A seção discute essas duas questões para, em seguida, oferecer uma formalização da proposta, ilustrando a derivação de estruturas que contêm a *by-phrase* em passivas analíticas e sintéticas.

Para começar a falar sobre o agente da passiva, vamos retomar rapidamente os pontos principais do seu comportamento: trata-se de um elemento opcional que, geralmente, é descrito como aquele que expressa a entidade desencadeadora do evento – isto é, ele parece explicitar a

informação que, em uma estrutura ativa, geralmente seria realizada pelo argumento externo, como ilustrado em (57) – com dados vistos anteriormente em (1) e (7) na tese:

(57) Estruturas ativas e passivas com agente da passiva

- |  |                       |
|--|-----------------------|
| a. O João chutou a bola.                                     | (ativa – português)   |
| b. A bola foi chutada <u>pelo João</u> .                     | (passiva – português) |
| c. <i>The government approved the new law.</i>               | (ativa – inglês)      |
| “O governo aprovou a nova lei.”                              |                       |
| d. <i>The new law was approved <u>by the government</u>.</i> | (passiva – inglês)    |
| “A nova lei foi aprovada <u>pelo governo</u> .”              |                       |

Os agentes da passiva em (57b) e (57d), “pelo João” e *by the government*, respectivamente, parecem semanticamente equivalentes ao argumento externo de (57a) e (57c), embora possuam outra natureza morfossintática, já que, diferentemente dos argumentos externos, eles não são DPs, mas sim PPs. A realização como um sintagma preposicional é a forma mais comum do agente da passiva, embora existam algumas línguas em que ele se manifesta como um DP marcado com um caso específico (por exemplo, em finlandês e tcheco, como visto no capítulo 2). Outra grande diferença em relação ao argumento externo é a já mencionada opcionalidade do agente da passiva. Assim, as sentenças em (57b) e (57d) seriam perfeitamente gramaticais sem eles, enquanto (57a) e (57c) seriam problemáticas sem o argumento externo.

Essa aparente equivalência com o argumento externo constitui um dos pontos-chave no debate sobre a formalização do agente da passiva, pois é preciso determinar qual é a relação exata entre eles. Como vimos no capítulo 3, há autores, como Collins (2005), que defendem que a *by-phrase* é o próprio argumento externo. Esse autor analisa tais elementos como idênticos, particularmente no que se refere à sua função semântica, o que significaria que haveria uma violação da UTAH (Baker, 1988) caso se originassem ora em uma posição sintática, ora em outra. Por outro lado, outros autores analisam a situação de forma diversa, tendo em mente principalmente a opcionalidade do agente da passiva, uma vez que esse comportamento é esperado de um adjunto, não de um argumento. Bruening (2013; 2014), por exemplo, apresenta uma proposta em que a *by-phrase* possui o estatuto de um adjunto que especifica semanticamente um contexto de agente não explicitado. Ambas as visões possuem suas vantagens e desvantagens. A análise de Bruening (2013; 2014) parece mais adequada do ponto de vista do comportamento sintático desse elemento, mas lida com a questão semântica de maneira menos satisfatória, pois não fica clara a natureza temática do argumento da *by-phrase*.

Considerando essas questões, bem como as discussões mais amplas empreendidas nos nossos capítulos anteriores, desenvolvemos uma proposta de formalização para a *by-phrase* que busca capturar sua opcionalidade e escapar de uma incongruência com a UTAH. Mais especificamente, essa proposta é a de que: (i) o agente da passiva possui o estatuto de um adjunto – ou seja, ele não é o próprio argumento externo como defendido por Collins (2005) –, o que consideramos mais condizente com sua natureza opcional; em nossa análise, isso não caracteriza uma violação da UTAH porque defendemos também que (ii) o argumento da *by-phrase* não carrega o mesmo papel temático que o argumento externo, mas sim o de origem. Essa análise parte inicialmente da proposta de Abraham (2006a), sendo complementada com contribuições de outros autores, em particular Alexiadou e Schäfer (2006).

Quanto ao estatuto do agente da passiva como um adjunto, consideramos que é o ponto menos controverso da proposta. Embora existam na literatura algumas análises como a de Collins (2005), a maioria dos autores parece inclinada a analisar a *by-phrase* como um adjunto, em função da sua já mencionada opcionalidade. Para além disso, devemos lembrar que, no sistema que viemos desenvolvendo no capítulo anterior, a própria passiva resulta precisamente da ausência do argumento externo, sendo tal formação um dispositivo para permitir que estruturas que normalmente exigiriam o agente ou o desencadeador do evento possam se realizar sem ele. Essa análise é, em princípio, incompatível com a ideia de que o agente da passiva seria o próprio argumento externo, em especial no caso da passiva sintética, em que de fato há um elemento introduzido nessa posição. Desse modo, a análise da *by-phrase* como adjunto é mais condizente não apenas com o que se espera de um adjunto, de maneira mais ampla, mas também o é com a nossa própria proposta, de maneira mais específica.

Também consideramos importante questionar a validade da ideia de que há uma relação tão direta entre agente da passiva e argumento externo. Mesmo análises que tratam a *by-phrase* como um adjunto frequentemente buscam uma maneira de vinculá-la ao argumento externo – como é o caso em Bruening (2013; 2014). Contudo, essa ideia só precisa ser verdadeira se a voz passiva for derivada da ativa, o que defendemos não ser o caso. De fato, esses dois elementos, à primeira vista, parecem desempenhar funções parecidas ou ao menos ter uma semântica similar, mas não é preciso haver uma relação de identidade entre eles. O agente da passiva pode ser simplesmente um adjunto da estrutura passiva, introduzido em função das particularidades dessa formação, e não por alguma necessidade prévia decorrente de uma contraparte ativa. As similaridades entre eles seriam um efeito tangencial, na verdade, do fato de que ativa e passiva, em nossa análise, compartilham uma base comum; logo, possuem necessidades semelhantes.

Isso nos leva ao segundo ponto da proposta, ou seja, o de que o chamado “agente da passiva” não é realmente um agente, mas, como propõe Abraham (2006a), um elemento que carrega o papel temático de origem. Esse autor defende uma caracterização semelhante à nossa para as passivas analíticas, com o particípio sendo considerado um adjetivo que codifica um estado. Para Abraham (2006a), um estado, diferentemente de um evento, não é passível de ter um agente. O que estados, particularmente os resultantes de evento, podem ter é uma origem, entendida aqui como o ponto ou circunstância inicial de algo, aquilo que faz com que esse algo se constitua<sup>114</sup>. A partir disso, o autor propõe ser esse o papel temático atribuído ao DP complemento da *by-phrase*. Como evidência, o autor aponta que o tipo de preposição que geralmente encabeça esse sintagma é muitas vezes também capaz de introduzir a informação de origem quando usada em outros contextos nas línguas, como o *von* do alemão e o *da* do italiano – algo que também observamos em nossa caracterização do fenômeno no capítulo 2<sup>115</sup>.

Na formalização do agente da passiva, seguimos a proposta de Abraham (2006a) e, para argumentar a seu favor, vamos primeiramente retomar algumas questões mais gerais sobre papéis temáticos. Há muita divergência quanto aos componentes semânticos que definem cada papel temático, assim como a quantos papéis temáticos deveriam ser assumidos. Dombrovan (2006, p. 113) demonstra isso sintetizando algumas das visões concorrentes:

D. Napoli distingue os seguintes cinco papéis temáticos de uma proposição: agente, tema, benefactivo (ou receptor), instrumental e experienciador [12, p. 102-3]. P. Sgall afirma que o repertório de argumentos, ou papéis temáticos, se limita aos cinco tipos a seguir: ator, paciente (objetivo), destinatário, origem e efeito, enquanto o “repertório de complementações em si (isto é, os tipos de relação de dependência) compreende pelo menos 40 unidades” [17, p. 16]. T. Givón escreve sobre sete papéis semânticos típicos, quais sejam: agente, paciente, dativo, instrumento, benefactivo, locativo e associativo [7, p. 92]. Em seu “A Student’s Dictionary of Language and Linguistics” (1997, p. 45) R. Trask define 11 papéis temáticos – ator, agente, beneficiário, comitativo, experienciador, alvo, instrumento, paciente, receptor, resultativo e tema, enquanto R. Quirk and coautores falam em 13 papéis semânticos, que são: afetado, agentivo, atributo, cognato, eventivo, causador externo, instrumento, *it* (proposicional), locativo, posicionador, receptor, resultativo e temporal [14, p. 754]. A classificação de M. Halliday inclui 14 participantes-

<sup>114</sup> O termo “origem” pode ser ambíguo, denotando também uma espécie de locativo, como uma cidade natal, por exemplo. Em uma oração como “O turista de Nova York chegou atrasado”, o sintagma “de Nova York” poderia ser chamado de origem por alguns autores (ou locativo de origem), mas não é a esse tipo de informação a que Abraham (2006a) se refere. Toda a discussão empreendida nesta seção assume o mesmo sentido pretendido pelo autor para o termo “origem”.

<sup>115</sup> Isso não significa dizer que a introdução de origem é a única ou mesmo a principal função dessas preposições. A maioria delas tem outros usos; o *von* do alemão pode introduzir locativos, e o *da* do italiano pode introduzir posse, por exemplo. A observação do autor apenas ressalta o fato de que origem está no escopo de muitas das preposições associadas ao agente da passiva.

chave da proposição: ator, alvo, comportamental, sensitivo, fenômeno, emissor, meta, *token*, valor, transmissor, atributo, identificado, identificador e existente [8, p. 131]<sup>116</sup>.

Diante dessa grande variedade de visões sobre o assunto, uma investigação aprofundada dos papéis temáticos está além do escopo deste trabalho. Para os nossos propósitos, deve-se mencionar, no entanto, que nem todos os autores reconhecem a existência do papel de origem. Como consequência, análises que seguem esse tipo de visão necessariamente teriam de encaixar o que se entende por origem dentro de outros papéis temáticos. Assim, a percepção de que a *by-phrase* codifica um agente ou causa pode estar relacionada a uma visão mais restritiva dos tipos de papéis temáticos existentes.

Um trabalho que explora como papéis temáticos podem ser “condensados” dessa maneira é o de Alexiadou e Schäfer (2006). Os autores apontam que há, por vezes, discordância quanto à caracterização de alguns tipos de argumentos externos. Por exemplo, na oração “O martelo quebrou a janela”, é possível argumentar que “O martelo” é causa – já que é um ente sem volição – ou instrumento – já que ele não age sozinho, isto é, sem o auxílio de uma outra força, volitiva, que o controle. Em uma visão mais restritiva dos papéis temáticos, que não reconheça o papel de instrumento, algo assim não seria de fato uma questão. Mas quando se expande a lista de papéis, esse tipo de refinamento se faz necessário.

Para solucionar esse tipo de discussão com relação ao papel temático de um determinado elemento, os autores propõem que deve ser feita uma distinção entre o papel temático em si, que é um conceito linguístico, e os sentidos enciclopédicos associados aos elementos lexicais, ou seja, o que é extralinguístico. Com isso, Alexiadou e Schäfer (2006) chegam à conclusão de que “O martelo” do exemplo citado é realmente uma causa, já que, embora o papel temático de instrumento exista, ele não está disponível na posição de argumento externo; apenas os papéis de agente e causa o estão. Os autores justificam essa conclusão afirmando que o fato de que um

---

<sup>116</sup> “D. Napoli distinguishes the following five thematic roles of arguments of a proposition: agent, theme, benefactive (or recipient), instrumental, and experiencer [12, p. 102-3]. P. Sgall claims that the repertoire of arguments, or theta roles, is limited to the following five kinds: Actor, Patient (Objective), Addressee, Origin and Effect, while ‘the repertoire of complementations itself (i.e. of kinds of the dependency relation) comprises at least about 40 units’ [17, p. 16]. T. Givón writes about seven typical semantic roles, namely: agent, patient, dative, instrument, benefactive, locative, associative [7, p. 92]. In his ‘A Student’s Dictionary of Language and Linguistics’ (1997, p. 45) R. Trask defines eleven thematic roles – actor, agent, beneficiary, comitative, experiencer, goal, instrument, patient, recipient, resultative, and theme, while R. Quirk and co-authors speak of thirteen semantic roles, namely: affected, agentive, attribute, cognate, eventive, external causer, instrument, (prop) it, locative, positioner, recipient, resultant, temporal [14, p. 754]. M. Halliday’s classification includes fourteen key participants of the proposition: actor, goal, behavior, senser, phenomenon, sayer, target, token, value, carrier, attribute, identified, identifier, existent [8, p. 131].”

martelo precisa ser manuseado por um indivíduo é uma informação que depende do conhecimento de mundo associado a esse elemento. Mas a sintaxe é cega para esse tipo de informação. O que pode ser derivado da estrutura sintática é que aquela posição representa a causa ou causador do evento; “o fato de que esse envolvimento com um evento pode ser resultado de um agente humano que introduziu esses causadores é um fato sobre o mundo real, não sobre a estrutura linguística”<sup>117</sup> (Alexiadou; Schäfer, 2006, p. 44). Em suma, para determinar o papel temático, devemos olhar para a estrutura sintática, deixando de lado o conhecimento extralinguístico que, eventualmente, pode influenciar a leitura que fazemos da construção.

Defendemos que a percepção de que a *by-phrase* expressa um agente ou causa – papéis temáticos que deveriam estar associados a argumentos externos – decorre desse efeito de influência do conhecimento enciclopédico, mas que, sintaticamente, o que é atribuído àquela posição é o papel de origem (de modo análogo à aproximação entre causa e instrumento vista no exemplo). Para argumentar a favor disso, então, o primeiro passo é formalizar essa distribuição sintática dos papéis temáticos. Se os papéis de agente e/ou causa estejam, de fato, associados ao argumento externo, dada a UTAH, eles não poderiam estar disponíveis para o agente da passiva. Mas isso ainda não garante a disponibilidade do papel de origem nessa posição. Para discutir isso, vamos recorrer novamente ao trabalho de Alexiadou e Schäfer (2006).

Alexiadou e Schäfer (2006) trabalham com a ideia de que há hierarquias entre os papéis temáticos, algo que vem sendo adotado na literatura, com diferentes caracterizações (cf. Baker, 1997; Bierwisch, 2006; Rappaport; Levin, 2007; entre outros). Alguns papéis teriam um caráter mais básico, mais alto na hierarquia, enquanto outros seriam dependentes. Os do primeiro tipo estariam disponíveis em posições igualmente mais centrais nas estruturas sintáticas, isto é, as argumentais, e os demais, em posições não argumentais. Papéis como instrumento e origem não se manifestam em posições argumentais, portanto, porque não são informações centrais para a conceptualização de eventos. Eles podem ser licenciados, contudo, como adjuntos que adicionam ao conteúdo central, desde que sejam compatíveis com ele. O papel de instrumento, por exemplo, segundo os autores, só pode ser licenciado a partir do momento que já há um agente na estrutura, pois instrumentos não atuam por si só. A origem, por sua vez, não tem essa restrição, pois, a princípio, qualquer evento poderia ter sua origem explicitada (e mesmo outros conceitos além de eventos, como os estados, como vimos). Mesmo assim, ainda é caracterizada como uma informação dependente, pois não pode ocorrer por si só.

---

<sup>117</sup> “The fact that this involvement in an event “might be the result of a human agent having introduced these Causers is a fact about the real world, not about the linguistic structure.”

Até agora, o que podemos extrair dessa discussão são dois pontos centrais: primeiro, assumindo a UTAH e uma caracterização de papéis temáticos nos moldes de Alexiadou e Schäfer (2006), a *by-phrase* não poderia ser um agente, mas poderia ser uma origem, pois é uma posição não argumental; segundo, a interpretação que fazemos de alguns papéis temáticos pode ser influenciada por fatores externos, como o conhecimento de mundo relacionado aos itens lexicais envolvidos. Diante disso, defendemos que a ideia de que a *by-phrase* expressa um agente é apenas uma percepção. Ele parece ser um agente ou causa, mas isso se deve a uma convergência de fatores, listados a seguir: (i) há na estrutura passiva a informação de que aquela formação é agentiva ou causativa, devido à presença de *Voice*; (ii) o agente em si não está explícito na formação (neutralizado pelo participio, na passiva analítica, ou interpretado genericamente, na passiva sintética); (iii) nosso conhecimento de mundo dos elementos lexicais nos informa que um elemento como “o João” possui volição, ou que um como “o martelo” não possui, então eles poderiam servir como o agente ou a causa, respectivamente, implícitos na formação. A interação entre tudo isso gera uma espécie de leitura agentiva ou causativa “derivada” para o papel temático de origem.

A discussão que empreendemos até aqui se focou em fundamentar a indisponibilidade dos papéis temáticos de agente e causa para a *by-phrase* e a disponibilidade do de origem, mas uma outra questão que poderia ser levantada é se é necessariamente o papel de origem encontrado nesse elemento, e não outro. Isso porque, no que diz respeito à estrutura sintática, outros papéis temáticos estariam disponíveis para serem introduzidos em posições de adjuntos – como o próprio instrumento, por exemplo. Por isso, vamos agora trazer mais algumas contribuições que nos ajudam a descartar outros papéis temáticos e a corroborar que a leitura adequada é a de origem.

De maneira geral, parece-nos que a maior parte dos demais papéis temáticos assumidos mais comumente na literatura – como experienciador, meta/alvo, locativo e benefactivo, entre outros – se mostra incompatível com essa posição, seja por questões sintáticas ou semânticas. Em termos sintáticos, alguns desses papéis já estão associados a estruturas específicas, o que os tornaria indisponíveis para a *by-phrase*. Nos casos em que não há uma estrutura sintática tão diretamente associada ao papel temático em questão, a própria semântica se mostra incompatível. Mesmo com a influência do conhecimento enciclopédico, não parece possível encontrar, por exemplo, uma leitura locativa ou de meta/alvo em um agente da passiva.

Em nossa percepção, o único outro papel temático que poderia ser considerado uma possibilidade para o argumento da *by-phrase* seria o de instrumento. Mas também há razões para descartá-lo. O primeiro ponto que depõe contra o papel de instrumento é que a *by-phrase*

também é encontrada em passivas formadas a partir de verbos não agentivos, isto é, com verbos de eventos externamente causados e de causa não especificada (por exemplo, *A cidade foi destruída pelo terremoto*). E, como argumentam Alexiadou e Schäfer (2006), é preciso haver um agente para que um instrumento seja licenciado, pois uma causa (inanimada e/ou não volitiva) não poderia fazer uso de um instrumento para desencadear uma ação. O papel temático de origem, por outro lado, é compatível tanto com agentes quanto com causas. O segundo ponto nesse debate é que é possível projetar um agente da passiva em conjunto com outro adjunto instrumental, como na sentença “A janela foi quebrada pelo João com o martelo”, o que não seria esperado se a *by-phrase* já expressasse um instrumento. Isso também favorece a proposta de que seu papel temático é o de origem.

Sendo assim, resta-nos, então, explicar por que a preposição que introduz a *by-phrase*, ao menos em algumas línguas, não é a mais comumente associada à informação de origem. Esse é o caso no português, por exemplo, em que a preposição “de” é a que introduz origem na maioria das situações, ou do inglês, com a preposição *of*. Para abordar esse ponto, trazemos alguns dados do licenciamento de *by-phrases* em nominalizações do português. De modo geral, nominalizações (de diversos tipos, como as regressivas, as infinitivas e as formadas via derivação com os sufixos *-ção* e *-mento*) compartilham diversas propriedades com as passivas (cf. Armelin; Souza; Gonçalves, 2024), dentre as quais está a compatibilidade com um elemento análogo à *by-phrase*, como se vê nos dados em (58):

(58) *By-phrase* em passivas e nominalizações

- |   |                 |
|---|-----------------|
| a. A empresa foi comprada <u>pelos investidores</u> . | (passiva)       |
| b. A compra da empresa <u>pelos investidores</u> .    | (nominalização) |
| c. A cidade foi destruída <u>pelo terremoto</u> .     | (passiva)       |
| d. A destruição da cidade <u>pelo terremoto</u> .     | (nominalização) |

A presença da *by-phrase* em nominalizações já é um fato conhecido e não acarreta problemas em uma visão como a nossa, em que a informação expressa por esse sintagma não é efetivamente um agente, mas sim uma origem. Por isso, o que queremos examinar aqui é uma característica exibida pela *by-phrase* nesse contexto: as nominalizações (em todos os seus diferentes tipos) mostram uma variação entre introduzir tal elemento com a preposição “por” ou “de”. O padrão é o seguinte: havendo argumento interno na formação nominalizada, a preposição que o introduz é “de”, e o argumento externo é introduzido por “por”. Quando não há

argumento interno, o argumento externo passa a ser introduzido por “de”. Podemos ver alguns exemplos em (59):

(59) Variação na *by-phrase* em nominalizações

- a. A compra da empresa pelos investidores.
- b. A destruição da cidade pelo terremoto.
- d. A dança dos famosos. / \*A dança pelos famosos.
- e. O cantar dos pássaros. / \*O cantar pelos pássaros.
- f. O canto da serenata de Natal pelo coral.<sup>118</sup>

Esses dados demonstram que há ao menos um contexto em que a preposição “de”, mais prototipicamente associada a origem, introduz essa informação de forma análoga ao que “por” faz no agente da passiva. Outro ponto importante a ser observado com os dados em (59) é que essa variação entre “por” e “de” não parece ser pré-condicionada, mas sim de fato determinada pela presença ou não dos dois argumentos. Isso é especialmente notável nos exemplos em (59e) e (59f), em que vemos o mesmo verbo em um uso inergativo e em um uso transitivo, respectivamente. Assim, aparentemente trata-se da mesma informação, apenas realizada de maneira distinta. Também cabe mencionar que um padrão similar é observado em outras línguas. No inglês, por exemplo, a preposição *by* é substituída por *of* em contextos quase idênticos àqueles em que ocorre a mudança de “por” para “de” em português. Isso demonstra que uma suposta função “prototípica” da preposição que encabeça a *by-phrase* em determinadas línguas não deve ser considerada um fator determinante no debate em questão quanto ao papel temático dessa formação.

A variação na forma como a *by-phrase* se realiza em nominalizações serve como ponto de partida, também, para respondermos a mais uma questão sobre esse elemento. Na literatura, há autores que apontam para uma restrição no uso do agente da passiva em algumas línguas, como visto no capítulo 2 com Alexiadou, Anagnostopoulou e Schäfer (2006). Esses autores relatam que há línguas que licenciam *by-phrases* com todo tipo de papel temático – como o português e o inglês, em que elas podem introduzir agentes ou causas – e outras em que elas só podem introduzir agentes – como o grego e o alemão. Essa análise se baseia em uma visão mais tradicional do agente da passiva, em que ele reflete o papel temático do argumento externo,

<sup>118</sup> Ressaltamos que a oração “O canto da serenata de Natal do coral” seria gramatical, mas não com o mesmo sentido. Nesse caso, “do coral” expressa um possessivo.

algo do qual discordamos. Em nossa proposta, como a *by-phrase* sempre introduz origem, essa limitação a princípio não deveria ser esperada em nenhuma língua, ou ao menos não de forma sistemática.

Nossa análise para essa situação é a de que essa restrição, em geral, realmente não ocorre. A informação de origem é compatível com a formação passiva em todas essas línguas, mas sua realização varia. Ou seja, argumentamos que a variação vista na *by-phrase* das nominalizações do português e do inglês pode ocorrer também no contexto mais canônico das passivas em algumas línguas. Nesse caso apontado por Alexiadou, Anagnostopoulou e Schäfer (2006), sua realização estaria sendo condicionada pelo tipo de complemento da *by-phrase*, se agentivo ou causativo<sup>119</sup>. Abraham (2006a) também aponta isso em sua análise das passivas do alemão. O autor afirma que o que acontece é que a preposição que introduz canonicamente o agente da passiva, *von* (“de”), é usada quando a origem do evento é algo humano. Quando a origem é algo não humano, o agente da passiva não é recusado, apenas se realiza introduzido pela preposição *durch* (“através”). Os exemplos a seguir, em (60), demonstram isso:

(60) Variação na realização do agente da passiva em alemão

a. *Die Tür wurde von dem Mann / \*von dem Wind geöffnet.*

“A porta foi aberta pelo homem / pelo vento.”

b. *\*Die Tür wurde \*durch den Mann / durch den Wind geöffnet.*

“A porta foi aberta pelo homem / pelo vento.”

O adjunto *durch den Wind* não é tradicionalmente considerado um agente da passiva em alemão, pois não é introduzido por *von*. Contudo, diante da caracterização que fizemos desse elemento como um introdutor de origem e da possibilidade de haver variação na realização da preposição que o introduz, não nos parece adequado tratá-lo como algo distinto de *von dem Mann*. Ambos têm a mesma função de introduzir a origem do evento, então os parece plausível que sejam tratados como o mesmo elemento, mas com uma realização diferente. Defendemos, assim, que a restrição agentiva do agente da passiva em certas línguas apontada por alguns autores pode ser explicada dessa maneira<sup>120</sup>.

<sup>119</sup> Ou, possivelmente, outro padrão de condicionamento, como volitivo x não volitivo, animado x inanimado, humano x não humano, entre outros. Seria necessária uma análise mais aprofundada caso a caso para averiguar qual é a informação exata que condiciona os contextos.

<sup>120</sup> Deve-se ressaltar que o padrão do alemão é apenas um exemplo, não uma regra geral. Como mencionamos na nota anterior, o fator que influencia a realização do agente da passiva pode não ser a informação de que o complemento é humano, mas sim volitivo, animado ou algo semelhante.

Agora que discutimos o estatuto do agente da passiva como um adjunto, seu papel temático como origem e a leitura “derivada” de agente ou causa decorrente de fatores contextuais, uma questão que surge é por que não há *by-phrases* em construções ativas. Afinal, se elas expressam origem, deveriam ser compatíveis com qualquer estrutura, não apenas passivas. Sobre isso, argumentamos que, em verdade, elas existem, mas são bastante limitadas. A razão para isso é que, de maneira geral, esse sintagma seria redundante em formações ativas. No caso dos verbos transitivos e inergativos, que representam eventos agentivos ou causativos, pode-se dizer que, ao menos como *default*, a origem coincide com o próprio agente ou a própria causa, uma informação já expressa na estrutura, sendo desnecessário projetar um adjunto para isso. As passivas, no entanto, por veicularem a leitura agentiva/causativa, mas não o agente/causa em si, não incorrem nessa redundância. Quanto aos verbos inacusativos, em que não há leitura agentiva/causativa, a natureza do evento enquanto internamente causado acarreta que a origem é o próprio evento, o que igualmente torna redundante ou mesmo incongruente projetar um adjunto desse tipo na maioria das ocasiões. O fato de que há exceções a essa regra (como no exemplo de inacusativo com origem na nota 120) na verdade é positivo, pois demonstra que não é uma restrição efetivamente sistêmica, mas sim dependente da leitura enciclopédica dos elementos envolvidos. Assim, de forma geral, parece-nos que é possível expressar a origem em formações ativas, mas apenas quando o desencadeador não está explicitado, que é o caso das passivas, ou quando há alguma peculiaridade que desbloqueia essa informação<sup>121</sup>.

Com essa discussão feita, podemos concluir sintetizando a proposta da seguinte maneira: o agente da passiva é um adjunto que expressa a origem do evento, e não seu agente ou causa. Isso captura sua opcionalidade e ao mesmo tempo mitiga os problemas de redundância e incongruência acarretados por uma visão que o associa ao argumento externo e ao papel

---

Também é possível que sua realização seja sensível à estrutura da passiva de maneira mais ampla, considerando o tipo de verbo de base (se agentivo, externamente causado ou outro). Algo assim possivelmente é o que acontece nos anticausativos em português. Eles não são compatíveis com o agente da passiva: “A janela se quebrou pelo vento”, por exemplo, é agramatical. Isso faria sentido se a *by-phrase* fosse de fato agentiva, mas, sendo ela uma origem, deveria ser possível encontrá-la também em anticausativos ou mesmo inacusativos. Sob a perspectiva de que ela representa origem e de que sua realização pode variar, podemos analisar que adjuntos introduzidos por “com” são o “agente da passiva” desses tipos de verbo, em orações como “A janela se quebrou com o vento” (anticausativo) e “As plantas cresceram com a chuva” (inacusativo). Nesse caso, não seria a presença de volição ou animacidade no argumento da *by-phrase* que determinaria sua realização, mas sim o tipo de estrutura a que ela se concatena.

<sup>121</sup> Além do exemplo de inacusativo visto anteriormente, podem-se citar também os verbos do português como “apanhar” (no sentido de “levar uma surra”) cuja sintaxe é ativa, mas não há agente na grade argumental. Eles permitem a introdução de uma origem via a preposição “de” (similarmente às nominalizações), como em “O João apanhou da Maria”.

temático de agente. Com isso estabelecido, vamos agora verificar os detalhes formais dessa proposta derivando orações que contêm o agente da passiva.

Para proceder à derivação de passivas com *by-phrase*, o primeiro passo é identificar em que ponto da derivação esse adjunto se concatena. Parece-nos seguro dizer que ele precisa ser introduzido somente após a entrada de *Voice*, já que, como argumentamos, seu licenciamento depende da não explicitação do argumento externo. Porém, isso significa que o ponto a que a *by-phrase* se concatena é diferente nos dois tipos de passiva. Na passiva sintética, a projeção de *Voice* prossegue como o esperado normalmente, já que um argumento externo é introduzido (a anáfora). Entretanto, nas analíticas, a solução para possibilitar o prosseguimento da derivação é promover uma mudança de categoria. Isso é feito por um *Switch*, mais especificamente, pelo particípio, que se concatena a *Voice* e torna a estrutura adjetival a partir daquele ponto. Por isso, o agente da passiva deve ser projetado acima do particípio.

Consideramos que essa situação de concatenação da *by-phrase* a diferentes núcleos não é um problema. Na literatura, há vários autores que assumem que a *by-phrase*, embora faça parte de uma estrutura verbal, é tecnicamente é um adjunto do particípio, como Wegner (2019) e o próprio Abraham (2006a), a partir de cuja análise iniciamos a nossa proposta para o agente da passiva. A justificativa desse autor para o papel temático de origem era justamente porque o particípio, sendo um adjetivo que denota estado, não poderia ter um agente desencadeador<sup>122</sup>. Ademais, vimos que a *by-phrase* também é encontrada em nominalizações, o que demonstra que ela não se limita ao domínio verbal. Por fim, a própria caracterização que fizemos para esse elemento, enquanto um introdutor de origem, acarreta que deve ser compatível com estruturas diversas, já que não é uma informação exclusiva de verbos.

Vale também mencionar que a projeção de um adjunto acima de *Voice* não promove nenhuma alteração na interação entre a anáfora e o restante da estrutura. O DP que está dentro da *by-phrase* não c-comanda a anáfora, então não pode valorar seus traços- $\phi$ . Além disso, ele estabelece com a preposição que o introduz (ou com qualquer que seja o operador que faz isso caso não seja preposicionado, como ocorre em algumas línguas) uma relação de *Agree* que valoriza o seu traço de caso, estando, então, invisível para outras operações de *Agree*. Portanto, sua presença em nada modifica o funcionamento do arcabouço que discutimos no capítulo anterior.

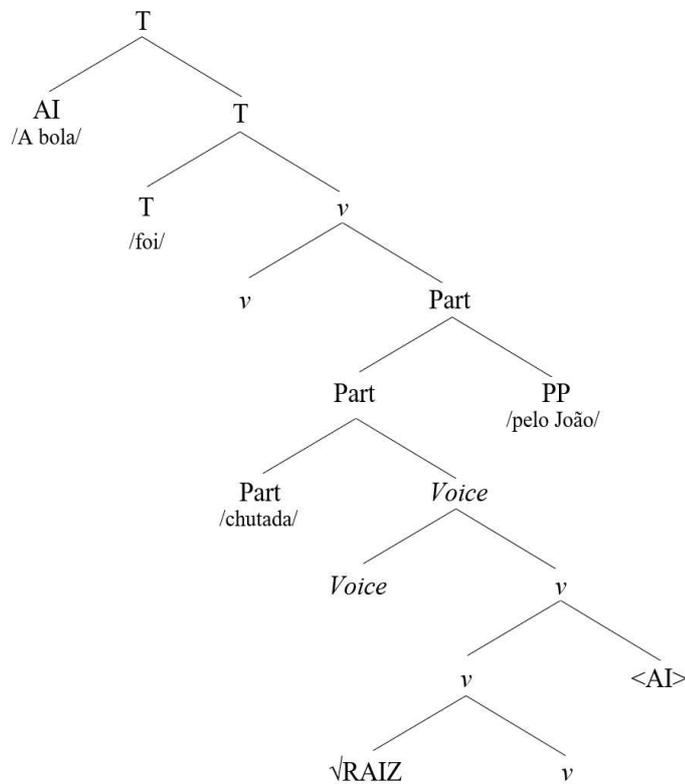
---

<sup>122</sup> Ressaltamos, aqui, que embora Abraham (2006) justifique o papel de origem com base no estatuto adjetival / estativo do particípio, demonstramos ao longo da seção anterior que esse não é o único fator envolvido no licenciamento da *by-phrase*. Assim, sua presença nas passivas sintéticas, em que não há particípio, não é incongruente.

Agora que estabelecemos a altura do *merge* da *by-phrase*, oferecemos a seguir representações arbóreas dos dois tipos de passiva com esse elemento. Como o foco aqui é apenas a adição do agente da passiva às estruturas que já conhecemos, vamos omitir as representações de traços e as relações de *Agree*, mostrando apenas os elementos principais das estruturas<sup>123</sup>. As representações seguem em (61), dedicada à passiva analítica, com um exemplo do português, e (62), dedicada à passiva sintética, com um exemplo do latim<sup>124</sup>.

(61) Passiva analítica com agente da passiva

*A bola foi chutada pelo João.*



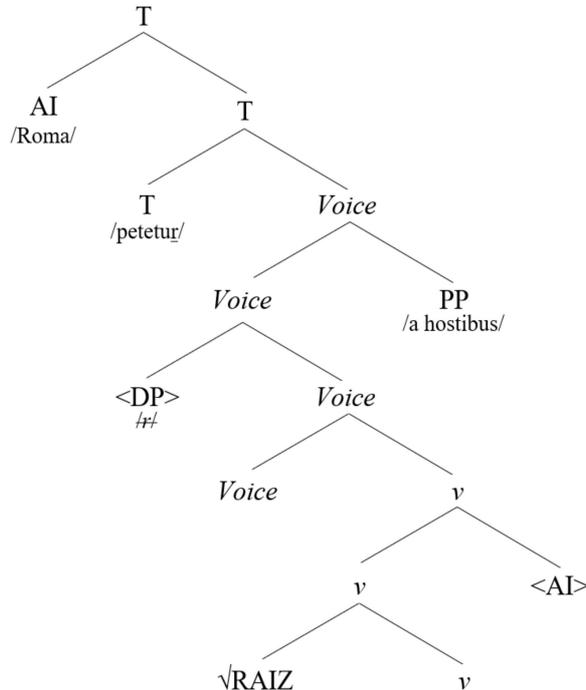
<sup>123</sup> Além disso, não buscaremos derivar as particularidades da estrutura interna do agente da passiva, pois existe muita variação translinguística (preposicionado ou não, diferentes marcações de caso) e não seria possível contemplá-la neste trabalho. Para os nossos objetivos, a identificação da sua natureza e da sua posição na derivação bastam.

<sup>124</sup> O latim foi escolhido aqui por o português não aceitar a *by-phrase* na passiva sintética, o que exploraremos em seguida.

(62) Passiva sintética com agente da passiva

*Roma petetur a hostibus.*

“Roma será atacada por inimigos.” (“Atacar-se-á Roma por inimigos.”)



Antes de finalizar a seção, vamos abordar rapidamente os padrões de (in)compatibilidade que algumas línguas demonstram com o agente da passiva. No capítulo 2, relatamos, de acordo com nossos dados e com a literatura, que parece não haver nenhuma língua que impede o uso da *by-phrase* em passivas analíticas e em passivas sintéticas afixais. Nas passivas de clíticos, todavia, houve uma rejeição bastante forte a esse elemento. Além disso, comparada com a passiva analítica, a passiva sintética clítica carrega uma implicatura mais forte de impessoalidade. Demonstramos isso com o exemplo “Vendem-se” casas do português, que pode ser parafraseado como “Alguém vende casas”. Esse entendimento também é reforçado pelo fato de que encontramos dados como “Vende-se casas”, no singular, o que indica que o falante parece interpretar “se” efetivamente como um sujeito pleno. Como esse é um padrão recorrente translinguisticamente, consideramos que a leitura impessoal influencia a interpretação da construção a ponto de fazer com que a introdução de um agente da passiva gere a mesma redundância que produziria em uma voz ativa. Isso explicaria, então, a incompatibilidade entre a passiva de clítico e a *by-phrase*. No entanto, é importante notar que a influência da leitura impessoal não pode explicar todos os casos de rejeição da *by-phrase* pela passiva clítica, pois há línguas em que esse padrão não se mantém (como o eslovaco, que não possui a passiva analítica). Ainda

assim, demonstra como uma questão que não é estritamente linguística, no sentido de não fazer parte da construção sintática que está por trás da passiva, pode influenciar parte da sua realização. Desse modo, serve como apoio à nossa proposta de que as respostas para a essa questão dependem de cada língua individualmente, e não de algo inerente ao sistema. Com isso, encerramos, então, a discussão sobre a *by-phrase*. Na próxima seção, avançaremos para a sistematização das passivas não canônicas.

## 5.2 PASSIVAS NÃO CANÔNICAS

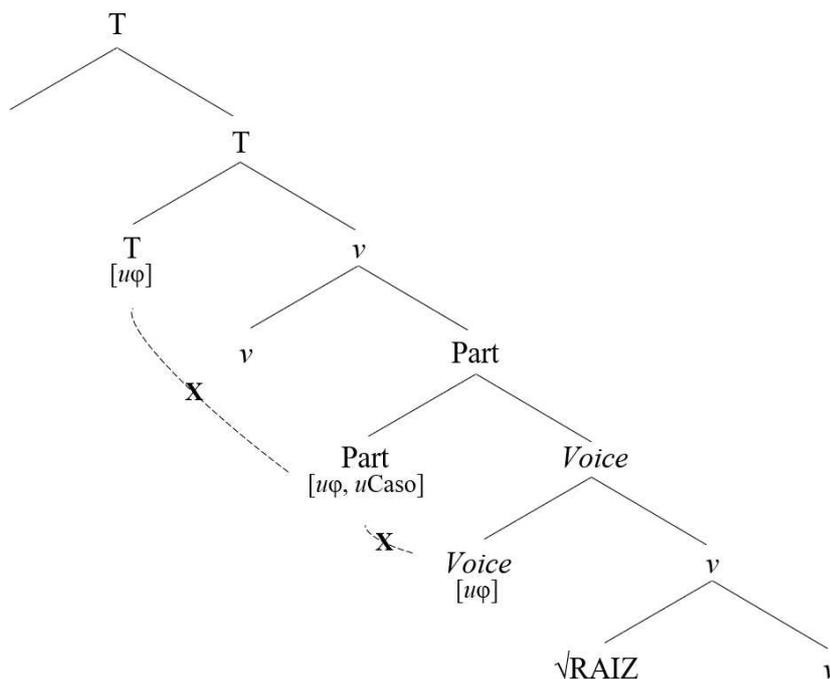
Nesta seção, vamos explorar como o sistema que desenvolvemos no capítulo anterior pode derivar os principais tipos de passiva não canônica. Todas essas estruturas, a princípio, parecem apresentar alguma complicação com relação à caracterização geral do fenômeno e, por isso, merecem atenção especial. Em 5.2.1, começamos com um tipo de verbo intransitivo, o inergativo. Esse tipo de verbo muitas vezes é visto como um problema quando passivizado, pois diversos autores associam a passiva a uma estrutura transitiva. Nossa análise, porém, não tem essa visão e, por isso, demonstramos que eles podem ser passivizados sem problemas, embora apresentem algumas variações de comportamento em função do parâmetro *pro-drop*, as quais também exploramos. Em 5.2.2, avançamos para um segundo tipo de intransitivo, o inacusativo. Assim como os inergativos, a princípio não seria esperado que esses verbos se passivizassem, já que, além de não serem transitivos, também não possuem leitura agentiva. Nossa proposta, segundo a qual a passiva depende da presença de *Voice* na estrutura, prevê que eles só podem ser passivizados na versão sintética, via projeção de uma anáfora na posição de argumento interno, e não externo, o que é condizente com os dados empíricos. Em 5.2.3, trabalhamos os verbos cujo sujeito não é agente ou causa, mas sim experienciador. Propomos que as semelhanças entre esses verbos e os transitivos agentivos/causativos pode ser explicada pelo núcleo que introduz o argumento desses verbos, uma projeção específica que chamamos de EXP, seguindo a proposta de Gonçalves (2021). Esse núcleo funciona de maneira análoga a *Voice*, mas atribui o papel temático de experienciador. Por fim, em 5.2.4, exploramos os verbos em que o objeto preposicionado é promovido a sujeito na passiva. Defendemos que essas passivas são oriundas de uma estrutura de base que contém o núcleo aplicativo (Appl) baixo de Pylkkänen (2008). Os mecanismos da passiva são os mesmos, mas, como o argumento de Appl é mais alto na estrutura, é promovido a sujeito sintático em lugar do argumento de *v*.

### 5.2.1 Verbos inergativos

Os verbos inergativos se caracterizam por terem apenas um argumento, o externo, como acontece com os verbos como “correr”, “trabalhar” ou “pular”. Quando se pensa nas definições tradicionais de passiva, esses verbos representam um desafio, pois parte-se do pressuposto de que a passivização atua sobre verbos transitivos. Como vimos em nosso capítulo 2, no entanto, existem passivas de verbos inergativos, tanto passivas analíticas quanto sintéticas. De certo modo, a caracterização que fizemos do fenômeno no capítulo 4 acaba por oferecer uma resposta para essa questão, pois apontamos que o fator essencial para a formação passiva não é a transitividade ou o argumento interno, mas sim o argumento externo – mais especificamente, sua ausência em certos contextos. Ainda assim, a ausência do argumento interno promove alterações nas relações sintáticas que precisam ser abordadas.

Vamos começar nossa exploração desse tipo de verbo pelas passivas analíticas. Como já exploramos os mecanismos de base da derivação da passiva no capítulo anterior, agora vamos nos focar no que difere nessas estruturas, sem retomar todos os detalhes já discutidos anteriormente. Também por isso, fazemos apenas representações arbóreas mais simples, omitindo os elementos que não forem necessários para a análise dos tópicos adicionais requeridos neste momento. Feitas essas considerações, a representação da passiva analítica de verbos inergativos segue em (63):

(63) Passiva analítica de um verbo inergativo

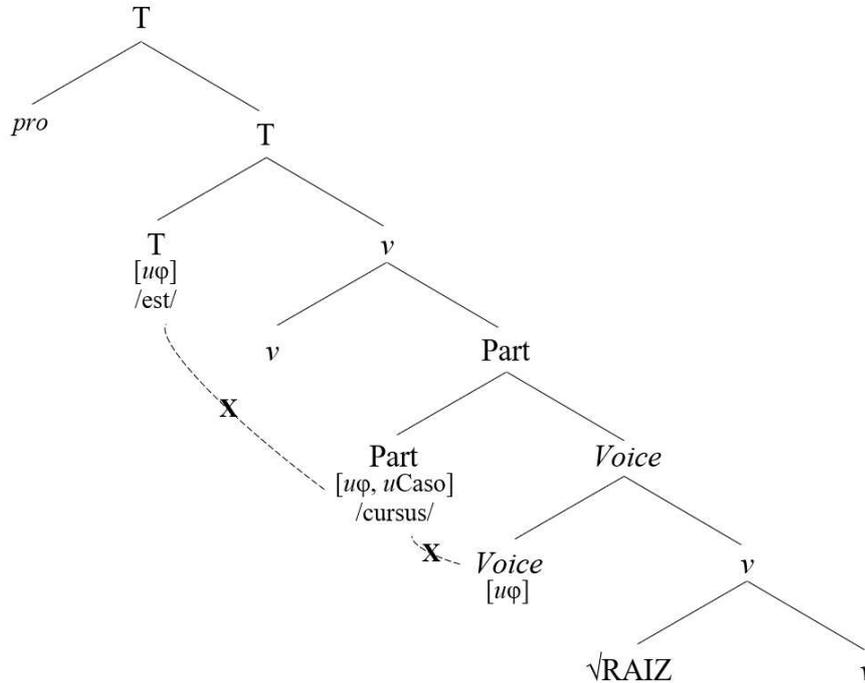


A derivação começa com o *merge* entre a raiz e o categorizador verbal da maneira usual, mas verbos inergativos não possuem o argumento interno. Então, após a entrada de *v*, é projetado o núcleo *Voice*. Ele carrega traços- $\phi$  não valorados, o que, em verbos transitivos, desencadearia uma sonda e promoveria *Agree* com o argumento interno. Aqui isso não pode acontecer, então os traços de *Voice* permanecem sem valor. Depois disso, devido à ausência do argumento externo, o particípio é introduzido na estrutura. O particípio também possui traços- $\phi$  e um traço de caso não valorado, então atua como sonda, encontrando *Voice*. Este núcleo possui traços- $\phi$ , mas não valorados, então, o particípio também não consegue valorar seus traços e, como consequência, também não pode valorar caso. O verbo auxiliar é projetado, iniciando sua própria sequência de projeções estendidas, que culmina em T. Assim como *Voice*, T carrega traços- $\phi$  não valorados e, assim como o particípio, só vai encontrar no seu domínio de sondagem elementos incapazes de valorá-los. Assim, T, o particípio e *Voice* continuam com todos os seus traços não valorados, embora estejam ligados por uma cadeia de *Agree* negativo, conforme a proposta de Heintz (2006).

Nesse momento da derivação, o traço EPP de T atrairia o argumento externo (em uma estrutura ativa) ou o interno (em uma passiva) para a posição de *spec. T*. Mas não há nenhum DP nessa formação, já que inergativos não têm argumento interno e o argumento externo foi dispensado pelo particípio. O que acontece a seguir varia de língua para língua, especificamente, a depender da sua configuração do parâmetro *pro-drop*. Em línguas *pro-drop*, como o latim, em que *spec. T* não exige a presença de um DP com realização fonológica, essa posição será então preenchida por um *pro*, uma categoria vazia. Já em línguas não *pro-drop*, como o alemão, será um expletivo que a preencherá essa posição. Isso faz com que os próximos passos da derivação sejam bastante distintos, porque essas duas categorias têm propriedades diferentes. Vamos ver essas diferenças começando pela derivação da estrutura em uma língua *pro-drop*, como representado em (64), a seguir. O português não admite a passivização de verbos inergativos na forma analítica, então vamos recorrer ao latim para fazer essa derivação.

(64) Passiva analítica de um verbo inergativo – línguas *pro-drop*  
*Est cursus.*

“Correu-se.” (“Foi corrido.”)



Seguimos aqui a visão de que *pro* – ou ao menos o *pro* encontrado nessa estrutura – é uma categoria vazia minimamente especificada, contendo apenas os traços categoriais (ou seja, sem traços- $\phi$ ), cuja função é atender ao EPP (cf. Chomsky, 1982; Barbosa, 2019)<sup>125</sup>. Com isso, a derivação sintática termina com os traços de T, do particípio e de *Voice* não valorados.

Nas passivas de verbos transitivos, uma operação de cópia de traços poderia ser ativada em PF, a depender das necessidades de cada língua, para transmitir os valores dos traços- $\phi$  do argumento interno para outros elementos. Nos inergativos, no entanto, como não há argumento interno, isso naturalmente não pode ser feito, e o *pro* também não tem traços que possam ser

<sup>125</sup> Há muita discussão com relação à natureza do *pro* (e das categorias vazias em geral, de modo mais amplo), bem como quanto aos tipos de *pro* existem. Além de uma visão do *pro* como um elemento de propriedades bastante restritas como a que adotamos, há autores que defendem que o *pro* é um pronome totalmente especificado que apenas é deletado em PF (Perlmutter, 1970; Roberts, 2010; por exemplo), enquanto outros propõem uma verdadeira tipologia para *pro* (Alexiadou; Anagnostopoulou, 1998). Não empreenderemos uma discussão sobre isso aqui, dada a complexidade do assunto. A perspectiva que adotamos se baseia no que observamos nos nossos dados, em particular no funcionamento da passiva sintética de inergativos, que veremos a seguir. Se nosso *pro* tivesse traços mais completos, acarretaria efeitos de concordância que não se observam empiricamente. Mas ressaltamos que nos parece adequado pensar que o *pro* que substitui um sujeito referencial em línguas como o português e o espanhol, em orações como “Comprei um carro”, seja distinto do *pro* encontrado nas passivas de intransitivos. Esse *pro* bastante esvaziado, que atua apenas para atender ao EPP, se encaixa no que Alexiadou e Anagnostopoulou (1998) chamariam de “*pro* expletivo”.

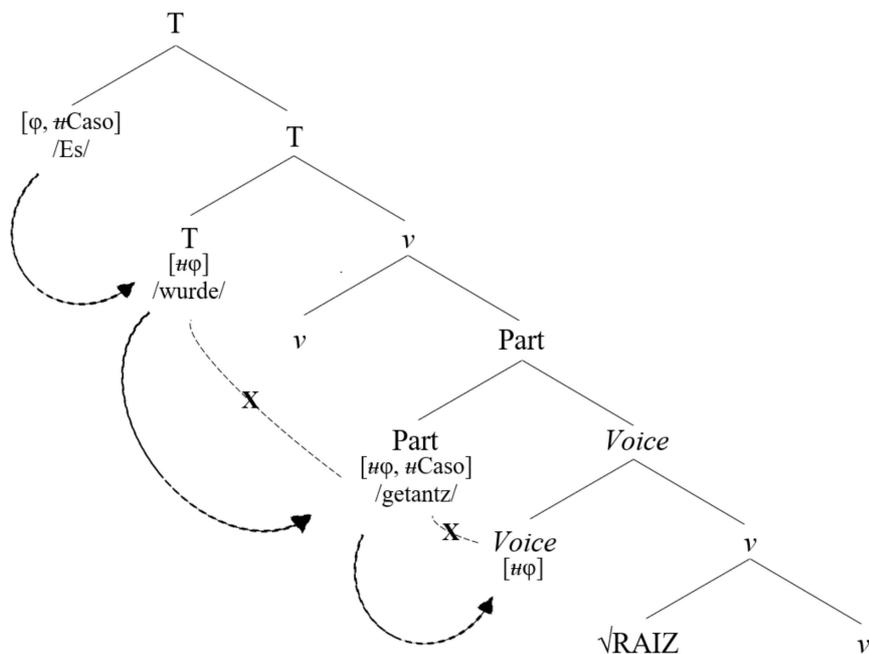
copiados. Isso não impede a derivação de prosseguir, pois, como já argumentamos, há traços que podem sobreviver à derivação sem problemas mesmo nesse componente, e todos os envolvidos na derivação em (64) são desse tipo. A ausência de valores para os traços- $\phi$  apenas tem como consequência que a formação terá de se realizar na forma menos marcada da língua – nesse caso, a terceira pessoa do singular para o verbo e o singular masculino para o particípio. Em LF, os traços que chegaram não valorados também são não interpretáveis, então são ignorados.

Nas línguas não *pro-drop*, o expletivo é um DP plenamente realizado, com seus próprios traços- $\phi$  e traço de caso, tal como ilustrado em (65) com um exemplo do alemão.

(65) Passiva analítica de um verbo inergativo – línguas não *pro-drop*

*Es wurde getanzt.*

“Dançou-se.” (“Foi dançado.”)



A parte inicial da derivação, desde o *merge* entre raiz e *v* até a entrada de T, é semelhante ao que vimos antes. Aqui, porém, como o alemão é uma língua não *pro-drop*, não pode recorrer ao *pro* para atender ao EPP de T. Então, de maneira similar à introdução da anáfora na passiva sintética, é projetado um elemento *default* para preencher essa posição sintática – no caso do exemplo, o pronome *es*. Embora a projeção desse expletivo seja um mecanismo análogo àquele que introduz a anáfora nas passivas sintéticas, com ambos tendo a função de atender a uma necessidade sintática, a natureza de cada posição impõe restrições distintas a cada um. No caso

da posição de *spec. Voice*, é preciso que o elemento introduzido não seja referencial, para não comprometer a construção de sentido realizada. Por isso, é introduzida a anáfora, que não possui referencial próprio. Um pronome pleno como o *es* do alemão (ou o *it* do inglês) tem seus próprios traços- $\phi$  (terceira pessoa do singular neutro), o que acarretaria uma interpretação específica naquele contexto. Em *spec. T*, por outro lado, o pronome pode ser licenciado, pois essa é uma posição não temática, sem semântica associada.

O expletivo possui seus próprios traços- $\phi$  valorados, além de um traço de caso não valorado, como os demais DPs. Por esse ser um *merge* externo, uma sonda é ativada em busca da valoração desse traço. O expletivo encontrará T, que está com os traços- $\phi$  ainda sem valor, e uma relação de *Agree* será estabelecida entre eles. Todos os traços- $\phi$  de T são valorados, o que, em troca, valora o traço de caso do expletivo. Além disso, devido ao *Agree* negativo estabelecido antes entre T, o particípio e *Voice*, os traços de todos eles também são valorados. Assim, a derivação termina com todas as necessidades de todos os elementos satisfeitas.

Na interface de PF, o expletivo já supriu todas as necessidades de valoração da estrutura, não sendo preciso fazer intervenções nesse componente. Vale mencionar que os expletivos geralmente carregam os traços menos marcados da língua. Assim, da mesma forma que as passivas de inergativos em línguas *pro-drop*, as de línguas não *pro-drop* também se realizam na pessoa, no gênero e no número menos marcados disponíveis – geralmente terceira pessoa do singular e gênero masculino ou neutro, se este estiver disponível. Em LF, o expletivo está em uma posição não temática, o que basicamente faz com que não seja interpretado. Os traços- $\phi$  de T e do particípio que foram valorados por ele são não interpretáveis, sendo ignorados, com ou sem valor.

Como pudemos ver, apesar de haver diferenças consideráveis na sua sintaxe, superficialmente essas passivas são parecidas nos dois tipos de língua. Crucialmente, em ambas elas se realizam em formas pouco marcadas, o que explica por que só encontramos as chamadas “passivas impessoais” com esse tipo de verbo. Um ponto adicional nessa questão é que as passivas impessoais são caracterizadas na literatura não só por se realizarem sempre na mesma forma, de terceira pessoa, mas também por rejeitarem o agente da passiva. Precisamos, então, explicar também por que essa rejeição ocorre.

Antes de empreender a busca por uma resposta, contudo, é preciso ter em mente que esse não é um fato absoluto. Já demonstramos, no capítulo 2, que o termo “passiva impessoal” na verdade não denota uma estrutura específica, mas simplesmente se refere a passivas sem *by-phrase*. Toda passiva nessas condições, em nossa visão, automaticamente se torna impessoal, pois o desencadeador do evento é desconhecido. Se o agente da passiva é projetado, ela então

se torna “pessoal”. Logo, o verdadeiro axioma não é que passivas impessoais rejeitam o agente da passiva, mas sim que não pode haver leitura impessoal se houver agente da passiva.

Mesmo com essa constatação, é fato que, no caso das passivas analíticas de inergativos, há línguas que rejeitam a *by-phrase* (como o alemão e o holandês). Novamente, deve-se ressaltar a não universalidade dessa característica: o latim, por exemplo, permite a projeção do agente da passiva nesse contexto, embora, naturalmente, isso resulte na perda da leitura impessoal. Isso nos leva a concluir que existem fatores específicos de determinadas línguas envolvidos nesse comportamento, o que nos impede de desenvolver uma resposta definitiva. Podemos conjecturar, no entanto, que ocorre algo semelhante ao que apontamos como fator para a recusa da *by-phrase* em passivas sintéticas marcadas com clíticos. Possivelmente, essas estruturas já estão tão associadas a uma leitura impessoal nas línguas em questão que a projeção do agente da passiva seria redundante, pois ela estaria embutida nesse agente desconhecido<sup>126</sup>.

Essa recusa do agente da passiva em passivas analíticas de inergativos também pode ter bases aspectuais, mais especificamente, relacionadas à telicidade. Abraham (2006b) aponta que, enquanto os verbos transitivos são prototipicamente télicos, intransitivos são prototipicamente atélicos. Essa prototipicidade tem a ver tanto com a semântica da maioria desses verbos, mas também com o fato de que a presença de um argumento interno geralmente adiciona telicidade à estrutura, o que o autor chama de aspecto composicional. Quando discutimos o conceito de telicidade no capítulo 4, vimos isso com o verbo “correr”, que oscila entre usos intransitivos e transitivos. O uso intransitivo geralmente é atélico (“Ele correu”), mas o transitivo é télico (“Ele correu uma maratona”). É possível que a atelicidade dos verbos intransitivos, isto é, a ausência de um ponto de encerramento do evento, limite a introdução de um ponto de origem. Decerto, esse fator também não pode ser um absoluto, devido aos casos do latim que mencionamos, mas, em conjunto com outras questões, possivelmente influencia esse comportamento.

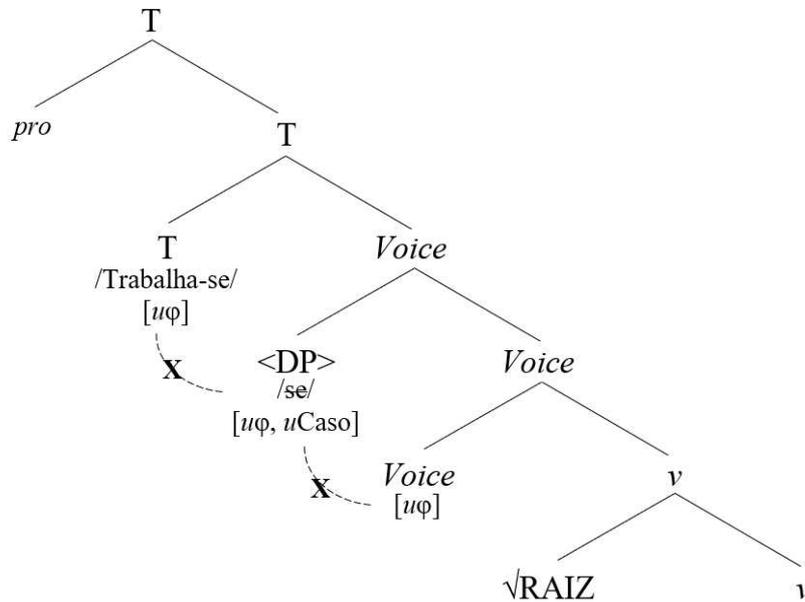
Podemos agora avançar para as passivas sintéticas de verbos inergativos. Vamos começar averiguando sua representação arbórea, em (66), já aplicada ao português.

---

<sup>126</sup> Essa mesma questão também poderia explicar por que as passivas de inergativos estão indisponíveis na forma analítica em algumas línguas, como o português. Anteriormente, ao discutir a rejeição ao agente da passiva pelas passivas sintéticas clíticas, argumentamos que elas estão muito associadas à leitura impessoal. Nesse sentido, as passivas analíticas de inergativos, que também priorizam essa leitura, seriam redundantes e poderiam estar bloqueando a outra forma.

(66) Passiva sintética de um verbo inergativo

*Trabalha-se.*



Essa derivação é muito parecida com a das passivas analíticas. Inicialmente, há o *merge* entre raiz e *v*; em seguida, entre *v* e *Voice*, por não haver argumento interno. *Voice* sonda a estrutura, mas não há nenhum elemento capaz de valorar seus traços- $\phi$ . Na sequência, a anáfora é introduzida para atuar como argumento genérico. A anáfora também inicia uma sonda, mas os traços- $\phi$  de *Voice* são não valorados, então não há compartilhamento. T é projetado em seguida e, igualmente, sonda a estrutura e só encontra elementos com traços- $\phi$  sem valor. Assim, T, a anáfora e *Voice* ficam conectados por um *Agree* negativo.

Nessa estrutura também não há um DP que possa ocupar a posição de *spec. T*, pois a anáfora não é capaz de satisfazer essa necessidade sem se ligar e ter seu traço de caso valorado. Na passiva analítica desse tipo de verbo, vimos que o que acontecia em seguida dependia do tipo de língua: a projeção de um *pro*, em línguas *pro-drop*, ou de um expletivo fonologicamente realizado em não *pro-drop*. Na passiva sintética, aparentemente há apenas um padrão possível, pois não encontramos em nossa pesquisa passivas sintéticas de verbos inergativos em línguas não *pro-drop* (discutiremos as razões para isso em instantes). Como vimos, esse *pro* não possui traços- $\phi$ , então, sua presença não altera a estrutura, apenas satisfaz o EPP de T. A derivação sintática termina com T, a anáfora e *Voice* com todos os seus traços não valorados.

Em PF, por não haver argumento interno na estrutura e por *pro* não ter traços- $\phi$ , não há como copiar valores de traços, e todos permanecerão sem valor. Já averiguamos que os traços- $\phi$  podem permanecer assim, o que tem como efeito a realização da passiva na terceira pessoa

do singular, a forma menos marcada. Apenas o traço de caso da anáfora não poderia ficar sem valor, mas isso também não é diferente do que já acontecia nas passivas de transitivos. Logo, o que ocorre aqui é o mesmo movimento de anexação ao domínio verbal, via deslocamento local. A anáfora então se torna uma forma presa ou dependente, a depender do padrão da língua. No componente de LF, a anáfora não ligada é lida genericamente, e os demais traços sem valor são não interpretáveis e, portanto, desconsiderados. A estrutura é lida como um evento desencadeado por alguma entidade desconhecida.

Quanto à aparente incompatibilidade das línguas não *pro-drop* com esse tipo de passiva, levantamos a hipótese de que isso seja decorrente dos efeitos que a projeção de um expletivo causaria. Como o expletivo carrega traços- $\phi$  valorados, entraria em uma relação de *Agree* com a anáfora, valorando os traços dela. A anáfora, então, passaria a ser interpretada como referencial. Isso causaria um conflito tanto com a semântica pretendida para a formação, que depende de uma leitura genérica para esse argumento, quanto com a leitura de LF, já que o referente da anáfora seria um elemento em posição não temática. Possivelmente por conta desses efeitos, passivas sintéticas de inergativos não parecem ser licenciadas em línguas não *pro-drop*.

O sistema formal proposto ao longo da tese consegue, portanto, explicar as formações passivas de verbos inergativos sem necessitar de alterações nos seus fundamentos. Ressaltamos, também, que o sistema demonstra por que essas passivas só ocorrem na forma impessoal, o que reforça nossa defesa anterior de que impessoais não são uma formação à parte, mas sim apenas o resultado da passivização de verbos intransitivos. Na próxima seção, seguimos para a derivação do outro tipo de verbo intransitivo, o inacusativo.

### 5.2.2 Verbos inacusativos

Inacusativos são verbos intransitivos que possuem apenas o argumento interno, como “cair”, “nascer” e “morrer”, por exemplo. Assim como os verbos inergativos, eles desafiam as descrições tradicionais da passiva, que partem do pressuposto de que apenas os verbos transitivos poderiam ser passivizados. Além disso, os inacusativos são verbos de eventos internamente causados, o que significa, em nossa análise, que não projetam *Voice*. Por conseguinte, neles nunca surge a circunstância problemática que gera as passivas: presença de *Voice* e ausência de argumento externo. Sendo assim, existe algo especial acontecendo com esses verbos.

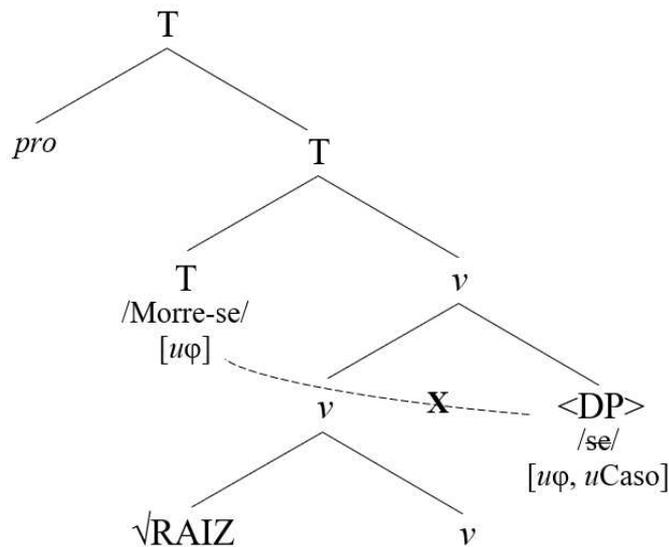
O primeiro ponto a ser observado é que apenas as passivas sintéticas são compatíveis com verbos inacusativos, como averiguamos no capítulo 2. Então, ao menos com relação às passivas analíticas, os dados estão funcionando de acordo com o previsto pelo sistema proposto.

Nossa atenção aqui se volta, então, exclusivamente às passivas sintéticas. Em linhas gerais, propomos que o que ocorre nessas formações é simplesmente a projeção de uma anáfora na posição de argumento interno de um verbo inacusativo. Como ela é o único argumento em toda a estrutura, não pode se ligar, o que acarreta os mesmos efeitos da passiva sintética de transitivos: a anáfora fica sem caso e precisa se mover para o domínio verbal.

Vamos verificar a representação arbórea desse tipo de passiva para averiguar isso com mais detalhes. Assim como as passivas sintéticas de inergativos, as sintéticas de inacusativos também só são encontradas em línguas não *pro-drop*, então há apenas um padrão de derivação. Ele é representado em (67), também em uma oração do português.

(67) Passiva sintética de um verbo inacusativo

*Morre-se.*



Com a representação em (67), vemos que a estrutura de um inacusativo é relativamente mais simples, contendo menos núcleos. Isso ocorre porque o núcleo *Voice* não faz parte da sua sequência de projeções estendidas. Assim, sua derivação segue os seguintes passos: *merge* entre raiz e *v*, introdução do argumento interno e projeção de T. Além disso, como neste caso o argumento interno da formação é uma anáfora, seus traços-φ são não valorados, então ela sonda a estrutura. Porém, não há nada que possa valorá-los em seu domínio de c-comando. Quando T é concatenado, também inicia uma sonda para valorar seus próprios traços-φ. T estabelece uma relação de *Agree* com a anáfora, como faria com um DP pleno, mas é um *Agree* negativo. Depois disso, em decorrência da incapacidade da anáfora de atender ao EPP e da indisponibilidade de outro DP, um *pro* se encarrega dessa função. Como na situação das passivas sintéticas de

inergativos, um expletivo não pode ser licenciado aqui porque isso valoraria os traços- $\phi$  da anáfora, o que explica a incompatibilidade desse tipo de passiva com línguas não *pro-drop*. Após esses passos, a derivação sintática termina com T e a anáfora com seus traços não valorados.

No ramo de PF, a anáfora precisa se deslocar para o domínio verbal para escapar ao filtro de caso. Isso é possível aqui, mesmo ela sendo o argumento interno e não o externo, porque ela continua adjacente a T, já que não há o núcleo *Voice*. Devido à anáfora ser o único argumento na estrutura, não há como haver cópia de traços, o que resulta sempre em traços- $\phi$  não valorados e, por conseguinte, realização na terceira pessoa do singular – ou seja, em uma passiva impessoal. No ramo de LF, os traços não valorados são não interpretáveis, então, são deixados de lado, enquanto a anáfora não ligada recebe uma leitura genérica.

Para finalizar a discussão sobre as passivas de inacusativos, devemos apontar que a presença da anáfora não ligada na posição de argumento interno é um fenômeno ligeiramente diferente do que ocorre quando está na posição de argumento externo. Nas estruturas em discussão, não há a presença do núcleo *Voice*, o que significa que a introdução da anáfora não pode ser decorrente de uma necessidade desse núcleo. Nesse sentido, é preciso reforçar nossa defesa de que a introdução da anáfora para a satisfação de um requerimento sintático não é um dispositivo que existe exclusivamente para a formação de passivas. É, na verdade, um recurso da sintaxe que pode ser utilizado naquele contexto, mas também em outros. No caso das passivas de inacusativos, vemos, então, isso ocorrer com o argumento interno, provavelmente por alguma necessidade do núcleo *v* nesse contexto<sup>127</sup>.

Com o debate sobre os inacusativos, terminamos nossa abordagem para as passivas de intransitivos. Na próxima seção, vamos nos dedicar aos verbos de sentimento, já que, embora o papel temático associado ao argumento externo desses verbos não seja agente ou causa, ainda assim eles são compatíveis com a estrutura passiva, o que requer uma explicação dentro do arcabouço que desenvolvemos.

---

<sup>127</sup> A introdução desse elemento *default* aqui levanta algumas questões, já que o argumento interno muitas vezes pode permanecer não preenchido. Seria necessária uma investigação mais aprofundada para determinar quando a não realização pode ocorrer e quando a projeção de um *default* precisa ocorrer, o que não pode ser feito dentro do escopo da nossa pesquisa. Todavia, podemos supor que isso tem a ver com a natureza inacusativa do verbo em questão, isto é, com o fato de que ele possui apenas o argumento interno. Possivelmente, por ser o único argumento, ele não poderia ser omitido completamente, o que ativa a projeção da anáfora por padrão. Também é válido notar que, tecnicamente, essa estrutura não é uma passiva de acordo com a definição que fizemos, posto que não apresenta a configuração sintática que a gera. Trata-se, no entanto, de um fenômeno extremamente próximo a ela, oriundo de um mecanismo análogo, o que explica a percepção de que fazem parte do mesmo domínio e justifica sua inclusão neste capítulo.

### 5.2.3 Verbos de sentimento

Nosso próximo tópico de discussão são os verbos que, ao invés de expressarem propriamente uma ação, denotam um sentimento, como “amar” ou “sentir”, por exemplo. Tais verbos não possuem um agente ou causa como argumento externo, mas sim um elemento cujo papel temático é tradicionalmente chamado de experienciador. Mesmo assim, esses verbos também são compatíveis com a formação passiva analítica e sintética, como podemos ver em (68):

(68) Verbos de sentimento / papel temático experienciador

- |                                  |                     |
|----------------------------------|---------------------|
| a. O João ama a Maria.           | (ativa)             |
| b. A Maria é amada pelo João.    | (passiva analítica) |
| c. O João sente amor pela Maria. | (ativa)             |
| d. Sente-se amor pela Maria.     | (passiva sintética) |

À primeira vista, esses verbos parecem se comportar sintaticamente como qualquer outro transitivo, como os exemplos demonstram. Contudo, eles não se encaixam perfeitamente no sistema que desenvolvemos ao longo da tese: seu argumento externo claramente não expressa o indivíduo ou entidade que desencadeia o evento, seja como agente ou causa, o que faz com que seja difícil encaixá-los em uma definição de passiva que a associa à indisponibilidade de tal elemento quando ele é interpretado como imprescindível para a conceptualização enciclopédica da formação. Ademais, como mencionamos, a própria natureza do verbo não aponta propriamente para um evento, o que torna também difícil classificá-los de acordo com as categorias de raiz propostas em Alexiadou, Anagnostopoulou e Schäfer (2006) que implementamos também em nosso sistema.

Considerando a proximidade de comportamento sintático entre esses verbos e os transitivos “comuns” e ao mesmo tempo as diferenças semânticas entre eles, concluímos que eles configuram, de fato, uma categoria verbal adicional, não incluída nas quatro estabelecidas por Alexiadou, Anagnostopoulou e Schäfer (2006). Isso, na verdade, não é uma surpresa, pois a proposta dos autores é voltada especificamente para verbos que possuem um componente causativo – tanto é que eles representam em sua estrutura um operador CAUS, embora ressaltem que seja basicamente um tipo de *v*. Com isso em mente, propomos que os verbos de sentimento

são uma categoria à parte, o que deixaria a classificação de raízes estabelecida anteriormente com a configuração em (69), a seguir<sup>128</sup>:

(69) Classificação enciclopédica de raízes – expandido

√ agentiva (assassinar, comer)

√ externamente causada (quebrar, abrir)

√ causa não especificada (explodir, vazar)

√ internamente causada (florescer, murchar)

√ sentimento (amar, sentir)

(adaptado de Alexiadou, Anagnostopoulou e Schäfer, 2006)

Cada uma das categorias já previstas estava associada a um tipo de estrutura sintática, adequada à realização das suas necessidades semânticas e enciclopédicas. Por isso, é natural que a categoria dos verbos de sentimento também possua suas particularidades. Nossa proposta é que a estrutura desses verbos é muito similar à dos demais, mas seu argumento externo – o experienciador – não é introduzido por *Voice*, e sim por outra projeção funcional, que atua de maneira análoga. Isso nos permite explicar suas diferenças e semelhanças com as demais categorias verbais.

Retomando mais uma vez a UTAH, não seria possível dizer que o argumento externo experienciador fosse o argumento de *Voice*, o que já indica que ele deve ser introduzido por outra projeção funcional. Para além disso, devido a algumas particularidades do comportamento desse elemento, há na literatura propostas de que o experienciador possui a sua própria camada funcional. Em particular, Pesetsky (1995), por exemplo, defende que ele é introduzido por uma projeção mais alta que *v*, mas mais baixa que *Voice*. Com base nessas observações de Pesetsky (1995), Gonçalves (2021) propõe uma projeção EXP, responsável pela introdução do experienciador, que normalmente se concatena logo acima de *v*, de maneira idêntica ao que ocorreria com *Voice* nos verbos agentivos e causativos. Ou seja, essa projeção seria uma espécie de contraparte de *Voice*, dedicada especificamente a esse tipo de argumento.

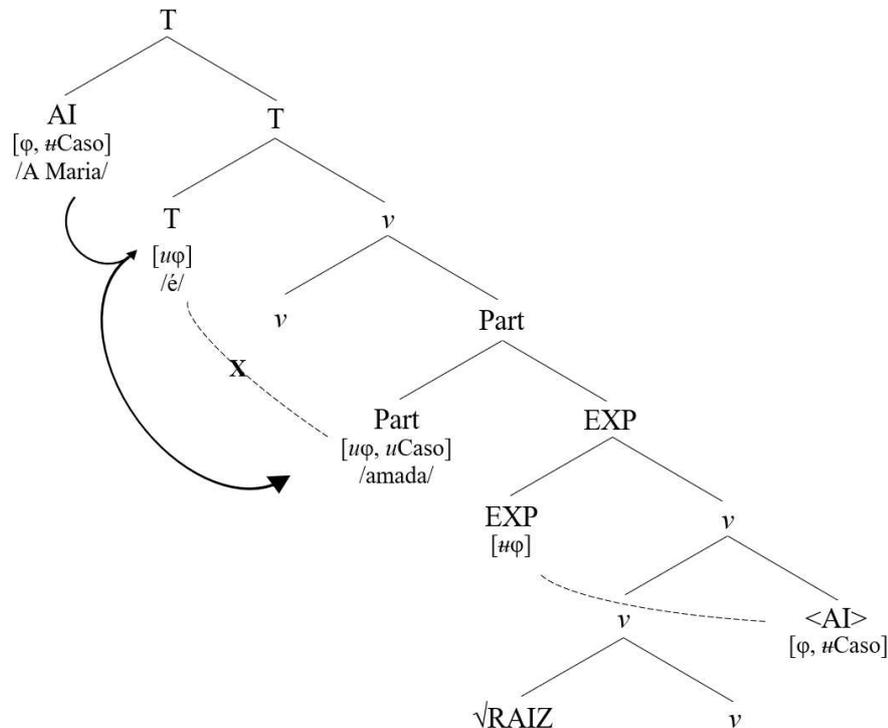
Para nossa proposta, assumimos esse núcleo EXP em conjunto com a ideia de que verbos de sentimento são formados a partir de um quinto tipo de raiz. Defendemos, portanto, que

<sup>128</sup> Ressalta-se que as categorias em (69) ainda não são exaustivas. É possível que existam ainda outras classificações verbais que não identificamos, pois nos limitamos aos tipos de verbos que são relevantes para o nosso trabalho. De imediato, pode-se mencionar que essa classificação não inclui os verbos existenciais como “ser” e “existir”, porque, sendo eles incompatíveis com a passiva, não nos ocupamos com sua investigação.

as raízes de experienciadores, ao se concatenarem a um núcleo  $v$  para formar um verbo, exigem como parte da sua sequência de projeções estendidas não *Voice* – porque não se formou um evento agentivo ou causativo –, mas sim EXP, que é o núcleo capaz de licenciar a leitura de experiencição. A partir disso, é possível que a configuração necessária para a passiva se estabeleça: EXP estar presente, mas não haver um DP para ocupar sua posição de especificador. Não podendo essa posição ficar vazia, entram em ação os mecanismos capazes de salvar a derivação: a projeção do participio ou da anáfora. A seguir, apresentamos exemplos de derivação de passivas formadas com esse tipo de verbo, começando pela passiva analítica, em (70).

(70) Passiva analítica de um verbo de sentimento

*A Maria é amada.*



A representação em (70) é quase idêntica às estruturas fornecidas no capítulo 4. O *merge* inicial ocorre entre a raiz e o categorizador  $v$ , o qual introduz o argumento interno. Entra, então, o núcleo funcional EXP, que possui a função de introduzir o experienciador. Como verbos de sentimento dependem desse núcleo para se constituírem, a fase de  $v$  é estendida até EXP, assim como era estendida de  $v$  a *Voice* nos verbos agentivos e causativos (cf. Bobaljik e Wurmbrand (2013)).

Quando EXP é projetado, ativa uma sonda em busca de valoração para seus traços- $\varphi$  (que assumimos ser basicamente os mesmos de *Voice*). A sonda encontra o argumento interno

e estabelece *Agree* com ele, o que valora os traços- $\phi$  de EXP e, em troca, atribui caso ao AI. Além disso, EXP precisa de um DP para ocupar sua posição de especificador, que será lido como o experienciador do evento. Como não há nenhum elemento disponível, a sintaxe ativa os recursos de que dispõe para preservar a derivação. No caso da passiva analítica, é a projeção do *Switch* participial, que mudará a categoria da formação para adjetival, tornando esse argumento dispensável.

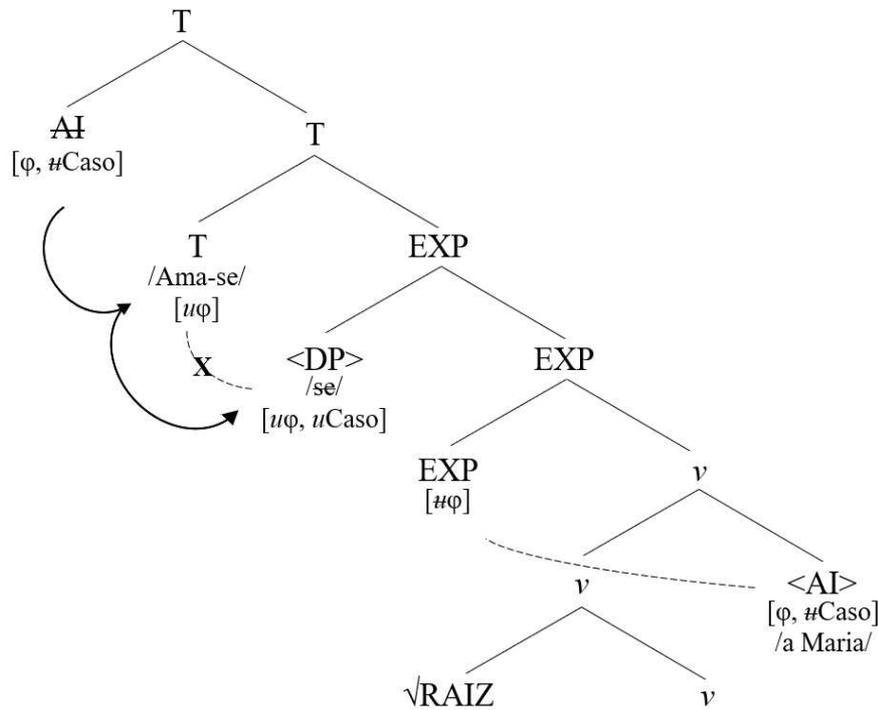
O particípio possui traços- $\phi$  e de caso não valorados, mas no momento não há nada na sua cadeia de c-comando que possa valorá-los, pois o AI e EXP ficaram invisíveis para *Agree* após valorarem todos os seus traços. O auxiliar entra na estrutura, bem como o núcleo T, que também possui traços- $\phi$  não valorados, iniciando uma sonda. Como o único elemento disponível para *Agree* é o particípio, cujos traços- $\phi$  não foram valorados, eles estabelecem um *Agree* negativo. Por fim, o argumento interno é promovido a *spec. T* para atender ao EPP. A derivação sintática termina com T e o particípio com seus traços não valorados.

Em PF, o dispositivo de cópia de traços pode ser ativado, o que transfere os valores do DP argumento interno movido para T e o particípio. Devido a isso, a formação se realiza com concordância entre todos esses elementos (lembrando que há algumas línguas em que isso não é obrigatório). No ramo de LF, não há esse tipo de recurso disponível, mas os traços que chegaram até lá sem valor são não interpretáveis e serão desconsiderados. Em suma, então, a derivação é praticamente a mesma da dos verbos agentivos/causativos, com a única distinção sendo o tipo de núcleo introdutor do argumento externo.

A derivação das passivas sintéticas de verbos de sentimento também será muito próxima do que já foi visto. Vamos, novamente, começar com a sua representação arbórea, em (71), para então discuti-la:

(71) Passiva sintética de um verbo de sentimento

*Ama-se a Maria.*



Também nesta versão da passiva, como esperado, começamos com o *merge* entre raiz e  $v$ , que é seguido pela introdução do argumento interno. Depois, é projetado EXP, que faz *Agree* com o argumento interno. Na sequência, a anáfora é projetada como *default* para suprir a demanda sintática de EXP. Ela sonda a estrutura, mas não há como valorar seus traços agora, pois não há nenhum elemento visível para *Agree* que possa fazê-lo. A projeção estendida do verbo continua e chega a T, que também possui traços- $\varphi$  não valorados e ativa uma sonda. Novamente, não há nada para valorar esses traços, mas ele estabelece *Agree* negativo com a anáfora, pois ela possui o mesmo tipo de traço que ele. Por fim, o argumento interno se desloca para atender ao EPP, já que a anáfora não consegue fazer isso devido à ausência de ligação e caso.

Em PF, ocorre a cópia de traços- $\varphi$  do argumento interno para T e a anáfora, o que promove a concordância superficial entre eles. Esse dispositivo, no entanto, não é capaz de valorar o traço de caso da anáfora, e ela se move para o domínio verbal. No caso do português, postulamos, ainda, que é a cópia mais alta do argumento interno que é apagada, e não a mais baixa, pois a realização usual da passiva sintética é com o sujeito posposto, mas essa é uma particularidade da língua, e não algo consistente translinguisticamente. Já no ramo de LF, a anáfora não ligada recebe uma leitura genérica, e os demais traços não valorados são desconsiderados, por serem não interpretáveis.

Assim, consideramos que nossa proposta consegue capturar as semelhanças e diferenças entre os verbos de sentimento e os transitivos mais canônicos, o que atende aos objetivos gerais do trabalho. Como próximo ponto de discussão, vamos abordar as passivas em que é o objeto indireto e não o direto que é promovido a sujeito sintático.

#### **5.2.4 Passivas com objeto indireto promovido a sujeito**

Nesta seção, vamos derivar as passivas de verbos bitransitivos que, contrariamente ao que é mais usual, apresentam o objeto indireto promovido a sujeito, e não o direto. Vimos no capítulo 2 que isso é possível, embora existam algumas limitações: apenas a passiva analítica se mostra compatível com esse fenômeno, ele só acontece em algumas línguas e não é licenciado a partir de todos os verbos bitransitivos. Nossa proposta é a de que a passivização com promoção do objeto indireto a sujeito só está disponível a partir de um tipo de estrutura específica, qual seja, a que contém um aplicativo baixo, no sentido de Pylkkänen (2008).

A proposta desse núcleo foi formalizada inicialmente por Pylkkänen (2008) em um contexto de pesquisas voltadas ao refinamento do entendimento das relações argumentais. Em linhas gerais, o aplicativo – cujo nome deriva da ideia de uma “aplicação funcional” – é responsável por introduzir um argumento adicional a uma estrutura, para além daqueles necessários à expressão dos seus sentidos de base. Isso significa que o aplicativo geralmente coexiste com os argumentos mais prototípicos, como agente e tema. Sua interpretação específica varia, pois há mais de um tipo de aplicativo: o que Pylkkänen (2008) chama de aplicativo alto se concatena acima da camada *v* e “denota uma relação temática entre o indivíduo [aplicado] e o evento descrito pelo verbo”<sup>129</sup> (p. 16); já o aplicativo baixo “se combina com o objeto direto e denota uma relação de transferência de posse entre o objeto direto e o argumento aplicado”<sup>130</sup> (p. 16).

A disponibilidade dos dois tipos de aplicativo varia de língua para língua; nem sempre ambos os aplicativos serão encontrados simultaneamente. Além disso, há diversos fatores que influenciam o seu licenciamento e a sua realização translinguisticamente, o que faz desse núcleo um tema de discussão complexo. Vamos, por isso, concentrar o conteúdo desta seção apenas naqueles aspectos que impactam diretamente a nossa análise. Por ora, estamos interessados especificamente no aplicativo baixo, núcleos que defendemos estar presente na formação passiva com objeto indireto promovido a sujeito. No inglês, por exemplo, esse núcleo é encontrado

<sup>129</sup> “[...] denotes a thematic relation between an individual and the event described by the verb”.

<sup>130</sup> “[...] combines with the direct object and denotes a transfer of possession relation between the direct object and the applied argument”.

em formações de objeto duplo (Pylkkänen, 2008), estrutura semanticamente similar à de verbos bitransitivos com objeto preposicionado, como ilustrado em (72):

(72) Aplicativo baixo em inglês

a. *John gave a book to Mary.* (bitransitivo preposicionado)

“O João deu um livro para a Maria.”

b. *John gave Mary a book.* (objeto duplo / aplicativo)

“O João deu um livro para a Maria.”

(“O João deu a Maria um livro”)

Pylkkänen (2008) observa que não apenas a forma superficial, mas também a semântica das orações (72a) e (72b) é distinta, o que sugere que elas também são detentoras de estruturas sintáticas diferentes. A autora analisa que a sentença em (72a) diz respeito a um evento em que “João dá um livro”, e esse evento tem como destinatário “a Maria”. Já (72b) codifica uma relação mais direta entre “a Maria” e “um livro” e poderia ser parafraseada mais precisamente como “O João fez a Maria ter um livro”. Ou seja, é como se (72a) fosse um predicado de três lugares – *John, a book* e *Mary* – e (72b), um de dois lugares – *John* e *Mary a book*<sup>131</sup>. São, porém, três argumentos, mas o aplicativo gera uma relação de proximidade entre dois deles que não encontramos na versão preposicionada da sentença. Em tese, o argumento *Mary* na oração em (72b) seria introduzido pelo núcleo aplicativo.

As diferenças interpretativas entre as duas orações em (72) podem parecer, em última análise, relativamente pequenas; entretanto, em termos sintáticos, a diferença é significativa, em especial quando se leva em conta que quaisquer operações subsequentes terão de lidar com essa distinção. Em função disso, um mesmo mecanismo, ao tomar como base uma estrutura com o núcleo aplicativo ou uma sem esse núcleo, pode produzir resultados variados. Basicamente, nossa proposta para as passivas analisadas nesta seção advém disso: defendemos que as bases subjacentes que dão origem às formações ativas em (72) também servem de *input* para dois tipos diferentes de passiva. Vamos averiguar isso com os exemplos em (73):

<sup>131</sup> Essa caracterização demonstra que há certa semelhança entre a leitura do aplicativo baixo e a de uma *small clause*. De fato, há análises anteriores à de Pylkkänen (2008) que propuseram uma estrutura de *small clause* para formações de objeto duplo do inglês como a em (72b), por exemplo, Kanye (1984). A análise de Pylkkänen (2008) pode ser vista como uma versão mais elaborada dessa visão, adaptada para um contexto mais específico e levando em conta a semântica do aplicativo (baixo), geralmente relacionada aos conceitos de destinatário e posse.

(73) Passivas de bitransitivos em inglês

a. *John gave a book to Mary.* (ativa)

“O João deu um livro para a Maria.”

b. *A book was given to Mary by John.* (passiva)

“Um livro foi dado para a Maria pelo João.”

c. *John gave Mary a book.* (ativa)

“O João deu um livro para a Maria.”

(“O João deu a Maria um livro”)

d. *Mary was given a book by John.* (passiva)

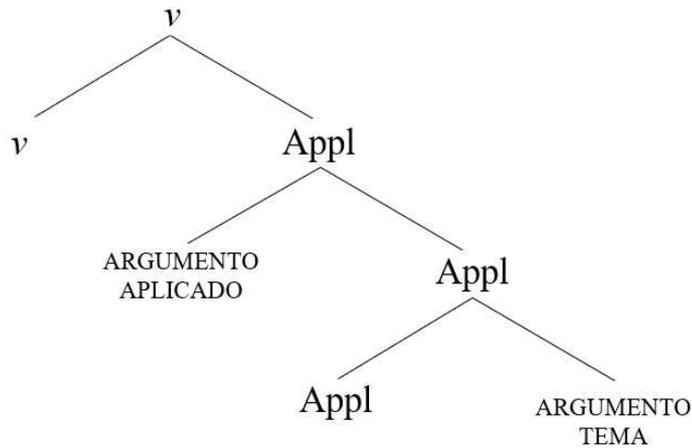
“Um livro foi dado para a Maria pelo João.”

(“A Maria foi dada um livro pelo João.”)

O que vemos em (73), em suma, é que a mesma base que produz a ativa em (73a) também produz a passiva em (73b); o mesmo vale para o par (73c) e (73d). É esta, então, a essência desse tipo de passiva em que o objeto indireto é promovido a sujeito: uma base transitiva com um núcleo aplicativo baixo adicional. Essa análise, em verdade, não é nova na literatura; a própria Pylkkänen (2008) argumenta que passivas como a em (73d) resultam do seu aplicativo baixo, o que é corroborado por diversos outros autores (Peterson, 2004; Georgala, 2012; entre outros). Nosso trabalho agora, então, é demonstrar como nosso sistema lida com a projeção do aplicativo baixo para gerar esse tipo de passiva.

De acordo com Pylkkänen (2008), o aplicativo baixo é introduzido dentro do domínio do verbo de base, o que, em nosso sistema, corresponde a *v*. Essencialmente, o aplicativo baixo atua como o próprio complemento de *v*, com os dois objetos ocupando suas posições argumentais, tal como representado em (74):

## (74) Aplicativo baixo

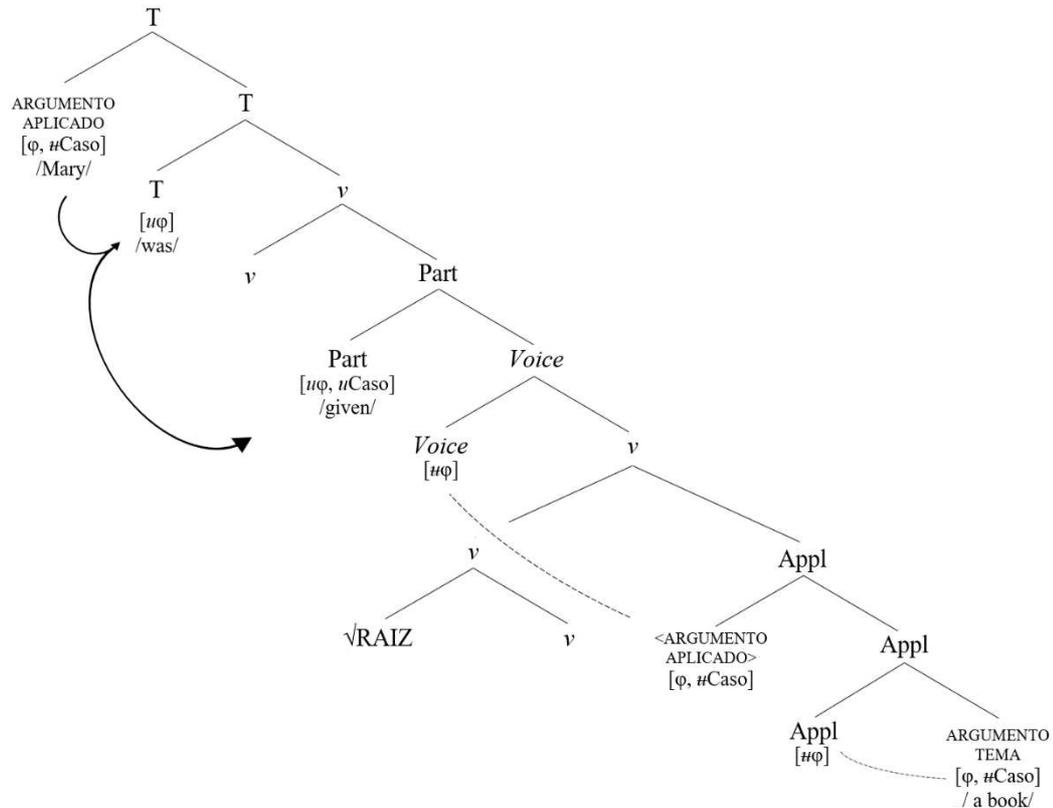


Como se vê pela representação em (74), os dois argumentos relacionados estão dentro do domínio da projeção do aplicativo, o que explica essa semântica “especial” que estabelecem entre si. A representação também já nos permite perceber que o argumento aplicado se localiza em uma posição hierarquicamente mais alta na estrutura e, por isso, é mais adequado para atender ao EPP de T na ausência de um argumento externo. Para que o argumento tema fosse alçado à posição de *spec. T*, teria de passar pelo argumento aplicado, o que seria uma violação das restrições de localidade. Vamos visualizar isso em (75), com a derivação da passiva com aplicativo baixo a partir de um exemplo do inglês.

(75) Derivação da passiva com aplicativo baixo

*Mary was given a book.*

“A Maria foi dada um livro.”



Após o *merge* entre raiz e *v* como usual, a próxima concatenação não é a do argumento interno tema, mas sim a do núcleo Appl, que será responsável pela introdução dos dois argumentos. Na posição de complemento de Appl, se localiza o argumento tema (aqui, *a book* / “um livro”), e na sua posição de especificador, o argumento aplicado (aqui, *Mary* / “A Maria”).

Sendo Appl um núcleo introdutor de argumento, propomos que ele possui as mesmas características essenciais dos demais, dentre elas a presença de traços- $\phi$  não valorados. Appl então estabelece *Agree* com o argumento tema, que está na sua cadeia de c-comando. Como esse argumento possui traços- $\phi$  valorados, ele valora os de Appl e, em troca, recebe caso. Depois disso, é introduzido o argumento aplicado que, sendo um DP como o argumento tema, possui traços- $\phi$  valorados e traço de caso não valorado. Não há, no entanto, nenhum elemento com o qual ele possa fazer *Agree*, pois Appl e o argumento tema ficaram invisíveis após satisfazerem todas as suas necessidades de traços. A derivação continua e é projetado o núcleo *Voice*. Como Appl, ele possui traços- $\phi$  não valorados e sonda a estrutura. Nessa formação, o argumento aplicado ainda está visível e tem traços- $\phi$  valorados; é estabelecido *Agree* entre ele e *Voice*, o que valora todos os traços de ambos.

No momento da introdução do argumento externo – que está ausente – o particípio entra como recurso para mudar a categoria da estrutura e dispensá-lo. Part tem traços não valorados, mas todos os elementos na sua cadeia de c-comando estão invisíveis. A projeção estendida do verbo continua até T, que, ao ser introduzido, sonda a estrutura para valorar seus traços- $\phi$ . Apenas Part está visível, mas seus traços- $\phi$  não foram valorados, o que resulta apenas em um *Agree* negativo, sem compartilhamento de valores. O DP mais próximo disponível para atender ao EPP é o argumento aplicado, que, por isso, é escolhido para fazê-lo. Nessa estrutura, seria impossível o DP tema ser alçado a *spec. T*, o que é condizente com os dados: encontramos apenas a passiva *Mary was given a book*, não *\*A book was given Mary*.

O comportamento das interfaces é idêntico ao já visto nas outras passivas analíticas. Em PF, pode ser aplicada a operação de cópia de traços, se isso for um requerimento da língua, para transferir os valores do argumento movido para T e o particípio. Em LF, não há operações a serem realizadas, pois os traços que chegaram sem valor serão desconsiderados por serem não interpretáveis. Vale mencionar que a presença do núcleo Appl nessa estrutura não modifica as definições de fase que já estabelecemos, porque esse núcleo, ao menos na sua versão baixa, não é fásico (Pylkkänen, 2008; Den Dikken, 2023).

Uma discussão extra é necessária para lidar com a marcação de caso dos DPs dessa estrutura, porém. De acordo com as regras vistas no capítulo anterior, baseadas em Anagnostopoulou e Sevdali (2015), deveríamos esperar a realização do argumento aplicativo no nominativo e a do argumento tema no caso acusativo. Isso porque o primeiro é o DP mais alto da estrutura marcado com caso, e o segundo é c-comandado por ele. Mas o que observamos em geral não é isso. No caso do inglês, não é possível averiguar isso, devido à ausência de marcação explícita de caso, mas línguas como o alemão e o holandês, por exemplo, nos mostram que o aplicativo se realiza como dativo, e o tema, como nominativo. Precisamos, portanto, averiguar como isso ocorre.

A explicação que propomos, ainda baseados nos arcabouços de caso-m como o de Alexiadou e Sevdali (2015), recorre à distinção entre caso estrutural e caso inerente. A maioria dos autores reconhece que, embora a realização da marcação de caso geralmente seja dependente de relações estabelecidas ao longo da derivação, há ocasiões em que um determinado caso parece se sobressair à estrutura. Esse tipo de caso é comumente chamado de inerente, por aparentar ser intrínseco a uma posição específica, ao passo que o caso que depende das relações sintáticas de maneira mais ampla é chamado de estrutural. O caso dativo é um que frequentemente se manifesta de forma inerente (embora também possa ser atribuído estruturalmente), e o domínio aplicativo também é frequentemente associado a ele (Woolford, 2006; Anagnostopoulou

e Sevdali, 2015). Inclusive, diversas análises postulam o dativo inerente para o argumento aplicado em estruturas como em (75), como a de Abraham (2008), por exemplo.

Seguindo esse raciocínio, defendemos que o caso dativo é uma realização inerente associada ao elemento que nasce na posição de *spec. Appl*, sobrepondo-se ao algoritmo estrutural. A partir disso, podemos explicar também o nominativo no argumento tema. As relações que definem a realização dos casos nominativo e acusativo, que dependem, respectivamente, de o DP não ser c-comandado e ser c-comandado por outro DP marcado com caso, se referem especificamente a relações de caso estrutural, como visto no mapeamento de Alexiadou e Sevdali (2015). Isso significa que, devido ao argumento aplicado ser marcado com caso inerente, o tema deve receber nominativo, pois não é c-comandado por outro DP com caso estrutural. Desse modo, tem-se a realização de ambos os DPs como esperado.

Como questão final antes de encerrarmos esta seção, devemos mencionar o fato de que esse tipo de passiva não foi encontrado na forma sintética. Embora não possamos oferecer uma resposta definitiva a esse respeito, o que observamos foi que aparentemente a própria estrutura com aplicativo baixo parece ser pouco favorecida pelas línguas que possuem passivas sintéticas (como, por exemplo, o português, outras línguas latinas e o próprio latim). Se o aplicativo baixo não estiver disponível ou seu uso for limitado, é de se esperar que isso influencie a disponibilidade desse tipo de passiva. Entretanto, essa é apenas uma das possíveis causas para esse fenômeno, e mais pesquisas seriam necessárias para se obter uma formalização mais efetiva.

### 5.3 SÍNTESE DO CAPÍTULO

Este capítulo foi dedicado a explorar como a proposta geral desenvolvida ao longo do trabalho se aplica a contextos mais específicos, para além das passivas analíticas e sintéticas mais básicas que vimos anteriormente. Dois tópicos principais foram discutidos: o agente da passiva e estruturas passivas não canônicas.

A seção 5.1 foi dedicada a formalizar uma proposta para o agente da passiva. Começamos a seção discutindo o estatuto formal desse elemento e defendendo que ele é um adjunto. A defesa se baseou, entre outros pontos, na sua não obrigatoriedade nas estruturas passivas, bem como na nossa argumentação de que ele não possui uma relação de identidade com o argumento externo. Com isso estabelecido, começamos a discutir a natureza semântica da *by-phrase* e propusemos que ela não representa um agente ou causa, mas sim a origem do evento. Para demonstrar isso, recorreremos tanto à literatura, com conceitos como a UTAH e uma hierarquia de papéis temáticos, quanto a dados empíricos. Por fim, realizamos a derivação de uma passiva analítica

e uma sintética com *by-phrase*, quando pudemos averiguar que o ponto de concatenação desse elemento diverge nas duas: ele é um adjunto do núcleo participial nas analíticas, mas de *Voice* nas sintéticas.

A seção 5.2 trouxe novas aplicações do sistema proposto, agora às passivas não canônicas que identificamos como mais comuns. A primeira que abordamos foi a passiva de verbos inergativos, que existem na forma analítica e sintética. Sua derivação é essencialmente a mesma das passivas de verbos transitivos, mas a ausência do argumento interno faz com que um expletivo (em línguas *não pro-drop*) ou um *pro* (em línguas *pro-drop*) seja projetado adicionalmente em *spec. T* para atender ao EPP. A segunda passiva não canônica foi a dos inacusativos, que só está disponível na forma sintética, porque, sem o núcleo *Voice*, nunca há a necessidade de projetar o participio para dispensar o argumento externo. A passiva sintética é possível porque a anáfora ainda pode ser projetada na posição de argumento interno e, sendo essa a única posição argumental na estrutura, ela não se liga, devendo, então, se mover para o domínio verbal como nas demais situações. Ademais, essa passiva só é válida nas línguas *pro-drop*, pois um expletivo valoraria os seus traços e removeria sua leitura genérica. A terceira passiva não canônica abordada foi a de verbos de sentimento. Propusemos que esses verbos não possuem *Voice*, mas sim um núcleo específico, EXP, que introduz seu argumento externo e lhe atribui o papel temático de experienciador. A derivação das passivas, então, que podem ser analíticas ou sintéticas, ocorre da mesma forma que nos transitivos agentivos/causativos, mas a partir da ausência de um argumento em *spec. EXP*. Finalmente, trabalhamos as passivas em que o objeto indireto é promovido a sujeito, e não o direto. Argumentamos que as bases verbais que geram essas passivas incluem um núcleo aplicativo (Appl) baixo, o qual introduz ambos os argumentos, tema e alvo. Nessa configuração, o argumento alvo é mais alto e, por isso, é escolhido para atender ao EPP em lugar do argumento tema. Essas passivas só surgem na forma analítica, o que atribuímos à compatibilidade reduzida do aplicativo baixo com línguas de passivas sintéticas.

O próximo capítulo se concentra nas estruturas que compartilham algum material morfofonológico com a passiva, mas que não são exatamente parte do mesmo fenômeno: as chamadas passivas adjetivais e os sincretismos da passiva sintética (o SPR). Vamos explorar a natureza dessas formações e mostrar como nosso sistema lida com elas, de modo a explicar sua semelhança formal.

## 6 PASSIVAS ADJETIVAS E SINCRETISMOS

Neste capítulo, vamos nos focar em algumas estruturas cuja realização é formalmente semelhante à das passivas, as quais identificamos anteriormente em nosso capítulo de apresentação do fenômeno, como as passivas adjetivais, que se assemelham às passivas analíticas, e os domínios do sincretismo-passivo-reflexivo (SPR), que frequentemente compartilham a mesma marca morfológica da passiva sintética. Nosso intuito no capítulo é demonstrar como o arcabouço geral que desenvolvemos até agora para as passivas pode se aplicar também a esses outros contextos, desde que suas particularidades sejam levadas em conta e os devidos ajustes sejam feitos.

O capítulo se divide em três seções. A seção 6.1 explora as passivas adjetivais. Como as passivas analíticas, elas são formadas por um verbo auxiliar e um particípio; entretanto, não acarretam uma leitura agentiva. Defendemos que elas não devem ser consideradas efetivamente passivas devido a essa distinção, mas argumentamos que, ainda assim, são formadas com o auxílio de um núcleo *Switch* participial. A seção 6.2 é dedicada aos contextos do SPR e se divide em três subseções. Em 6.2.1, discutimos os verbos reflexivos, contexto em que defendemos haver uma anáfora na posição de argumento interno, o que permite que ela se ligue ao externo, formando a co-indexação entre eles. Em 6.2.2, avançamos para o domínio dos anticausativos, que consideramos formações sintaticamente análogas às passivas sintéticas comuns de verbos causativos (isto é, com a anáfora na posição de argumento externo), mas com diferenças interpretativas resultantes do tipo de raiz envolvido. Por fim, em 6.2.3, trabalhamos com o domínio médio, no qual defendemos haver a presença de um núcleo aplicativo alto (Pylkkänen, 2008), responsável pela introdução do argumento anafórico que posteriormente se torna sujeito sintático. A seção 6.3 é dedicada, por sua vez, a uma síntese do conteúdo discutido.

Como nossa atenção agora se volta para formações que tecnicamente vão além do nosso objeto central de pesquisa – as passivas verbais/ eventivas – e que podem ser consideradas, cada uma delas, um fenômeno em si mesma, as discussões realizadas precisam ser bastante direcionadas, para que possamos contemplar todo o conjunto pretendido. Com isso, não poderemos, dentro das limitações do capítulo, retomar um conjunto de literatura específica dedicada a todos os domínios, posto que isso exigiria uma expansão do debate para além do possível neste momento. Partimos, então, das caracterizações dos fenômenos conduzidas anteriormente, no capítulo 2, e na revisão teórica do capítulo 3, já que diversos trabalhos discutidos também abordaram o SPR. Ressaltamos, nesse sentido, que o capítulo não tem a intenção de oferecer um estudo aprofundado sobre esse tema, mas sim apenas demonstrar a potencialidade de aplicação do

nosso sistema a ele. Pelas mesmas razões, alguns conceitos e mecanismos novos utilizados durante as derivações são descritos de maneira sucinta, direcionada às necessidades do capítulo.

## 6.1 PASSIVAS ADJETIVAIS

Nesta seção, exploramos as estruturas conhecidas como passivas adjetivais ou não eventivas. Elas são formadas de maneira análoga às passivas verbais analíticas, com um verbo auxiliar e um particípio, mas diferem por não denotarem um evento, e sim um estado (Kratzer, 2000; Embick, 2004a). Além disso, elas ainda podem ser de dois tipos: passivas adjetivais estativas, que denotam estados “puros”, isto é, não oriundos de um evento prévio (algo próximo de uma característica ou propriedade); e passivas adjetivais resultativas, nas quais existe a implicatura de que o estado denotado se origina de um evento prévio (embora, ainda assim, a formação se refira ao estado, não ao evento). A seguir, reproduzimos os dados que apresentamos anteriormente em (18), agora como (76), para recuperar essas características centrais:

### (76) Passiva adjetival em português

- |  |                                 |
|--|---------------------------------|
| a. A Torre de Pisa <u>é tombada</u> .  | (passiva adjetival estativa)    |
| b. A Maria <u>é animada</u> .          | (passiva adjetival estativa)    |
| c. As provas <u>estão corrigidas</u> . | (passiva adjetival resultativa) |
| d. As panelas <u>estão lavadas</u> .   | (passiva adjetival resultativa) |

Nas sentenças em (76), pode-se observar que a sequência auxiliar + particípio não faz referência a um evento como faria em uma passiva verbal, mas sim apenas relata o estado em que o sujeito sintático se encontra. É uma leitura similar à encontrada em uma estrutura de predicação com adjetivo, o que explica a nomenclatura “passiva adjetival”. Além dessa distinção semântica com relação à passiva verbal, também notamos pelos dados que o auxiliar da passiva adjetival pode ser o mesmo que o da verbal ou não. Em geral, observamos dois padrões translinguisticamente: nas línguas em que a passiva verbal é formada com o auxiliar *ser* (como o português), a adjetival também o usa como estratégia principal, mas é compatível com outros verbos; nas línguas em que a passiva verbal é formada com *tornar-se* (como alemão), a adjetival usa como estratégia principal o verbo *ser*, mas também pode usar outros.

Além dessas propriedades centrais relacionadas à forma e à interpretação das passivas adjetivais, averiguamos em nosso capítulo 2 alguns pontos adicionais em que elas se distinguem das verbais. Primeiramente, elas foram encontradas em todas as línguas que investigamos, até

aquelas em que a passiva verbal analítica não estava disponível. Além disso, não foi observada nenhuma restrição aspectual quanto ao uso das passivas adjetivais, inclusive, novamente, nas línguas em que isso acontecia com as verbais analíticas.

Tendo essas características em mente, como primeiro ponto, defendemos que, apesar de o termo já ser consagrado na literatura, essas estruturas tecnicamente não devem ser consideradas passivas dentro do arcabouço que propusemos, porque falta a elas as condições morfosintáticas necessárias para desencadear esse fenômeno. Estabelecemos um sistema no qual passivas são a realização de uma formação eventiva cujo desencadeador – seja ele um agente, uma causa ou mesmo um experienciador, como vimos no capítulo anterior – não está explicitado, embora seja necessário para a conceptualização do evento em questão. Logo, pelo simples fato de que as passivas adjetivais denotam estados e não eventos, não se enquadram na caracterização.

Além da eventividade, também falta às passivas adjetivais a implicatura de um desencadeador externo. Como já apontamos em outros momentos, em uma passiva, sempre há a leitura de que algo ou alguém realizou aquele evento. Por exemplo, “A casa foi vendida” implica que alguém vendeu a casa. A oração em (76<sup>a</sup>), por outro lado, “A Torre de Pisa é tombada”, não implica que alguém está tombando a Torre de Pisa. Evidência adicional dessa ausência de um desencadeador externo é o fato de que é possível formar passivas adjetivais a partir de verbos inacusativos, ou seja, que são internamente causados. Isso não é possível para as passivas verbais analíticas<sup>132</sup>, como vemos na comparação em (77):

- (77) Passivas verbais e adjetivais de verbos inacusativos
- |                       |                         |
|-----------------------|-------------------------|
| a. A maçã está caída. | (adjetival resultativa) |
| b. *A maçã foi caída. | (verbal)                |

Essa compatibilidade com os verbos inacusativos demonstra que os requisitos necessários à formação das passivas adjetivais não são exatamente os mesmos que os das verbais. Em conjunto com as outras distinções observadas, na semântica e na distribuição dos auxiliares, isso nos faz concluir que passivas e adjetivais e verbais analíticas são tecnicamente dois fenômenos distintos. Para explicar, então, a semelhança entre tais formações, nossa proposta é que isso se deve ao papel fundamental do participio em ambas. Vimos que as passivas adjetivais

---

<sup>132</sup> Os inacusativos são compatíveis com a passivização sintética, mas, como vimos no capítulo anterior, trata-se de uma estrutura sintática totalmente diferente, que tecnicamente também não se encaixaria na definição de passiva.

basicamente denotam estados e, diante das nossas discussões acerca do participípio e da sua relação com a informação estativa, podemos afirmar que o participípio possui um papel determinante nessas estruturas. O fato de que não existem passivas adjetivais sintéticas corrobora isso. Em suma, então, defendemos que o mesmo núcleo participial presente nas passivas verbais analíticas faz parte da estrutura das passivas adjetivais, mas (i) esse núcleo pode se concatenar em posições diferentes nessas formações e (ii) esse núcleo não se concatena na estrutura pelo mesmo motivo que o faz na passiva.

Com relação ao primeiro ponto elencado, apontamos que, na literatura, há diversas análises que buscam derivar os diferentes tipos de passiva adjetival e capturar sua distinção para com as passivas verbais a partir da estruturação interna do participípio, como Embick (2004<sup>a</sup>) e Alexiadou e Anagnostopoulou (2008). Nesses trabalhos, apresentam-se propostas que atribuem as propriedades únicas das passivas verbais e adjetivais ao participípio. Mais especificamente, guardadas as particularidades de implementação de cada um, o que trabalhos nessa linha propõem, em geral, é que as diferenças dependem da altura em que o núcleo participial se concatena à estrutura. Tanto Embick (2004<sup>a</sup>) quanto Anagnostopoulou e Alexiadou (2008) defendem que o participípio pode se concatenar diretamente à raiz, a *v* ou a *Voice*. Em passivas verbais, teríamos participípios formados na camada *Voice*, pois há leitura agentiva na formação. Já nas adjetivais, encontraríamos participípios formados a partir de *v* ou diretamente da raiz. Um participípio que contenha *v* carrega eventividade e, portanto, pode gerar uma adjetival resultativa, com implicatura de evento. Já um que se forme diretamente da raiz só pode formar adjetivais estativas, pois não há nenhum componente eventivo na estrutura.

Esse tipo de análise, a princípio, também é compatível com nosso arcabouço, o que nos leva ao segundo ponto elencado. Cabe lembrar que, ainda que tenhamos defendido que o *Switch* participial é projetado nas passivas verbais como uma espécie de mecanismo de reparo, para permitir que a derivação prossiga sem o argumento externo, é crucial entender que ele não existe exclusivamente para essa função. O participípio é simplesmente a realização de um núcleo existente na sintaxe e, como vários outros elementos nela, pode ser encontrado em diferentes contextos. Sua função não é “formar passivas”; apenas ocorre que suas propriedades se adequam ao que a sintaxe requer no contexto delas. Logo, nada impede que um *Switch* participial se concatene a outras camadas que não *Voice*, como apontado por Panagiotidis (2015). Embora não tenhamos como averiguar aqui quais seriam as motivações para essa concatenação, ela é possível e, por isso, poderíamos, em tese, combinar análises como a de Embick (2004<sup>a</sup>) e Anagnostopoulou e Alexiadou (2008) com o nosso sistema.

Para implementar essa combinação, contudo, alguns ajustes precisariam ser realizados. Por exemplo, a proposta de que um núcleo participial pode se concatenar diretamente à raiz não é diretamente aplicável ao nosso sistema. Defendemos anteriormente que o primeiro *merge* da raiz deve ser com um categorizador *v*, além disso, o *Switch* é um categorizador funcional, então precisa se concatenar a um núcleo funcional. Assim, ao menos as passivas estativas teriam de ser derivadas de outra maneira. Ademais, existem evidências de que participios mais complexos, contendo a camada *v* ou mesmo *Voice*, podem ser compatíveis com os dois tipos de passiva adjetival. O trabalho de Vieira, Armelin e Gonçalves (2021) trazem alguns dados que demonstram isso, os quais são reproduzidos em (78):

(78) Passivas adjetivais com participios morfologicamente complexos

- a. A população da França (ainda) está mobilizada.
- b. O trânsito de São Paulo (ainda) está engarrafado.
- c. A população do Brasil (ainda) está desmobilizada.

(Vieira; Armelin; Gonçalves, 2021, p. 60; destaques no original)

As sentenças em (78) são instâncias de passivas adjetivais estativas, ou seja, aquelas cujo participio, nas análises de Embick (2004<sup>a</sup>) e Anagnostopoulou e Alexiadou (2008), seria formado diretamente a partir da raiz<sup>133</sup>. Todavia, a complexidade morfológica dos participios em questão indica que eles contêm mais material funcional. Como apontam Vieira, Armelin e Gonçalves (2021),

o morfema *-iz-*, em (8<sup>a</sup>) [78<sup>a</sup>], pode ser analisado como a realização fonológica de um categorizador verbal, e possivelmente evidencia também a presença de um núcleo *Voice*, uma vez que os verbos formados a partir dele são transitivos. A formação parassintética em (8b) [78b] também evidencia a presença de outros núcleos funcionais. Bassani (2013), por exemplo, propõe que, sintaticamente, os verbos parassintéticos são formados não só com a presença do categorizador *v*, mas também com um núcleo R (relacionador), que é o nó terminal que abriga o prefixo dessas formações. Por sua vez, *des-*, em (8c) [8c], é um prefixo que frequentemente seleciona bases verbais. Assim, participios que os incluem devem possuir também a projeção *v* (Vieira; Armelin; Gonçalves, 2021, p. 60-61).

<sup>133</sup> Pode-se verificar que são passivas estativas não apenas devido à sua semântica, que não acarreta uma implicatura de evento, como também pela compatibilidade com o advérbio *ainda*. A literatura aponta que esse advérbio canonicamente é compatível apenas com estativas, não com resultativas (Kratzer, 2000).

Dados como esses levam os autores a concluir que a natureza de uma passiva adjetival enquanto resultativa ou estativa não pode ser associada unicamente à altura da concatenação do núcleo participial. Para eles, é a interação entre o participípio (o que inclui sua constituição interna) e os demais elementos da formação, por exemplo, o verbo auxiliar, que determina isso. Embora os autores não formalizem como essas relações geram cada leitura, uma vez que seu objetivo era apenas demonstrar a compatibilidade de passivas adjetivais com participípios complexos, a proposta nos parece apontar na direção mais adequada. Ainda que análises como a de Embick (2004<sup>a</sup>) e Alexiadou e Anagnostopoulou (2008) sejam atraentes por oferecerem uma associação direta entre cada formação e uma altura específica do participípio, empiricamente as evidências parecem apontar em outra direção.

Diante disso, nos alinhamos, então, às considerações de Vieira, Armelin e Gonçalves (2021), as quais, combinadas com o que apontamos anteriormente, nos faz chegar à seguinte proposta para as passivas analíticas: elas são formadas pela concatenação de um *Switch* participial a uma estrutura de base verbal, assim como as passivas verbais, mas essa concatenação pode acontecer em pontos diferentes da derivação e não ocorre pelo mesmo motivo. Não podemos explorar aqui quais seriam as motivações por trás desse *merge*, mas os dados parecem apontar para essa possibilidade de que, nas passivas verbais, o participípio se concatene em alturas variadas, por exemplo, no nível de *v* ou de *Voice* (nesse caso, há uma distinção clara com as passivas verbais, que não poderiam ser formadas apenas com *v*). Ademais, a ausência de leitura eventiva e agentiva/causativa pode estar relacionada à altura do participípio, mas não apenas isso, sendo necessário analisar a contribuição dos outros elementos da estrutura. Em particular, o auxiliar nos parece relevante nesse sentido, especialmente considerando que há diversas línguas em que ele não é compartilhado entre as passivas adjetivais e verbais<sup>134</sup>.

Essa visão sobre as passivas adjetivais acarreta que elas são estruturas com muitas variáveis a serem consideradas, algo que não poderíamos investigar dentro do escopo do trabalho. Por isso, vamos encerrar a seção com essa proposta de cunho mais geral, sem a construção de representações arbóreas, uma vez que realizar derivações completas exigiria que nos aprofundássemos em muitos desses pontos. Nossos objetivos eram demonstrar por que essas formações

---

<sup>134</sup> Nesse sentido, Abraham (2006a) defende que o auxiliar que forma as passivas verbais no alemão, *werden*, carrega um componente agentivo, oriundo do seu uso diacrônico como um verbo pleno, enquanto o formador de passivas adjetivais, *sein*, nunca teve essa denotação. Para o autor, é por isso que as formações com *sein* não se mostram semanticamente compatíveis com elementos agentivos. No caso das línguas como o português, em que um mesmo verbo (*ser*) é usado tanto em passivas adjetivais quanto verbais, ainda assim é possível que eles tenham constituições de traços diferentes, o que poderia resultar em um efeito similar. Todavia, seria preciso empreender uma investigação mais aprofundada para averiguar isso.

devem ser consideradas parte de outro domínio que não o das passivas verbais / eventivas e como nosso sistema poderia lidar com elas, o que consideramos ter sido alcançado mesmo diante das nossas limitações. Assim, na seção a seguir, nos voltaremos para os contextos que compartilham material com a passiva sintética, que chamamos coletivamente de SPR, seguindo a nomenclatura de Lazzarini-Cyrino (2015).

## 6.2 O SPR

Assim como a passiva analítica compartilha parte da sua identidade formal com outra construção, a passiva adjetival, também a passiva sintética possui elementos em comum com formações distintas. Especificamente, o item vocabular que marca essa passiva (o afixo ou o clítico) com frequência é sincrético com aquele que marca os anticausativos, o domínio médio e os verbos reflexivos. Os contextos exatos que são sincretizados variam de língua para língua: algumas compartilham a mesma marca em todos os contextos, enquanto outras apresentam sincretismo em apenas alguns deles (cf. Quadro 3). Não parece haver, no entanto, nenhuma língua em que ao menos parte deles não se sincretiza. Seguindo a descrição de Lazzarini-Cyrino (2015), nos referimos a esse fenômeno como “sincretismo passivo-reflexivo” (SPR). O termo faz referência aos dois domínios que parecem ser de onde a sincretização parte: ou o marcador da passiva aos poucos expande seu escopo de uso até chegar ao domínio dos reflexivos, ou vice-versa.

Para os fins do nosso trabalho, é importante oferecer algumas considerações gerais sobre o SPR, pois nossa análise tem como base a ideia de que o elemento que marca as passivas sintéticas e os reflexivos possui a mesma natureza subjacente, qual seja, a de uma anáfora. Basicamente, a diferença entre essas duas formações estaria apenas na posição em que tal elemento se concatena: se na posição de argumento interno, o resultado será um reflexivo; se na posição de argumento externo, uma passiva sintética. Essa é uma análise alinhada com o que outros autores já propuseram na literatura (Alexiadou; Anagnostopoulou; Schäfer, 2015; Lazzarini-Cyrino, 2015) e captura a identidade de forma entre essas duas construções em línguas como o português, por exemplo. Entretanto, isso ainda não explica o sincretismo dos outros domínios, o que exige uma reflexão adicional. Além disso, nem todas as línguas apresentam o sincretismo entre a passiva sintética e os reflexivos, então uma proposta que atribua a ambos o mesmo componente básico precisa responder a essa questão.

Esta seção investiga essas questões e, como quando abordamos as passivas adjetivais, busca delimitar melhor seu domínio em relação às passivas – que são nosso objeto central de

pesquisa – e evidenciar como o sistema que propusemos lida com essas formações. Como cada um dos contextos do SPR possui suas próprias complexidades, vamos abordar cada um deles em uma seção, a começar pelos reflexivos.

### 6.2.1 Verbos reflexivos

Como a base da nossa proposta é a ideia de que o mesmo elemento que gera reflexivos é encontrado na passiva, optamos por começar a discussão sobre o SPR por esse domínio. Para isso, vamos averiguar alguns exemplos de verbos reflexivos do português, juntamente com dados de passivas sintéticas, em (79):

(79) Passivas sintéticas e verbos reflexivos

- |   |                     |
|---|---------------------|
| a. O Pedro viu a Maria na festa.                            | (voz ativa)         |
| b. Viu- <u>se</u> a Maria na festa.                         | (passiva sintética) |
| c. A Maria <u>se</u> viu no espelho da festa.               | (reflexivo)         |
| d. O policial matou o ladrão.                               | (ativa)             |
| e. Matou- <u>se</u> o ladrão no ataque da polícia.          | (passiva sintética) |
| f. O ladrão <u>se</u> matou para não ser pego pela polícia. | (reflexivo)         |

Na língua portuguesa, o item que marca tanto as passivas sintéticas quanto os reflexivos é o clítico “se”. Apesar de esse mesmo elemento ser encontrado em ambas, podemos ver, pelos dados em (79), que ele denota sentidos bastante distintos em cada uma. Nas passivas sintéticas, (79b) e (79e), ele não faz referência a uma entidade específica; de fato, em nossa análise, propusemos que o “se” presente nessas estruturas é um elemento genérico. Em LF, ele aponta para uma entidade qualquer, indefinida, basicamente qualquer coisa apta a realizar aquela ação. Isso é reforçado pela possibilidade de parafrasear essas orações com um pronome indefinido como “alguém”: “Alguém viu a Maria na festa” e “Alguém matou o ladrão no ataque da polícia”.

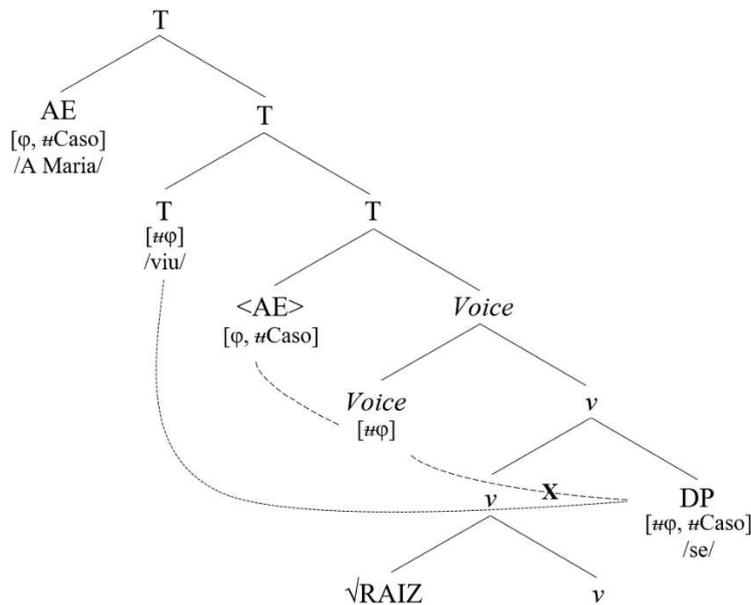
Por sua vez, o clítico “se” encontrado nas formações reflexivas, (79c) e (79f), apresenta uma leitura distinta. Claramente, essas orações não denotam que “A Maria viu alguém no espelho” ou que “O ladrão matou alguém”. O referente de “se”, nelas, é definido, e é o próprio agente da ação: “A Maria” em (79c) e “O ladrão” em (79f). É justamente devido a essa correferência entre o argumento externo e o clítico que essas construções são chamadas de reflexivas: elas denotam eventos que partem de um sujeito e recaem, ou se refletem, sobre ele mesmo. É recorrente na literatura, como pudemos ver no capítulo 3, a análise de que o elemento reflexivo

– no caso, “se” – ocupa a posição de argumento interno nessas estruturas, já que sua função e seu papel semântico são análogos aos que um DP pleno teria se ocupasse essa posição. A diferença, então, é que o reflexivo não possui referência própria, apontando, então, para outro elemento.

Essa descrição geral está alinhada com o que vimos no capítulo 3, quando discutimos alguns trabalhos que exploravam, além da passiva, também os reflexivos, e com o que propusemos no capítulo 4. Assumimos que o marcador da passiva é, assim como o dos reflexivos, uma anáfora, um elemento cuja denotação depende de correferência sintática. Se ele conseguir estabelecer a correferência, surgirá o reflexivo; se não, receberá uma leitura genérica, o que resulta na passiva sintética. A partir disso, então, buscamos agora demonstrar como funciona a derivação de um reflexivo no sistema proposto. Para fazer isso, começamos trazendo a representação arbórea em (80):

(80) Derivação de um verbo reflexivo

*A Maria se viu.*



A estrutura em (80) recupera muito da estrutura ativa que vimos no capítulo 4, com a única diferença sendo a presença de uma anáfora, e não uma expressão referencial, na posição de argumento interno. Antes de discutir os efeitos disso, vale lembrar que, embora as análises mais tradicionais para a atuação das anáforas recorram aos Princípios da Ligação (Chomsky, 1982), implementamos uma visão alternativa que reinterpreta esses princípios a partir apenas de relações de sonda e alvo (Heinat, 2002, 2005, 2006). Nessa proposta, todo *merge* externo

desencadeia uma sonda caso o elemento concatenado possua traços não valorados. A anáfora se enquadra nessa condição, pois seus traços- $\phi$  não são inerentemente valorados. Assim, ao se concatenar, ela inicia uma sonda; porém, não há nada na sua cadeia de c-comando que possa valorá-los. Como resultado, inicialmente, ela permanece nesse estado.

O núcleo *Voice*, que tem traços- $\phi$  não valorados, também sonda a estrutura quando é projetado, e encontra a anáfora como alvo na sua cadeia de c-comando. Como os traços- $\phi$  da anáfora não são valorados, apesar de eles estabelecerem *Agree*, não há compartilhamento de valor (*Agree* negativo; Heintz, 2006). Por isso, o traço de caso da anáfora também não é valorado. *Voice* introduz como argumento externo um DP pleno que possui traços- $\phi$  valorados, mas caso não valorado, o que faz com que ele também desencadeie uma sonda. Essa sonda chegará a *Voice*, que ainda está visível, já que seu *Agree* foi negativo. O DP argumento externo então compartilha seus valores de traços- $\phi$  com *Voice*, os quais, por sua vez, são repassados à anáfora, que está ligada a ele via *Agree* negativo. Isso tem três efeitos adicionais: primeiro, o traço de caso do argumento externo é valorado, pois ele satisfaz às necessidades de traços- $\phi$  de *Voice*; segundo, a anáfora fica ligada ao argumento externo, por ter recebido os mesmos valores de traços- $\phi$  dele, passando a apontar para a mesma entidade; terceiro, o argumento externo e *Voice* ficam invisíveis para *Agree*, pois não têm mais nenhum traço não valorado. A anáfora, porém, ainda está visível: seus traços- $\phi$  foram valorados, mas não por um núcleo funcional, então seu traço de caso ainda está não valorado.

A derivação prossegue até chegar a T, que, assim como *Voice*, detém traços- $\phi$  não valorados. Sua sonda não pode interagir com o argumento externo ou *Voice*, mas a anáfora agora tem traços- $\phi$  para compartilhar: a anáfora valoriza os traços- $\phi$  de T e, em troca, tem seu traço de caso valorado. Em seguida, o EPP busca o DP mais próximo de T, que é o argumento externo. A derivação termina, então, com todos os elementos com todos os seus traços devidamente valorados.

Visto esse sistema geral, vamos discutir agora uma questão mais específica. O sistema que acabamos de ver em ação não explica por que em algumas línguas, como o português, a anáfora que se origina na posição de argumento interno se realiza como uma forma dependente. Justificamos essa necessidade para a anáfora em posição de argumento externo com base na sua ausência de caso, mas isso não é válido para estruturas como a em (80). Logo, é preciso haver outra explicação.

Queremos chamar atenção aqui justamente para o fato de que a realização da anáfora dos reflexivos como forma dependente não é universal. No alemão e no latim, por exemplo, ela é um pronome livre, que não precisa estar sempre adjacente ao verbo (embora exista certa

preferência pela manutenção dessa proximidade). Também é válido notar que, em ambas as línguas, a anáfora reflexiva não se sincretiza com a passiva sintética. No alemão, na verdade, não há esse tipo de passiva; no latim, há a passiva sintética, mas, enquanto os reflexivos carregam o pronome *se*, ela é marcada por outro elemento, o afixo *-r-*. Ademais, a passiva sintética do latim é sincrética com os anticausativos e com o domínio médio – todos os quais são contextos em que defendemos haver uma anáfora não ligada – mas não com o reflexivo – a única formação em que a anáfora se liga.

Considerando a situação essa variação entre as línguas, defendemos que outros fatores, específicos de cada língua, devem estar envolvidos nessa realização da anáfora como forma presa. Por isso, essa é uma questão para a qual não poderemos oferecer uma resposta definitiva dentro das limitações do trabalho (assim como na situação de o que determina se o elemento sincrético se realiza como afixo ou clítico). Entretanto, para os fins do capítulo, consideramos que a derivação e as considerações apresentadas até aqui são suficientes para apontar formas de se abordar o fenômeno dentro do arcabouço que propusemos. Podemos agora avançar para o próximo contexto a ser discutido, o dos anticausativos.

### 6.2.2 Anticausativos

Nesta seção, abordamos os verbos anticausativos (também chamados de incoativos), um segundo domínio comumente sincrético com as passivas sintéticas. Assim como as passivas, eles são contrapartes intransitivas de verbos que, em outros contextos, teriam argumento externo. Em termos interpretativos, sua principal diferença para com as passivas é que, nos anticausativos, não há a implicatura obrigatória desse desencadeador não expresso. Os dados em (81), do português, ajudam a lembrar essas propriedades:

(81) Verbos transitivos, passivas e anticausativos

- |                                 |                     |
|---------------------------------|---------------------|
| a. O João quebrou a janela.     | (transitivo)        |
| b. A janela foi quebrada.       | (passiva analítica) |
| c. Quebrou- <u>se</u> a janela. | (passiva sintética) |
| d. A janela <u>se</u> quebrou.  | (anticausativo)     |

Como já vimos ao longo da tese, dadas as devidas proporções, (81b) e (81c) transmitem o mesmo significado de (81<sup>a</sup>), apenas sem a explicitação do agente, embora ele, ainda assim, permaneça implícito. Já (81d), por outro lado, não é interpretada da mesma maneira. Nela, não

há a implicatura de que alguém quebrou a janela; a leitura dessa oração, ao menos a princípio, parece ser a de que o evento simplesmente aconteceu, sem que alguém o tenha desencadeado propositalmente. Uma evidência tradicional disso é a possibilidade de se dizer que “A janela se quebrou sozinha”, algo incompatível com as demais formações em (81).

A chave da derivação dessas estruturas, dentro da nossa proposta, está na anáfora presente nelas. Já mencionamos anteriormente que os reflexivos são a única situação dentre os domínios do SPR em que a anáfora se encontra na posição de argumento interno, o que significa que, nos anticausativos, ela também se localiza na posição de *spec. Voice*, como nas passivas. Assim, defendemos que, nos níveis mais básicos da sua formação, os anticausativos possuem a mesma sintaxe das passivas sintéticas: uma anáfora é projetada na posição de argumento externo, não consegue se ligar e permanece sem caso, devendo então se mover para o domínio verbal; o DP argumento interno se torna sujeito sintático ao atender ao EPP de T. Como não há nenhum mecanismo novo nesse processo, vamos nos concentrar em demonstrar como essa mesma base pode gerar tanto passivas sintéticas quanto anticausativos.

É recorrente na literatura a assunção de que passivas (sintéticas) e anticausativos são estruturas com muitas semelhanças subjacentes, o que também averiguamos no capítulo 3. Por exemplo, no trabalho de Alexiadou e Schäfer (2006), é proposto que uma estrutura quase idêntica gera ambos, com a distinção estando basicamente concentrada na composição de traços de *Voice*: se há um traço [+AG], o resultado é a passiva; se há [-AG], o resultado é o anticausativo. Embick (2004b) propõe algo similar, com um *Voice*[AG] nas passivas e um *Voice*[AG, Case] nos anticausativos. Já em Alexiadou, Anagnostopoulou e Schäfer (2015), passivas contêm um núcleo *Voice* temático, e os anticausativos, um *Voice* expletivo.

Esse tipo de visão, de modo geral, é compatível com nosso sistema. Poderíamos argumentar que a estrutura das passivas que vimos no capítulo 4 se mantém idêntica nos anticausativos, apenas com uma configuração de traços distinta no núcleo *Voice*. De fato, isso foi proposto em Gonçalves (2021). Nesse trabalho, foi implementada uma adaptação da proposta de Folli e Harley (2005) para sabores de *v* (que, no sistema das autoras, é o introdutor do argumento externo, correspondendo, assim ao nosso *Voice*). As passivas conteriam, então, um *Voice* do tipo DO, agentivo, e os anticausativos conteriam um *Voice* do tipo CAUSE, causativo. Desse modo, é uma possibilidade de aplicação do sistema que não exige grandes elocubrações.

Entretanto, ao longo desta tese, argumentamos contra sabores distintos para *Voice*; ao invés disso, propusemos que há apenas uma versão desse núcleo, cuja função é introduzir o argumento externo, que é o desencadeador do evento. Atribuímos sua interpretação específica, se agente ou causa, às exigências da própria raiz: o elemento introduzido pelo *Voice* projetado

na estrutura de um verbo agentivo será lido como agente, e o que for projetado pelo *Voice* de um verbo causativo será lido como causa. Sendo assim, para derivar adequadamente os anticausativos, precisamos explorar um pouco mais essa ideia, já que uma especificação de traços em *Voice* não seria totalmente condizente com ela.

Em nossa visão, a existência de sabores de *Voice* seria uma redundância no sistema, pois a própria semântica da raiz seria suficiente para impedir que um elemento inadequado seja projetado naquela posição. É por isso que, por exemplo, uma sentença como “O revólver assassinou a vítima” causa estranheza: “revólver” é semanticamente inadequado para executar a função de “assassinar”, porque não poderia ser um agente, que é o que essa raiz requer. Como a raiz já faz essa “filtragem”, não há necessidade de repetir a exigência em *Voice*. Além disso, o próprio fato de que essa sentença pode ser formada, gerando algo infeliz, mas não agramatical, também evidencia que a distinção entre agente e causa não é sintática, ou não poderia ser violada dessa maneira. Logo, em verdade teríamos apenas um papel temático “iniciador” ou “desencadeador”, com a distinção agente e causa sendo contextual. Por exemplo, a presença de um DP que contenha um traço [+animado] ou [+volitivo] na posição a que esse papel é atribuído faria com que fosse lido como agente<sup>135</sup>. Essa análise nos parece mais condizente do ponto de vista da organização interna do sistema.

Nossa proposta, então, em linhas gerais, é a de que a distinção entre passivas e anticausativas também é contextual, derivada de diversos fatores, principalmente da interpretação específica do argumento externo. Os elementos interagem para formar a “leitura passiva” e a “leitura anticausativa”. Para começar a evidenciar isso, devemos retomar um ponto que levantamos no capítulo 2, qual seja: a de que anticausativos tecnicamente podem ser construídos em uma “forma analítica”, isto é, podem ser sincréticos também com a passiva analítica, e não apenas a sintética. Isso ocorre, por exemplo, no latim: a formação auxiliar + participio (assim como as formações sintéticas marcadas com *-r-*), se tiver em sua base um verbo de causa externa ou não especificada, a princípio é ambígua entre passiva e anticausativo, sendo necessário recorrer a informações contextuais para defini-la. Podemos ver isso nos dados em (82):

(82) Passivas e anticausativos em latim

a. *Rupta ilia sit.* (adaptado de Tácito, *Histórias*, III.29)

“Que as entranhas sejam rompidas” ou “Que as entranhas se rompam”

<sup>135</sup> Cf. Alexiadou, Anagnostopoulou e Schäfer (2006) para um debate sobre como papéis temáticos podem ser caracterizados a partir da constituição interna dos DPs.

b. *Voluntas nostra aperta est.* (adaptado de Sêneca, *Sobre os benefícios*, II.25)

“Que nossa vontade seja espalhada” ou “Que nossa vontade se espalhe”

Como estão apresentadas, as formações em (82) permitem as duas leituras. É apenas o contexto ou a presença de elementos adicionais, como adjuntos, que pode definir com certeza qual delas efetivamente está presente. A projeção do agente da passiva é um dos recursos para isso, já que sua presença automaticamente gera a leitura passiva (pois se perde a leitura de que o evento foi “espontâneo”). Tal situação é bastante relevante, porque o SPR é geralmente associado a marcas dependentes ou presas. Contudo, faz sentido dentro da ideia de que não é a anáfora que efetivamente gera os anticausativos, mas sim o processo de licenciamento de determinados verbos sem a presença de um argumento externo, como no caso das passivas. Nos reflexivos, não há como haver uma versão analítica, porque a anáfora está em outra posição, mas, entre as passivas e os anticausativos, essa possibilidade existe.

A situação em (82) encontra paralelos em outras línguas como o latim, que possuem a distribuição das passivas condicionada por aspecto. Isso evidencia que a identidade entre passivas e anticausativas pode ser mais profunda do que aparenta quando olhamos apenas para os dados do SPR “canônico”, marcados com formas morfologicamente presas ou dependentes. Ademais, é algo similar ao que ocorre entre passivas “pessoais” e “impessoais” nas mesmas línguas: a princípio, uma passiva é ambígua entre essas duas leituras, sendo necessário recorrer ao contexto ou a elementos adicionais na estrutura para definir com exatidão. Assim como nesse caso, faz sentido, então, que tenham a mesma base sintática, já que dependemos de elementos externos para diferenciá-las.

Tendo passivas e anticausativos a mesma derivação sintática, a questão seria, então, investigar por que, ao menos em algumas línguas, como o português, formações como (81b) são prototipicamente interpretadas como eventos não espontâneos, mas (81c) como espontâneos. A resposta para isso, a nosso ver, segue na mesma direção do que apontamos na seção anterior quando discutimos que os mesmos elementos podem gerar uma leitura passiva ou reflexiva nessa língua. Há questões particulares de cada língua, externas à constituição sintática de base, que influenciam certos comportamentos. Novamente, essas particularidades são algo que não poderemos investigar aqui, mas, a título de exemplo, podemos retomar o que já foi apontado no capítulo 3 com relação à linearização do clítico “se” em português: na nossa língua, as passivas sintéticas se realizam prototipicamente com o clítico pós-verbal, enquanto os anticausativos o são com o clítico pré-verbal. Embora sejam os mesmos elementos, uma mudança na ordem desfavorece a leitura pretendida. Podemos, então, inferir que a ordenação é uma

estratégia de desambiguação nesse sentido no português (ainda que não necessariamente a única). Fatores diversos podem influenciar isso similarmente em outras línguas.

Sendo assim, nossa proposta essencialmente é a de que anticausativos possuem exatamente a mesma estrutura sintática das passivas, e fatores externos a essa constituição de base desambiguiam os dois. A única distinção efetiva entre eles é que as passivas podem ser formadas tanto a partir de raízes de eventos agentivos quanto causativos (de causa externa ou não definida), enquanto os anticausativos, naturalmente, apenas a partir do segundo tipo. Uma raiz agentiva como “assassinar” nunca poderia gerar a leitura de evento espontâneo. Como a representação arbórea de um anticausativo seria, então, dentro dessa visão, idêntica à das passivas, não faremos uma derivação completa de um aqui, pois não haveria nada a acrescentar em termos do funcionamento interno do sistema.

Antes de encerrar a seção, contudo, há uma questão adicional a ser discutida, qual seja, o que Lazzarini-Cyrino (2015) chama de “anticausativos não marcados”. São alternâncias anticausativas em que o marcador do SPR não aparece. Existe certo debate na literatura quanto a esses dados. Alguns atores os analisam como detentores de estruturas sintáticas distintas dos anticausativos marcados (Embick, 2004<sup>a</sup>; Alexiadou; Anagnostopoulou; Schäfer, 2006; 2015), enquanto outros propõem que a base sintática é a mesma, mas a marca pode ser apagada pós-sintaticamente em alguns contextos (Pujalte; Saab, 2012; Gonçalves, 2021). Nossa proposta, de certo modo, combina as duas visões: há mais de uma estrutura possível para os anticausativos não marcados, mas também é possível que a anáfora esteja presente sintaticamente, mas não se realize fonologicamente. Para debater isso, vamos verificar alguns dados do português a seguir, em (83):

(83) Anticausativos marcados não marcados

- |  |                             |
|--|-----------------------------|
| a. O João quebrou a janela.            | (transitivo)                |
| b. A janela <u>se quebrou</u> .        | (anticausativo marcado)     |
| c. A janela <u>quebrou</u> .           | (anticausativo não marcado) |
| d. O <i>hacker</i> vazou informações.  | (transitivo)                |
| e. *As informações <u>se vazaram</u> . | (anticausativo marcado)     |
| f. As informações <u>vazaram</u> .     | (anticausativo não marcado) |

As orações em (83) demonstram que há diferenças no comportamento dos anticausativos no que diz respeito à presença e à omissão do marcador “se”. O verbo “quebrar” pode se realizar com ou sem a marca na forma anticausativa, mas o verbo “vazar” só aparece na forma

não marcada. Esse padrão não é único, podendo ser encontrado com outros verbos, e sugere que há alguma diferença na composição dos dois. Também é importante mencionar que o padrão contrário, isto é, com verbos que só aceitem ser anticausativizados com a forma marcada, não parece ser atestado.

Propomos uma explicação para essa variação com base na classificação enciclopédica de raízes que implementamos em nossa análise. Cada tipo de raiz denota um evento de natureza distinta, e sua estruturação sintática reflete isso. Isso está na base da nossa análise, segundo a qual raízes agentivas e causativas, se utilizadas para formar uma sentença sem argumento externo, geram, em geral, passivas e anticausativos, respectivamente. Entretanto, existem na verdade dois tipos de raízes causativas: as de eventos externamente causados e as de causa não especificada. Nossa proposta é a de que os dois padrões de anticausativos vistos – o padrão de “quebrar”, com a marca sendo aparentemente opcional, e o padrão de “vazar”, em que ela não pode aparecer – resultam desses dois tipos de raiz, respectivamente.

Mais especificamente, uma raiz do tipo externamente causada denota um evento que não pode ser concebido sem um desencadeador externo. Por isso, o núcleo *Voice* é parte da sua sequência de projeções estendidas, pois ele introduz esse elemento. Então, se não há um DP para ser o argumento externo – e se esse recurso estiver disponível e for selecionado –, é projetada a anáfora por *default*, gerando o anticausativo marcado. Uma raiz do tipo causa não especificada, contudo, não possui o requerimento da projeção de *Voice*. Esse tipo de raiz denota eventos que podem ser conceptualizados como desencadeados por entidades externas ou não. Assim, o núcleo *Voice* só será projetado quando elas são usadas em contextos que o requerem. A sentença em (83d) é um desses contextos, pois sabe-se que um indivíduo realizou a ação. Contudo, se não há desencadeador conhecido, como em (83e), *Voice* não é projetado, pois pode-se conceber que o evento ocorreu espontaneamente, “sozinho”. Ou seja, esse tipo de raiz assume a mesma sintaxe que os inacusativos nesses contextos.

Isso explica por que verbos como “vazar” não aceitam a forma de causativo marcado: eles são de uma natureza distinta da de verbos como “quebrar”. Já quanto aos verbos como este, que alternam entre aceitar a marca ou não, existem duas possibilidades. A primeira é a de que sua raiz esteja em um processo de reinterpretação em termos de categoria enciclopédica, oscilando entre ser entendida como externamente causada ou de causa não especificada. A segunda possibilidade é a de que a marca esteja sempre presente na sintaxe, mas seja apagada pós-sintaticamente. Esta é mais uma das situações em que seria preciso analisar caso a caso, não havendo uma resposta definitiva *a priori*. Contudo, com relação ao português, parece-nos que, de maneira geral, os dados apontam para um apagamento pós-sintático da anáfora. Podemos

observar que o clítico “se” tem sido omitido em todo tipo de construção que o envolve, e não apenas nos anticausativos, o que indica um fenômeno mais amplo. Os dados em (84) atestam isso:

(84) Omissão do clítico “se” em contextos distintos

- |  |             |
|--|-------------|
| a. A Maria <u>se olhou</u> no espelho antes de sair. | (reflexivo) |
| b. A Maria <u>olhou</u> no espelho antes de sair.    | (reflexivo) |
| c. No Brasil <u>trabalha-se</u> muito.               | (passiva)   |
| d. No Brasil <u>trabalha</u> muito <sup>136</sup> .  | (passiva)   |
| e. O aluno <u>se sentou</u> no fundo da sala.        | (médio)     |
| f. O aluno <u>sentou</u> no fundo da sala.           | (médio)     |

Essa omissão generalizada do “se” favorece uma análise de apagamento puramente fonológico, pois parece difícil argumentar que há duas estruturas sintáticas possíveis em todos esses exemplos. Vale mencionar que alguns desses domínios podem ser menos mais favoráveis. Os reflexivos, em particular, não são muito propensos ao apagamento do “se”, mas alguns verbos, como “olhar”, permitem isso com mais facilidade (uma variação como “O homem se matou” e “O homem matou” não seria aceita); já os anticausativos parecem ser os mais propensos a esse apagamento. Essas variações baseadas em contexto também reforçam a ideia de que não se trata de um fenômeno sintático.

Como último ponto, devemos ressaltar que o sistema proposto para o funcionamento das raízes de causa não especificada como “vazar” prevê que ele se realize como anticausativo não marcado em caso de ausência ou desconhecimento do desencadeador causativo, mas não prevê a incompatibilidade desse tipo de raiz com a passivização se a leitura for agentiva. Não existe possibilidade de uma leitura “agentiva não especificada”, o que significa que, se a raiz for usada em um contexto agentivo, *Voice* terá de ser projetado, mesmo que o agente seja desconhecido ou não esteja expresso. E, nesse caso, será possível formar tanto a passiva sintética quanto a analítica. É por isso que podemos dizer “Vazou-se a informação” ou “A informação

---

<sup>136</sup> Um dado como este pode ser considerado por alguns autores como uma instância da chamada médio-passiva. Esse tipo de estrutura é caracterizado pela forma idêntica à ativa, já que não há o clítico “se”, mas uma leitura que se assemelha mais à de uma passiva sintética. Embora não tenhamos incluído essas formações em nosso escopo, já que elas não apresentam a mesma marca morfossintática que caracteriza os domínios do SPR, nossa previsão geral é a de que esse tipo de dado se caracteriza como impessoais com o “se” apagado / não realizado, e não como uma estrutura à parte.

foi vazada”. Note-se que, nesses casos, não pode haver a leitura de evento espontâneo, o que evidencia a agentividade subjacente.

Entendendo essa variação de comportamento dos anticausativos com base na classificação das raízes envolvidas, obtemos um panorama mais amplo não apenas desse tipo de verbo, mas também do funcionamento desse sistema. Cada tipo de raiz, ao interagir com a sintaxe e a semântica dos elementos que se associam a ela, vai se comportar não de um único jeito específico, mas sim dentro de um escopo de possibilidades. A análise dos domínios do SPR, portanto, se mostrou importante para expandir o entendimento do sistema que está na base da nossa proposta para as passivas. A próxima seção fecha essa discussão com o domínio médio, no qual retomamos também o conceito dos aplicativos visto nas passivas de objeto indireto.

### 5.3.4 O domínio médio

A última etapa da nossa investigação sobre os domínios sincréticos da passiva são as construções chamadas de médias. Vimos em nosso capítulo de caracterização do fenômeno que elas são similares aos verbos reflexivos, pois denotam uma ação iniciada por um sujeito e que também recai sobre ele. Contudo, ao passo que, no domínio reflexivo, essa é uma ação que se dirige para fora do sujeito e retorna, no domínio médio, vê-se algo que, por natureza, afeta o sujeito. Os dados a seguir, em (85), comparam os dois tipos de estrutura, para deixar mais clara essa distinção.

(85) Domínio reflexivo e domínio médio

- |   |             |
|---|-------------|
| a. O ladrão <u>se matou</u> .                     | (reflexivo) |
| b. O policial <u>se aproximou</u> do cadáver.     | (médio)     |
| c. A Maria <u>se viu</u> no espelho.              | (reflexivo) |
| d. A Joana <u>se sentou</u> no sofá para esperar. | (médio)     |

Os dados em (85) já foram utilizados como exemplo em outros momentos da tese e são úteis para ressaltar não apenas os pontos de distinção entre reflexivos e médios, mas também as características particulares destes últimos. Em termos de interpretação, vemos que os eventos denotados pelos verbos em (85<sup>a</sup>) e (85<sup>c</sup>) não precisariam necessariamente impactar o próprio sujeito, fazendo-o apenas a partir do momento em que é utilizada uma anáfora para coindexar sujeito e objeto. As ações em (85<sup>b</sup>) e (85<sup>d</sup>), por outro lado, não podem ser realizadas sem que o próprio sujeito seja afetado por elas. Inevitavelmente, o ato de “aproximar” acarreta uma

mudança sobre o sujeito, que precisa se deslocar para realizá-lo; da mesma maneira, não há como uma pessoa executar o ato de “sentar” sem que o estado de “sentado” recaia sobre ela mesma.

Além dessa característica de uma espécie de autoafetação inerente, há que se observar, também, que o sujeito afetado no domínio médio não é exatamente o tema da ação, diferentemente do objeto coindexado do domínio reflexivo. O policial não “aproxima ele mesmo” do cadáver, assim como a Joana não “senta ela mesma” no sofá. Inclusive, já havíamos apontado no capítulo 2 que uma maneira de identificar a distinção entre os domínios reflexivo e médio era justamente tentar substituir o marcador “se”, que é sincrético, por um elemento não sincrético como “si mesmo” / “ele mesmo” / “ela mesma”, que só podem denotar reflexividade. Esses elementos não são aceitos no domínio médio, o que demonstra que se trata de uma construção distinta. Por fim, podemos lembrar que os reflexivos são o domínio que tem mais dificuldade de permitir a omissão do “se”, e os dados em (85) se alinham com isso. As sentenças em (85<sup>a</sup>) e (85c) são muito mais degradadas sem o clítico do que as em (85b) e (85d).

Para derivar as formações médias dentro dos limites do escopo desta tese, vamos recuperar o conceito de núcleo aplicativo alto de Pylkkänen (2008). Isso porque o sujeito das estruturas médias parece acumular as funções semânticas de agente e uma espécie de ente afetado pela ação, uma semântica é compatível com o escopo do aplicativo alto. De acordo com Pylkkänen (2008), aplicativo alto inclui um novo participante à estrutura do evento, estabelecendo uma relação entre esse novo participante e o evento em si. A relação específica depende, no entanto, do subtipo de núcleo aplicativo alto:

o núcleo aplicativo alto se combina com o VP via Identificação de Evento e relaciona um indivíduo adicional com o evento descrito pelo verbo [...]. Assumirei que o inventário universal de núcleos funcionais inclui vários núcleos aplicativos altos diferentes (Instrumental, Benefactivo, Malefactivo, e assim por diante) e que é uma questão de seleção quais núcleos ocorrem em cada língua<sup>137</sup> (Pylkkänen, 2008, p. 21).

Em outras palavras, a entidade introduzida pelo aplicativo se relaciona com o evento de alguma maneira específica denotada pelo núcleo, mas, crucialmente, ele é um elemento

---

<sup>137</sup> “The high applicative head combines with the VP by Event Identification and relates an additional individual to the event described by the verb, as shown in (13) above. I’ll assume that the universal inventory of functional heads includes several different high applicative heads (Instrumental, Benefactive, Malefactive, and so forth) and that it is a matter of selection which heads occur in any given language.” A Identificação de Evento mencionada pela autora se refere ao conceito de que núcleos funcionais, em geral, adicionam “condições” ao verbo; por exemplo, *Voice* promove uma Identificação de Evento ao adicionar a condição de que é preciso haver um agente ou causa externo.

“adicional”, à parte das relações argumentais mais básicas denotadas pelo verbo como agente e tema. Benefactivos e malefactivos são alguns dos exemplos mais prototípicos dos aplicativos altos: eles denotam uma entidade que é afetada de modo positivo ou negativo, respectivamente, pela ação.

Com relação à forma, os aplicativos altos (assim como os baixos, de fato) geralmente se realizam com marcações oblíquas de caso, principalmente o dativo. Podemos ver isso tanto em línguas com morfologia de caso explícita, como latim, quanto em línguas como o português, em que há apenas resquícios de caso no paradigma pronominal. A seguir, em (86), trazemos alguns dados de estruturas comumente analisadas como instâncias de aplicativos alto em diversas línguas:

(86) Possibilidades de uso do aplicativo alto

a. Como que ele me erra esse gol? (português)

= ele errou o gol e isso é irritante para mim

b. *Ieri mi sono mangiato di una pizza deliziosa.* (italiano)

“Ontem comi uma pizza deliciosa.” (“Ontem me comi uma pizza deliciosa”)

= comi uma pizza e foi algo muito positivo

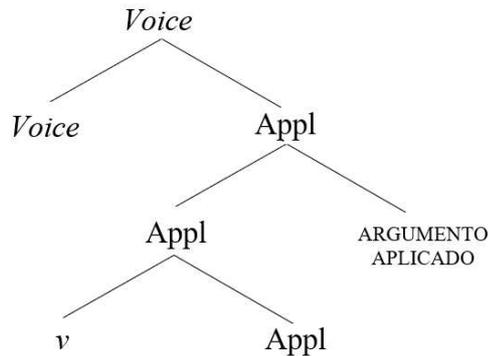
c. *Non solum nobis dīuitēs esse uolumus.* (latim)

“Não queremos ser ricos só por nós.”

= não queremos ser ricos para beneficiar apenas a nós mesmos

Nos dados em (86), vemos a realização de um argumento “adicional” à estrutura que se realiza no caso oblíquo no português e no italiano e, mais especificamente, no dativo no latim. Embora a semântica de cada um não seja idêntica, todos eles cumprem o papel geral de denotar um indivíduo que é afetado por essa ação de alguma maneira (negativamente no português, positivamente no italiano e no latim). Desse modo, faz sentido pensar que esse núcleo também está presente nas formações médias, em que há um sentido geral de “afetado” inerente à ação. Para formalizar esse raciocínio, partimos da estruturação básica de um aplicativo alto, em (87):

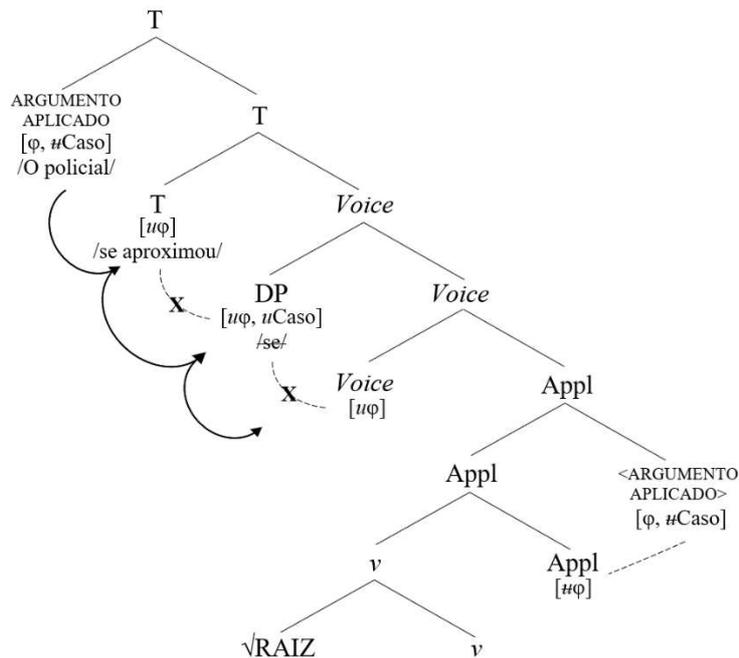
## (87) Aplicativo alto



A representação nos mostra a altura da derivação em que o aplicativo alto se concatena, que é acima da camada verbalizadora. É por isso que a relação do argumento aplicado, nesse caso, é para com o evento em si, e não para com outra entidade: os dois elementos que funcionam como argumentos do núcleo aplicativo são o DP que ele introduz e *v*, não dois DPs como no aplicativo baixo que vimos no capítulo anterior. Já que o aplicativo introduz um argumento “extra”, *Voice* pode ser anexado depois, e a derivação continua da mesma maneira que correria caso não houvesse o núcleo *Appl*. Em construções mais canônicas, como a dos exemplos em (86), o que acontece, então, é que há a presença dos argumentos padrão da estrutura (o externo agentivo/causativo e o interno paciente/tema) e, além disso, o aplicativo. Por exemplo, em (86<sup>a</sup>) vemos “ele” como argumento externo (agente), “esse gol” como argumento interno (tema) e “me” como argumento aplicado (malefativo).

Nossa proposta para o domínio médio é a de que há um argumento pleno introduzido por *Appl*, além de uma anáfora na posição de argumento externo (de *Voice*), o que vai desencadear os mesmos efeitos já vistos em outras estruturas com uma anáfora nessa posição alta, tal como representado em (88):

## (88) Derivação de um verbo médio

*O policial se aproximou.*

Na derivação em (88), após a concatenação inicial entre a raiz e *v*, não há um objeto do núcleo categorial, então o próximo núcleo na estrutura é o Appl. Assumimos que sua composição é a mesma dos demais núcleos introdutores de argumento, contendo traços- $\phi$  não valorados. Porém, neste momento, não há nenhum elemento com o qual Appl possa fazer *Agree* para valorá-los. O argumento aplicado é projetado – aqui, “O policial”, pois defendemos que o DP pleno é o argumento de Appl, não de *Voice*. Como esse DP tem um traço de caso não valorado, ele inicia uma sonda, encontrando o núcleo Appl, que precisa valorar seus traços- $\phi$ . Eles fazem *Agree*, todos os traços são satisfeitos e eles ficam invisíveis para essa operação.

Na sequência, *Voice* é projetado, pois o verbo em questão é de raiz agentiva. Seus traços- $\phi$  não podem ser valorados agora, já que não há elementos visíveis para *Agree* na sua cadeia de c-comando. Além disso, *Voice* precisa de um DP para sua posição de especificador, mas não há nenhum disponível, então a anáfora é projetada por *default*. Ela faz *Agree* com *Voice*, mas na forma negativa, pois seus traços- $\phi$  também são não valorados. Por isso, permanece sem caso. Quando T é projetado, isso se repete: há um *Agree* negativo entre T, a anáfora e *Voice*, já que todos compartilham do mesmo tipo de traço não valorado. Quando chega o momento de atender ao EPP de T, o único DP pleno na estrutura é o argumento aplicado, que então é alçado a essa posição e passa a funcionar como sujeito sintático. A derivação termina, como em outros contextos, com T, a anáfora e *Voice* com seus traços não valorados.

Na interface de PF, se a língua exigir, será aplicado o mecanismo de cópia de traços do argumento aplicado movido, o que promoverá a concordância entre ele e os três elementos cujos traços- $\phi$  estão sem valor. Sem o traço de caso valorado, a anáfora se desloca para o domínio de T, tornando-se uma forma dependente (ou presa, nas línguas afixais). Em LF, os traços não valorados não interpretáveis são descartados e a anáfora é lida genericamente.

Nessa estrutura, não há, tecnicamente, uma associação entre o argumento externo e o argumento do núcleo aplicativo, então algo mais precisa ser dito para explicar a leitura de que o evento parte do sujeito e retorna para ele mesmo. Em linhas gerais, propomos que o que ocorre aqui é o mesmo fenômeno que faz com que a *by-phrase*, que efetivamente é uma origem, seja percebida como agente ou causa: há uma série de fatores que, ao confluírem na enciclopédia, promovem uma associação interpretativa. No caso dos verbos médios, dois são os fatores principais. Primeiro, a formação inclui um núcleo cuja função específica é adicionar um ente afetado; segundo, esse núcleo foi introduzido justamente porque o verbo estava sendo usado com o sentido de afetação inerente. Sendo assim, é inevitável que o agente da ação, que não possui um referente específico essa estrutura, seja associado ao referente do argumento aplicado, pois a semântica do verbo diz que essa relação existe.

Para formalizar essa questão, podemos seguir a proposta de Alexiadou e Doron (2012) e Alexiadou (2013) e estabelecer que o aplicativo alto dessas estruturas é um autobenefactivo<sup>138</sup>, isto é, um indivíduo afetado por uma ação que ele mesmo desempenhou. Ainda que possua essa interpretação relativamente complexa, esse elemento ainda possui, tecnicamente, o papel temático de (auto)benefactivo, não de agente. Mas, como o papel de agente está associado a uma posição sem referente, as informações convergem na enciclopédia, e o benefactivo termina por ser entendido também como o desencadeador daquela ação.

Vamos averiguar agora por que é a anáfora que está na posição de argumento externo; afinal, seria plausível pensar que a estrutura tivesse a distribuição oposta, com a anáfora sendo introduzida pelo núcleo Appl e o DP pleno na posição de *spec. Voice*. Há diversas evidências de que a representação adequada é a vista em (88). Primeiramente, podemos observar como o elemento que marca o domínio médio se comporta com relação a caso. No português, isso é difícil de observar, porque os IVs associados à anáfora não parecem ser sensíveis a caso (vimos que ela se realiza da mesma forma seja quando permanece sem caso, nas passivas e anticausativos, seja quando é marcada com caso, nos reflexivos). Mas podemos recorrer novamente ao

---

<sup>138</sup> Na análise das autoras, o termo “benefactivo” possui um sentido mais genérico e não se refere apenas a relações de afetação positiva. Podemos entender “autobenefactivo” aqui, grosso modo, simplesmente como “afetado”.

latim, em que há IVs diferentes condicionados por caso, para constatar que não há atribuição de caso a esse elemento. Se houvesse, deveríamos esperar que a anáfora se realizasse no caso dativo, como *sibi*, assim como o aplicativo em (86c) é um dativo; mas ela se realiza como *-r-* ou um dos seus alomorfes sem caso. Seu estatuto como forma presa também é significativo, já que, nessa língua, a anáfora não se incorpora quando é marcada com caso.

Outra evidência que também pode ser constatada pelo latim é que as formações médias, assim como os inacusativos, se realizam também na forma analítica na língua. Novamente, isso só acontece em função da distribuição aspectual das passivas, que impede que a anáfora seja projetada nos aspectos perfectivos. Podemos deduzir que os mesmos motivos que impedem a realização do anticausativo em forma analítica em outras línguas, já discutidos na seção anterior, são válidos para o domínio médio, não sendo necessário nos aprofundarmos nesse ponto. O que é relevante é perceber que, se a anáfora estivesse no domínio de Appl, não seria esperado encontrar verbos médios em forma analítica, porque a posição de *spec. Voice* sempre estaria preenchida. Para a construção da forma analítica, *spec. Voice* precisa estar vazio, o que só pode acontecer se o único DP pleno for argumento de Appl.

Finalmente, do ponto de vista da organização interna do sistema, faz pouco sentido que a anáfora seja projetada como argumento de Appl nesse contexto. Ela é projetada por *default* nas passivas e anticausativos porque, mesmo não havendo um DP para ser utilizado como argumento externo, a presença de *Voice* não pode ser negociada. Mas a situação do núcleo Appl é outra: ele introduz um argumento “extra”, não algo que faça parte da conceptualização básica dos eventos, como vimos. Parece incongruente que um núcleo dessa natureza sequer fosse projetado se não houvesse nenhuma entidade a ser introduzida para desempenhar a função que ele denota. Nesse caso, faz mais sentido que o próprio núcleo App não seja concatenado.

Sobre este último ponto, cabe mencionar que os verbos médios, em alguns casos, possuem contrapartes que não denotam essa afetação “inerente” do sujeito. Por exemplo, assim como podemos dizer que “o policial se aproximou do bandido”, usando uma estrutura média como a de (88), igualmente seria gramatical a sentença “o policial aproximou a arma do bandido”. Nesse caso, há uma formação distinta, não média. Isso reforça que o núcleo aplicativo não é parte da constituição essencial do verbo, mas sim algo projetado quando há uma formação específica em construção. Logo, um verbo médio como “aproximar-se” no sentido médio é basicamente um verbo inergativo com uma projeção adicional<sup>139</sup>, então faz sentido que sua

<sup>139</sup> A formação de estruturas “médias transitivas”, isto é, que contenham um argumento interno temático e, ainda, o marcador do SPR, parece desfavorecida, mas não deve ser totalmente descartada. Gonçalves (2021) propôs que é exatamente essa constituição que gera ao menos uma parte dos verbos

derivação “não ativa” seja idêntica à dos inergativos canônicos, com uma anáfora na posição de argumento externo.

Estas reflexões encerram o debate sobre o domínio médio e, com isso, também a discussão sobre o SPR. A próxima seção apenas sintetiza os pontos principais discutidos ao longo do capítulo.

#### 5.4 SÍNTESE DO CAPÍTULO

Este capítulo teve como foco as estruturas que compartilham material com as passivas: as assim-chamadas passivas adjetivais e o sincretismo passivo-reflexivo (SPR). Para o tópico inicial, as passivas adjetivais, argumentamos, na seção 6.1, que são formadas com os mesmos elementos que as passivas verbais, mas com a possibilidade de que o particípio se concatene a outras posições na estrutura sintática (e não apenas ao núcleo introdutor do argumento externo). Também por isso, argumentamos que a concatenação do particípio nelas não ocorre pelos mesmos motivos. Isso é evidenciado pelo fato de que as passivas adjetivais podem ser formadas com qualquer tipo de verbo, mesmo os que não possuem argumento externo. Por fim, defendemos que a estrutura como um todo contribui para gerar a leitura não agentiva da passiva adjetival, tendo o verbo auxiliar um papel relevante nisso.

Em seguida, na seção 6.2, abordamos o SPR, começando os verbos reflexivos. Propusemos que eles possuem uma anáfora, como as passivas sintéticas, mas na posição de argumento interno. Essa anáfora consegue se ligar ao argumento externo, promovendo a correferenciação entre eles. O segundo domínio do SPR abordado foram os anticausativos, que defendemos serem sintaticamente idênticos às passivas, mas detentores de leituras distintas a depender da semântica da raiz e de fatores contextuais. O domínio médio, terceiro e último contexto sincrético, foi analisado como detentor de um aplicativo alto, que introduz um argumento pleno, e também uma anáfora não ligada na posição de argumento externo. Isso promove os mesmos efeitos das outras estruturas, que culminam com sua movimentação para o domínio verbal.

As discussões empreendidas demonstraram como o sistema desenvolvido pode ser expandido para analisar construções mais complexas. Seleccionamos aquelas formações que constatamos serem as mais comuns dentre os fenômenos adjacentes da passiva para demonstrar essa

---

depoentes do latim (e das outras línguas que os possuem, como o grego), visto que eles possuem a marcação passiva, mas sintaxe transitiva, com um argumento interno marcado com acusativo. Neste trabalho, optamos por não abordar os verbos depoentes, pois eles envolvem uma série de questões adicionais que não poderiam ser exploradas em nosso escopo. Mas a possibilidade de que eles representem um desdobramento adicional do sistema é positivo para a proposta.

capacidade, mas há diversas construções adicionais que não pudemos explorar, devido às limitações de escopo, espaço e tempo. Ainda assim, consideramos que a análise se mostra abrangente e versátil o bastante para que possa continuar a ser aplicada em outros contextos. O debate empreendido no capítulo também encerra as discussões que propusemos para a tese. O último capítulo, a seguir, apresenta nossas considerações finais.

## 7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho se dedicou a investigar a natureza da voz passiva (verbal / eventiva), com foco na sua constituição sintática, para propor um sistema derivacional capaz de derivá-la nas suas diversas possibilidades de realização. As passivas se realizam, translinguisticamente, na forma analítica, formada por um particípio e um verbo auxiliar, e na forma sintética, marcada por um afixo ou um clítico. Além dessas diferentes formas, elas também apresentam variação em algumas propriedades, como a compatibilidade ou não com verbos intransitivos, além de serem sincréticas com alguns outros contextos, como as assim-chamadas passivas adjetivais (não eventivas) e os domínios do sincretismo passivo-reflexivo (SPR). Nesta tese buscamos desenvolver uma proposta que contribuísse para o entendimento de todos esses fatores, rumo a um entendimento mais universalizante desse fenômeno.

Para empreender esse esforço, a tese foi dividida em sete capítulos, com o primeiro deles sendo dedicado a uma introdução geral à proposta. Depois disso, no capítulo 2, iniciamos nossa investigação propriamente com uma caracterização descritiva e empírica do fenômeno. Identificamos que as passivas verbais têm como característica definidora, em todas as suas formas, a ausência do argumento externo (ao menos em uma forma canônica, como um DP pleno), embora ainda carreguem uma implicatura agentiva ou causativa, ou seja, denotam eventos não espontâneos. Caracterizamos as passivas analíticas e sintéticas e averiguamos que elas podem geralmente ser usadas como perífrases uma da outra, embora nem todas as línguas disponham dos dois tipos de passiva (e, quando possuem, nem sempre estão disponíveis em todos os contextos sintáticos). Com isso, concluímos que os dois tipos de passiva devem compartilhar parte da sua estrutura subjacente. Nesse mesmo capítulo, averiguamos também as passivas adjetivais e os domínios do SPR (verbos reflexivos, anticausativos e médios), para delimitar o que exatamente possuem em comum e em que diferem das passivas. Com isso, identificamos que realmente são fenômenos à parte, cada um com as suas próprias características, mas mantivemos nosso objetivo de investigar como, então, sua aparente identidade formal parcial se constitui.

Após esse empreendimento descritivo, buscamos explorar, no capítulo 3, o que a literatura vem dizendo sobre essas formações. Organizamos o debate em torno de quatro tendências de análise recorrentes na literatura. A primeira é baseada na ideia de que há um núcleo ou traço responsável por desencadear a formação passiva, vista nos trabalhos de Adger (2003), Collins (2005) e Bruening (2013; 2014). A segunda explica a passiva a partir de diferentes constituições de traço no núcleo *Voice* (o introdutor do argumento externo), como as propostas de Alexiadou, Anagnostopoulou (2006), Alexiadou e Doron (2012) e Alexiadou (2013; 2014) e Alexiadou,

Anagnostopoulou e Schäfer (2015). Como terceira abordagem, averiguamos propostas que atribuem a formação da passiva a características do argumento externo, em Kalluli (2006) e Lazzarini-Cyrino (2006). Na quarta e última perspectiva, estão as análises que associam a passiva (e, mais especificamente, o particípio presente nela) a uma leitura aspectual, dentre as quais discutimos Embick (2000), Embick (2004a; 2004b) e Wegner (2019). Apontamos pontos positivos, mas também questionamos certos aspectos, em todas elas. De modo geral, averiguamos que a maioria das propostas se dedica a derivar a forma das passivas, mas não tanto a explicar as motivações por trás dos mecanismos empregados, lacuna que esta tese se propõe a cobrir. A partir das observações feitas nas análises disponíveis na literatura, seguimos para a organização de uma proposta de derivação, que combina pontos positivos de várias abordagens, mas também busca evitar as questões que vimos como problemáticas.

O capítulo 4 sistematiza nossa proposta. Em linhas gerais, defendemos que as passivas se originam de um contexto sintático específico, qual seja: presença do núcleo *Voice* – o que acarreta requerimento de argumento externo – e ausência de um DP em sua posição de especificador. Um de dois mecanismos é implementado pela sintaxe para permitir que a derivação prossiga mesmo com essa incongruência, e cada um deles leva a um tipo de passiva. Na passiva analítica, a solução encontrada é a projeção de um núcleo participial, que defendemos ser um *Switch*, nos moldes de Panagiotidis e Grohmann (2009) e Panagiotidis (2015). Propomos que esse núcleo é capaz de promover uma mudança categorial na sintaxe, no caso, de verbo para adjetivo, o que tem como efeito dispensar a necessidade do argumento externo. Como resultado, um auxiliar é projetado para retomar a construção verbal. Na passiva sintética, outro mecanismo é empregado: a introdução de uma anáfora como argumento *default* apenas para atender ao requerimento de *Voice*. Como anáforas não possuem referente inerente, sua projeção aqui não altera o significado da construção. Nessa posição alta, ela também não consegue se ligar e, por isso permanece sem referência até o final da derivação, recebendo uma leitura de um desencadeador genérico para o evento. Por não se ligar, ela também permanece sem caso (Heinat, 2002; 2005; 2006); em PF, isso a faz se deslocar para o domínio do verbo, para escapar ao filtro do caso (Levin, 2015), o que resulta na sua forma presa ou dependente.

Com o sistema geral estruturado, nos dedicamos, no capítulo 5, a explorar alguns desdobramentos da proposta. Inicialmente, discutimos o agente da passiva, explorando seu estatuto e sua interação com o sistema. Propomos que ele é um adjunto que carrega o papel temático não de agente ou causa, mas de origem, o que evidenciamos com base em propostas já presentes na literatura, em particular a de Abraham (2006a), e com dados empíricos. Depois disso, averiguamos a derivação de alguns tipos passivas não canônicas relativamente comuns, formadas a

partir de verbos intransitivos (inergativos e inacusativos), experienciadores e agentivos com objeto indireto promovido a sujeito. No caso dos intransitivos, o sistema foi aplicado diretamente, sem a necessidade de novas assunções. Nos experienciadores, defendemos que há a presença de um núcleo funcional que chamamos de EXP, seguindo a proposta em Gonçalves (2021), responsável por introduz seu argumento externo (desempenhando o papel que *Voice* faria nos agentivos e causativos). No último tipo de verbo, em que o objeto indireto é promovido a sujeito, também defendemos a presença de um núcleo adicional, o aplicativo baixo (Pylkkänen, 2008), que introduz um argumento mais alto que o paciente/tema. Por isso, ele é atraído para atender ao EPP de T, o que explica sua promoção a sujeito em lugar do objeto direto.

No capítulo 6, continuamos explorando aplicações adicionais da proposta, agora com foco nas passivas adjetivais e no SPR. Argumentamos que, em termos de estrutura interna, as passivas adjetivais são muito similares às verbais, mas possuem mais variação. Em particular, o particípio pode se concatenar a vários núcleos, e não apenas o introdutor do argumento externo, o que as torna compatíveis inclusive com verbos inacusativos (diferentemente das passivas verbais analíticas não fariam). Nos contextos do SPR, começamos com os reflexivos, que defendemos conter uma anáfora, como as passivas sintéticas, mas na posição de argumento interno. Assim, ela se liga ao externo e passa a apontar para a mesma entidade, o que gera a interpretação reflexiva. Os anticausativos foram vistos como contrapartes das ativas que não podem ser formados a partir de raízes agentivas e cuja leitura específica depende de fatores contextuais. O domínio médio se diferencia, em nossa análise, porque contém um núcleo aplicativo alto (Pylkkänen, 2008) (auto)benefactivo, além da anáfora na posição de argumento de *Voice*.

O sistema que desenvolvemos se mostrou capaz de derivar os dois tipos centrais de passiva verbal, além de motivar a presença e o funcionamento de seus componentes. Além disso, vimos que esse sistema também é capaz de derivar as passivas não canônicas, novamente em ambas as formas (analítica e sintética). Por fim, vimos como seria sua interação com os domínios adjacentes, as passivas adjetivais e o SPR, e foi evidenciado que é possível também abordá-los a partir do mesmo arcabouço.

Reconhecemos, contudo, que ainda resta muito trabalho a ser feito. Não pudemos abordar alguns pontos que contribuiriam para o aprimoramento da proposta, devido às limitações do escopo que estabelecemos e do tempo de que dispúnhamos. Particularmente, não exploramos a fundo a constituição interna dos verbos auxiliares, o que é importante não apenas para obter uma formalização mais completa das passivas canônicas, mas também para que seja possível analisar devidamente outros tipos de passivas verbais, que utilizam outros auxiliares. Há,

por exemplo, passivas eventivas com o verbo *get* no inglês e com o verbo *kriegen* no alemão, e não pudemos explorá-las porque seria preciso averiguar a natureza de cada um desses verbos. Ademais, a investigação aos auxiliares também traria contribuições para as passivas adjetivais, nas quais há uma variedade ainda maior no seu uso. Nesse mesmo sentido, também há, ainda, outros fenômenos adjacentes que não incluímos em nosso escopo, como os verbos depoentes, cuja forma é passiva, mas a sintaxe e a interpretação são ativas. Por fim, trabalhamos com um conjunto limitado de línguas, e a inclusão de outras, em especial de famílias distintas das já abordadas, certamente traria contribuições valiosas para uma perspectiva que se propõe a buscar uma visão mais generalizante. Assim, apontamos como perspectiva futura, de maneira geral, uma expansão dos domínios investigados e dos componentes específicos da formação que não pudemos analisar a fundo.

Feitas essas considerações, acreditamos que esta tese traz uma perspectiva inovadora que contribuirá com os estudos dedicados à formalização da passiva, em particular dentro dos modelos teóricos de base gerativa. Os pontos elencados como oportunidade de aprimoramento oferecem caminhos para expandir a proposta, o que demonstra seu potencial para motivar ainda mais estudos a partir da proposta defendida nele.

## REFERÊNCIAS

- ABRAHAM, Werner. Introduction: Passivization and typology. Form vs. function – a confined survey into the research status quo. *In: ABRAHAM, Werner; LEISIÖ, Larisa (Eds.). **Passivization and Typology: Form and function.** Amsterdam / Philadelphia: John Benjamins, 2006a, p. 1-27.*
- ABRAHAM, Werner. The compositional nature of the analytical passive: Syntactic vs. event semantic triggers. “Argument Hypothesis” vs. “Aspect Hypothesis”. *In: ABRAHAM, Werner; LEISIÖ, Larisa (Eds.). **Passivization and Typology: Form and function.** Amsterdam / Philadelphia: John Benjamins, 2006b, p. 462-501.*
- ABRAHAM, Werner. Datives: structural vs. inherent – abstract vs. morphological – autonomous vs. combinatory – universally vs. language-specifically configured. *In: HOLE, Daniel; MEINUNGER, André; ABRAHAM, Werner (Eds.). **Datives and other cases: Between argument structure and event structure.** Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 2008, p. 3-46.*
- ABRAHAM, Werner; LEISS, Elisabeth. The impersonal passive: Voice suspended under aspectual conditions. *In: ABRAHAM, Werner; LEISIÖ, Larisa (Eds.). **Passivization and Typology: Form and function.** Amsterdam / Philadelphia: John Benjamins, 2006, p. 502-517.*
- ACQUAVIVA, Paolo. Roots and lexicality in Distributed Morphology. **York Papers in Linguistics**, v. 10, Special Issue – York-Essex Morphology Meeting (YEMM), p. 1-21, 2009.
- ADGER, David. **Core Syntax: A Minimalist Approach.** Oxford: Oxford University Press, 2003.
- ALEXIADOU, Artemis. **Functional Structure in Nominals: Nominalization and Ergativity.** Amsterdam / Philadelphia: John Benjamins, 2001.
- ALEXIADOU, Artemis. Where is non-active morphology. *In: CONFERENCE ON HEAD-DRIVEN PHRASE STRUCTURE GRAMMAR, 20., 2013, Berlim. **Proceedings of the 20th conference on Head-driven phrase structure grammar,** 2013, p. 244-262.*
- ALEXIADOU, Artemis. Active, middle, and passive: the morpho-syntax of Voice. **Catalan Journal of Linguistics**, v. 13, n. 1, p. 19-40, 2014.
- ALEXIADOU, Artemis; ANAGNOSTOPOULOU, Elena. Structuring participles. *In: WEST COAST CONFERENCE ON FORMAL LINGUISTICS, 26., 2007, Berkeley. **Proceedings of the 26th West Coast Conference on Formal Linguistics,** 2008, p. 33-41.*
- ALEXIADOU, Artemis; ANAGNOSTOPOULOU, Elena; SCHÄFER, Florian. The properties of anticausatives crosslinguistically. *In: FRASCARELLI, Mara (Ed.). **Phases of interpretation.** Berlin: Mouton de Gruyter, 2006, p. 187-211.*
- ALEXIADOU, Artemis; ANAGNOSTOPOULOU, Elena; SCHÄFER, Florian. **External arguments in transitivity alternations: A layering approach.** Oxford: Oxford University Press, 2015.

ALEXIADOU, Artemis; DORON, Edit. The syntactic construction of two non-active voices, active and middle. **Journal of Linguistics**, v. 48, n. 1, p. 1-34, 2012.

ALEXIADOU, Artemis; SCHÄFER, Florian. Instrument subjects are agents or causers. *In*: BAUMER, Donald; MONTERO, David; SCANLON, Michael (Eds.). **Proceedings of the 25th West Coast Conference on Formal Linguistics**. Somerville: Cascadilla Proceedings Project, 2006, p. 40-48.

ALEXIADOU, Artemis; GEHRKE, Berit; SCHÄFER, Florian. The argument structure of adjectival participles revisited. **Lingua**, v. 149, n. 1, p. 118-138, 2014.

ANAGNOSTOPOULOU, Elena; SEVDALI, Christina. Case alternations in Ancient Greek passives and the typology of Case. **Language**, v. 91, n. 2, p. 442-481, 2015.

ANDERSEN, Paul Kent. **Empirical studies in diathesis**. Münster: Nodus Publikationen, 1994.

ARMELIN, Paula Roberta Gabbai; NÓBREGA, Vitor Augusto. Lista 3: Enciclopédia. *In*: SCHER, Ana Paula; BASSANI, Indaiá de Santana; ARMELIN, Paula Roberta Gabbai (Orgs.). **Manual de Morfologia Distribuída**. Campinas: Editora da Abralín, 2022, p. 129-160.

ARMELIN, Paula Roberta Gabbai; SOUZA, Dalila Maria de; GONÇALVES, Lydsson Agostinho. Switching categories in syntax: Parallels between infinitival nominalizations and analytical passives in Brazilian Portuguese. **Isogloss: Open Journal of Romance Linguistics**, v. 10, n. 6, p. 1-33, 2024.

ARONOFF, Mark. **Morphology by itself: Stems and inflectional classes**. Cambridge: MIT Press, 1994.

BAKER, Mark C. The Mirror Principle and Morphosyntactic Explanation. **Linguistic Inquiry**, v. 16, n. 1, p. 373-415, 1985.

BAKER, Mark C. **Incorporation: A Theory of Grammatical Function Changing**. Chicago: University of Chicago Press, 1988.

BAKER, Mark C. Noun incorporation and the nature of linguistic representation. *In*: FOLEY, William A. (Ed.). **The Role of Theory in Language Description**. Berlin: Mouton de Gruyter, 1993, p. 13-44.

BAKER, Mark C. Thematic roles and syntactic structure. *In*: HAEGEMAN, Liliane (Ed.). **Elements of grammar: Handbook in generative syntax**. Dordrecht: Springer, 1997, p. 73-137.

BAKER, Mark C. **Lexical categories: Verbs, nouns and adjectives**. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

BAKER, Mark C; JOHNSON, Kyle; ROBERTS, Ian. Passive arguments raised. *In*: ROBERTS, Ian (Ed.). **Diachronic and Comparative Syntax**. Oxfordshire: Routledge, 2018, p. 261-295.

- BARBOSA, Pilar P. Pro as a minimal nP: Toward a unified approach to pro-drop. **Linguistic Inquiry**, v. 50, n. 3, p. 487-526, 2019.
- BASSANI, Indaiá de Santana; MINUSSI, Rafael Dias. Contra a seleção de argumentos pelas raízes: nominalizações e verbos complexos. **Revista Virtual de Estudos da Linguagem**, v. 13, n. 1, p. 139-173, 2015.
- BECHARA, Evanildo. **Moderna gramática portuguesa**. 37ª Edição. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.
- BEEDHAM, Christopher. The passive in English, German, and Russian. **Journal of Linguistics**, v. 17, n. 1, p. 319-327, 1981.
- BEEDHAM, Christopher. The English passive as an aspect. **Word**, v. 38, n. 1, p. 1-12, 1987.
- BESLIN, Masa. Revisiting Passive Participles: Category Status and Internal Structure. **Linguistic Inquiry**, v. 54, n. 4, p. 729-758, 2023.
- BIERWISCH, Manfred. Thematic roles – universal, particular, and ideosyncratic aspects. *In*: BORNKESSEL, Ina; SCHLESEWSKY, Matthias; COMRIE, Bernard; FRIEDERICI, Angela (Eds.). **Semantic role universals and argument linking**. Berlin: Walter de Gruyter, 2006, p. 89-126.
- BOBALJIK, Jonathan; WURMBRAND, Susi. Suspension across domains. *In*: MATUSHANSKY, Ora; MARANTZ, Alec (Eds.) **Distributed Morphology today: Morphemes for Morris Halle**. Cambridge: MIT Press, 2013, p. 185-198.
- BRESNAN, Joan. 1997. Mixed Categories as Head Sharing Constructions. *In*: LEXICAL-FUNCTIONAL GRAMMAR CONFERENCE, 2., 1997, San Diego. **Proceedings of the LFG97 Conference**, 1997, p. 1-17.
- BRUENING, Benjamin. By phrases in passives and nominals. **Syntax**, v. 16, n. 1, p. 1-41, 2013.
- BRUENING, Benjamin. Word formation is syntactic adjectival passives in English. **Natural Language & Linguistic Theory**, v. 32, n. 1, p. 363-422, p. 2014.
- BURZIO, Luigi. **Italian syntax: A Government-Binding approach**. Dordrecht: Reidel, 1986.
- CALABRESE, Andrea. Investigations on markedness, syncretism and zero exponence in morphology. **Morphology**, v. 21, n. 1, p. 283-325, p. 2011.
- CALABRESE, Andrea. Allomorphy in the Italian passato remoto: A Distributed Morphology analysis. **Korean Journal of Linguistics**, v. 18, p. 1-75, 2012.
- CALABRESE, Andrea. The Latin passive morpheme /-r/ and its morphosyntactic similarity with Romance SI. *In*: BOCCI, Giuliano; BOTTERI, Daniele; MANETTI, Claudia; MOSCATI, Vincenzo. **Rich Descriptions and Simple Explanations in Morphosyntax and Language Acquisition**. Oxford: Oxford University Press, 2001.

- CARDINALETTI, Anna; STARKE, Michal. The typology of structural deficiency: A case study of the three classes of pronouns. *In*: COMRIE, Bernard; DRYER, Matthias; MATRAS, Yaron (Eds.). **Empirical Approaches to Language Typology**, Berlin: Walter de Gruyter, 1999, p. 145-234.
- CARNIE; Andrew; HARLEY, Heidi. Existential impersonals. **Studia Linguistica**, v. 59, n. 1, p. 46-65, 2005.
- CHOMSKY, Noam. **Syntactic structures**. Berlin: Mouton & Co., 1957.
- CHOMSKY, Noam. **Some concepts and consequences of the theory of government and binding**. Cambridge: MIT Press, 1982.
- CHOMSKY, Noam. A minimalist program for linguistic theory. *In*: HALE, Ken; KEYSER, Samuel Jay (Eds.). **The view from Building 20: Essays in linguistics in honor of Sylvain Bromberger**. Cambridge: MIT Press, 1993, p. 1-52.
- CHOMSKY, Noam. **The Minimalist Program**. Cambridge: MIT Press, 1995.
- CHOMSKY, Noam. **Derivation by phase**. Cambridge: MIT Press, 1999.
- CHOMSKY, Noam. Minimalist Inquiries: The Framework. *In*: MARTIN, Roger; MICHAELS, David; URIAGEREKA (Eds.). **Step by step: Essays on minimalist syntax in honor of Howard Lasnik**. Cambridge: MIT Press, 2000, p. 89-155.
- CHOMSKY, Noam. Beyond explanatory adequacy. *In*: BELLETTI, Adriana (Org.). **Structures and Beyond: The Cartography of Syntactic Structures, Volume 3**. Oxford: Oxford University Press, 2001, p. 104-131.
- CINQUE, Guglielmo. Appropriateness conditions for the use of passives and impersonals in Italian. *In*: CASCIO, Vincenzo Lo (Ed.) **Passive and impersonal sentences**. Lisse: Peter de Ridder Press, p. 11-32, 1974.
- COLLINS, Peter C. A smuggling approach to the passive in English. **Syntax**, v. 8, n. 2, p. 81-120, 2005.
- CONTE, Gian Biagio; BERTI, Emanuele; MARIOTTI, Michela. **La sintassi del latino**. Milano: Mondadori Education, 2006.
- CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. **Nova gramática do português contemporâneo**. 7<sup>a</sup> Edição. Rio de Janeiro: Lexikon, 2017.
- DECHAINED, Rose-Marie; WILTSCHKO, Martina. Decomposing pronouns. **Linguistic Inquiry**, v. 33, n. 3, p. 409-442, 2002.
- DEN DIKKEN, Marcel. High and low applicatives of unaccusatives: Dependent case and the phase. **Linguistic Inquiry**, v. 54, n. 3, p. 479-503, 2023.
- DOMBROVAN, Tatyana I. The English preposition “by” from a cognitive perspective. **Культура народов Причерноморья**, v. 14, n. 1, p. 58-64, 2002.

DORON, Edit. The interaction of adjectival passive and voice. *In*: ALEXIADOU, Artemis; BORER, Hagit; SCHÄFER, Florian (Eds.). **The Syntax of Roots and the Roots of Syntax**. Oxford: Oxford University Press, 2014, p. 164-191.

EMBICK, David. Features, syntax, and categories in the Latin perfect. **Linguistic Inquiry**, v. 31, n. 2, p. 185-230, 2000.

EMBICK, David. On the structure of resultative participles in English. **Linguistic Inquiry**, v. 35, n. 3, p. 355-392, 2004a.

EMBICK, David. Unaccusative syntax and verbal alternations. *In*: ALEXIADOU, Artemis; ANAGNOSTOPOULOU, Elena; EVERAERT, Martin. **The unaccusativity puzzle: Explorations of the syntax-lexicon interface**. Oxford: Oxford University Press, 2004b, p. 137-158.

EMBICK, David. **Localism versus globalism in morphology and phonology**. Cambridge: MIT Press, 2010.

EMBICK, David. **The morpheme: A theoretical introduction**. Berlin: Walter de Gruyter, 2015.

EMBICK, David; NOYER, Rolf. Movement operations after syntax. **Linguistic Inquiry**, v. 32, n. 4, p. 555-595, 2001.

ENGDAHL, Elisabet. The choice between bli-passive and s-passive in Danish, Norwegian and Swedish. **NORDSEM Report**, v. 3, n. 1, p. 1-35, 1999.

FARIA, Ernesto. **Gramática superior da língua latina**. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1958.

FARRELL, Patrick. **Grammatical relations**. Oxford: Oxford University Press, 2005.

FOLLI, Raffaella; HARLEY, Heidi. Flavors of v. *In*: KEMPCHINSKY, Paula; SLABAKOVA, Roumyana (Eds.) **Aspectual Inquiries**. Berlin / Heidelberg: Springer, 2005, p. 95-120.

GEORGALA, Efthymia. **Applicatives in their structural and thematic function: A minimalist account of multitransitivity**. Dissertation (Doctor of Philosophy) – Graduate School of Cornell University, Cornell University, New York (2012).

GONÇALVES, Lydsson Agostinho. **O sincretismo do morfema -r em latim: uma abordagem baseada em incorporação**. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2021.

GRESTENBERGER, Laura. Deponency as reanalysis: A diachronic account of voice mismatches. **INTERNATIONAL CONFERENCE ON HISTORICAL LINGUISTICS**, 22., 2015, Nápoles. **Proceedings from the 22<sup>nd</sup> International Conference on Historical Linguistics**, 2017, p. 1-8.

GRESTENBERGER, Laura. Two types of passive? Voice morphology and “low passives” in Vedic Sanskrit and Ancient Greek. *In*: GROHMANN, Kleanthes K.; MATSUYA, Akemi; REMBERGER, Eva-Maria. Leiden: Brill, 2021, p. 210-245.

HALLE, Morris. Distributed morphology: Impoverishment and Fission. *In*: BRUENING, Benjamin; KANG, Yoonjung; MCGINNIS, Martha. **PF: Papers at the Interface**. Cambridge: MIT Press, 1997.

HALLE, Morris; MARANTZ, Alec. Distributed morphology and the pieces of inflection. *In*: HALE, Ken; KEYSER, Samuel Jay (Eds.). **The view from Building 20: Essays in linguistics in honor of Sylvain Bromberger**. Cambridge: MIT Press, 1993, p. 111-176.

HALLE, Morris; MARANTZ, Alec. Some key features of Distributed Morphology. *In*: CARNIE, Andrew; HARLEY, Heidi; BURES, Tony. **Papers on Phonology and Morphology**. Cambridge: MIT Press, 1994, p. 275-288.

HARLEY, Heidi Britton. **Subjects, events, and licensing**. PhD Dissertation – Department of Linguistics and Philosophy, Massachusetts Institute of Technology, Cambridge, 1995.

HARLEY, Heidi Britton. External arguments and the Mirror Principle: On the distinctness of Voice and v. *Lingua*, v. 125, n. 1, p. 34-57, 2013.

HARLEY, Heidi Britton. On the identity of roots. *Theoretical Linguistics*, v. 40, n. 3-4, p. 225-276, 2014a.

HARLEY, Heidi Britton. Reply to commentaries, “On the identity of roots”. *Theoretical Linguistics*, v. 40, n. 3-4, p. 447-474, 2014b.

HASPELMATH, Martin. The grammaticization of passive morphology. *Studies in Language*, v. 14, n.1, p. 25-70, 1990.

HEINAT, Fredrik. Binding condition C and derivation by phase. **The Department of English in Lund Working Papers in Linguistics**, v. 2, n. 1, 1-15. 2002.

HEINAT, Fredrik. Why phrases probe. **The Department of English in Lund Working Papers in Linguistics**, v. 5, n. 1, p. 33-63, 2005.

HEINAT, Fredrik. Probes, pronouns, and binding in the minimalist program. **The Department of English in Lund Working Papers in Linguistics**, v. 6, n. 1, p. 19-37, 2006.

KALLULLI, Dalina. Passive as a feature-suppression operation. *In*: ABRAHAM, Werner; LEISIÖ, Larisa (Eds.). **Passivization and Typology: Form and function**. Amsterdam / Philadelphia: John Benjamins, 2006, p. 442-460.

KANYE, Richard S. **Connectedness and Binary Branching**. Dordrecht: Floris Publications, 1984.

KEENAN, Edward L.; DRYER, Matthew S. Passive in the world's languages. *In*: SHOPEN, Timothy (Ed.). **Language Typology and Syntactic Description**. Volume I: Clause Structure. Cambridge: Cambridge University Press, 2007, p. 325-361.

KRATZER, Angelika. Severing the external argument from its verb. *In*: ROORYCK, Johan; ZARING, Laurie (Eds.). **Phrase structure and the lexicon**. Dordrecht: Springer, 1996, p. 109-137.

KRATZER, Angelika. Building statives. ANNUAL MEETING OF THE BERKELEY LINGUISTICS SOCIETY, 26., 2000, Berkeley. **Proceedings from the 26<sup>th</sup> Annual Meeting of the Berkeley Linguistics Society**, 2000, p. 385-399.

KULIKOV, Leonid. Case systems in a diachronic perspective. *In*: KULIKOV, Leonid; MALCHUKOV, Andrej L.; DE SWART, Peter. **Case, Valency and Transitivity**. Amsterdam / Philadelphia: John Benjamins, 2006, p. 23-47.

KULIKOV, Leonid. Voice typology. *In*: SONG, Jae Jung. **The Oxford Handbook of Linguistic Typology**. Oxford: Oxford University Press, 2011, p. 368-398.

LAZZARINI-CYRINO, João Paulo. **O sincretismo passivo-reflexivo: um estudo translinguístico**. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

LEVIN, Beth; RAPPAPORT-HOVAV, Malka. **Unaccusativity: At the syntax-semantics interface**. Cambridge: MIT Press, 1995.

LEVIN, Theodore Frank. Pseudo noun incorporation is M-Merger: evidence from Balinese. LSA ANNUAL MEETING, 5., 2014, Minneapolis. **LSA Annual Meeting Extended Abstracts**, 2014, p. 1-4.

LEVIN, Theodore Frank. **Licensing without case**. PhD Dissertation – Department of Linguistics and Philosophy, Massachusetts Institute of Technology, Cambridge, 2015.

MACDONALD, Jonathan E. An implicit projected argument in Spanish impersonal-and passive-se constructions. **Syntax**, v. 20, n. 4, p. 353-383, 2017.

MARANTZ, Alec. No escape from syntax: Don't try morphological analysis in the privacy of your own lexicon. **University of Pennsylvania Working Papers in Linguistics**, v. 4, n. 2, p. 14, 1997.

MARANTZ, Alec. Case and licensing. *In*: **Arguments and Case: Explaining Burzio's Generalization**. Amsterdam / Philadelphia: John Benjamins, 2000, p. 11-30.

MARANTZ, Alec. **Words and things**. Cambridge: MIT, 2001.

MASSAM, Diane. Pseudo noun incorporation in Niuean. **Natural Language & Linguistic Theory**, v. 19, n. 1, p. 153-197, 2001.

MINUSSI, Rafael Dias Lista 1: Traços, Raízes e Categorização. *In*: SCHER, Ana Paula; BASSANI, Indaiá de Santana; ARMELIN, Paula Roberta Gabbai (Orgs.). **Manual de Morfologia Distribuída**. Campinas: Editora da Abralín, 2022, p. 60-94.

NOYER, Rolf. **Features, Positions and Affixes in Autonomous Morphological Structure**. Garland Publishing: New York, 1997.

OLTRA-MASSUET, Maria Isabel. **On the notion of theme vowel: A new approach to Catalan verbal morphology**. PhD Dissertation – Department of Linguistics and Philosophy, Massachusetts Institute of Technology, Cambridge, 1999.

ÖZTURK, Balkiz. Pseudo-incorporation of agents. **University of Pennsylvania Working Papers in Linguistics**, v. 11, n. 1, p. 17, 2005.

O'RORKE, Jason. **An examination of diathesis and its didactic practices in Latin grammars from late antiquity**. PhD Dissertation – School of Languages, Literatures and Cultures, National University of Ireland, Galway, 2016.

PANAGIOTIDIS, Phoivos. **Categorial features**. Cambridge: Cambridge University Press, 2015.

PANAGIOTIDIS, Phoivos; GROHMANN, Kleanthes K. Mixed projections: Categorial switches and prolific domains. **Linguistic Analysis**, v. 35, n. 1, p. 141-161, 2005.

PERLMUTTER, David M. Surface structure constraints in syntax. **Linguistic Inquiry**, v. 1, n. 2, p. 187-255, 1970.

PERLMUTTER, David M. Impersonal Passives and the Unaccusative Hypothesis. ANNUAL MEETING OF THE BERKELEY LINGUISTICS SOCIETY, 4., 1978, Berkeley. **Proceedings from the 4<sup>th</sup> Annual Meeting of the Berkeley Linguistics Society**, 1978, p. 157-190.

PESETSKY, David Michael. **Zero syntax: Experiencers and cascades**. Massachusetts: MIT Press, 1995.

PESETSKY, David Michael; TORREGO, Esther. **The syntax of valuation and the interpretability of features**. Cambridge: MIT, 2004.

PETERSON, David A. High and low applicatives: Evidence from Lai. ANNUAL MEETING OF THE BERKELEY LINGUISTICS SOCIETY, 30., 2004, Dartmouth. **Proceedings from the 30<sup>th</sup> Annual Meeting of the Berkeley Linguistics Society**, 2004, p. 353-364.

PFAU, Roland. **Features and categories in language production**. PhD Dissertation – Fachbereich Neuere Philologien, Johann Wolfgang Goethe-Universität, 2000.

PFAU, Roland. **Grammar as processor: a distributed morphology account of spontaneous speech errors**. Amsterdam / Philadelphia: John Benjamins, 2009.

PUJALTE, Mercedes; SAAB, Andres. Syncretism As PF-Repair: The Case Of SE-Insertion In Spanish. *In*: CUERVO, Maria Cristina; ROBERGE, Yves. **The end of argument structure** (Eds.). Leiden: Brill, 2012, p. 229-260.

PYLKKÄNNEN, Liina. **Introducing Arguments**. Massachusetts: MIT Press, 2008.

ROBERTS, Ian G. **Agreement and head movement**: Clitics, incorporation, and defective goals. Massachusetts: MIT Press, 2010.

SAAB, Andres. Deconstructing Voice. The syntax and semantics of u-syncretism in Spanish. **Glossa: A Journal of General Linguistics**, v. 5, n. 1, p. 1-50, 2020.

SAITO, Mamoru. Case and Labeling in a Language without Phi-Feature Valuing. *In*: CARDI-NALETTI, Anna; CINQUE, Guglielmo; ENDO, Yoshio (Eds.) **On Peripheries**. Hizushi Shobo: Tokyo, 2014, p. 129-175.

SCHÄFER, Florian. Passive-Se Constructions. **Syntax**, v. 20, n. 4, p. 353-383, 2007.

SCHÄFER, Florian. **The syntax of (anti-) causatives**: External arguments in change-of-state contexts. Amsterdam / Philadelphia: John Benjamins, 2008.

SCHER, Ana Paula. Operações Morfológicas. *In*: SCHER, Ana Paula; BASSANI, Indaiá de Santana; ARMELIN, Paula Roberta Gabbai (Orgs.). **Manual de Morfologia Distribuída**. Campinas: Editora da Abralín, 2022, p. 161-192.

SCHER, Ana Paula; ARMELIN, Paula Roberta Gabbai. As formações agentivas com o sufixo -eir- no português brasileiro: uma abordagem sintática. *In*: MEDEIROS, Alessandro Boechat; NEVINS, Andrew, Ira. **O apelo das árvores**: estudos em homenagem a Miriam Lemle. Campinas: Pontes, 2018, p. 299-345.

SHIBATANI, Masayoshi. Passives and related constructions: A prototype analysis. **Language**, v. 61, n. 1, p. 821-848, 1985.

SHIBATANI, Masayoshi. Introduction. *In*: SHIBATANI, Masayoshi (Ed.) **Passive and voice**. Amsterdam / Philadelphia: John Benjamins, 1988, p. 1-8.

SIEWIERSKA, Anna. **The passive**: A comparative linguistic analysis. London: Croom Helm, 1984.

VIEIRA, Karina Carolina. **Uma abordagem sintática da estrutura interna dos participios do português brasileiro**: passivas e tempos compostos. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2022.

VIEIRA, Karina Carolina; ARMELIN, Paula Roberta Gabbai; GONÇALVES, Lydsson Agostinho. Discutindo a estrutura das passivas estativas no português brasileiro: evidências de complexidade estrutural. **Caderno de Squibs**: Temas em Estudos Formais da Linguagem, v. 7, n. 2, p. 53-65, 2021.

WEGNER, Dennis. **The underspecification of past participles**: On the identity of passive and perfect(ive) participles. Berlin: Walter de Gruyter, 2019.

WOOLFORD, Ellen. Lexical case, inherent case, and argument structure. **Linguistic Inquiry**, v. 37, n. 1, p. 111-130, 2006.

WRIGHT, Joseph. **Grammar of the Gothic Language**. 2<sup>nd</sup> Edition. Oxford: Clarendon Press, 1910.